

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – LINHA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM  
COMÉRCIO EXTERIOR**

**LUIZA WEINHOLD DE FREITAS**

**A RELAÇÃO COMERCIAL ENTRE SANTA CATARINA E OS ESTADOS UNIDOS DA  
AMÉRICA**

**CRICIÚMA**

**2014**

**LUIZA WEINHOLD DE FREITAS**

**A RELAÇÃO COMERCIAL ENTRE SANTA CATARINA E OS ESTADOS UNIDOS DA  
AMÉRICA**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de bacharel em Administração, no Curso de Administração Linha em Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natália Martins Gonçalves

**CRICIÚMA**

**2014**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por guiar todos os meus caminhos.

A meu marido e minha família por todo o apoio que me deram.

A minha orientadora Natália Martins Gonçalves por toda a sua paciência e extremo conhecimento.

## RESUMO

FREITAS, Luiza Weinhold de. **A relação comercial entre Santa Catarina e os Estados Unidos da América**. 182 páginas. Monografia do Curso de Administração – Linha de Formação Específica em Comércio Exterior, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

No cenário internacional atual, a aproximação das relações comerciais entre os países estão diminuindo distâncias e fronteiras, possibilitando intercâmbios comerciais mais integrados e facilitando as trocas e negociações. O crescimento de Santa Catarina nas últimas décadas promoveu o desenvolvimento de diversos setores de sua economia, bem como sua imagem no comércio internacional. A abertura da economia brasileira intensificou a integração de Santa Catarina no comércio internacional. Caracterizada pela sua diversidade industrial, Santa Catarina possui uma importante relação comercial com os Estados Unidos da América: os Estados Unidos se destaca como o principal país de destino das exportações de Santa Catarina, e o quarto país dos principais importadores de Santa Catarina em 2012. É válido ressaltar que o comércio internacional é um componente essencial da economia dos Estados Unidos, considerado o primeiro mercado mundial, segundo maior exportador e primeiro maior importador em 2012. Com o objetivo geral de analisar a relação comercial entre Santa Catarina e os Estados Unidos da América, a presente monografia consiste em identificar o comportamento das relações comerciais e o posicionamento de Santa Catarina frente ao mercado norte-americano. A presente pesquisa procura identificar em que bases se estabelece o intercâmbio comercial entre o Estado de Santa Catarina e os Estados Unidos da América. Para atingir os objetivos pretendidos, a pesquisa foi classificada de natureza descritiva e explicativa, e quanto aos meios de investigação a pesquisa é caracterizada como bibliográfica e documental. Para o desenvolvimento da pesquisa, os dados coletados foram provenientes de dados secundários de fontes bibliográficas e documentais que abordam o universo desta pesquisa. Quanto a análise dos dados, esta pesquisa foi desenvolvida com o enfoque qualitativo e quanti-qualitativo. Os resultados apontados na pesquisa foram positivos, visto que as exportações e importações de Santa Catarina com os Estados Unidos tem registrado uma evolução ao longo dos anos. Desta forma, verificou-se que o comportamento do intercâmbio comercial apresenta a possibilidade de expansão de negócios dos segmentos destaques. Diante das análises, evidenciou-se também a necessidade de promover a inovação e diversificação tecnológicas, investir em melhorias no setor de infraestrutura, entre outros, para promover a produtividade e manter a vantagem competitiva do Estado. A pesquisa também identificou o interesse do Brasil e dos Estados Unidos em buscar uma maior cooperação por meio de um acordo bilateral. Por fim, concluiu-se que as relações comerciais da Santa Catarina com os Estados Unidos tem potencial de crescimento.

**Palavras-chave:** Relação comercial. Comércio internacional. Santa Catarina. Estados Unidos da América.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Evolução da balança comercial do Brasil de 2000 a 2012 .....	39
Figura 2 – Evolução da balança comercial de Santa Catarina: 2000 a 2012 .....	44
Figura 3 – Evolução da balança comercial dos Estados Unidos de 2000 a 2012 .....	50
Figura 4 – Evolução do intercâmbio comercial entre Santa Catarina e Estados Unidos de 2000 a 2012 .....	65
Figura 5 – Principais concentrações industriais nas regiões de Santa Catarina .....	68
Figura 6 - Evolução recente dos principais segmentos da pauta de exportação total de Santa Catarina .....	70
Figura 7 - Evolução recente dos principais segmentos da pauta de exportação de Santa Catarina para os Estados Unidos.....	71
Figura 8 - Evolução recente dos principais segmentos de importação de Santa Catarina originárias os Estados Unidos .....	75
Figura 9 – Localização dos consumidores dos produtos importados destinados aos consumidores de terceiros em 2012 .....	121

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fontes de títulos da pesquisa bibliográfica e documental .....	55
Quadro 2 – Plano de coleta de dados .....	57
Quadro 3 – Síntese dos procedimentos metodológicos .....	61
Quadro 4 – Direitos Antidumping (AD) e Anti-subsídio (AS) vigentes dos Estados Unidos .....	77
Quadro 5 – Principais leis de rotulagem vigentes dos Estados Unidos.....	79
Quadro 6 – Resumo das restrições de importações dos Estados Unidos mais significativas a produtos brasileiros.....	80
Quadro 7 – Acordos e regimes de Brasil e Estados Unidos.....	85
Quadro 8 – Impostos de importação dos Estados Unidos dos segmentos destaques da pauta de exportação de Santa Catarina.....	90
Quadro 9 – Comparação do comércio e preço médio de 2012 dos principais produtos do Capítulo SH 84 .....	92
Quadro 10 – Medidas de restrições de importações dos Estados Unidos a produtos do Capítulo 84 do SH .....	93
Quadro 11 – Comparação do comércio e preço médio de 2012 dos principais produtos do Capítulo SH 85 .....	95
Quadro 12 – Medidas de restrições de importações dos Estados Unidos à produtos do Capítulo SH 85 .....	96
Quadro 13 – Comparação do comércio e preço médio de 2012 dos principais produtos do Capítulo SH 44 .....	98
Quadro 14 – Comparação do comércio e preço médio de 2012 dos principais produtos do Capítulo SH 24 .....	100
Quadro 15 – Comparação do comércio e preço médio de 2012 dos principais produtos do Capítulo SH 94 .....	102
Quadro 16 – Regulamentos dos Estados Unidos para a importação de móveis .....	103
Quadro 17 – Comparação do comércio e preço médio de 2012 dos principais produtos das posições SH 0203, 0206.30, 0206.41 e 0206.49 .....	106

Quadro 18 – Comparação do comércio e preço médio de 2012 dos principais produtos das posições SH 0302, 0303, 0304, 0305 e 0306.....	109
Quadro 19 – Comparação do comércio e preço médio de 2012 dos principais produtos do Capítulo SH 90 .....	113
Quadro 20 – Comparação do comércio e preço médio de 2012 dos principais produtos dos Capítulos SH 74, 75, 76,78,79 e 80.....	116
Quadro 21 – Imposto de importação dos segmentos destaques da pauta de importação de Santa Catarina .....	125
Quadro 22 – Estratégias de consecução de Santa Catarina.....	149
Quadro 23 – Barreiras à internacionalização de empresas catarinenses .....	156

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Balança comercial do Brasil de 2000 a 2012 - US\$ 1.000 FOB .....	39
Tabela 2 – Balança comercial de Santa Catarina de 2000 a 2012 - US\$ 1.000 FOB ....	43
Tabela 3 – Principais países de origem das importações de Santa Catarina .....	45
Tabela 4 – Principais países de destinos das exportações de Santa Catarina .....	45
Tabela 5 – Produtos mais exportados por Santa Catarina em 2012 .....	46
Tabela 6 – Balança comercial dos Estados Unidos de 2000 a 2012 – USD\$ Milhões...	50
Tabela 7 – Intercâmbio comercial entre Brasil e os Estados Unidos de 2000 a 2012 em USD\$ FOB .....	63
Tabela 8 – Intercâmbio comercial entre Santa Catarina e os Estados Unidos de 2000 a 2012 em USD\$ FOB .....	64
Tabela 9 – Exportações de Santa Catarina por capítulo da NCM em 2011 e 2012 .....	69
Tabela 10 – Parâmetros gerais do comportamento dos segmentos estáveis e dinâmicos na exportação de Santa Catarina para os Estados Unidos de 2010 a 2012 .....	72
Tabela 11 – Importações de Santa Catarina por capítulos da NCM em 2011 e 2012....	73
Tabela 12 – Importações de Santa Catarina originárias dos Estados Unidos por capítulos da NCM entre 2007 a 2012 – USD\$ FOB .....	74
Tabela 13 – Exportação de Santa Catarina para os Estados Unidos do Capítulo SH 84 .....	91
Tabela 14 – Exportação de Santa Catarina para os Estados Unidos do Capítulo SH 85 .....	94
Tabela 15 – Exportação de Santa Catarina para os Estados Unidos do Capítulo SH 44 .....	97
Tabela 16 – Exportação de Santa Catarina para os Estados Unidos do Capítulo SH 94 .....	101
Tabela 17 – Exportação de Santa Catarina para os Estados Unidos das posições SH 0203, 0206.30, 0206.41 e 0206.49.....	105
Tabela 18 – Exportação de Santa Catarina para os Estados Unidos das posições SH 0302, 0303, 0304, 0305 e 0306.....	108



Tabela 19 – Exportação de Santa Catarina para os Estados Unidos do Capítulo SH 90 .....	112
Tabela 20 – Exportação de Santa Catarina para os Estados Unidos dos Capítulos SH 74, 75, 76,78,79 e 80 .....	116
Tabela 21 – Importações de Santa Catarina em 2012 por categoria de uso .....	122
Tabela 22 – Produtos e alíquotas de importação de Santa Catarina dos Estados Unidos do Capítulo SH 39 .....	126
Tabela 23 – Produtos e alíquotas de importação de Santa Catarina dos Estados Unidos do Capítulo SH 84 .....	128
Tabela 24 – Produtos e alíquotas de importação de Santa Catarina dos Estados Unidos do Capítulo SH 85 .....	130
Tabela 25 – Produtos e alíquotas de importação de Santa Catarina dos Estados Unidos do Capítulo SH 28 .....	133
Tabela 26 – Produtos e alíquotas de importação de Santa Catarina dos Estados Unidos do Capítulo SH 90 .....	135
Tabela 27 – Produtos e alíquotas de importação de Santa Catarina dos Estados Unidos do Capítulo SH 27 .....	137
Tabela 28 – Produtos e alíquotas de importação de Santa Catarina dos Estados Unidos do Capítulo SH 29 .....	138
Tabela 29 – Produtos e alíquotas de importação de Santa Catarina dos Estados Unidos do Capítulo SH 30 .....	140
Tabela 30 – Produtos e alíquotas de importação de Santa Catarina dos Estados Unidos do Capítulo SH 74 .....	142
Tabela 31 – Produtos e alíquotas de importação de Santa Catarina dos Estados Unidos do Capítulo SH 72 .....	143
Tabela 32 – Produtos e alíquotas de importação de Santa Catarina dos Estados Unidos do Capítulo SH 40 .....	145

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ACE** – Acordo de Complementação Econômica

**AFRMM** – Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante

**ALCA** – Área de Livre Comércio das Américas

**APEX** – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos

**APHIS** – *U.S. Department of Agriculture's Animal and Plant Health Inspection Service*

**ASTM** – *American Society for Testing and Materials*

**ATEC** – *Agreement on Trade and Economic Cooperation*

**CIDE-Combustível** – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis

**COFINS** – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

**DECEX** – Departamento de Operações de Comércio Exterior

**FDA** – *U.S. Food and Drug Administration*

**FIESC** – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina

**FOB** – *Free On Board*

**FSIS** – *U.S. Department of Agriculture's Food Safety Inspection Service*

**FTA** – *Free Trade Agreement*

**FTC** – *Federal Trade Commission*

**GATT** – *General Agreement on Tariffs and Trade*

**IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**ICMS** – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

**II** – Imposto de Importação

**INMETRO** - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

**IPI** – Imposto Sobre Produtos Industrializados

**LI** – Licença de Importação

**MAPA** – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**MDIC** – Ministério do Desenvolvimento da Industrial e do Comércio Exterior

**MERCOSUL** - Mercado Comum do Sul

**MICT** – Ministério da Industrial, do Comércio e do Turismo

**MRE** – Ministério das Relações Exteriores

**NAFTA** – Acordo de Livre Comércio da América do Norte  
**NCM** – Nomenclatura Comum do Mercosul  
**OMC** – Organização Mundial do Comércio  
**ONU** – Organização das Nações Unidas  
**PIE** – Potencial Importador a ser Explorado  
**PIB** – Produto Interno Bruto  
**PIS** – Programa de Integração Social  
**PND** – Plano Nacional de Desenvolvimento  
**PSI** – Processo de Substituição de Importações  
**SECEX** – Secretaria de Comércio Exterior  
**SISCOMEX** – Sistema Integrado de Comércio Exterior  
**SH** – Sistema Harmonizado  
**SPG** – Sistema Geral de Preferências  
**UNCTAD** – *United Nations Conference on Trade and Development*  
**USDA** – *United States Department of Agriculture*  
**USTR** – *United States Trade Representative*  
**WTO** – *World Trade Organization*

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA .....	15
1.2 OBJETIVOS .....	16
<b>1.2.1 Objetivo geral .....</b>	<b>16</b>
<b>1.2.2 Objetivos específicos.....</b>	<b>16</b>
1.3 JUSTIFICATIVA .....	17
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>18</b>
2.1 COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	18
2.2 RELAÇÃO COMERCIAL .....	25
2.3 POSICIONAMENTO POLITICO.....	26
2.4 O BRASIL.....	31
<b>2.4.1 O Estado de Santa Catarina .....</b>	<b>40</b>
2.5 OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.....	47
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>52</b>
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	52
3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA OU POPULAÇÃO-ALVO.....	54
3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS .....	56
3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS .....	58
3.5 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	61
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA .....</b>	<b>63</b>
4.1 COMERCIO BILATERAL BRASIL ESTADOS UNIDOS E A PARTICIPAÇÃO DE SANTA CATARINA .....	63
4.2 ANÁLISE DAS PAUTAS DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE SANTA CATARINA .....	67
4.3 POLÍTICA COMERCIAL.....	76
<b>4.3.1 Acordos comerciais .....</b>	<b>83</b>
<b>4.3.2 A relação comercial .....</b>	<b>89</b>
4.4 POSICIONAMENTO DE SANTA CATARINA.....	147
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>158</b>

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>163</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>170</b>
<b>ANEXO A - Pauta de produtos de Importações Gerais dos Estados Unidos.....</b>	<b>171</b>
<b>ANEXO B - Pauta de produtos de Exportações Gerais de Santa Catarina.....</b>	<b>172</b>
<b>ANEXO C - Pauta de produtos de Exportações de Santa Catarina para Estados Unidos .....</b>	<b>173</b>
<b>ANEXO D - Relatório de Produtos Santa Catarina-Estados Unidos entre 2010 a 2012 .....</b>	<b>174</b>
<b>ANEXO E – Órgãos anuentes na importações do Brasil .....</b>	<b>175</b>
<b>ANEXO F – Todos os produtos beneficiados pelo Sistema Geral de Preferências .....</b>	<b>176</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No cenário internacional as relações comerciais estão cada vez mais interligadas, gerando novas oportunidades, novas parcerias e proporcionando um relacionamento mais dinâmico e direto entre os mercados. A globalização trouxe mudanças no contexto do comércio internacional, aproximando a relação entre os países e diminuindo distâncias e fronteiras, possibilitando intercâmbios comerciais mais integrados e facilitando as trocas e negociações. A economia mundial é o resultado da integração comercial entre as economias do mundo. No comércio internacional, a principal fonte de divisas para um país é a integração econômica e a relação comercial com o mercado externo. Sendo assim, objetiva-se manter um bom relacionamento comercial e manter a balança comercial favorável.

Nos dias de hoje, o comércio internacional é um componente essencial da economia dos Estados Unidos, grande parte da produção atual do país é destinada à venda no exterior, além de o país ser um grande mercado consumidor pelo tamanho de sua população e pelo seu poder aquisitivo, tornando-o maior importador mundial (BRASIL, 2011). Conforme o Ministério das Relações Exteriores, no ranking da Organização das Nações Unidas (ONU) e *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD) os Estados Unidos figuram como 1º mercado mundial, 2º maior exportador e 1º maior importador em 2012, absorvendo cerca de 11% do comércio mundial (UNCTAD, 2013). Estes indicadores apontam que o comércio exterior norte-americano é forte e se tornou um grande e importante componente para a sua economia. Conforme Alexeenko e Vilan (2007), o comércio internacional dos Estados Unidos corresponde atualmente a um equivalente de 30% de toda a economia nacional, ou seja, do Produto Interno Bruto (PIB) do país. As principais origens das importações dos Estados Unidos são da China, Canadá e México.

Historicamente, o Brasil manteve relações comerciais com os Estados Unidos desde a abertura comercial brasileira. A presença do capital americano no desenvolvimento do Brasil é marcante desde o início da sua industrialização ainda no século XIX, contribuindo ainda hoje para o desempenho da economia do país. A evolução do intercâmbio comercial entre o Brasil e os Estados Unidos nas últimas

décadas é bastante evidente. De acordo com o *United States International Trade Commission* (ESTADOS UNIDOS, 2013b), o Brasil permaneceu em 2012 como o maior parceiro econômico da América do Sul dos Estados Unidos, e o 2º maior parceiro da América Latina, perdendo apenas para o México. Os Estados Unidos foi o 2º principal parceiro comercial do Brasil em 2012, após a China. Em 2012, o Brasil posicionou-se no 15º lugar do ranking de países exportadores para os Estados Unidos.

No âmbito internacional, a corrente de comércio entre o Brasil e os Estados Unidos apresenta uma forte relação comercial. De igual maneira, Santa Catarina possui uma relação comercial constante com os Estados Unidos e vem se intensificando ao longo do tempo. A economia de Santa Catarina é caracterizada pela sua diversidade industrial, incluindo importantes indústrias que se destacam na América Latina e no mundo. De acordo com a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), o Estado de Santa Catarina está na décima posição no ranking nacional de exportações e corresponde a 3,68% das exportações brasileiras (FIESC, 2013a). Em 2012, os Estados Unidos ficaram em 1º lugar nas exportações catarinenses, liderando o ranking do Estado. Já nas importações, em 2012 os Estados Unidos ficou em 4º lugar do ranking dos principais mercados de origem das importações de Santa Catarina, perdendo apenas para a China, Chile e Argentina (BRASIL, 2012c). Com a análise destes dados é possível compreender melhor que o comércio internacional catarinense possui uma importante relação comercial com os Estados Unidos da América.

As relações comerciais entre Santa Catarina e os Estados Unidos da América estão em processo de expansão, pois ambos têm interesses comuns em diversos setores. O presente projeto busca examinar a evolução do intercâmbio comercial entre o Estado de Santa Catarina e os Estados Unidos da América, e identificar o posicionamento político dos mesmos a fim de analisar fatores que contribuem ou dificultam no desenvolvimento de negócios entre os mesmos. Com base neste estudo, será possível diagnosticar os principais fatores que influenciam na relação comercial, analisar e identificar possibilidades de expansão de negócios de Santa Catarina com os Estados Unidos.

Desenvolvido em cinco capítulos, o presente trabalho busca cumprir com os objetivos propostos neste capítulo 1 e ressaltar a importância da realização desta

pesquisa. A apresentação do tema, problema, objetivos e a justificativa foram abordados no primeiro capítulo. O segundo capítulo aborda a fundamentação teórica, onde foram pesquisadas em publicações existentes para expor fundamentação ao trabalho e sustentabilidade ao tema. Neste mesmo capítulo é feita uma introdução sobre o conceito do comércio internacional abordando as teorias clássicas e as novas teorias do comércio internacional, o conceito de relação comercial e posicionamento político, e uma breve contextualização histórica da economia do Brasil, Santa Catarina e dos Estados Unidos da América diante do comércio internacional.

O terceiro capítulo aborda os procedimentos metodológicos no qual esclarece o delineamento da pesquisa, o plano de coleta de dados, o plano de análise de dados e a síntese dos procedimentos metodológicos para a realização do estudo. Tais procedimentos definem as etapas da pesquisa, de que forma executou-se a coleta e a análise de dados. Por fim, o quarto capítulo apresenta a análise dos dados da pesquisa desenvolvida para responder os objetivos específicos deste trabalho, como o comércio bilateral entre Santa Catarina e os Estados Unidos, a análise das pautas de exportação e importação de Santa Catarina, as políticas comerciais e o posicionamento do Estado de Santa Catarina.

## 1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

O crescimento de Santa Catarina nas últimas décadas promoveu o desenvolvimento de diversos setores de sua economia, bem como sua imagem no comércio internacional. No âmbito do comércio exterior, Santa Catarina e os Estados Unidos movimentaram um total de 1,8 bilhões USD\$ *Free on Board* (FOB) em 2012: USD\$ 1.017.977.494,00 bilhões FOB em exportações, e USD\$ 851.628.151,00 milhões FOB em importações. Considerando o mercado de destino, os Estados Unidos mantêm-se como principal mercado de destino das exportações catarinenses (BRASIL, 2012c).

Neste sentido, é possível identificar a presença de um relacionamento comercial forte entre Santa Catarina e os Estados Unidos da América. Conforme o Portal da Economia de Santa Catarina, a economia catarinense figura entre as dez



principais do país, com uma presença representativa no mercado internacional. Ocupando posição de destaque na pauta exportadora brasileira, é uma das economias mais abertas ao comércio exterior do país. Através deste estudo, será possível analisar o posicionamento político de Santa Catarina em relação ao comércio internacional.

O presente trabalho visa examinar a relação comercial entre Santa Catarina e os Estados Unidos da América até 2012.

Em que bases se estabelece o intercâmbio comercial entre o Estado de Santa Catarina e os Estados Unidos da América? Qual o posicionamento de Santa Catarina frente a estes parceiros comerciais em solo norte americano?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

O presente trabalho pretende analisar a relação comercial entre Santa Catarina e os Estados Unidos da América.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- a) Identificar relações políticas entre Brasil e os Estados Unidos;
- b) Levantar os indicadores da relação comercial entre Santa Catarina e os Estados Unidos;
- c) Examinar a evolução do intercâmbio comercial entre Santa Catarina e os Estados Unidos;
- d) Entender o posicionamento de Santa Catarina frente aos seus parceiros comerciais americanos;
- e) Identificar fatores que influenciam na relação comercial;
- f) Analisar e identificar possibilidades de expansão de negócios de Santa Catarina com os Estados Unidos da América.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

Com o objetivo geral de analisar a relação comercial entre Santa Catarina e os Estados Unidos da América, esta pesquisa busca identificar as relações presentes e examinar a evolução do intercâmbio comercial entre os mesmos.

A justificativa do desenvolvimento da pesquisa encontra sua fundamentação principal na questão do comércio exterior de Santa Catarina, onde se pretende, por meio do presente estudo, levantar informações que permitam identificar a relação comercial do Estado no âmbito internacional, juntamente com os Estados Unidos da América. O motivo que justifica a pesquisa é o interesse de conhecer o relacionamento comercial que o Estado de Santa Catarina possui com uma das maiores economias mundiais, o Estados Unidos das Américas, sendo este o seu principal parceiro comercial no comércio exterior em relações as exportações. Em 2012, além de ter sido o 1º país das exportações catarinenses, os Estados Unidos foi o 4º país de origem das importações de Santa Catarina.

Com o novo cenário no comércio internacional, advindo das mudanças na economia mundial, se faz necessário esta pesquisa a fim de entender a relação entre o Estado de Santa Catarina e os Estados Unidos. Considerando a importância desse mercado para o Estado, é relevante para os agentes econômicos a sua compreensão para manter a participação atual e buscar a sua expansão. Através de uma análise qualitativa, o levantamento de indicadores possibilitará examinar a evolução do intercâmbio comercial entre os mesmos. Soma-se a essa questão a importância de se verificar o posicionamento e as relações políticas entre Santa Catarina e os Estados Unidos, para então diagnosticar a relação comercial no aspecto estratégico da relação. Deste modo, vê-se neste projeto uma oportunidade de entender o comércio exterior de Santa Catarina e de que forma o Estado pode se beneficiar com uma expansão de sua relação com os Estados Unidos.

A viabilidade da realização deste trabalho é caracterizada uma vez que a pesquisadora possui acesso às informações necessárias para a elaboração da pesquisa, a fim de analisar a relação comercial entre Santa Catarina e os Estados Unidos da América.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Toda pesquisa deve conter uma fundamentação teórica a fim de conceituar coerentemente as teorias para utilizá-las como base para desenvolver a análise dos dados da pesquisa. A teoria tem como finalidade explicar e aumentar o conhecimento e compreensão de fenômenos que não eram conhecidos. Conforme Koche (2001, p. 99), “a teoria, dentro dos objetivos que se propõe, procurará sanar as deficiências das leis, eliminar suas exceções, torná-las mais abrangentes, situando-as em um sistema”. Além disso, o mesmo autor ressalta que:

Uma teoria é um conjunto de construtos inter-relacionados (variáveis), definições e proposições que apresentam uma visão sistemática de um problema especificando relações entre variáveis, com a finalidade de explicar fenômenos naturais (KERLINGER, 1985 p. 73 apud KOCHÉ, 2001, p. 119).

Este trabalho tem por objetivo o estudo da relação comercial entre Santa Catarina e os Estados Unidos da América. O estudo da base teórica busca sustentar o desenvolvimento da pesquisa de acordo com o problema apresentado, pois é através da fundamentação teórica que se atribui significados e conceitos aos acontecimentos. Sendo assim, é de extrema importância a sua objetividade, aprofundando-se em temas relevantes para o estudo de forma específica.

Neste contexto, serão apresentados nesse capítulo uma introdução ao comércio internacional, as teorias clássicas e as novas teorias do comércio internacional, o conceito de relação comercial e posicionamento político, e uma breve contextualização histórica do Brasil, Santa Catarina e dos Estados Unidos da América diante do comércio internacional.

### 2.1 COMÉRCIO INTERNACIONAL

As nações de hoje não possuem mais economias fechadas, idealizadas por movimentos socialistas. “As economias modernas são, todas elas, abertas, isto é, exportam parte dos bens e serviços que produzem e importam parte dos bens que consomem” (SILVA, 2001, p. 107).

O comércio internacional passou a existir a partir da constatação de que nenhum país é autossuficiente o bastante para produzir todos os bens e serviços de que necessita (SILVA, 2001). Para Silva (2001, p. 15), mesmo quando o país consegue produzir o que precisa, “não o consegue de forma eficiente e vantajosa em relação a outros países”. Isso ocorre porque alguns possuem condições diferentes que lhes permitem produzir com maior vantagem, como de recursos naturais, de clima, de mão de obra e de nível de tecnologia, por exemplo.

A importância do estudo do comércio e das finanças internacionais é reconhecida desde a era dos mercantilistas, no século XVI, quando tornou-se evidente que, participando do comércio internacional, cada país podia usar seus recursos de uma forma mais eficiente [...] (SILVA, 2001, p. 14).

Conforme Silva (2001), desde a era dos mercantilistas reconheceu-se a importância do estudo do comércio internacional. Isto porque os países perceberam que o intercâmbio entre outros países era essencial para a vitalidade dos mercados, pois alguns possuem maior vantagem de custo, ou de melhor qualidade, por exemplo. “Como consequência, o comércio entre as nações também possibilita um aumento da renda real de cada país, acarretando, daí, uma melhoria do bem-estar da população” (SILVA, 2001, p. 13).

Maluf (2000, p. 23) possui o mesmo entendimento quando afirma que “o comércio internacional é o intercâmbio de bens entre países, resultante das especializações na divisão internacional do trabalho e das vantagens comparativas dos países”. Maluf (2000, p. 18) ainda caracteriza o comércio internacional como uma variável estratégica na ordem externa das relações internacionais, e o define como “o principal instrumento com que o mundo capitalista busca implantar a ordem econômica liberal, do ideal de integração e internacionalização da economia mundial”. Verifica-se que estas trocas internacionais possibilitaram o compartilhamento de melhorias tecnológicas desenvolvidas de um país para outro, auxiliando no desenvolvimento e desempenho econômico das nações.

O estudo do comércio internacional abrange diversos aspectos. Um país pode ser completamente dependente de outros, outros podem ser muito dependente de países parceiros. Isto porque o comércio internacional é um ramo particular da economia com características específicas, diferentes do comércio intrarregional (SILVA,

2001). Sendo assim, é necessário compreender o posicionamento de um país para identificar sua dependência em relação ao comércio internacional.

Um bom indicador do grau de interdependência de um país com o resto do mundo pode ser dado pelo volume de seu comércio externo – quer dizer, de suas exportações e importações de bens e serviços – relativamente ao seu produto interno bruto (PIB) (SILVA, 2001, p. 15).

Em suma, Maluf (2000, p. 24) define o comércio internacional como “um elo que vincula as relações de convivência do direito internacional como a economia internacional”.

O início do comércio internacional pode ser entendido com o surgimento da indústria naval. Com o desenvolvimento da indústria naval, que conseqüentemente resultou em conquistas de novos territórios, foram criadas rotas comerciais que possibilitavam as trocas entre as nações. Com isso, acordos comerciais se intensificaram com o aumento do fluxo de comercial, a fim de pacificar e ordenar relações comerciais entre países. Furtado (2001, p. 5) cita como exemplo “a ocupação econômica das terras americanas” que “constitui um episódio da expansão comercial da Europa”. No caso do Brasil, a exploração econômica e a ocupação territorial deram início à colonização do Brasil, e sua estrutura econômica foi baseada em atividades agrícolas, como o café, o açúcar e a pecuária.

A estrutura econômica, baseada principalmente no trabalho escravo, se mantivera imutável nas etapas de expansão e decadência. A ausência de tensões internas, resultante dessa imutabilidade, é responsável pelo atraso relativo da industrialização (FURTADO, 2001, p. 38).

Neste contexto, o trabalho escravo atrasou a industrialização da economia brasileira. Até início da industrialização, a atividade exportadora da Brasil era de matéria-prima, produtos primários. Em economias em desenvolvimento de baixa poupança e sujeitas a restrições externas, como era o caso do Brasil, foi necessário a análise de “novas teorias do comércio e do crescimento e, sobretudo, de uma maior integração entre a dinâmica macroeconomia e a eficiência das trocas internacionais ou das vantagens comparativas” (SARQUIS, 2011, p. 13). Desde o século XIX, verificou-se uma expansão contínua das proporções das exportações e importações mundiais no PIB mundial. As “forças dinâmicas do comércio internacional [ e] fatores

macroeconômicos e financeiros [...] determinam as condições internacionais de competitividade dos países ao longo do tempo” (SARQUIS, 2011, p. 13).

O estudo do comércio internacional na economia mundial tem sido fundamental desde as primeiras trocas entre as nações. Para melhor compreender sua importância, é necessário interpretar as teorias do comércio internacional. O presente trabalho aborda as teorias clássicas do comércio internacional, isto é, a teoria das vantagens absolutas de Adam Smith e a teoria da vantagem comparativa de David Ricardo, e as novas teorias: a teoria da vantagem competitiva de Michael Porter, e a teoria de crescimento, baseada na concorrência imperfeita.

Desenvolvida por Adam Smith, a **teoria clássica das vantagens absolutas** foi originalmente publicada em 1776 como a base do comércio internacional (SMITH, 1985; COUTINHO *et al*, 2005). “A vantagem absoluta de um país na produção de um bem resulta de uma maior produtividade, ou seja, da utilização de uma menor quantidade de insumo para produzir esse bem enfrentando menores custos” (COUTINHO *et al*, 2005, p.102). Ou seja, cada país deve se concentrar e se especializar na produção dos bens que lhe proporcionasse maior vantagem absoluta. Coutinho *et al* (2005) ainda afirma que, conforme Adam Smith, “nem sempre é necessário que um país obtenha excedentes de comércio exterior para que as trocas comerciais internacionais sejam vantajosas, e que as trocas voluntárias entre países podem beneficiar todos os envolvidos na operação” (COUTINHO *et al*, 2005, p. 102).

Bado *et al* (2004, p. 5) também concorda quando afirma que “para Smith, o comércio externo se baseava em diferenças absolutas de custo de produção”, isto é, cada país seria levado a especializar-se nas produções em que possuía maior “vantagem absoluta”. Smith (1985) afirma que o comércio exterior aumenta o bem estar da sociedade, e que a produção excedente do consumo interno deveria ser exportado, e o país deve utilizar da receita equivalente para importar os bens produzidos em outro país (SMITH, 1985; COUTINHO *et al*, 2005).

A **teoria da vantagem comparativa**, formulada por David Ricardo (1821), foi baseada no princípio da teoria da vantagem absoluta criado por Adam Smith. No entanto, Ricardo aprimorou esta ideia e demonstrou que cada país deveria se especializar e exportar os bens que produzisse de forma relativamente mais eficiente

(BADO *et al*, 2004). “Segundo Ricardo, não é o princípio da vantagem absoluta que determina a direção e a possibilidade de se beneficiar do comércio, mas a vantagem comparativa” (COUTINHO *et al*, 2005, p. 102).

David Ricardo, principal representante da escola clássica da Economia Política, desenvolveu a teoria da vantagem comparativa com escopo de “enfocar os determinantes do comércio internacional pelo lado da oferta”, isto é, cada país deve se especializar naquilo que melhor sabia produzir e que mais tinha vantagem comparativa (GONÇALVES, 1997, p. 2). Conforme Gonçalves (1997, p. 3), “de acordo com este modelo, os custos comparativos são determinados pela produtividade relativa do trabalho”, pois comparativamente os custos de produção são menores para produzir o que o país é especializado em fazer. A teoria Ricardiana no início do século XIX, tinha como objetivo demonstrar que as vantagens comparativas vêm das diferenças de produtividade do fator trabalho para distintos bens (COUTINHO *et al*, 2005).

“Os países deveriam se especializar em bens nos quais tivessem vantagem comparativa, aumentando sua produção doméstica. Assim, a produção que não fosse vendida no mercado doméstico de um país deveria ser exportada” (COUTINHO *et al*, 2005, p. 103). O livre-comércio no comércio internacional, portanto, poderia ser benéfico aos países: exportar (ou importar) bens produzidos onde a produção fosse relativamente mais (ou menos) eficiente, de modo que o comércio seria favorável mesmo para um país que fosse mais (ou menos) eficiente em todas as linhas de produção (RICARDO, 1982).

No entanto, as mudanças tecnológicas e inovações organizacionais trouxeram a necessidade de novas teorias ao comércio internacional. Com o surgimento das economias de escalas e da concorrência imperfeita no comércio mundial, evidenciou-se o aumento da competitividade e a necessidade de complementar as teorias clássicas para novas suposições.

Dentro deste contexto, surgiu a necessidade de novas teorias que integram o comércio aos modelos de crescimento econômico. Diferente das teorias clássicas, as novas teorias têm como suposição a concorrência imperfeita como base de funcionamento dos mercados.

Coutinho *et al* (2005) acredita que uma nova abordagem surgiu em 1989, quando Michael Porter contestou as teorias clássicas e desenvolveu a **teoria das vantagens competitivas**, indo além do conceito de vantagem comparativa de Ricardo (1982). A nova abordagem de Porter (1989) defende que os países devem se concentrar na vantagem competitiva, “refletindo o conceito de competição, que inclui mercados segmentados, produtos diferenciados, diversidades tecnológicas e economias de escala”.

Porter (1989) acredita que o único conceito significativo de competitividade das nações é o de produtividade. Porter defende que “a prosperidade econômica das empresas e das nações depende da produtividade com a qual os recursos nacionais (trabalho e capital) são empregados” (PORTER, 1989 *apud* COUTINHO *et al*, 2005, p. 107). No entanto, Coutinho *et al* (2005, p. 107) afirma que é importante ressaltar que nenhuma nação pode ser competitiva em tudo e que as nações devem manterem-se competitivas através da produtividade:

Os recursos humanos de um país, assim como o capital, são necessariamente limitados. O importante é que esses recursos sejam aproveitados nas atividades mais produtivas, possibilitando um comércio que traga ganhos de produtividade para a nação.

Neste contexto, a teoria de Porter (1989) defende que um país deve se especializar aproveitando os recursos humanos do país, para promover a produtividade e manter a vantagem competitiva da nação. Deste modo, a vantagem competitiva da teoria de Porter é alcançada através do “aumento da produtividade, que se dá por meio de inovações, decorrentes de novas tecnologias, novos métodos de treinamento, novas abordagens de marketing ou aprimoramento dos processos produtivos e gerenciais” (COUTINHO *et al*, 2005, p. 107). Deste modo, a competitividade vem da concorrência imperfeita e da necessidade de inovação que consequentemente beneficia e aumenta a produtividade de uma nação.

Sendo assim, “um país obtém um alto padrão de vida e consegue mantê-lo mediante à produtividade e o ritmo do crescimento dessa produtividade. Isto é, uma elevada renda *per capita* está relacionada com a frequência de inovações na economia” (COUTINHO *et al*, 2005, p. 107).



Para Sarquis (2011, p. 37), as novas teorias foram inicialmente elaboradas “entre 1978 e 1985, em artigos seminais de Krugman (1979, 1980), Helpman (1981), entre outros”. Com o ritmo acelerado pós-guerra, o desenvolvimento industrial contribuiu para a expansão do comércio mundial.

Originalmente desenvolvidas por Romer (1986) e Lucas (1988), as **novas teorias do crescimento** são determinadas pelas teorias da acumulação de capital humano, a inovação e diversificação tecnológicas. As teorias de crescimento são diferentes das teorias tradicionais, pois utilizam de modelos traçados de acordo com a integração e dinâmica entre o comércio e o crescimento endógeno (SARQUIS, 2011).

Para Sarquis, (2011, p. 47), as novas teorias do crescimento “voltaram-se em geral à compreensão do fenômeno do crescimento, abstraindo em geral das relações comerciais entre países”, englobando o “crescimento endógeno”. Segundo estas novas teorias, os fatores essenciais “do crescimento e dos possíveis benefícios do comércio residiriam na acumulação de capital humano, na inovação tecnológica e, subsequentemente, nos ganhos de produtividade e de diversificação da produção” (SARQUIS, 2011, p. 53). O crescimento do capital humano e a tecnologia consequentemente resultam na “acumulação de conhecimento” que “se faz mediante a educação, o aprendizado, o treinamento da mão de obra e várias atividades de Pesquisa e Desenvolvimento e de inovação tecnológica”. Este “crescimento se perpetua de modo endógeno na medida em que o produto marginal do capital [...] se mantém positivo, estimulando as atividades de acumulação do conhecimento” (SARQUIS, 2011, p. 48-49).

Com as novas teorias, desenvolveram-se as novas políticas comerciais estratégicas, que conforme Sarquis (2011, p. 44), “indicam que certas intervenções governamentais podem capacitar o país a auferir maiores benefícios do comércio internacional”. Para Sarquis (2011, p.43) a política comercial estratégica não é só de uma “reedição revigorada de antigos argumentos em favor da proteção e do estímulo à indústria nacional, mas também um golpe teórico nas correntes tradicionais que favorecem o automatismo do livre-cambismo”. Estas políticas comerciais surgiram como estratégias do governo para controlar a economia diante do mercado internacional.

Essencialmente, as novas teorias podem fundamentar intervenção governamental via, por exemplo, tarifas e outras barreiras à importação, estímulos e subsídios à exportação, à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento (SARQUIS, 2011, p. 43).

No entanto, existem dificuldades empíricas, técnicas, econômicas e políticas que dificultam a implementação da Política Comercial Estratégica. Segundo Sarquis (2011, p. 44) “a Política Comercial Estratégica não indica, em termos práticos, como deve ser formulado o planejamento das intervenções governamentais no tempo e intersetorialmente, com os correspondentes impactos sobre a cadeia de produção”. Contudo, é essencial que o país tenha maturidade, capacidade técnica e sofisticação política, nos variados meios privados e públicos envolvidos, para que se evitem estímulos e intervenções governamentais induzindo distorções (SARQUIS, 2011).

## 2.2 RELAÇÃO COMERCIAL

As relações comerciais internacionais de um país constituem em fonte genuína de geração de divisas, além da geração de empregos e da incorporação de novas tecnologias. É necessário compreender a dinâmica das relações comerciais, pois as economias impõem restrições à livre circulação de bens e serviços. As políticas comerciais dos mercados envolvidos devem ser estudadas para entender as razões e os resultados dos obstáculos ao livre comércio.

Economistas clássicos, como Adam Smith, defendem que se todos os países adotassem a prática do livre comércio, os recursos mundiais seriam utilizados com maior eficiência e aumentaria o bem-estar econômico mundial. No entanto, conforme Silva (2001, p.41), “muitos economistas acreditam que [...] o país pode melhorar o bem-estar de sua população adotando restrições ao livre comércio”. Neste contexto, os mercados adotam o protecionismo econômico, defendendo e protegendo as indústrias domésticas e o emprego dos trabalhadores, que podem ser prejudicados pelo excesso de importações.

À medida que as transações internacionais se expandiram, ficou mais evidente os vínculos entre os países. O comércio internacional resultou também no

aumento da concorrência internacional e na implementação de políticas comerciais dos países, influenciando a relação entre os mesmos. Políticas fiscais expansionistas podem estimular a demanda interna que pode conseqüentemente provocar um aumento nas suas importações de bens e serviços. Um aumento de taxas de juros interna pode atrair capitais de outros países, e conseqüentemente aumentaram suas taxas de juros também. Alterações cambiais de um país podem também afetar diretamente as exportações e importações de outro país. Por isso, todo governo deve estar atento às políticas macroeconômicas dos outros países, parceiros, como também de seus concorrentes comerciais.

De acordo com Maluf (2000, p.18), “os fatos ligados ao comércio exterior tem profundas implicações com as relações internacionais, sejam elas vistas nas suas repercussões internas ou externas”. Deste modo, o comércio exterior pode refletir tanto na ordem interna quanto na ordem externa de um país.

Na ordem interna, o comércio exterior reflete a política de desenvolvimento do país, indicando não só o nível já alcançado nesse processo, como também suas dependências, vulnerabilidades e outras deficiências. Na ordem externa, o comércio internacional é, igualmente, uma variável estratégica. É o principal instrumento com que o mundo capitalista busca implantar a ordem econômica liberal, do ideal de integração e internacionalização da economia mundial (MALUF, 2000, p.18).

Considerando o escopo deste estudo, as relações comerciais internacionais possuem diversos aspectos que devem ser estudados, a fim de entender as operações e os intercâmbios, as peculiaridades dos Estados e o posicionamento político estratégico de todas as economias no comércio mundial.

## 2.3 POSICIONAMENTO POLITICO

Os fundamentos teóricos das relações econômicas internacionais “permitem fazer uma distinção clara entre as esferas comercial, produtivo-real (investimento externo direto) e tecnológica (transferência via relações contratuais)”. Segundo Gonçalves, “a questão central reside no poder”, fazendo-se necessário uma “análise empírica do poder do Estado no sistema internacional” (GONÇALVES, 2005, p. 123).

Gonçalves (2005) salienta que para isso é preciso compreender o conceito de poder potencial, vulnerabilidade externa, poder efetivo e hiato de poder.

O poder potencial do Estado assenta-se em uma base material de poder, que é o conjunto dos recursos materiais de poder. Sobre esses recursos o poder potencial de um Estado nacional pode ser convertido em poder efetivo (DEUTSCH, 1968 p. 22-23 apud GONÇALVES, 2005, p. 125).

Conforme Gonçalves (2005), pode-se mensurar a base material de poder ou o poder potencial de um país com inúmeros recursos. Dentre as diversas variáveis, destacam-se as principais mais utilizadas: a população, território, riqueza, capacitação tecnológica e forças armadas.

Em relação a vulnerabilidade externa, Gonçalves (2005, p. 126) define este fator como uma variável que:

[...] expressa a capacidade de resistência das economias nacionais a pressões, fatores desestabilizadores ou choques externos em função das opções de resposta com os instrumentos de política disponíveis e dos custos de enfrentamento ou de ajuste diante dos eventos externos.

Com isso, pode-se dizer que a vulnerabilidade externa é multidimensional, pois desequilíbrios do sistema econômico internacional podem provocar efeitos negativos. Portanto, os Estados devem ter resistência perante a estes efeitos negativos dos eventos externos para que não prejudiquem a sua economia.

“O poder afetivo de um país é a probabilidade real desse país de realizar sua própria vontade independentemente da vontade alheia” (GONÇALVES, 2005, p. 128). Portanto, pode-se dizer que o poder afetivo é ao contrario da vulnerabilidade externa, pois “quanto mais elevada a probabilidade de realizar a sua própria vontade ou de resistir a pressões externas, menor é a vulnerabilidade de um país, e maior é o seu poder afetivo no sistema internacional” (GONÇALVES, 2005, p. 128).

O hiato de poder é entendido com a diferença entre o poder potencial e o poder afetivo. Este conceito busca identificar a “distancia entre o poder potencial de um país e o poder que efetivamente esse país exerce no sistema internacional”, pois o “poder potencial não coincide, necessariamente, com o poder efetivo”. Sendo assim, o hiato de poder é considerado “a diferença entre o conjunto de recursos de poder e o conjunto de vulnerabilidades” (GONÇALVES, 2005, p. 128).

Portanto, o estudo das variáveis objetivas e quantificáveis do sistema econômico internacional é limitada ao estudo empírico do poder no sistema internacional. Com isso, permite-se a identificar o posicionamento dos países na esfera do sistema econômico internacional, com a identificação da vulnerabilidade externa e o poder efetivo dos mesmos (GONÇALVES, 2005).

Para melhor compreender o posicionamento político, é válido ressaltar a **teoria dos mercados assimétricos**. Também conhecida como a informação imperfeita, esta teoria permite entender as diferenças e comportamentos dos mercados, e de que forma analisar as fraquezas e oportunidades dos mesmos.

O conceito de informação assimétrica foi introduzido pela primeira vez por George A. Akerlof em 1970 em sua publicação *The Market for "Lemons": Quality Uncertainty and the Market Mechanism*<sup>1</sup>, na qual apresenta informações assimétricas utilizando como exemplo um estudo de caso do mercado automotivo (AURONEN, 2003). Akerlof (1970) defende que informações assimétricas podem favorecer nas negociações.

His basic argument is that in many markets the buyer uses some market statistic to measure the value of a class of goods. Thus the buyer sees the average of the whole market while the seller has more intimate knowledge of a specific item. Akerlof argues that this *information asymmetry* gives the seller an incentive to sell goods of less than the average market quality<sup>2</sup> (AURONEN, 2003, p. 6).

Neste contexto, a assimetria da informação permite que o vendedor que possui maior informação e conhecimento possua maior vantagem sobre a negociação. Michael Spence continua as ideias de George A. Akerlof, publicando em 1973 a “Sinalização do Mercado de Trabalho” (SPENCE, 1973). Spencer divide mercados em duas classes: os sinalizadores, aqueles em que há poucos jogadores no mercado e que podem estabelecer uma reputação, e aqueles onde os jogadores no mercado são

---

<sup>1</sup> Em português: O Mercado para “Limões”: Incerteza da Qualidade e o Mecanismo do Mercado.

<sup>2</sup> Em português: Seu argumento básico é que, em muitos mercados o comprador usa alguma estatística de mercado para medir o valor de uma classe de mercadorias. Assim, o comprador vê a média de todo o mercado, enquanto o vendedor tem conhecimento mais íntimo de um item específico. Akerlof argumenta que esta assimetria de informação dá ao vendedor um incentivo para vender bens de menos valor do que a qualidade média do mercado.

numerosos e mudam com frequência. Usando o mercado de trabalho como exemplo, Spencer aponta que no mercado de trabalho os potenciais empregados no mercado se diferenciam pela sinalização e reduzem a assimetria de informação entre si (AURONEN, 2003).

A signaling equilibrium is generated when the employers' beliefs are confirmed by the signaling they generate through the offered wage schedule. Signaling equilibrium is a stable state where the sellers (potential employees) in the market differentiate themselves from each other by signaling and thus reduce the information asymmetry between themselves and the buyer (employer)<sup>3</sup> (AURONEN, 2003, p. 11-12).

A teoria dos mercados assimétricos busca identificar as diferenças entre os mercados, através de um estudo para entender o posicionamento dos mesmos. Segundo a teoria, nos diferentes mercados existem grupos que, por certos posicionamentos diferenciados, amealham informações que outros não possuem. Desta forma, estes grupos usam estas informações estrategicamente para obter vantagens sobre os demais grupos ou mercados, favorecidos por seu posicionamento. Esta situação provoca distorções nos mercados, ou seja, assimetria, levando à concorrência imperfeita. Dessa forma, os teóricos George A. Akerlof (AKERLOF, 1970), Michael Spence (SPENCE, 1973) e Joseph Stiglitz (GRIFFITH-JONES; OCAMPO; STIGLITZ, 2010) criticam os modelos teóricos de equilíbrio dos mercados, isto é, sem distorções. Sendo assim, estratégias políticas para fortalecer o posicionamento de cada mercado específico se fazem necessárias.

Todos os mercados na economia mundial possuem aspectos que os diferem entre os demais. Desta forma, um estudo de vulnerabilidades e oportunidades é imprescindível para uma relação duradoura e de sucesso.

Para um país manter sua competitividade no comércio internacional, e equilibrar-se frente a suas oportunidades e ameaças, faz-se necessário empregar políticas de comércio exterior para fomentar seu posicionamento. Para Labatut (1994),

---

<sup>3</sup> Em português: A sinalização de equilíbrio é gerado quando as crenças dos empregadores são confirmadas pela sinalização que eles geram através do cronograma salário oferecido. Sinalização de equilíbrio é um estado estável, onde os vendedores (potenciais empregados) no mercado diferenciam-se entre si pela sinalização e, assim, reduzem a assimetria de informação entre eles e o comprador (empregador).

as operações de políticas de comércio exterior podem-se dividir em: macropolítica de comércio exterior, política de competência do governo, e micropolítica de comércio exterior, política de competência da empresa.

Segundo Labatut (1994, p. 113), a **macropolítica de comércio exterior** é da competência do governo, e o desenvolvimento da macropolítica “depende da capacidade do mesmo de resolver problemas específicos dessa ordem”. Devido as diferentes influências político-sociais e as desigualdades econômicas, não é possível uma política uniforme de comércio que caiba para todas as nações (LABATUT, 1994). Em suma, “a macropolítica de comércio exterior é de competência do Estado e deve preocupar-se fundamentalmente em propiciar condições aos empresários desse comércio a se desenvolver plenamente” (LABATUT, 1994, p. 116). Neste contexto, tais políticas e estratégias devem possibilitar condições favoráveis para expandir seus negócios no âmbito internacional, como a prática de preços competitivos para o comércio internacional às mercadorias produzidas no país, além de outras condições. Em resumo, as principais condições que o Estado deve propiciar aos exportadores no âmbito da macropolítica de comércio exterior, segundo Labatut (1994, p. 116), são:

- a) Financiamento às exportações em níveis internacionais. Para isso o governo deve eliminar o déficit interno;
- b) Construir uma infraestrutura de energia elétrica, de estradas, de portos e aeroportos eficientes e de preços competitivos aos países já industrializados;
- c) Dar educação e cultura suficientes aos recursos humanos do País;
- d) Melhorar o sistema de promoção comercial do País, assistindo devidamente as Federações do Comércio, da Indústria, da Agricultura, da Pecuária e da Mineração.

Para Labatut (1994), a **micropolítica de comércio exterior** é a política de iniciativa das empresas privadas. “Para que haja eficiência no sistema, a empresa deve assistir o governo e dele receber o apoio necessário às suas iniciativas” (LABATUT, 1994, p. 133). Contudo, o mecanismo operacional para a elaboração das políticas das empresas depende do apoio dos governos e também dos objetivos da própria empresa.

Sendo assim, observa-se a importância da macropolítica de comércio exterior para uma nação, uma estrutura de apoio que disponibiliza mecanismos e ferramentas para sustentar o posicionamento político de um país e das empresas importadoras e exportadoras.

## 2.4 O BRASIL

A economia do Brasil passou por diversos períodos que contribuíram para a sua evolução e desenvolvimento. O Brasil nem sempre possuiu uma economia aberta, e sua inserção no mercado internacional levou tempo para se concretizar. Para melhor compreender, a história da economia brasileira pode ser dividida em duas grandes fases: o período mercantil até 1930 e o período industrial de 1930 em diante (LACERDA *et al.*, 2006).

O período mercantil foi marcado por duas etapas: a colonização, e a primário-exportadora. A fase colonial foi composta por dois grandes ciclos econômicos: o da cana de açúcar no século XVII, e o do ouro no século XVIII. Segundo Lacerda *et al.* (2006, p. 24), “a economia mineira foi mais propícia à formação de um mercado interno [...] do que a economia centrada no açúcar”. A economia centrada no açúcar foi o avanço da colonização do Brasil para o início das relações com o mercado externo:

A economia colonial do Brasil, na fase açucareira, era orientada apenas para o mercado externo. As exportações de açúcar geraram um enorme fluxo de receitas em direção à colônia, mas a riqueza obtida acabou sendo despendida com importações, ou seja, retornou às economias centrais, enriquecendo um seleto grupo de colonizadores e comerciantes. A economia brasileira não logrou frutos substantivos que fossem responsáveis por inaugurar uma nova era. Ao contrário, entrou e saiu dos ciclos econômicos da era colonial com a marca de uma economia subordinada aos centros hegemônicos do capital (LACERDA *et al.*, 2006, p. 23-24).

Já a fase primário-exportadora deu-se início com a expansão cafeeira no século XIX. O crescimento da atividade cafeeira favoreceu o desenvolvimento das cidades, principalmente o Rio de Janeiro e São Paulo, onde abriram diversas casas de importação e exportação para anteder o mercado externo.

Porém, a participação do Brasil sobre o comércio internacional era ainda muito pequena, inferior a 1% em 1913. Foi a partir da Grande Depressão dos anos de



1930 que a indústria brasileira tornou-se principal fator de crescimento para a economia brasileira. A crise da economia cafeeira foi o fator que mais estimulou o aprofundamento da industrialização, com início nas décadas finais do século XIX (LACERDA *et al.*, 2006). Lacerda *et al.* (2006) ressalta que o avanço da industrialização no Brasil ocorreu com a implantação do Processo de Substituição de Importações.

O avanço da industrialização deu-se por meio do processo de substituição de importações, começando com bens de consumo não-duráveis, como alimentos e tecidos, e evoluindo na direção de bens de consumo duráveis e de capital (LACERDA *et al.*, 2006, p. 68).

Devido à Grande Depressão, o nível de renda baixou e os preços dos produtos importados aumentaram. Com isso, a demanda passou a ser atendida pela oferta interna, promovendo o desenvolvimento das indústrias nacionais e substituindo as importações. O Processo de Substituição de Importações (PSI) foi de grande importância para o crescimento industrial da economia brasileira. Este avanço industrial para a substituição de bens de consumo seria “constantemente bloqueado pelos estrangulamentos cambiais, que dificultavam ou impediam a importação dos bens de produção necessários para o desenvolvimento”. Sendo assim, surgiu a necessidade de produzir internamente também os bens de produção (LACERDA *et al.*, 2006, p. 84).

Maluf (2000) acrescenta que a abertura comercial brasileira iniciou-se com a implantação do PSI. Com a substituição das importações, o desenvolvimento da indústria nacional, para atender a demanda do país, gerou excedentes para exportar. Foi o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (de 1956 a 1960), que estimulou decisivamente o PSI.

Além dos amplos projetos estatais de infraestrutura, o Estado conseguiu articular grandes somas de investimentos privados de origem externa e interna, destinadas a áreas como indústria automobilística, construção naval e construção aeronáutica [...] (LACERDA *et al.*, 2006, p. 95).

Segundo Lacerda *et al.* (2006), o Plano de Metas é um caso bem sucedido de formulação e implementação de planejamento estatal. O planejamento estatal promoveu o desenvolvimento Juscelinista, o conhecido “cinquenta anos em cinco”, apresentando resultados positivos para a economia brasileira. Conforme Lacerda *et al.* (2006, p. 99), “no período de 1957-1961, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu à taxa

anual de 8,2%, o que resultou em um aumento de 5,1% ao ano na renda per capita, superando o próprio objetivo do Plano de Metas”.

A abertura da economia ao capital estrangeiro deu início em 1953 no governo de Getúlio Vargas com a reforma cambial, e no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira também foram feitos outros ajustes legais com o objetivo de tornar o país ainda mais atrativo ao capital externo (BRUM, 1996). De acordo com Brum (1996, p. 243), “esse ritmo acelerado de crescimento econômico não teria sido possível sem a participação do capital estrangeiro. E com o capital, veio também a tecnologia”.

Segundo Lacerda *et al.* (2006), o Brasil enfrentou uma recessão em 1963, a primeira crise industrial endógena, que se estendeu até 1967. A taxa de crescimento do PIB começou a cair e a inflação disparou, atingindo uma taxa anual de 90% em 1964. A partir de 1968, o Brasil novamente se reergueu e vivenciou um intenso crescimento do PIB e da produção industrial até 1973.

Este milagre econômico foi consequência do crescimento do comércio internacional e dos fluxos financeiros internacionais, que aumentou a abertura comercial e financeira do Brasil em relação ao exterior (LACERDA *et al.*, 2006). Ou seja, o comércio internacional contribuiu para a abertura do país.

Uma das características marcantes desse processo [...] foi a presença de capital estrangeiro, na forma de investimentos diretos, e, especialmente, por meio de empréstimos. A consequência desse endividamento seria a crise dos anos 1980 (LACERDA *et al.*, 2006, p. 119).

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) foi implantado de 1975 a 1979 com o objetivo de “superar o subdesenvolvimento do próprio país” a fim de “eliminar os estrangulamentos estruturais” da economia (LACERDA *et al.*, 2006, p. 132). Sendo a maior experiência brasileira de planejamento após o Plano de Metas, o II PND propunha uma transformação da estrutura do país, “assumindo os riscos de aumentar provisoriamente os déficits comerciais e a dívida externa, mas construindo uma estrutura industrial avançada que permitiria superar conjuntamente a crise e o subdesenvolvimento” (LACERDA *et al.*, 2006, p. 133-134).

Houve uma grande participação de empréstimos externos e financiamentos de programas de investimentos, que consequentemente resultaram na crise de 1980. Desequilíbrios externos e internos marcaram a economia brasileira nos anos 1980,

levando a desestruturação interna da economia. A moratória mexicana de 1982 influenciou na economia brasileira: o superávit comercial foi reduzido devido à queda nas exportações, e as despesas com os juros da dívida externa e o déficit em conta corrente aumentaram (LACERDA *et al.*, 2006). Segundo Lacerda *et al.* (2006, p. 148) a “moratória mexicana e a deterioração das contas externas brasileiras dificultaram o financiamento desse déficit, e as reservas líquidas do país se tornaram negativas em mais de USD\$ 2 bilhões”. Lacerda *et al.* (2006) ressalta que o aumento de endividamento externo estava refletindo negativamente nas contas internas do país, a chamada crise fiscal do Estado na qual provocou o estancamento do crescimento, a queda do nível de investimento e a disparada da inflação do país.

A recuperação da economia norte-americana a partir de 1984 foi de fundamental importância para a retomada do crescimento da economia brasileira, apoiada no aumento das exportações e no crescimento da renda agrícola, em função de uma forte alta nos preços dos produtos primários, que repercutiram em compras de insumos e maquinários (LACERDA *et al.*, 2006, p. 150).

É de suma importância destacar que a recuperação da economia dos Estados Unidos contribuiu para a retomada do crescimento da economia brasileira. Em 1984, “as exportações brasileiras, favorecidas pela expansão da economia mundial e pela desvalorização do cruzeiro no ano anterior, aumentaram substancialmente e as taxas de crescimento do PIB voltaram a ser positivas” (LACERDA *et al.*, 2006, p. 171).

Durante este período, a economia brasileira retomou seu crescimento. Entretanto, os anos 1980 no Brasil foram considerados como a década perdida. Isto porque a economia brasileira registrou uma perda econômica incomum em comparação aos cinquenta anos anteriores. Devido às grandes transformações que ocorreram no Brasil, como o fim da ditadura militar, a economia sofreu um aumento contínuo da inflação e baixas no PIB.

Conforme Brum (1996, p. 439), “o Brasil quase não cresceu economicamente ao longo de doze anos (1981-1992)”, mas afirma que “nem tudo foi negativo na chamada década perdida”. O fim da ditadura militar em 1985 e a nova constituição do Brasil em 1988 estabeleceram princípios democráticos para a sociedade brasileira.

[...] nesse período, a sociedade brasileira mudou muito. Fez a transição pacífica do regime autoritário para o regime democrático. Construiu instituições democráticas capazes de resguardar as liberdades políticas, garantir os princípios da cidadania e os direitos individuais, políticos e sociais (BRUM, 1996, p. 439).

Mudanças no cenário internacional no século XX trouxeram desafios para a economia brasileira. Era necessário superar a crise e enfrentar as influências das transformações mundiais. O fim da Guerra Fria, a valorização do capitalismo a nível mundial, a globalização, foram mudanças que marcaram e evidenciaram, conforme Brum (1996, p. 446) a “necessidade de transformações mais profundas: a superação da visão meramente economicista e sua substituição por uma visão humanista universal”. Até final da década de 80, a política comercial do Brasil baseou-se no aumento dos estímulos à exportação, na necessidade de obter saldos superavitários em sua balança comercial.

Os anos 1990 da economia brasileira foram marcados por algumas mudanças que promoveram a abertura comercial da economia: os Planos Collor I e II, uma reestruturação produtiva, e a adoção do Plano Real. Segundo Lacerda *et al.* (2006), para a abertura comercial brasileira, a política do comércio exterior estava voltada diretamente para a obtenção de superávits comerciais, através da contenção de importação por meio de medidas não-tarifárias, e incentivos às exportações por meio de um projeto de promoção de exportações.

A abertura provocou uma profunda reestruturação industrial no Brasil, trazendo benefícios para os consumidores pela maior disponibilidade de bens e serviços, com melhores preços e tecnologia, embora com impactos negativos sobre o nível de emprego (LACERDA *et al.*, 2006, p. 208).

Com o intuito de controlar a inflação, Fernando Collor de Mello assumiu o governo em 1990, adotando dois planos de estabilização: o Plano Brasil Novo (ou Plano Collor) em março de 1990, para o ataque frontal à inflação; e o Plano Collor II em janeiro de 1991, quando o primeiro plano foi fracassado (LACERDA *et al.*, 2006).

Conforme Lacerda *et al.* (2006, p. 202), a reestruturação produtiva, conhecida também por modernização conservadora, “ocorreu no desdobramento do esgotamento do modelo de substituição de importações e foi influenciada pelos

pressupostos do Consenso de Washington” na qual sugeriam medidas liberalizantes para reformas nos países em desenvolvimento.

Os anos de 1990 foi um período de mudanças e adaptações para o desenvolvimento da economia brasileira:

No início dos anos 1990, o Brasil havia intensificado os processos de abertura ao exterior, de fomento às privatizações, de renegociação da dívida externa e de desregulamentação do mercado. A estabilização permanecia, no entanto, um desafio resistente às varias tentativas de eliminação da inflação (LACERDA *et al.*, 2006, p. 230).

Com isso, viu-se a necessidade de combater a inflação. De acordo com Brum (1996, p. 482), “o combate efetivo à inflação foi desencadeada com o Plano Real, anunciado em 7 de dezembro de 1993”. Com o objetivo de estabilização monetária e recuperação da confiança, o Plano Real beneficiou diversos setores, principalmente a população, os mais pobres, os trabalhadores, as grandes empresas, os profissionais liberais, e o país como um todo, que resgatou a imagem externa e a recuperação do sentimento de dignidade nacional (BRUM, 1996).

Com um novo modelo de inserção internacional da economia brasileira, um aspecto importante do panorama da economia dos anos 1990, é o crescente aumento da vulnerabilidade externa. Conforme Lacerda *et al.* (2006, p. 221), “qualquer alteração no cenário internacional tende a afetar o fluxo de recursos destinados ao Brasil”.

Segundo Lacerda *et al.* (2006, p. 239), “após a introdução do Plano Real, em 1994, a sobrevalorização cambial, aliada à abertura da economia, incentivou sobremaneira o aumento das importações”. Com isso, o aumento das importações refletiram no déficit comercial na economia brasileira. Desta forma, verificou-se a necessidade de estimular as exportações neste período.

Apesar da mudança do governo em 2002, há uma base de política macroeconômica adotada continuamente desde 1999, cujo pilar é a combinação do regime de metas de inflação com o câmbio flutuante e a política de geração de superávit fiscal primário (LACERDA *et al.*, 2006, p. 242).

Os resultados apresentados no balanço de pagamentos brasileiro, especialmente a partir de 2002, têm sido fundamental para diminuir a vulnerabilidade externa da economia. A economia vem apresentando significativas melhoras, porém ainda permanece o desafio de melhorar a relação dívida pública, PIB e melhorar o perfil

do endividamento. Analisando o comércio exterior brasileiro, entre 1992 e 1997 as exportações brasileiras aumentaram apenas 34,18% enquanto as importações cresceram 63,34%. Segundo Lacerda *et al.* (2006, p. 255), isso ocorreu porque “o câmbio sobrevalorizado tornou os produtos nacionais menos competitivos e estimulou as importações [ e] os produtos industrializados perderam competitividade externa”.

O Brasil passou por uma reforma administrativa de 1992, com a criação do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT), e da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). Em 1999 o MICT transformou-se no Ministério do Desenvolvimento da Industrial e do Comércio Exterior (MDIC), um dos órgãos gestores do comércio exterior do Brasil, com o objetivo de ampliar as exportações brasileiras.

A globalização trouxe novas prioridades para a economia mundial. Maluf (2000, p. 20) aponta que o comércio internacional resultou em “relações mais transparentes, trocas comerciais mais baseadas na competição do que na proteção.” Maluf ainda afirma que “o Brasil finalizou a década de 90 em plena era da globalização, com altíssima concentração de sua pauta exportadora”.

No ano de 2003, o Governo Federal do Brasil criou a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) para promover os produtos e serviços brasileiros no mercado externo e atrair investimentos estrangeiros para o Brasil. A Apex-Brasil tem como objetivo promover as exportações através de diversas ações, dando apoio às empresas brasileiras, e atrair investimentos estrangeiros diretos para contribuir para o desenvolvimento da competitividade do país (BRASIL, 2014a).

O século XXI foi marcado por diversos acontecimentos que influenciaram a economia brasileira. “O Brasil participa ativamente como protagonista regional e ator global estabelecendo várias alianças políticas, visando ao fortalecimento do seu posicionamento político e da sua economia” (BRASIL, 2010, p. 226). Segundo Brasil (2010) a economia brasileira foi prejudicada por diversos fatores em 2001, como: a crise energética, a crise da Argentina, a disparada do dólar, o embargo à carne brasileira e o ataque terrorista de 11 de setembro nos Estados Unidos. Todos estes fatores causaram a crise energética brasileira em 2001.

Foi somente em 2002 que as exportações cresceram novamente, alcançando níveis recordes de superávit comercial.

A partir de 2000, o comércio exterior brasileiro aumenta num ritmo mais vigoroso. O crescimento econômico mundial, o aumento dos preços internacionais de produtos básicos, a diversificação dos mercados importadores e a maior produtividade da indústria nacional são fatores que favorecem o dinamismo das exportações brasileiras, que passa a atingir sucessivos recordes (BRASIL, 2010, p. 227).

Em 2005 o comércio exterior brasileiro avançou com o alcance de um resultado inédito na balança comercial e o pagamento da dívida externa, consequentemente aumentando a visibilidade do País no exterior. No ano de 2006 o Brasil registrou aumento real de 3,7% do PIB, devido à forte demanda interna e a expansão das exportações principalmente de *commodities* (BRASIL, 2010). Acordos comerciais e políticas externas favoreceram o desenvolvimento do comércio internacional do Brasil. A crise nos mercados financeiros de 2008 afetou o Brasil em 2009, como em todo o mundo. No entanto, o Brasil se reergueu com rapidez, sem sofrer impactos significativos, graças às ações do Estado (BRASIL, 2010).

Em 2012, o Brasil ficou posicionado em 22º lugar no ranking dos principais exportadores e importadores mundiais. Sua pauta de exportação é bastante diversificada, contribuindo para o seu processo de integração no comércio internacional (FIESC, 2013a).

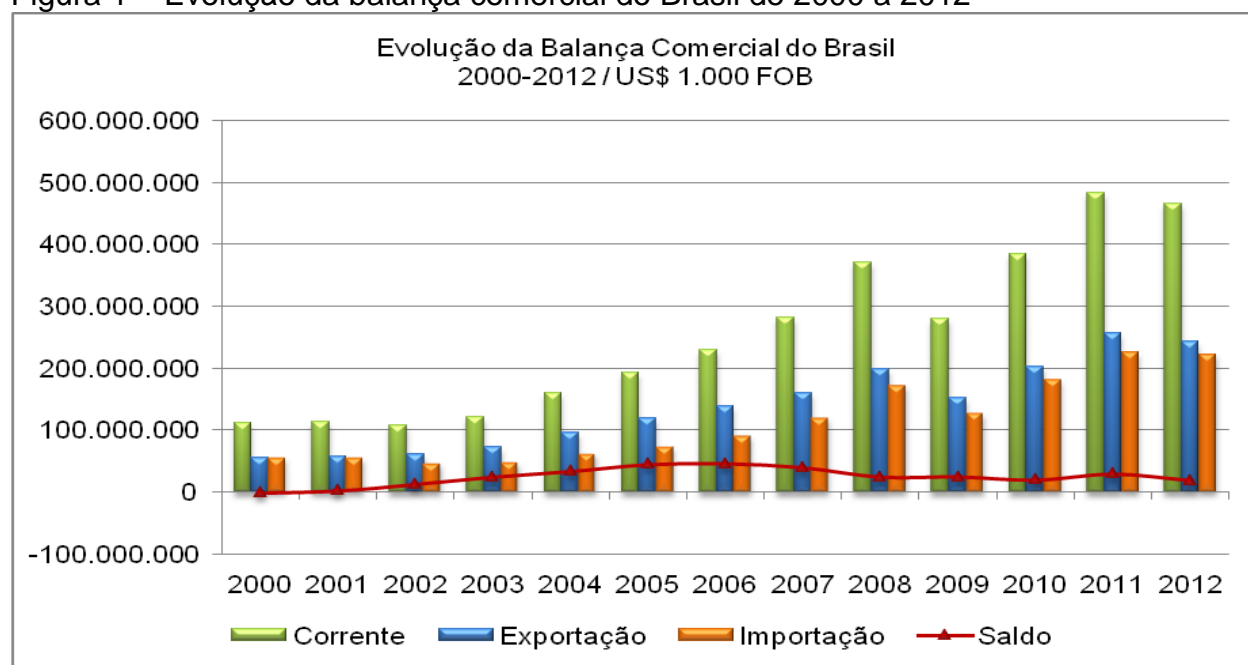
Com a análise do Balanço de Pagamentos e da Balança comercial, é possível verificar todas as atividades de um país com o resto do mundo. Conforme Silva (2001, p. 57), é através do Balanço de Pagamentos que o país possui o "registro contábil de todas as transações de bens e serviços, as transferências de propriedades, as variações de ouro monetário, as transferências unilaterais de divisas e as variações de Direitos Especiais de Saque". Dentro do Balanço de Pagamentos, a conta de Balança de Transações Correntes é a mais importante, na qual incluem todas as transações: a Balança Comercial, a Balança de Serviços, e as Transferências Unilaterais. Conforme Silva (2001, p. 63) "a balança comercial registra todas as transações referentes somente às exportações e importações de mercadorias". A Tabela 1 e a Figura 1 a seguir apresentam a balança comercial do Brasil e sua evolução entre os anos de 2000 a 2012.

Tabela 1 – Balança comercial do Brasil de 2000 a 2012 - US\$ 1.000 FOB

Ano	Exportação		Importação		Saldo	Corrente
	Valor (A)	Var% (*)	Valor (B)	Var % (*)	(A) – (B)	(A) + (B)
2000	55.118.920	14,8	55.850.663	13,28	-731.743	110.969.583
2001	58.286.593	5,75	55.601.758	-0,45	2.684.835	113.888.351
2002	60.438.653	3,69	47.242.654	-15,03	13.195.999	107.681.307
2003	73.203.222	21,12	48.325.567	2,29	24.877.655	121.528.789
2004	96.677.497	32,07	62.835.616	30,03	33.841.882	159.513.113
2005	118.529.184	22,6	73.600.376	17,13	44.928.809	192.129.560
2006	137.807.470	16,26	91.350.841	24,12	46.456.629	229.158.311
2007	160.649.073	16,58	120.617.446	32,04	40.031.627	281.266.519
2008	197.942.443	23,21	172.984.768	43,42	24.957.675	370.927.211
2009	152.994.742	-22,71	127.722.343	-26,17	25.272.399	280.717.085
2010	201.915.276	31,98	181.768.427	42,32	20.146.848	383.683.703
2011	256.039.575	26,81	226.245.898	24,47	29.793.677	482.285.473
2012	242.579.776	-5,26	223.149.130	-1,37	19.430.645	465.728.906

Fonte: Brasil (2012c).

Figura 1 – Evolução da balança comercial do Brasil de 2000 a 2012



Fonte: Elaborado com base nos dados de Brasil (2012c).

Analisando a evolução da balança comercial, a crise financeira internacional de 2008 prejudicou as exportações e principalmente as importações do Brasil de 2009. As importações sofreram uma queda de -26,17% e as exportações -22,71%. Após 2009, o comércio exterior brasileiro retomou seu crescimento.



No entanto, conforme demonstrado acima, o Brasil registrou em 2012 uma corrente de comércio de USD\$ 465,7 bilhões, a segunda maior corrente de comércio dos últimos 12 anos, USD\$ 242,6 bilhões em exportações e USD\$ 223,1 bilhões em importações. Em relação ao ano de 2011, que apresentou o maior volume de importações e exportações da história do país, as exportações e importações de 2012 apresentaram retração de -5,26%, e -1,37%, respectivamente. A análise da balança comercial aponta que apesar da queda no saldo comercial no ano de 2012, seu histórico apresenta sempre um saldo positivo e a corrente de comércio vem aumentando gradativamente ao longo dos anos.

#### **2.4.1 O Estado de Santa Catarina**

O movimento migratório e a colonização, principalmente por italianos, poloneses e alemães, deram o marco inicial para formação econômica do Estado de Santa Catarina. Conforme Goularti Filho (2007, p. 70), pode-se “tomar como ponto de partida o ano de 1880 para traçarmos uma nova periodização da formação econômica de Santa Catarina”. Durante o período de 1880-1945, deu-se origem e crescimento do capital industrial catarinense, predominando o padrão de crescimento baseado na pequena propriedade mercantil. “O padrão hegemônico no Estado era o da pequena propriedade, que ditava o ritmo de grande parte da economia catarinense” (GOULARTI FILHO, 2007, p. 71).

Durante o período de 1880 a 1945, podemos dizer que se originam e crescem em Santa Catarina as indústrias de madeira, alimentar, carbonífera e têxtil. A metal-mecânica e moveleira também nascem neste período, porém iniciaram um crescimento mais acelerado somente nos anos posteriores (GOULARTI FILHO, 2007, p. 72).

A integração comercial catarinense no mercado nacional tornou-se evidente a partir do Censo Industrial de 1939, quando foi identificado que, em relação ao Censo Industrial anterior de 1920, a participação da indústria madeireira e têxtil no Valor da Transformação Industrial (VTI) aumentou significativamente, enquanto a indústria alimentar teve uma queda. De acordo com Goularti Filho (2007, p. 80) foi “justamente

nesse momento que a região oeste do Estado começa a se constituir como uma grande região produtora de alimentos derivados de suínos para o mercado nacional”. Segundo Goularti Filho (2007, p. 81), “a partir da segunda metade dos anos 1910 até o final dos anos 1920, o valor das exportações catarinense aumentou em seis vezes, ritmo que se manteve nos anos 1930”.

O Brasil chegou ao século XIX com uma forte base agrária-mercantil e com uma fraca base industrial. De acordo com Goularti Filho (2007, p. 83), “em Santa Catarina a indústria originária está no segmento extrativo – erva-mate, madeira e carvão –, no alimentício – farinha, açúcar e derivados de suínos – e no têxtil”. Além destes setores, também se destacava a pecuária.

O capital-dinheiro, concentrado nas mãos de pequenos capitalistas, transformou-se rapidamente em capital-industrial. É a partir desse desdobramento que nasce o grande capital industrial em Santa Catarina. E o capital-industrial, juntamente com o mercantil, que será o móvel da acumulação no período de 1945 a 1962, um período transitório para a fase da integração e consolidação da indústria catarinense (GOULARTI FILHO, 2007, p. 132).

Até 1945 Santa Catarina possuía uma economia especializada. Conforme Goularti Filho (2007, p. 134), foi no período de 1945-1962 que a economia catarinense passou por uma “verdadeira diversificação e ampliação da base produtiva”, com a introdução de “novos setores como o de papel, papelão, pasta mecânica, cerâmico, metal-mecânico, materiais elétricos e indústrias ligadas ao setor de transporte”. Em suma, pode-se concluir que “a expansão dos setores consolidados representou uma mudança quantitativa na base produtiva da economia catarinense; e o surgimento das novas indústrias, uma mudança qualitativa” (GOULARTI FILHO, 2007, p. 134).

Durante este período, há uma expansão dos setores consolidados: a madeira, o carvão, o alimentício e o têxtil. Ao mesmo tempo, a partir da industrialização, a urbanização e a integração nacional, surgem três novos setores.

Nesse período transitório de diversificação e ampliação que se inicia nos meados dos anos 1940 e se estende até início dos anos 1960, surgem três novos setores que serão responsáveis, em boa medida, pela mudança do padrão de crescimento em Santa Catarina: o metal-mecânico, o cerâmico e o papel e pasta mecânica (GOULARTI FILHO, 2007, p. 147).

Foi a partir dos meados da década de 1940 que a indústria começou a ampliar e diversificar a sua base produtiva. Segundo Goularti Filho (2007, p. 185), o

“padrão de crescimento altera-se a partir de 1962, com o novo sistema de crédito, com os investimentos em energia e transporte e com a consolidação do setor eletro metal-mecânico, liderado pelas médias e grandes indústrias”.

Os anos de 1980 foi um longo período de baixo crescimento econômico para a economia latino-americana, devido à “crise da dívida externa e pelo enfraquecimento dos Estados Nacionais em formular políticas de desenvolvimento voltadas para os interesses nacionais” (GOULARTI FILHO, 2007, p. 294). Segundo Goularti Filho (2007), o Brasil também foi prejudicado com uma crise financeira que se originou da dívida externa.

Apesar disso, Santa Catarina manteve seu desempenho de crescimento econômico. Goularti Filho (2007, p. 27) afirma que “a economia catarinense andou na contramão da recessão; enquanto a economia brasileira cresceu 2,3% ao ano, a catarinense cresceu 5.3%”. Conforme Goularti Filho (2007, p. 297-298), pode-se concluir que isto ocorreu devido aos seguintes fatores:

[...] 1) ainda havia espaço para a integração produtiva intra-estadual; 2) os setores menos atingidos pela crise eram aqueles em que Santa Catarina se especializou; 3) parte da produção foi deslocada para o mercado externo; 4) os investimentos em infra-estrutura promovidos pelo setor público dentro dos planos estaduais foram amadurecendo ao longo da década; 5) as finanças industrializantes, promovidas pelas agências de fomento e pelos programas de incentivos, garantiram a continuidade dos investimentos; 6) ocorreu uma diversificação produtiva em municípios-pólos em cada região [...]; 7) e alguns setores mantivera taxas constantes de inovação tecnológica, como no setor alimentício, cerâmico e papel e celulose.

Com a reestruturação produtiva de 1990, Santa Catarina também recebeu novas indústrias. Após 1990, a economia catarinense sofreu mudanças estruturais como:

[...] a redução das atividades estatais, reestruturação da indústria cerâmica, o desmonte parcial do complexo carbonífero, a reestruturação patrimonial no complexo carbonífero, a desverticalização e retração no segmento têxtil-vestuário, calçados e a desnacionalização no complexo agroindustrial (GOULARTI FILHO, 2007, p. 308).

Considerada uma das economias mais abertas do país, o Estado de Santa Catarina tem uma economia ativa em relação à corrente de comércio. Santa Catarina possui uma economia forte e uma indústria diversificada. Entre os Estados brasileiros com maior significância, o Estado de Santa Catarina se destaca na economia brasileira

como o segundo Estado com maior participação da indústria de transformação no PIB devido à sua diversidade industrial (FIESC, 2013b). “O PIB catarinense é o sétimo do Brasil, registrando, em 2010, R\$ 152,5 bilhões” (FIESC, 2013b, p. 11).

A economia de Santa Catarina possui diversos polos industriais, o que permite um desenvolvimento equilibrado entre as regiões: cerâmico, carvão, vestuário e descartáveis plásticos no Sul; alimentar e móveis no Oeste; têxtil, vestuário, naval e cristal no Vale do Itajaí; metalúrgica, máquinas e equipamentos, material elétrico, autopeças, plásticos, confecções e mobiliário no Norte; madeireiro, na região Serrana e tecnológico na Capital (FIESC, 2013b).

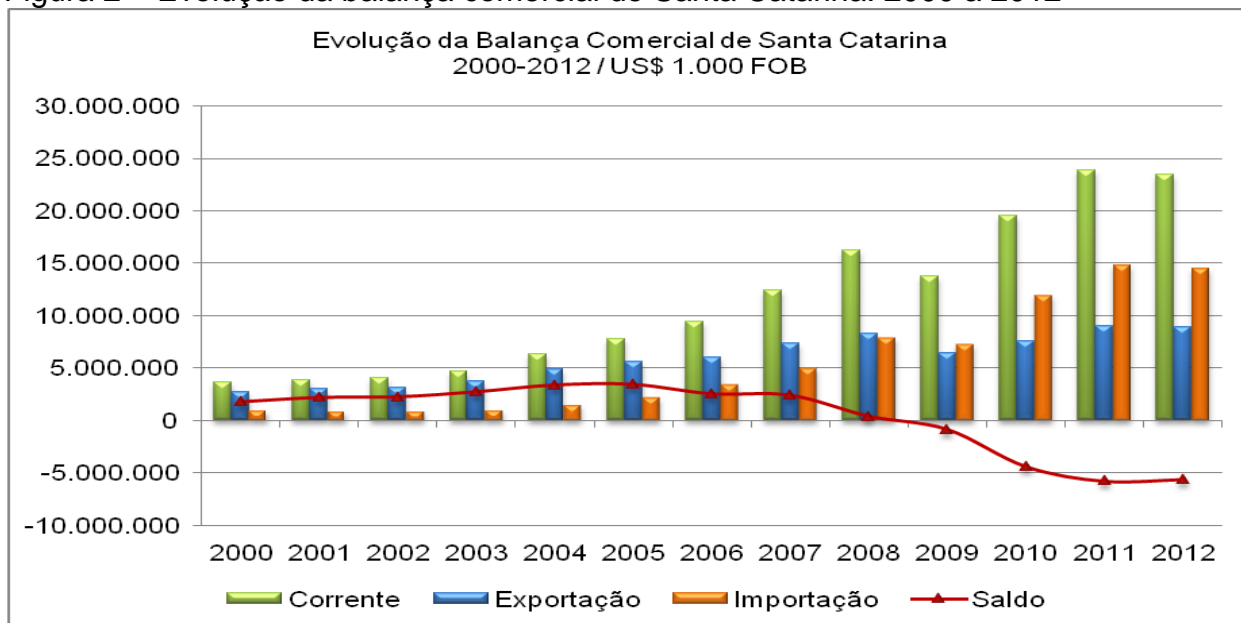
No ano de 2012, Santa Catarina importou aproximadamente USD\$ 14,55 bilhões, representando um total de 6,55% de participação do total importado pelo Brasil no mesmo ano. As exportações de 2012 somaram um total de US\$ 8,9 bilhões, representando 3,68% do total exportado de todo o Brasil. A Tabela 2 e a Figura 2 representa a evolução da Balança Comercial de Santa Catarina de 2000 a 2012.

Tabela 2 – Balança comercial de Santa Catarina de 2000 a 2012 - US\$ 1.000 FOB

Ano	Exportação		Importação		Saldo	Corrente
	Valor (A)	Var% (*)	Valor (B)	Var % (*)	(A) – (B)	(A) + (B)
2000	2.712.493	5,65	957.170	8,32	1.755.323	3.669.663
2001	3.031.172	11,75	860.394	-10,11	2.170.778	3.891.566
2002	3.160.456	4,27	931.395	8,25	2.229.061	4.091.851
2003	3.701.854	17,13	993.810	6,70	2.708.044	4.695.664
2004	4.862.608	31,36	1.508.950	51,83	3.353.658	6.371.558
2005	5.594.239	15,05	2.188.540	45,04	3.405.699	7.782.779
2006	5.982.112	6,93	3.468.768	58,50	2.513.344	9.450.880
2007	7.381.839	23,40	5.000.221	44,15	2.381.618	12.382.060
2008	8.331.092	12,86	7.940.724	58,81	390.368	16.271.816
2009	6.427.661	-22,85	7.288.151	-8,22	-860.490	13.715.812
2010	7.582.023	17,96	11.978.106	64,35	-4.396.082	19.560.129
2011	9.051.041	19,38	14.840.947	23,90	-5.789.906	23.891.988
2012	8.920.648	-1,44	14.550.221	-1,96	-5.629.573	23.470.869

Fonte: Brasil (2012c).

Figura 2 – Evolução da balança comercial de Santa Catarina: 2000 a 2012



Fonte: Elaborado com base nos dados de Brasil (2012c).

Analisando a Tabela 2 e a Figura 2, em 2012 as exportações catarinenses alcançaram o valor de USD\$ 8,9 bilhões, uma queda de 1,44% em relação ao ano anterior. As importações registraram um total de USD\$ 14,55 bilhões, resultando em uma queda de 1,96%. De 2008 ao ano de 2012, o saldo da balança comercial registrou uma redução, déficits consideráveis que aumentaram ao longo dos anos. A crise econômica mundial de 2008 foi um fator que contribuiu para este resultado. Apesar disso, as exportações e importações vinham apresentando um crescimento após 2008, exceto em 2012. Porém, Santa Catarina começou a importar mais do que exportar. Este resultado persistiu e Santa Catarina ainda apresenta déficit em sua balança comercial.

Em síntese, observa-se que apesar de uma forte economia e um intercâmbio comercial internacional ativo, o comércio internacional catarinense apresentou resultados negativos nos últimos anos. Segundo a FIESC (2013a, p. 33), em 2012 “o saldo da Balança Comercial de Santa Catarina foi negativo em USD\$ 5,6 bilhões, o segundo maior saldo deficitário do Estado desde 1998, atrás somente de 2011, quando o saldo foi negativo em USD\$ 5,8 bilhões”.

Em se tratando de relações comerciais de Santa Catarina, observe nas Tabelas 3 e 4 os principais países de origem das importações de Santa Catarina e os principais países de destino das exportações de Santa Catarina de 2011 e 2012.

Tabela 3 – Principais países de origem das importações de Santa Catarina

Ord	Descrição	2012		2011		Var. % 2012/2011
		US\$ FOB	Part. %	US\$ FOB	Part. %	
	TOTAL DA ÁREA	14.550.221.470	100,00	14.840.947.159	100,00	-1,96
1	CHINA	4.125.995.833	28,36	3.968.498.900	26,74	3,97
2	CHILE	1.521.468.910	10,46	1.546.925.663	10,42	-1,65
3	ARGENTINA	1.097.862.446	7,55	1.258.040.247	8,48	-12,73
4	ESTADOS UNIDOS	851.628.151	5,85	987.437.830	6,65	-13,75
5	ALEMANHA	709.211.646	4,87	685.727.131	4,62	3,42
6	COREIA DO SUL	452.845.532	3,11	445.002.411	3,00	1,76
7	PERU	422.081.547	2,90	546.018.228	3,68	-22,70
8	INDIA	416.279.761	2,86	407.608.545	2,75	2,13
9	ITALIA	388.612.530	2,67	387.454.576	2,61	0,30
10	TAIWAN (FORMOSA)	343.133.368	2,36	269.222.408	1,81	27,45

Fonte: Brasil (2012c).

Tabela 4 – Principais países de destinos das exportações de Santa Catarina

Ord	Descrição	2012		2011		Var. % 2012/2011
		US\$ FOB	Part. %	US\$ FOB	Part. %	
	TOTAL DA ÁREA	8.920.648.413	100,00	9.051.040.777	100,00	- 1,44
1	ESTADOS UNIDOS	1.017.977.494	11,41	992.440.733	10,96	2,57
2	ARGENTINA	609.256.895	6,83	678.510.792	7,50	- 10,20
3	CHINA	560.184.629	6,28	410.297.165	4,53	36,53
4	PAISES BAIXOS-HOLANDA	559.678.405	6,27	640.723.314	7,08	- 12,70
5	JAPAO	515.805.973	5,78	684.397.537	7,56	- 24,60
6	REINO UNIDO	337.616.835	3,78	368.911.813	4,08	- 8,48
7	MEXICO	321.356.797	3,60	280.402.365	3,10	14,61
8	RUSSIA	320.729.796	3,60	287.251.459	3,17	11,65
9	ALEMANHA	315.492.532	3,54	367.067.169	4,06	- 14,10
10	BELGICA	274.402.446	3,08	168.763.716	1,86	62,60

Fonte: Brasil (2012c).

Na análise por principais países, os Estados Unidos de destaca como o principal país de destino das exportações de Santa Catarina, representando 11,41% do total das exportações de 2012, e um crescimento de 2,57% em relação a 2011. Nas importações, a China é o principal país de origem das importações de Santa Catarina, representando 28,36% do total de 2012. Em segundo lugar vem o Chile com 10,46% e em 3º Argentina com 7,55%. Os Estados Unidos está em 4º lugar do ranking dos países de origem das importações catarinenses, representando 5,85%. Nesta análise, é possível identificar que em 2012 a relação comercial de Santa Catarina com os Estados unidos movimentou uma corrente de comércio de USD\$ 1.869.605.645,00, uma

pequena queda de -5,57% em relação ao ano de 2011.

Em relação à pauta de exportação de Santa Catarina, verifica-se que apesar da pauta de produtos catarinenses ser diversificada, existe a predominância de bens básicos e do setor de alimentos. Os demais produtos são compressores e motores ou partes de motores. A Tabela 5 a seguir apresenta os dez principais produtos catarinenses exportados em 2012, de acordo com a classificação Sistema Harmonizado de Classificação de Mercadorias (SH 6).

Tabela 5 – Produtos mais exportados por Santa Catarina em 2012

SH 6	Descrição dos produtos	2011 (USD/ FOB)	2012 (USD/ FOB)	Variação (%)
020714	Pedaços de miudezas comestíveis de galo e galinhas da espécie doméstica, congelados	1.511.825.625	1.406.860.085	-6,94%
240120	Fumo não manufaturado, total ou parcialmente destalado	872.848.021	932.074.103	6,79%
841430	Compressores para equipamentos frigoríficos	471.076.201	504.807.290	7,16%
020329	Outras carnes de suíno, congeladas	411.064.896	427.043.170	3,89%
840999	Outras partes para motores diesel e semidiesel	425.142.535	406.305.910	-4,43%
850152	Outros motores elétricos de corrente alternada, polifásicos, de potência >750 W e <=75 kW	299.980.307	298.810.129	-0,39%
020712	Carnes de galo e galinhas da espécie doméstica não cortadas em pedaços, congeladas	376.494.398	295.591.556	-21,49%
120190	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	215.347.062	294.969.381	36,97%
160232	Preparações alimentícias e conservadas de galo e de galinhas	331.013.517	282.066.950	-14,79%
850153	Outros motores elétricos de corrente alternada, polifásicos, de potência >75 kW	229.226.799	253.013.116	10,38%

Fonte: FIESC (2013a, p. 37)

Analisando a Tabela 5 apresentada acima, é possível identificar os principais produtos exportados por Santa Catarina e a evolução das exportações dos mesmos de 2011 para 2012. Destacam-se um aumento das exportações de soja, em 36,97% em valor entre 2011 e 2012, e de outros motores elétricos de corrente alternada de potência >75 kW em 10,38%. Em contrapartida, no mesmo período registrou-se uma redução das exportações de carnes de galo e galinhas não cortadas, e preparações alimentícias e conservadas de galo e de galinhas, em -21,49% e -14,79%, respectivamente. É importante ressaltar também, que de acordo com a “Análise do

Comércio Internacional Catarinense 2013” elaborada pela FIESC, a pauta de exportação de Santa Catarina está bastante concentrada, os dez produtos listados na Tabela 5 dos mais exportados representaram mais de 57% do total exportado por Santa Catarina em 2012 (FIESC, 2013a).

## 2.5 OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Os Estados Unidos da América nem sempre foi uma economia aberta, barreiras foram impostas por maior parte da história do país com o intuito de proteger a indústria doméstica de concorrência estrangeira. De acordo com Irwin (2006), pesquisador do *National Bureau of Economic Research* dos Estados Unidos, dados de 1826-1860 indicam a sensibilidade da produção doméstica frente aos preços de importação da época e a falta de capacidade da produção doméstica às mudanças nos preços de importação, devido à especialização dos americanos e britânicos em produtos têxteis. Nas exportações, os Estados Unidos produziam cerca de 80% do algodão do mundo nas guerras anteriores à Guerra Civil, na qual a grande maioria era para exportação. Segundo Irwin (2006), os Estados Unidos, por ter o poder do mercado, poderia ter ganho em termos econômicos, implantando um imposto sobre a exportação de algodão. Porém, a Constituição americana proíbe a imposição de imposto de exportação.

After the Civil War, the United States maintained high tariffs to protect domestic manufacturers from foreign competition. Tariff advocates claimed that high import duties helped to expand industrial employment and keep wages high, while also aiding farmers by creating a steady demand in the home market for the food and raw materials that they produced<sup>4</sup> (IRWIN, 2006, p. 18).

A economia americana pós Guerra Civil alavancou e acelerou o desenvolvimento industrial do país, a demanda interna supria-se com o mercado

---

<sup>4</sup> Em português: Após a Guerra Civil, os Estados Unidos manteve tarifas altas para proteger os fabricantes nacionais da concorrência estrangeira. Defensores das tarifas alegaram que taxas alfandegárias de importação elevadas ajudaram a expandir o emprego industrial e manter os salários elevados, ao mesmo tempo, ajudando os agricultores, criando uma demanda constante no mercado doméstico para alimentos e matérias-primas que eles produziram.



interno, contribuindo assim, para o desenvolvimento da indústria doméstica. Conforme Irwin (2006) as medidas protecionistas da época pode ter contribuído para produtores locais e pequenas indústrias, porém prejudicou fabricantes que procuravam por matéria-prima mais barata no mercado externo. Segundo Irwin (2006), as altas tarifas de importação podem de alguma forma estar relacionada com o forte crescimento econômico dos Estados Unidos durante o final do século XIX. De acordo com o autor, o crescimento no século XIX provocou a expansão populacional e a acumulação de capital, e o aumento dos preços de produtos importados.

Para a maioria do século XX, os Estados Unidos mantinha uma forte vantagem comparativa em produtos agrícolas, exportando principalmente algodão cru, grãos, e produtos de carne, e importando bens manufaturados. Era fornecedor principalmente do algodão, matéria prima para a indústria têxtil inglesa, e também como consumidor dos produtos industrializados importados da Inglaterra. Porém, em meados dos anos 1890 o padrão de comércio dos Estados Unidos mudou drasticamente e as exportações americanas de produtos manufaturados começaram a surgir (IRWIN, 1996).

Manufactured goods jumped from 20 percent of U.S. exports in 1890 to 35 percent by 1900 and nearly 50 percent by 1913. In about two decades, the United States reversed a century-old trade pattern and became a large net exporter of manufactured goods<sup>5</sup> (IRWIN, 1996, p.18).

Irwin (1996) acredita que, conforme suas pesquisas apontam, a abundância de recursos naturais auxiliou na expansão drástica das exportações de ferro e aço, pois permitia uma redução de preços que promoveu competitividade em relação à concorrência, que conseqüentemente aumentou as exportações. Já o algodão cru passou a ser transformado na indústria nacional e exportado em produto final em forma têxtil, pois o país obtinha maior vantagem exportando-o em produto final, do que em sua forma bruta.

---

<sup>5</sup> Em português: Os produtos manufaturados saltou de 20 por cento das exportações dos Estados Unidos em 1890 para 35 por cento em 1900 e quase 50 por cento até 1913. Em cerca de duas décadas, os Estados Unidos reverteu um padrão de comércio de um século de idade e se tornou um grande exportador líquido de produtos manufaturados.

A economia norte-americana se fortaleceu cada vez mais durante seu desenvolvimento, do capital monopolista ao capitalismo financeiro do século XX e XXI. Nos anos de 1990, a aliança entre os Estados Unidos e o capital financeiro mundial propiciou ao fortalecimento do poder americano. Atualmente, os Estados Unidos se posiciona à frente das demais nações, com o predomínio do capital financeiro na economia e políticas mundiais.

Com 2,2% de crescimento do PIB em 2012, quase o dobro da taxa de 1,2% para as economias desenvolvidas como um todo em 2012, os Estados Unidos parece estar se recuperando da crise da dívida soberana, e o crescimento dos norte-americanos está em uma base mais firme (FIESC, 2013a).

Conforme dados da UNCTAD, os Estados Unidos figura como 1º mercado mundial, 1º maior importador e 2º maior exportador (UNCTAD, 2013). Posicionado em 1º lugar do ranking dos principais importadores e em 2º lugar dos exportadores mundiais de 2012, os Estados Unidos representou uma participação de 12,6% nas importações mundiais de 2012. Quanto às exportações, registrou um total de USD\$ 1,49 trilhões FOB, 8,4% de participação no mercado internacional, perdendo apenas para a China (FIESC, 2013a).

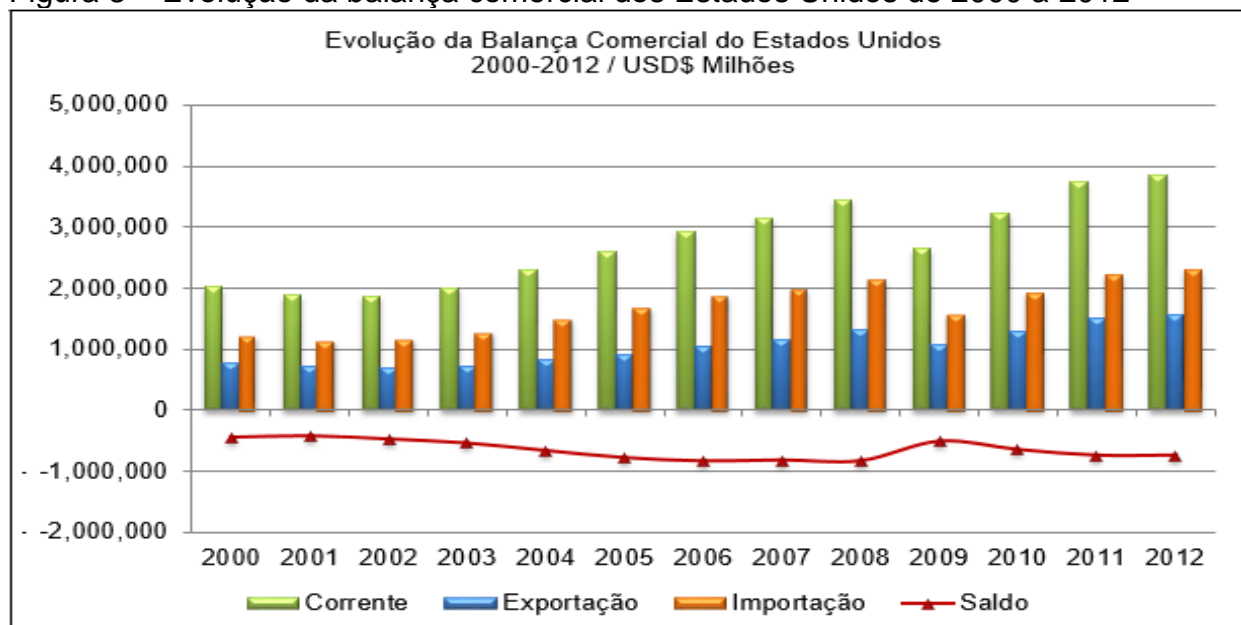
Do total das importações dos Estados Unidos em 2012, o Brasil ficou posicionado em 15º lugar, representando 1,42% da demanda importadora dos Estados Unidos. O oposto ocorre com Santa Catarina, na qual os Estados Unidos é o 1º país de destinos das exportações de Santa Catarina. Nas exportações, o Brasil obteve a 7ª posição entre os principais compradores do país, representando 2,83% no total exportado dos Estados Unidos (FIESC, 2013a). Na Tabela 6 e Figura 3, observa-se o desempenho da balança comercial dos Estados Unidos.

Tabela 6 – Balança comercial dos Estados Unidos de 2000 a 2012 – USD\$ Milhões

Ano	Exportação		Importação		Saldo	Corrente
	Valor (A)	Var% (*)	Valor (B)	Var % (*)	(A) – (B)	(A) + (B)
2000	784.781	12,40	1.231.722	18,94	-446.942	2.016.503
2001	731.189	-6,83	1.153.701	-6,33	-422.512	1.884.890
2002	697.439	-4,62	1.173.281	1,70	-475.842	1.870.720
2003	729.816	4,64	1.272.089	8,42	-542.273	2.001.905
2004	821.986	12,63	1.488.349	17,00	-666.364	2.310.335
2005	911.686	10,91	1.695.820	13,94	-784.133	2.607.506
2006	1.039.406	14,01	1.878.194	10,75	-838.788	2.917.600
2007	1.163.605	11,95	1.986.347	5,76	-822.743	3.149.952
2008	1.307.329	12,35	2.141.287	7,80	-833.957	3.448.616
2009	1.069.475	-18,19	1.580.025	-26,21	-510.550	2.649.500
2010	1.288.795	20,51	1.938.950	22,72	-650.156	3.227.745
2011	1.495.853	16,07	2.239.991	15,53	-744.139	3.735.844
2012	1.561.239	4,37	2.302.714	2,80	-741.475	3.863.953

Fonte: Adaptado de Estados Unidos (2013a).

Figura 3 – Evolução da balança comercial dos Estados Unidos de 2000 a 2012



Fonte: Elaborado com base nos dados de Estados Unidos (2013a).

Com a análise da balança comercial dos Estados Unidos é possível verificar que o saldo da balança comercial vem sendo desfavorável aos Estados Unidos durante todo o período de 2000-2012, devido ao maior volume de importação do que exportação. Isto indica que o país é um grande mercado consumidor, dependente de produtos do mercado externo para suprir a demanda interna.

Devido à crise financeira internacional de 2008 as compras externas dos Estados Unidos foram afetadas. Em 2009 as importações apresentaram uma queda de 26,21%, em comparação ao valor recorde observado no ano de 2008, que foi de US\$ 2,141 trilhões. As exportações, por outro lado, caíram menos, 18,19% em 2009. Salienta-se, ainda, que a maior economia mundial acumulou um saldo comercial deficitário da ordem de US\$ 8,479 trilhões ao longo dos anos de 2000 a 2012.

Após 2009, as exportações e importações retomaram seu ritmo e voltaram a crescer, aumentando para 20,51% e 22,72% respectivamente, de 2009 para 2010. Porém, percebe-se uma desaceleração em 2012, que foi atribuída às crises recorrentes de incerteza sobre o futuro do Euro. O comércio mundial sofreu em 2012 com esta crise, a demanda global enfraqueceu devido à estagnação da atividade econômica na Europa, e a demanda diminuiu nos Estados Unidos. Com isso, de 2011 para 2012, as importações americanas aumentaram apenas 2,8% e as exportações 4,37%, somando uma corrente de comércio no total de USD\$ 3,863 trilhões.

As importações dos Estados Unidos estão cada vez mais diversificadas em termos de variedade de produtos. Conforme apresenta o **Anexo A**, a pauta de produtos de importações gerais dos Estados Unidos, o perfil das importações de 2007 a 2012 foi composta principalmente de máquinas e motores, materiais elétricos e eletroeletrônicos, petróleo e derivados, veículos automotores e têxteis entre outros.

O próximo capítulo desta pesquisa aborda os procedimentos metodológicos no qual esclarece o delineamento da pesquisa, o plano de coleta de dados, o plano de análise de dados e a síntese do procedimentos metodológicos para a realização do estudo. Tais procedimentos definem as etapas da pesquisa, de que forma foi feita a coleta de dados e por fim como efetivamente foi executado a pesquisa.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa científica possibilita descobrir novas informações através de um processo sistemático de investigação científica, coleta de dados e análises. Segundo Barros e Lehfeld, “a pesquisa se constitui num ato dinâmico de questionamento, indagação e aprofundamento consciente na tentativa de desvelamento de determinados objetos”. Em suma, “é a busca de uma resposta significativa a uma dúvida ou problema” (BARROS; LEHFELD, 1986, p. 87).

Em primeiro lugar, na concepção de Gil (2002, p. 17), é importante planejar a pesquisa: “a primeira fase da pesquisa, que envolve a formulação do problema, a especificação de seus objetivos, a construção de hipóteses, a operacionalização dos conceitos, etc”. Com isso, é importante que “o projeto esclareça como se processará a pesquisa, quais as etapas que serão desenvolvidas e quais os recursos que devem ser alocados para atingir seus objetivos” (GIL, 2002, p. 20).

O método científico é a metodologia utilizada para a pesquisa, que busca responder de que maneira, com que, onde e quando será realizada a pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 1995). Neste contexto, a metodologia utilizada para o desenvolvimento do presente trabalho, é o procedimento aplicado para a coleta dos dados, mensuração e análise de dados, de acordo com o método científico.

Sendo assim, o presente capítulo apresenta o delineamento da pesquisa, definição da área ou população-alvo, plano de coleta de dados, o plano de análise de dados e por fim, a síntese dos procedimentos metodológicos.

#### 3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O delineamento do método possibilita a organização sistemática do processo que determina como alcançar a solução. Para Gil (2002, p. 43), “o delineamento refere-se ao planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, que envolve tanto a diagramação quanto a previsão de análise e interpretação de coleta de dados”. Gil

(2002, p. 43) ainda afirma que o delineamento permite apresentar a finalidade da pesquisa e como “analisar os fatos do ponto de vista empírico, para confrontar a visão teórica com os dados da realidade”. Neste contexto, é necessário analisar o objetivo da pesquisa para classificá-la com base nos procedimentos técnicos a utilizar.

O presente trabalho é classificado de natureza descritiva e explicativa.

**a) Pesquisa Descritiva:** a pesquisa descritiva é a pesquisa que busca descrever, analisar e correlacionar fatos. Segundo Barros e Lehfeld (1986, p. 91), este tipo de pesquisa “procura descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, sua natureza, características, causas, relações e conexões com outros fenômenos”. No entendimento de Gil (2002, p. 42), “também são pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associação entre variáveis [...]”, em outras palavras, a existência de relações entre os objetos em pesquisa. O que justifica a escolha deste tipo de pesquisa é porque busca levantar dados, identificá-los e descrevê-los. De forma analítica, o presente trabalho buscou compreender melhor as relações comerciais com uma abordagem qualitativa.

**b) Pesquisa Explicativa:** a pesquisa explicativa tem como objetivo identificar o que determina o acontecimento dos fenômenos. Segundo Gil (2002, p. 42), “esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas”. Neste caso, a “pesquisa explicativa poder ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação dos fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado” (GIL, 2002, p. 43). O que justifica a escolha deste tipo de pesquisa é pelo fato de que a pesquisa explicativa busca utilizar os dados coletados para explicar e responder ao problema apresentado.

Na sequência, é importante identificar os meios de investigação da pesquisa segundo o seu delineamento. Quanto aos meios de investigação, o presente estudo utilizou pesquisas bibliográfica e documental.

**a) Pesquisa Bibliográfica:** Conforme Gil (2002, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Para Gil (2002), as fontes bibliográficas

podem ser classificadas como livros de leitura e referencia, publicações periódicas em jornais e revistas, e impressos diversos (GIL, 2002).

**b) Pesquisa Documental:** A pesquisa documental é semelhante à pesquisa bibliográfica, pois também advém de informações já publicadas. Para Barros e Lehfeld (1986, p. 91), a pesquisa documental “é a que se efetua tentando resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informações advindas de material gráfico e sonoro”. Barros e Lehfeld (1986, p. 91) ressaltam que “o objetivo da pesquisa documental é recolher, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado fato, assunto ou ideia”.

A pesquisa documental é semelhante com a pesquisa bibliográfica, porém ambas possuem diferenças que distinguem uma da outra. Gil (2002) afirma que a diferença entre ambas é a natureza das fontes, ou seja, a pesquisa bibliográfica utiliza abordagem de diversos autores, e a pesquisa documental são materiais sem tratamento analítico que serão reelaborados de acordo com a necessidade da pesquisa. Portanto, é possível consultar diversos arquivos públicos e particulares na pesquisa documental, cuja análise do conteúdo proporciona uma visão melhor do problema ou hipótese (GIL, 2002).

Com a finalidade de analisar a relação comercial entre Santa Catarina e os Estados Unidos, detectou-se a necessidade de utilizar os meios de investigação bibliográfica e documental. A acadêmica pesquisadora efetuou um levantamento bibliográfico e documental, no qual permitem a coleta e análise de materiais específicos sobre o trabalho, através de livros de autores conceituados e pesquisas *online* em *websites* governamentais e não governamentais,

Com fontes bibliográficas e documentais, o presente trabalho foi elaborado a partir da coleta e análise de dados e informações secundárias, que permitiu a interpretação de forma mais ampla os dados coletados.

### 3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA OU POPULAÇÃO-ALVO

Para o desenvolvimento da pesquisa de caráter bibliográfico e documental, a área abordada foi pesquisada através de uma coleta de dados segundo a natureza da

pesquisa. Segundo Gil (2002, p. 61), “o levantamento bibliográfico preliminar depende de muitos fatores, tais como a complexidade do assunto e do nível de conhecimento que o estudante já dispõe a respeito”.

Em relação a tal aspecto, para o levantamento de dados da relação comercial entre Santa Catarina e os Estados Unidos, é importante apontar as fontes bibliográficas e documentais que foram utilizados no decorrer da pesquisa.

A área alvo deste estudo são todas as fontes bibliográficas e documentais que abordam o universo desta pesquisa, livros de autores conceituados e pesquisas *online* em *websites* governamentais e não governamentais. O Quadro 1 apresenta as fontes de publicação dos assuntos pesquisados.

Quadro 1 – Fontes de títulos da pesquisa bibliográfica e documental

Assunto	Autores	Fonte de Publicação
Teorias do comércio internacional	Smith (1985)	A Riqueza das Nações
	Ricardo (1982)	Princípios de economia política e tributação
	Porter (1989)	A Vantagem Competitiva das Nações
	Romer (1986)	Journal of Political Economy
	Lucas (1988)	Journal of Monetary Economics
Teorias do posicionamento político	Auronen (2003)	Seminar in Strategy and International Business
	Labatut (1994)	Política de comércio exterior
	Gonçalves (2005)	Economia política internacional
Estudo do comércio internacional	Maluf (2000)	Administrando o Comércio Exterior do Brasil
	Silva (2001)	Relações econômicas internacionais
A economia do Brasil	Lacerda <i>et al.</i> (2006)	Economia Brasileira
	Brum (1996)	O Desenvolvimento Econômico Brasileiro
	Furtado (2001)	Formação econômica do Brasil
A economia de Santa Catarina	Gourlarti Filho (2007)	Formação Econômica de Santa Catarina
	Abreu e Abreu (2009)	Santa Catarina reconstrução & desenvolvimento para até 2020
A economia dos Estados Unidos	Irwin (2006)	The National Bureau of Economic Research
	Alexeenko; Vilan (2007)	Federal Reserve Bank of Atlanta
Balança Comercial do Brasil e de Santa Catarina	Brasil (2012b); Brasil (2012c).	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Balança Comercial dos Estados Unidos	Estados Unidos (2013a)	U.S. Department of Commerce: Bureau of Economics Analysis
Pauta do intercâmbio comercial	Brasil (2014g); Brasil (2014h)	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Continua...



...Continuação

Dados do comércio internacional de Santa Catarina	FIESC (2013a); FIESC (2013b).	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
Acordos comerciais	Bandeira (2009)	Fundação Alexandre de Gusmão
	Brasil (2013c)	Ministério das Relações Exteriores
Políticas comerciais dos Estados Unidos (Barreiras tarifárias e não tarifárias)	Brasil (2013a); Brasil (2012a); Brasil (2007);	Ministério das Relações Exteriores
	WTO (2014a); WTO (2014b); WTO (2014c)	World Trade Organization
	Estados Unidos (2014a)	United States Customs and Border Protection
	Estados Unidos (2014e)	United States International Trade Commission – USITC
	Estados Unidos (2014f)	United States Trade Representative
Políticas comerciais do Brasil (Barreiras tarifárias e não tarifárias)	Brasil (2014d)	Secretaria da Receita Federal do Brasil
	Brasil (2014e); Brasil (2014f),	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
	WTO (2014a); WTO (2014b); WTO (2014c)	World Trade Organization
Barreiras Técnicas Estados Unidos e Brasil	Brasil (2014c)	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO
Dados estatísticos do comércio internacional	UNCTAD (2013)	United Nations Conference on Trade and Development

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Em relação às limitações da pesquisa, o presente estudo examinou a relação comercial entre Santa Catarina e os Estado Unidos da America até 2012. A breve contextualização histórica das economias do Brasil, Santa Catarina e dos Estados Unidos diante do comércio internacional foi desenvolvida com dados pesquisados desde suas origens até 2012. Para identificar o intercâmbio comercial, utilizou-se de suas balanças comerciais entre 2000 a 2012, e dados da pauta de produtos do intercâmbio de 2007 a 2012. Em se tratando dos acordos e políticas comerciais, buscou-se por acordo e políticas vigentes na data da realização da pesquisa.

### 3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

Uma vez definido a técnica da pesquisa de acordo com o seu enfoque e o problema da pesquisa, faz-se necessário a elaboração de um plano de coleta de dados.

Um plano de coleta de dados permite estabelecer os meios e as fontes nas quais serão pesquisadas a fim de atingir os objetivos específicos da pesquisa. Este plano “consiste na organização sistemática das diversas partes que compõem o objeto de estudo” (GIL, 2002, p. 63).

No que diz respeito aos dados para o presente trabalho, as informações são provenientes de dados **secundários**, uma vez que os dados são de fontes documental e bibliográfica, ou seja, documentos e dados já elaborados. Segundo Roesch (2005), dados secundários são aqueles coletados a partir de fontes bibliográficas ou documentos já existentes e elaborados, ao contrário do primário que são aqueles dados que o próprio pesquisados colhe e elabora.

A **técnica de coleta dos dados** utilizada foi de dados documentais e bibliográficas. Conforme Gil (2002), a pesquisa com dados documentais e bibliográficos é desenvolvida com base em material já elaborado, por livros, artigos científicos, e documentos que permitem a realização da pesquisa. O que justifica a escolha desse procedimento é o fato de a pesquisa requer dados oficiais e documentos que apresentam a relação comercial entre Santa Catarina e os Estados Unidos da América.

O procedimento utilizado para a coleta de dados foi o levantamento dos dados de fontes bibliográficas e documentais. O Quadro 2 apresenta o plano de coleta de dados, os documentos e bibliografias utilizados para atingir os objetivos da pesquisa.

Quadro 2 – Plano de coleta de dados

Objetivos Específicos	Documentos	Localização
Identificar relações políticas entre Santa Catarina e os Estados Unidos	Fonte bibliográficas e documentos oficiais	Bibliotecas e <i>Sites</i> oficiais
Levantar os indicadores da relação comercial entre Santa Catarina e os Estados Unidos	Documentos e dados oficiais do Estado de Santa Catarina e os Estados Unidos referente a relação comercial	<i>Sites</i> oficiais
Examinar a evolução do intercâmbio comercial entre Santa Catarina e os Estados Unidos	Documentos e dados oficiais do Estado de Santa Catarina e os Estados Unidos referente à relação comercial	<i>Sites</i> oficiais
Entender o posicionamento de Santa Catarina frente aos seus parceiros comerciais americanos	Fonte bibliográficas e documentos oficiais	Bibliotecas e <i>Sites</i> oficiais
Diagnosticar principais fatores que influenciam na relação comercial	Fonte bibliográficas e documentos oficiais	Bibliotecas e <i>Sites</i> oficiais
Analisar e identificar possibilidades de expansão de negócios de Santa Catarina com os Estados Unidos	Fonte bibliográficas e documentos oficiais	Bibliotecas e <i>Sites</i> oficiais

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

A coleta de dados na pesquisa bibliográfica e documental é feita mediante a análise do conteúdo para a elaboração da pesquisa.

A análise de conteúdo desenvolve-se em três fases. A primeira é a pré-análise, onde se procede à escolha dos documentos, à formulação de hipóteses e à preparação do material para análise. A segunda é a exploração do material, que envolve a escolha das unidades, a enumeração e a classificação. A terceira etapa, por fim, é constituída pelo tratamento, inferência e interpretação dos dados (BARDIN, s.d., apud GIL, 2002, p. 89).

Sendo assim, estas três etapas permitem atingir a análise de dados para concluir o objetivo do estudo. A pré-análise estabelece quais os documentos pesquisados e a sua preparação para a sua análise. Em seguida, a exploração das fontes de pesquisa é realizada a partir do levantamento e identificação das obras literárias e documentos a serem utilizados, para por fim interpretar as informações e posteriormente analisá-las de acordo o objetivo da pesquisa.

### 3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS

Após a definição do plano de coleta de dados, é preciso apresentar o plano de como foi realizada a análise dos dados pesquisados. Segundo Lakatos e Marconi (1995, p. 133), a análise de dados é a interpretação dos resultados, onde “são transcritos os resultados, agora sob forma de evidencias para a confirmação ou a refutação das hipóteses”.

O presente trabalho foi desenvolvido com o enfoque **qualitativo e quanti-qualitativo**. Para a elaboração deste trabalho, a coleta de dados foi desenvolvido com o enfoque qualitativo e a análise dos dados com o enfoque quanti-qualitativo.

Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 5) “o enfoque **qualitativo** utiliza coleta de dados sem medição numérica para descobrir ou aperfeiçoar questões de pesquisa e pode ou não provar hipóteses em seu processo de interpretação”. Sendo assim, o enfoque qualitativo é utilizado para avaliações e observações da pesquisa que se desenvolve no processo da interpretação dos dados.

Os estudos qualitativos podem desenvolver questões e hipóteses antes, durante ou depois da coleta e da análise. Com frequência, essas atividades servem, primeiramente, para descobrir quais são as questões mais importantes da pesquisa; e depois, para refiná-las e respondê-las (ou testar hipóteses) (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, p. 7).

Dentro deste contexto, a pesquisa com enfoque qualitativo pode se iniciar antes da coleta e análise de dados, durante ou depois, e se baseia na natureza da pesquisa para alcançar seu principal objetivo. Sendo assim, a coleta de dados foi desenvolvida com o enfoque qualitativo

Em se tratando da análise dos dados, o mesmo foi desenvolvido com o enfoque **quanti-qualitativo**. O enfoque quanti-qualitativo é a combinação da abordagem qualitativa e quantitativa que permite agregar “[...] profundidade a um estudo e, ainda que cheguem a surgir contradições entre os resultados de ambos os enfoques, agrega-se uma perspectiva mais completa do que estamos investigando” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, p. 12). A abordagem quantitativa utiliza os dados coletados para responder o objeto de pesquisa com base na medição numérica e na análise estatística para identificar padrões de comportamento (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006). Com a combinação das abordagens quantitativa e qualitativa, este trabalho buscou alcançar seu objetivo com a técnica de análise dos dados bibliográficos e documentais.

Com a coleta das informações, foi preciso analisar de forma qualitativa o contexto de todos os dados encontrados. Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 493) indicam que é necessário seguir o processo de análise qualitativa dos dados, composto de sete passos para o desenvolvimento da pesquisa:

1. Revisar o material: Revisar para que os dados estejam pronto para análise;
2. Estabelecer um plano de trabalho inicial: Estabelecer um plano sistemático para definir o processo para a realização da análise;
3. Codificar os dados em um primeiro nível: Codificação primária, onde se elimina a informação irrelevante e mantém os dados resumidos, completos, e codificando as unidades em categorias;

4. Codificar os dados em um segundo nível: Codificação secundária, onde as categorias da codificação primária são comparadas entre si e agrupadas em temas para encontrar possíveis vinculações;
5. Interpretar os dados: Interpretar os dados codificados e agrupados, analisando e descrevendo cada categoria, seus significados, sua presença e suas relações entre cada uma delas;
6. Descrever contextos, eventos, situações e pessoas indivíduos do estudo; encontrar padrões, explicar acontecimentos, fatos e contextos; construir teoria: Enquadrar o contexto, a situação ou o evento no qual ocorrem;
7. Assegurar a confiabilidade e validade dos resultados: Avaliar se informação foi suficiente de acordo com o problema da pesquisa, se a coleta de dados foi aprofundada até onde era possível.

Sendo assim, é imprescindível seguir estes sete passos apresentados para a obtenção de uma pesquisa válida que atenda as expectativas do estudo.

Para a análise dos dados, também foi necessário analisar os dados de forma quantitativa. Através da investigação dos dados nas bibliografia e documentos, foi possível levantar por meio estatísticos os objetivos deste trabalho. Evidenciou-se, por exemplo, o comportamento da relação comercial entre Santa Catarina e os Estados Unidos através da análise do comportamento das estatísticas levantadas.

O desenvolvimento desta análise permite apresentar a relação entre categorias de maneira gráfica, por diagramas e mapas, por exemplo. “Para ajudar a estabelecer relações entre categorias, podemos desenhar esquemas causais, elaborar matrizes e quadros, baseados em nossa leitura dos dados e as categorias descobertas” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, p. 505). Este trabalho buscou sintetizar os resultados dos objetivos do estudo através de ferramentas como gráficos, tabelas, quadros e mapas que possibilitou uma análise de acordo com enfoque da pesquisa.

Em síntese, a coleta de dados bibliográfico e documental permite levantar dados qualitativos para desenvolver a análise dos dados com enfoque quanti-qualitativo através da avaliação e interpretação, e elaboração de pressupostos para descrever e explicar o objeto de pesquisa.

### 3.5 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos são as etapas necessárias para a elaboração e conclusão da pesquisa. Segundo Lakatos e Marconi (1995, p. 105), o método científico é a metodologia da pesquisa que "responde, a um só tempo, às questões *como?*, *como quê?*, *onde?*, *quando?*". Portanto, para uma pesquisa científica, é preciso adotar uma metodologia adequada para aplicar técnicas que permitem obter dados concretos e objetivos para a solução da resposta em questão. A seguir, os objetivos específicos e os procedimentos metodológicos utilizados para alcançá-los.

Quadro 3 – Síntese dos procedimentos metodológicos

Objetivos Específicos	Tipo de Pesquisa Quanto aos fins	Meios de Investigação	Classificação dos dados da Pesquisa	Técnica de coleta de dados	Procedimentos de coleta de dados	Técnica de análise dos dados
Identificar relações políticas entre Santa Catarina e os Estados Unidos	Descritiva	Bibliográfica e Documental	Secundário	Levantamento de dados bibliográficos e oficiais	Artigos e Sites Oficiais	Qualitativa
Levantar os indicadores da relação comercial entre Santa Catarina e os Estados Unidos	Descritiva	Documental	Secundário	Elaboração de relatórios com indicadores referente ao período pesquisado	Sites Oficiais	Quanti-Qualitativa
Examinar a evolução do intercâmbio comercial entre Santa Catarina e os Estados Unidos	Descritiva	Documental	Secundário	Análise da evolução do intercâmbio comercial com relatórios, tabelas, gráficos	Sites Oficiais	Quanti-Qualitativa
Entender o posicionamento de Santa Catarina frente aos seus parceiros comerciais americanos	Descritiva	Bibliográfica e Documental	Secundário	Análise de teorias, análise dos segmentos das pautas de importação e exportação de Santa Catarina	Livros, artigos e Sites Oficiais	Qualitativa
Diagnosticar principais fatores que influenciam na relação comercial	Descritiva e Explicativa	Bibliográfica e Documental	Secundário	Análise de teorias, análise do posicionamento de Santa Catarina	Livros, artigos e Sites Oficiais	Qualitativa
Analisar e identificar possibilidades de expansão de negócios de Santa Catarina com os Estados Unidos	Descritiva e Explicativa	Documental	Secundário	Análise dos resultados da pesquisa	Sites Oficiais	Qualitativa

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

O próximo capítulo do presente trabalho apresenta a análise dos dados coletados a fim de responder aos objetivos específicos do estudo. De forma qualitativa e quantitativa, tal análise esclarece os resultados encontrados na investigação para a execução desta pesquisa.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

### 4.1 COMERCIO BILATERAL BRASIL ESTADOS UNIDOS E A PARTICIPAÇÃO DE SANTA CATARINA

O intercâmbio comercial entre o Brasil e os Estados Unidos é bastante evidente. Segundo dados da MDIC, entre 2000 a 2012 a corrente de comércio entre os países apontou um aumento de 126%. “Os Estados Unidos foi o 2º principal parceiro comercial brasileiro em 2012, após a China” e a participação dos Estados Unidos no comércio exterior brasileiro foi de 12,7%, em 2012 (FIESC, 2013a, p. 10). A Tabela 7 representa o desempenho do intercâmbio comercial entre o Brasil e os Estados Unidos.

Tabela 7 – Intercâmbio comercial entre Brasil e os Estados Unidos de 2000 a 2012 em USD\$ FOB

Ano	Exportação		Importação		Saldo	Corrente de Comércio
	Valor (A)	Var% (*)	Valor (B)	Var % (*)	(A) – (B)	(A) + (B)
2000	13.189.576.929	23,55	12.899.226.083	9,86	290.350.846	26.088.803.012
2001	14.208.572.954	7,73	12.905.492.013	0,05	1.303.080.941	27.114.064.967
2002	15.377.822.589	8,23	10.287.452.316	-20,29	5.090.370.273	25.665.274.905
2003	16.728.079.047	8,78	9.569.454.702	-6,98	7.158.624.345	26.297.533.749
2004	20.099.235.400	20,15	11.357.061.637	18,68	8.742.173.763	31.456.297.037
2005	22.539.731.875	12,14	12.666.508.176	11,53	9.873.223.699	35.206.240.051
2006	24.524.748.523	8,81	14.657.479.678	15,72	9.867.268.845	39.182.228.201
2007	25.065.048.412	2,20	18.723.280.625	27,74	6.341.767.787	43.788.329.037
2008	27.423.048.799	9,41	25.627.961.850	36,88	1.795.086.949	53.051.010.649
2009	15.601.628.031	-43,11	20.032.145.355	-21,83	-4.430.517.324	35.633.773.386
2010	19.307.295.562	23,75	27.044.361.398	35,00	-7.737.065.836	46.351.656.960
2011	25.804.628.156	33,65	33.969.916.138	25,61	-8.165.287.982	59.774.544.294
2012	26.700.844.268	3,47	32.357.065.136	-4,75	-5.656.220.868	59.057.909.404

Fonte: Brasil (2012b).

De 2000 a 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com os Estados Unidos registrou um crescimento contínuo, de US\$ 26,1 bilhões para US\$ 59,1 bilhões. Esse aumento de mais de 100% no intercâmbio comercial deveu-se, sobretudo, ao aumento das importações brasileiras originárias dos Estados Unidos. O saldo da balança



comercial, favorável ao Brasil até 2008, teve sucessivos saldos negativos nos anos seguintes, somando, em 2012, déficit de US\$ 5,7 bilhões (FIESC, 2013b).

Santa Catarina também possui uma forte relação comercial com os Estados Unidos. Conforme apresentado nas Tabelas 3 e 4, os Estados Unidos é um importante parceiro econômico de Santa Catarina, tanto nas exportações como nas importações. No entanto, de acordo com os dados coletados, é possível verificar que a relação entre Santa Catarina e os Estados Unidos é diferente do Brasil com o país norte-americano: após 2009 o Brasil tem importado mais do que exportado para os Estados Unidos, enquanto Santa Catarina tem apresentado o oposto durante todo o período de 2000 a 2012, exportando mais do que importando no mesmo período.

Para manter sua participação no mercado externo, principalmente nos Estados Unidos, é necessário um posicionamento político estratégico para Santa Catarina, a fim de garantir competitividade no mercado. A Tabela 8 e Figura 4 representam o desempenho e evolução do intercâmbio comercial entre Santa Catarina e os Estados Unidos.

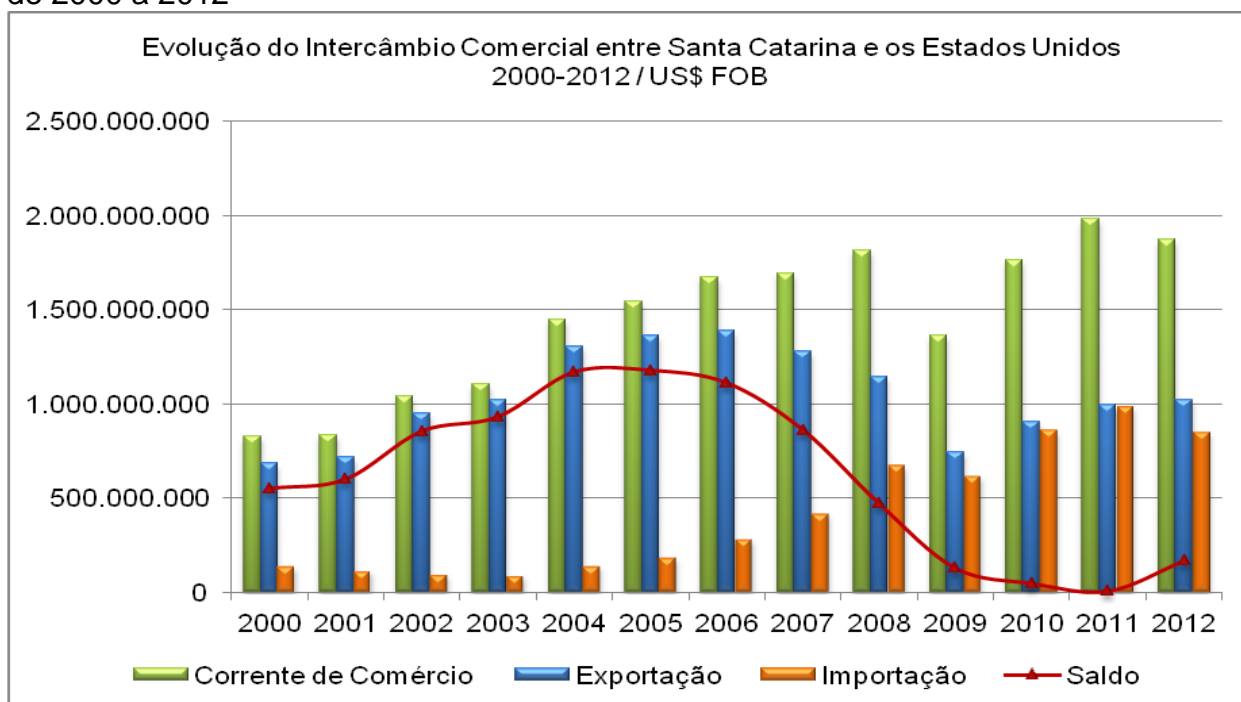
Tabela 8 – Intercâmbio comercial entre Santa Catarina e os Estados Unidos de 2000 a 2012 em USD\$ FOB

Ano	Exportação		Importação		Saldo	Corrente de Comércio
	Valor (A)	Var% (*)	Valor (B)	Var% (*)	(A) – (B)	(A) + (B)
2000	687.208.854	6,22	137.521.300	30,73	549.687.554	824.730.154
2001	714.630.034	3,99	116.752.509	-15,10	597.877.525	831.382.543
2002	946.621.465	32,46	94.047.560	-19,45	852.573.905	1.040.669.025
2003	1.017.923.961	7,53	89.154.743	-5,20	928.769.218	1.107.078.704
2004	1.307.126.272	28,41	140.652.729	57,76	1.166.473.543	1.447.779.001
2005	1.359.123.638	3,98	183.399.822	30,39	1.175.723.816	1.542.523.460
2006	1.390.665.972	2,32	281.562.291	53,52	1.109.103.681	1.672.228.263
2007	1.277.363.371	-8,15	416.887.287	48,06	860.476.084	1.694.250.658
2008	1.142.679.709	-10,54	673.398.016	61,53	469.281.693	1.816.077.725
2009	745.697.539	-34,74	618.524.982	-8,15	127.172.557	1.364.222.521
2010	905.559.703	21,44	859.551.323	38,97	46.008.380	1.765.111.026
2011	992.440.733	9,59	987.437.830	14,88	5.002.903	1.979.878.563
2012	1.017.977.494	2,57	851.608.749	-13,76	166.368.745	1.869.586.243

Fonte: Brasil (2014h).

De acordo com o intercâmbio comercial entre 2000 a 2012, a corrente de comércio entre Santa Catarina e os Estados Unidos vem crescendo ao longo dos últimos anos. Apesar da queda das exportações em 2008 e 2009 de 10,54% e 34,74%, respectivamente, as exportações retomaram seu crescimento gradativamente no ano de 2010, 2011 e 2012.

Figura 4 – Evolução do intercâmbio comercial entre Santa Catarina e Estados Unidos de 2000 a 2012



Fonte: Elaborado com base nos dados de Brasil (2014h).

Analisando a Figura 4 da evolução do intercâmbio, é possível identificar que nas exportações de Santa Catarina para os Estados Unidos havia uma tendência de aumento de 2000 até 2006, e a partir do ano seguinte as exportações foram reduzindo até o ano de 2009, reflexo da crise norte-americana de 2008. A partir de 2010 em diante, as exportações tenderam a crescer gradativamente, e as importações também, resultando em um saldo comercial baixo. Com o aumento das importações de origem norte-americana, o saldo apresentou uma queda em 2010 e 2011, no entanto manteve-se positivo e retomou o aumento em 2012. Observa-se que a tendência da curva do saldo comercial apresenta uma possível tendência positiva nos próximos anos, a

depender das constelações macroeconômicas internas e geopolíticas futuras e do posicionamento dos dois países frente ao comércio exterior.

Para melhor compreender o intercâmbio comercial entre Santa Catarina e os Estados Unidos, é importante analisar a pauta de produtos de exportações de Santa Catarina. Em anexo a este projeto encontram-se três relatórios da pauta de produtos, dos totais por setores: **Anexo A** - Pauta de produtos de importações gerais dos Estados Unidos; **Anexo B** - Pauta de produtos de exportações gerais de Santa Catarina; e **Anexo C** - Pauta de produtos de exportações de Santa Catarina para Estados Unidos. Com estes dados é possível identificar os segmentos de maior importação dos Estados Unidos, os segmentos de maior exportação de Santa Catarina no geral, e os segmentos de maior exportação para os Estados Unidos.

Os Estados Unidos é um grande importador de máquinas e motores, materiais elétricos e eletro-eletrônicos, petróleo e derivados, veículos automotores, e têxteis entre outros. No geral, Santa Catarina exporta um grande volume de carne de aves, maquinas e motores, fumo e cigarro, materiais elétricos e eletro-eletrônicos, e carne suína entre outros.

Com a análise destas informações, é possível destacar a pauta de exportação de Santa Catarina e encontrar as potencialidades para a expansão de negócios com os Estados Unidos. As exportações totais de Santa Catarina no segmento de carne de aves, por exemplo, somaram um total de USD\$ 1.756.973.000, e deste total, apenas USD\$ 66.000 foi destinado para os Estados Unidos. Estes USD\$ 66.000 representam apenas 0,034% da demanda total de importações dos Estados Unidos. Este indicador sugere que existe potencial para o crescimento das relações comerciais entre Santa Catarina e os Estados Unidos neste segmento. Portanto, faz-se necessário a análise das barreiras tarifárias e não-tarifárias norte-americanas, para compreender melhor se os produtos catarinenses atendem às normas dos Estados Unidos. A mesma lógica segue para o segmento de máquinas e motores, fumo e cigarro, e materiais elétricos e eletro-eletrônicos.

De acordo com esta análise, observa-se que o intercâmbio comercial entre o Estado de Santa Catarina e os Estado Unidos da América é importante, uma vez que os Estados Unidos importam os produtos para suprir a demanda interna do seu país,

enquanto Santa Catarina tem a oferecer os produtos que eles necessitam. De igual maneira, os Estados Unidos têm a fornecer produtos que Santa Catarina precisa, seja a preço competitivo, ou seja para suprir uma demanda de produtos não encontrados ou pouco produzido no mercado interno.

Esta análise confirma a afirmação de Silva (2001, p. 107), quando o mesmo diz que “as economias modernas são, todas elas, abertas, isto é, exportam parte dos bens e serviços que produzem e importam parte dos bens que consomem”. Dessa forma, a abertura das economias modernas possibilita a expansão das trocas comerciais.

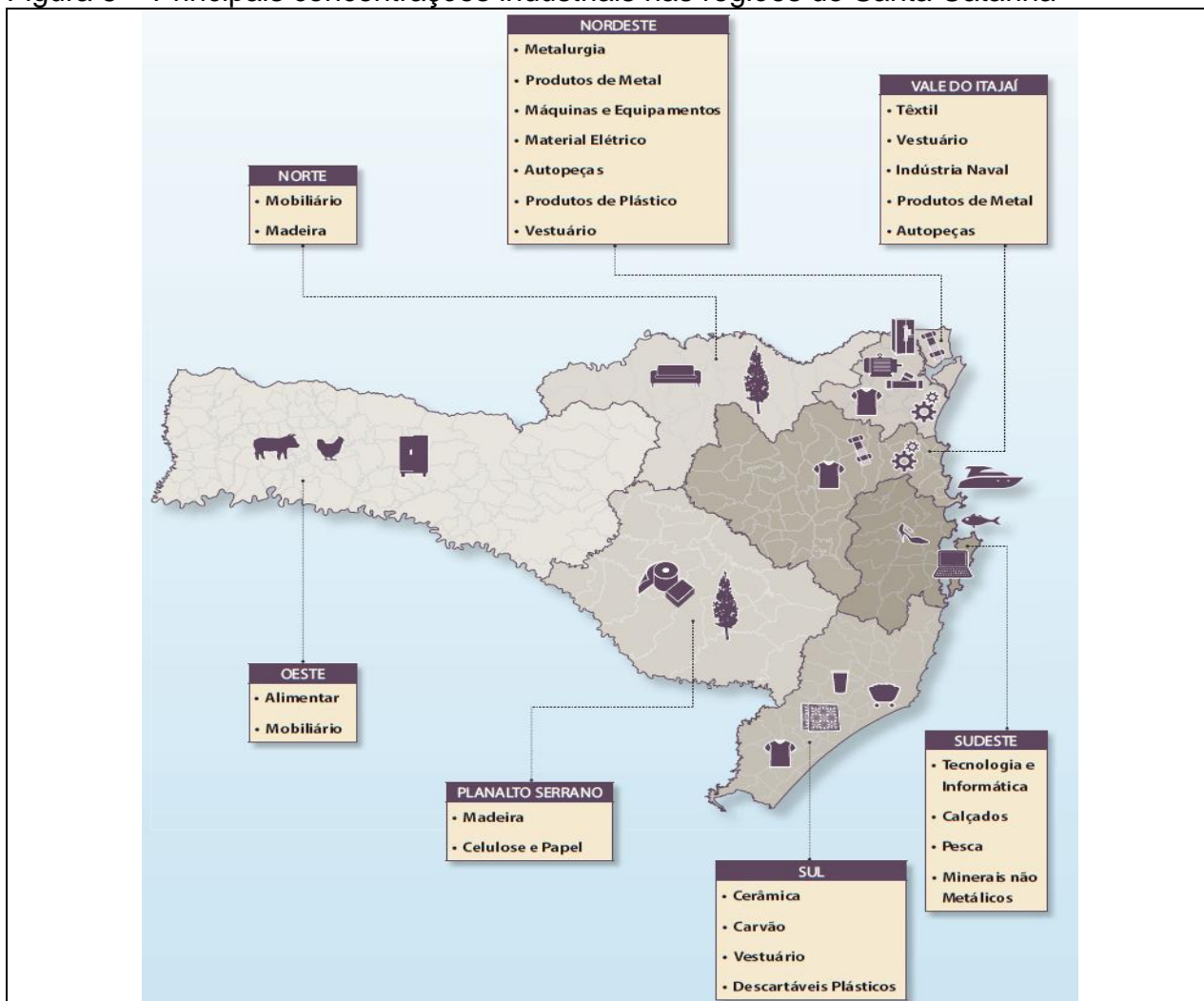
Esta análise ainda corrobora com a definição do comércio internacional do autor Maluf (2000, p. 24), que o define como “um elo que vincula as relações de convivência do direito internacional como a economia internacional”. A integração entre as nações ainda pode propiciar o compartilhamento de melhorias tecnológicas desenvolvidas de um país para outro, auxiliando no desenvolvimento e desempenho econômico das nações.

## 4.2 ANÁLISE DAS PAUTAS DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE SANTA CATARINA

Santa Catarina possui uma pauta de exportação diversificada devido à concentração de diversos polos industriais. A diversificação e a integração comercial e produtiva da economia catarinense tornou o Estado um destaque no Brasil.

Segundo dados da FIESC (2013b), a região Norte do Estado possui predominância em indústria mobiliária e moveleira, o Nordeste em metalúrgicas, materiais elétricos, autopeças, produtos plásticos e de metal, e vestuário, o Vale do Itajaí em têxtil, vestuário, indústria naval, produtos de metal e autopeças, o Sudeste em tecnologia e informática, calçados e pesca, o Sul em cerâmica, carvão, vestuário e descartáveis plásticos, o Planalto Serrano em madeira e celulose de papel, e o Oeste em indústrias alimentar e mobiliário. A Figura 5 a seguir ilustra as principais concentrações industriais nas regiões de Santa Catarina.

Figura 5 – Principais concentrações industriais nas regiões de Santa Catarina



Fonte: FIESC (2013b, p. 12).

No que diz respeito à logística, o Estado está bem estruturado com uma forte estrutura portuária, por onde escoam grande parte da sua produção: portos de Itajaí, São Francisco do Sul, Imbituba, Navegantes e Itapoá. O porto de Laguna tem atuação voltada à pesca (FIESC, 2013b).

Para melhor compreender as exportações de Santa Catarina, é importante levantar a pauta de exportação do Estado e analisar o seu comportamento. A Tabela 9 apresenta o desempenho da pauta das exportações de Santa Catarina agrupados por capítulos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) durante o período de 2011 e 2012, e respectivas taxas de variação, em ordem de importância.

Tabela 9 – Exportações de Santa Catarina por capítulo da NCM em 2011 e 2012

Discriminação	2012 (USD\$ FOB)	2011 (USD\$ FOB)	Part. % Total 2012	Var. % 2012/2011
Carnes e miudezas, comestíveis	2.529.013.072	2.691.325.276	28,35	-6,03
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas etc. mecânicos	1.449.568.451	1.491.039.664	16,25	-2,78
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	961.397.644	898.885.772	10,78	6,95
Máquinas, aparelhos e material elétrico, suas partes etc.	808.278.942	828.468.525	9,06	-2,44
Preparações de carne, de peixe ou de crustáceos etc.	423.748.269	459.780.750	4,75	-7,84
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	401.153.245	390.124.177	4,50	2,83
Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes etc.	307.264.033	218.810.319	3,44	40,42
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões etc.	202.413.229	214.203.867	2,27	-5,50
Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel	188.485.976	226.514.850	2,11	-16,79
Ferro fundido, ferro e aço	121.152.925	150.815.971	1,36	-19,67
Produtos cerâmicos	110.023.668	123.783.815	1,23	-11,12
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais etc.	102.615.625	111.019.807	1,15	-7,57
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	99.137.194	110.203.741	1,11	-10,04
Resíduos e desperdício das indústrias alimentares etc.	96.125.501	155.522.468	1,08	-38,19
Cereais	91.321.252	43.927.512	1,02	107,89
Veículos automóveis, tratores etc. partes/acessórios	90.579.763	99.062.778	1,02	-8,56
Matérias albuminoides, produtos à base de amido etc.	81.324.189	67.902.328	0,91	19,77
Produtos químicos e inorgânicos	80.609.401	67.747.526	0,90	18,99
Plásticos e suas obras	74.390.201	78.111.239	0,83	-4,76
Peles exceto peleiteira	68.884.073	51.878.634	0,77	32,78
Combustíveis minerais	61.419.937	15.063.901	0,69	307,73
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia etc.	50.292.382	53.557.417	0,56	-6,10
Outros	521.477.035	503.295.000	5,85	3,61
Total das Importações de SC	8.920.676.007	9.051.047.137	100,00	-1,44

Fonte: Adaptado de Brasil (2014h).

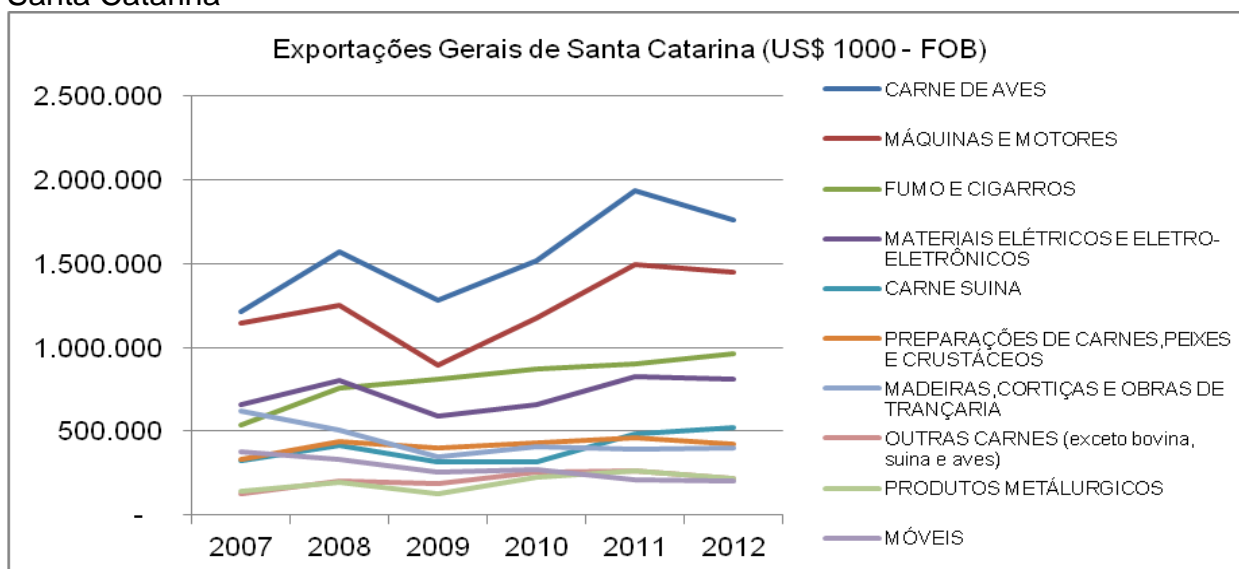
De acordo com a Tabela 9, os principais grupos com melhores desempenhos em Santa Catarina em 2012 foram “carnes e miudezas”, “reatores nucleares”, “fumo” e “máquinas, aparelhos e material elétrico”. Os grupos que apresentaram maior variação de 2011 para 2012 foram “combustíveis minerais” (307,73%), “cereais” (107,89%) e “sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes” (40,42%).

Conforme já visto anteriormente, os Estados Unidos é o principal país de destino das exportações de Santa Catarina, representando 11,41% do total das exportações de 2012, e um crescimento de 2,57% em relação a 2011. Para identificar os produtos da pauta de exportação de Santa Catarina e comparar o seu desempenho em relação ao intercâmbio entre Santa Catarina e os Estados Unidos, os **Anexos A, B e C** apresentam, respectivamente, a pauta de produtos de importações gerais dos

Estados Unidos; a pauta de produtos de exportações gerais de Santa Catarina; e por fim a pauta de produtos de exportações de Santa Catarina para Estados Unidos.

Com base nos dados dos **Anexos B e C**, foram elaborados gráficos para ilustrar a evolução dos segmentos de principal destaque da pauta de Santa Catarina. Observe na Figura 6 a representação gráfica da evolução da pauta de exportação geral de Santa Catarina, e na Figura 7 evolução da pauta de exportação de Santa Catarina para os Estados Unidos.

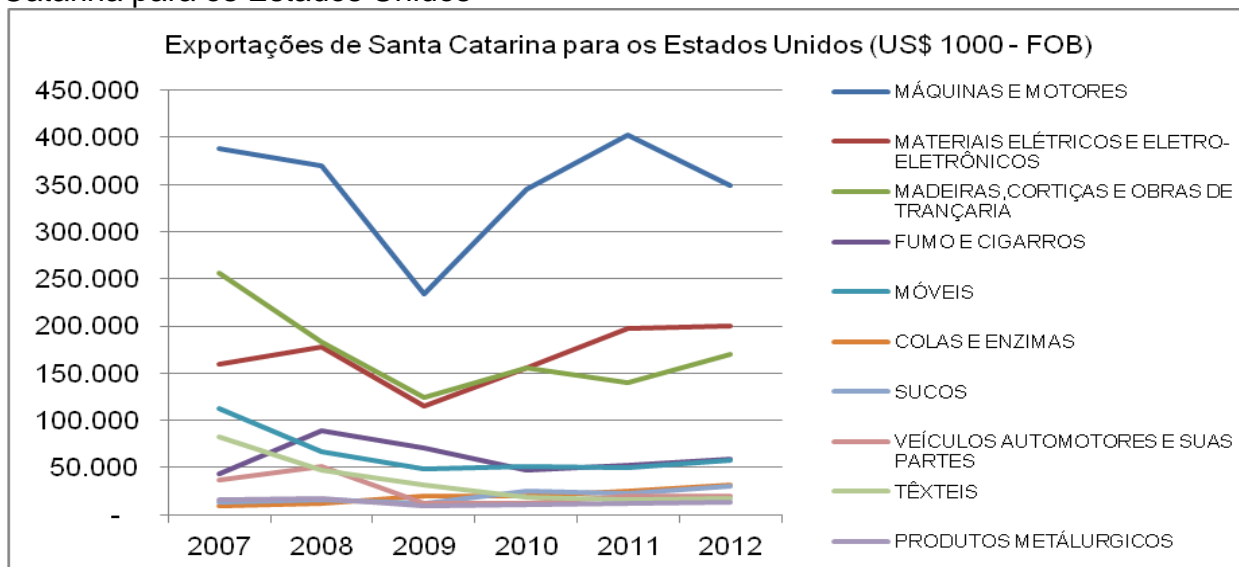
Figura 6 - Evolução recente dos principais segmentos da pauta de exportação total de Santa Catarina



Fonte: Elaborado com base nos dados de Brasil (2014g).

Durante o período de 2007 a 2012, conforme demonstrado na Figura 6, o segmento de “carnes de aves” se destaca frente aos demais segmentos, liderando o mercado exportador catarinense em USD\$ FOB. Em 2º lugar vem o segmento de “máquinas e motores”, em 3º o segmento de “fumo e cigarro” que vem apresentando um crescimento desde 2007, e em 4º lugar o segmento de “materiais elétrico e eletroeletrônicos” que manteve-se estável ao longo do período analisado. Em sequência, os demais seis segmentos que também se destacam em dolares norte-americanos FOB a pauta de exportação de Santa Catarina são: carne suína, preparação de carnes, peixes e crustáceos, madeiras, cortiças e obras de trançaria, outras carnes (exceto bovina, suína e aves), produtos metalúrgicos, e por fim móveis.

Figura 7 - Evolução recente dos principais segmentos da pauta de exportação de Santa Catarina para os Estados Unidos



Fonte: Elaborado com base nos dados de Brasil (2014g).

Analisando-se a evolução das exportações catarinenses para os Estados Unidos no período de 2007 a 2012, é possível identificar que o segmento de “máquinas e motores” possui maior proeminência frente aos demais segmentos, mesmo sendo um segmento dinâmico que apresentou um declínio no último ano analisado. Na sequência, o segmento de “materiais elétricos e eletroeletrônicos” que aumentou seu desempenho no comércio bilateral, e o segmento de “madeiras, cortiças e obras de trançaria” que após o declínio em 2009, seu desempenho está estável e vem crescendo nos últimos anos. Após os três principais destaques em dólares norte-americanos, a principal pauta de exportação de Santa Catarina para os Estados Unidos também é composta pelos seguintes segmentos, em ordem de importância: fumo e cigarro, móveis, colas e enzimas, sucos, veículos automotores e suas partes, têxteis e produtos metalúrgicos.

O Sistema Radar Comercial (BRASIL, 2014g) disponibiliza um relatório de parâmetros gerais de “Produtos Prioritários” para melhor analisar os segmentos no mercado internacional com foco nas potencialidades, para auxiliar na expansão das exportações brasileiras. O **Anexo D** apresenta o relatório dos “Produtos Prioritários”, que são aqueles que têm um elevado “Potencial Importador a ser Explorado”(PIE) e estão com a demanda importadora crescente nos Estados Unidos. O relatório apresenta as potencialidade de Santa Catarina com os Estados Unidos, analisando o



dinamismo dos segmentos, o potencial do importador a ser explorado, a performance e prioridade do segmento, e o desempenho exportador do Estado. A prioridade dos segmentos é classificada em curto, médio e longo prazo. Os prioritários no curto prazo são aqueles possíveis de explorar as potencialidades do mercado externo imediatamente, pois já são exportados em grande escala. Já os prioritários no longo prazo são aqueles que têm elevado “Potencial Importador a ser Explorado” no país em estudo, entretanto, o Brasil ainda carece de capacidade exportadora. Os produtos classificados no médio prazo são aqueles intermediários quanto às características supra mencionadas. A Tabela 10 apresenta os principais segmentos estáveis e dinâmicos do Anexo D, e que apresentaram um comportamento crescente no comércio bilateral entre 2010 a 2012.

Tabela 10 – Parâmetros gerais do comportamento dos segmentos estáveis e dinâmicos na exportação de Santa Catarina para os Estados Unidos de 2010 a 2012

Setor	Dinamismo	PIE <sup>(1)</sup> US\$ 1000 FOB	Perc. do Mercado Import.	Performance	Prioridade	DEST <sup>(2)</sup> US\$ 1000 FOB
PETRÓLEO E DERIVADOS	Estável	389.543.330	98,68%	Crescente	Médio Prazo	34.504
MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRO-ELETRÔNICOS	Estável	278.966.565	99,71%	Crescente	Curto Prazo	765.186
VEÍCULOS AUTOMOTORES E SUAS PARTES	Dinâmico	210.028.941	99,79%	Crescente	Curto Prazo	90.115
INSTRUMENTOS DE PRECISÃO	Estável	70.587.449	99,79%	Crescente	Médio Prazo	54.481
PRODUTOS FARMACÊUTICOS	Estável	64.008.500	99,76%	Crescente	Longo Prazo	3.614
PRODUTOS METÁLURGICOS	Dinâmico	58.378.132	95,02%	Crescente	Curto Prazo	234.700
MÓVEIS	Estável	43.968.097	99,79%	Crescente	Curto Prazo	229.539
METAIS NÃO-FERROSOS	Estável	33.622.905	98,73%	Crescente	Médio Prazo	15.522
BORRACHA E SUAS OBRAS	Dinâmico	26.777.465	97,92%	Crescente	Longo Prazo	7.236
MASSAS ALIMENTÍCIAS E PREPARAÇÕES ALIMENT.	Estável	12.906.374	99,34%	Crescente	Médio Prazo	21.778
MADEIRAS, CORTIÇAS E OBRAS DE TRANÇARIA	Estável	12.694.269	95,72%	Crescente	Curto Prazo	400.472
HIGIENE PESSOAL E COSMÉTIC.	Estável	9.798.793	99,18%	Crescente	Longo Prazo	5.768
CAFÉ	Dinâmico	5.484.675	79,63%	Crescente	Longo Prazo	1.431
GORDURAS E ÓLEOS ANIM/VEG.	Dinâmico	5.166.382	99,05%	Crescente	Médio Prazo	8.975
VINHOS	Dinâmico	5.081.925	99,98%	Crescente	Longo Prazo	1.325
TINTAS	Dinâmico	3.536.887	99,55%	Crescente	Médio Prazo	24.632
PRODUTOS DE LIMPEZA	Estável	2.104.303	99,55%	Crescente	Longo Prazo	1.454
EMBARCAÇÕES	Estável	1.564.333	99,50%	Crescente	Longo Prazo	1.114
FUMO E CIGARROS	Dinâmico	1.328.458	81,78%	Crescente	Curto Prazo	911.388
OUTROS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	Dinâmico	798.104	96,02%	Crescente	Médio Prazo	43.607
CARNE DE AVES	Estável	180.555	99,74%	Crescente	-	1.737.065

<sup>(1)</sup>PIE – Potencial do Importador a ser Explorado

<sup>(2)</sup>DEST – Desempenho Exportador de Santa Catarina

Fonte: Brasil (2014g).

Por ordem de “Potencial Importador a ser Explorado” (PIE), de todos os segmentos apresentados na Tabela 10 que são estáveis e dinâmicos, o segmento de “petróleo e derivados” é o maior destaque dentre os produtos prioritários, com US\$ 389 bilhões de PIE e classificado como prioritário no médio prazo. Em 2º lugar, o segmento de “materiais elétricos e eletro-eletrônicos” possui USD\$ 278 bilhões de PIE, classificado como prioritário em curto prazo, e em 3º “veículos automotores e suas partes” com USD\$ 210 bilhões de PIE e prioritário em curto prazo. Os demais segmentos prioritários, os quais apresentaram PIE acima de US\$ 17 bilhões são: instrumentos de precisão, produtos farmacêuticos, produtos metalúrgicos, móveis, metais não-ferrosos e borracha e suas obras, conforme análise do MDIC.

No contexto das importações, Santa Catarina também possui necessidades por produtos que por diversos motivos são importados do mercado externo. Os produtos podem ser importados por haver carência ou insuficiência no mercado interno, ou por possuir maior vantagem de preço ou qualidade no mercado externo. A Tabela 11 apresenta os principais segmentos (por capítulos da NCM) do total das importações de Santa Catarina entre 2011 e 2012, e suas respectivas variações.

Tabela 11 – Importações de Santa Catarina por capítulos da NCM em 2011 e 2012

Discriminação	2012 (USD\$ FOB)	2011 (USD\$ FOB)	Part. % Total 2012	Var. % 2012/2011
Cobre e suas obras	1.532.144.734	1.744.286.876	10,53	-12,16
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, mecânicos	1.460.568.735	1.595.903.541	10,04	-8,49
Máquina, aparelhos e materiais elétrico, suas partes	1.287.633.087	1.148.766.940	8,85	12,06
Plásticos e suas obras	1.285.081.525	1.659.943.859	8,83	-22,58
Ferro fundido, ferro e aço	937.794.685	848.337.010	6,44	10,55
Borracha e suas obras	733.295.695	746.690.168	5,04	-1,79
Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	470.630.181	421.817.832	3,23	11,57
Filamentos sintéticos ou artificiais	456.547.676	393.708.831	3,14	15,96
Vestuário e seus acessórios, exceto malha	410.031.496	335.336.636	2,82	22,27
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia etc.	389.288.899	406.117.167	2,68	-4,14
Produtos químicos orgânicos	359.777.855	326.758.088	2,47	10,11
Outros	5.229.158.434	5.213.308.124	35,94	0,30
Total das Importações de SC	14.551.953.002	14.840.975.072	100,00	-1,95

Fonte: Adaptado de Brasil (2014h).

Analisando-se a evolução das importações catarinenses, observa-se a grande demanda de produtos dos segmentos de “cobre”, “reatores nucleares, máquinas

etc.", "máquinas e material elétrico", "plásticos", "ferro" e "borracha". Este seis principais segmentos representam 49,73% do total das importações de 2012.

Segundo a pesquisa do presente estudo, os Estados Unidos está em 4º lugar do ranking dos principais países de origem das importações de Santa Catarina em 2012, representando 5,85% do total. Em 1º lugar está a China (28,36%), em 2º lugar o Chile (10,46%) e em 3º a Argentina (7,55%). Ocupando o 4º lugar, os Estados Unidos possuem uma pauta de exportação diversificada, na qual fornece um ampla gama de produtos de diversos segmentos para atender e suprir as necessidades de Santa Catarina. A Tabela 12 a seguir apresenta os principais segmentos que Santa Catarina importou dos Estados Unidos durante o período de 2007 a 2012.

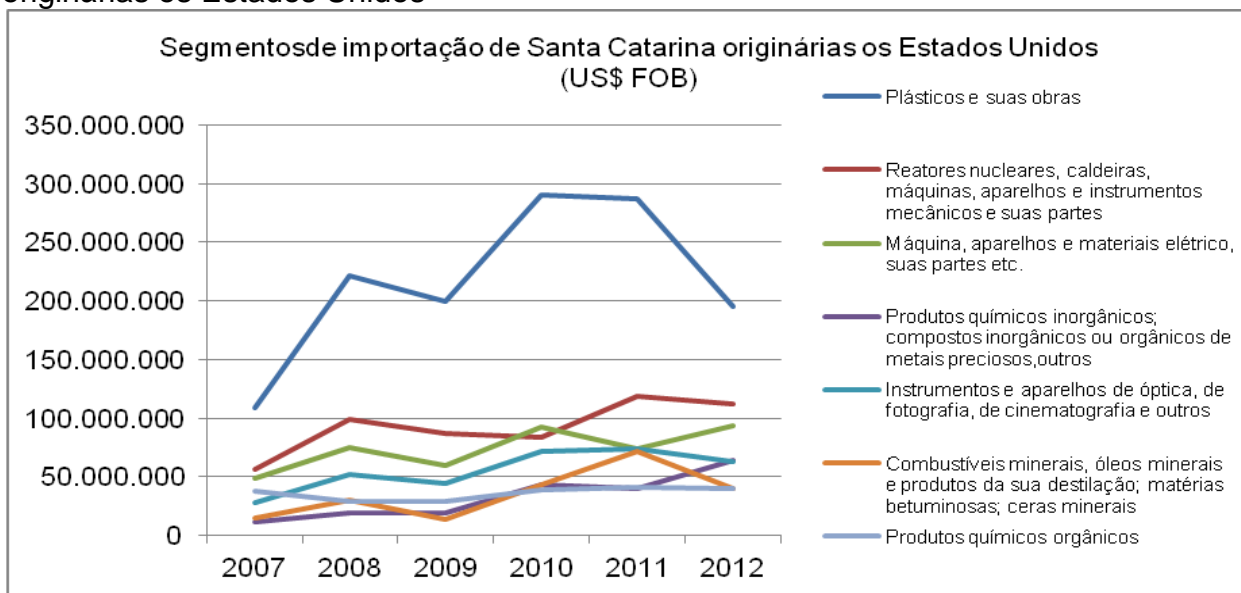
**Tabela 12 – Importações de Santa Catarina originárias dos Estados Unidos por capítulos da NCM entre 2007 a 2012 – USD\$ FOB**

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Plásticos e suas obras	108.592.561	221.376.127	199.280.903	290.221.664	287.155.142	194.819.330
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes	55.805.145	99.481.718	87.436.591	84.152.786	118.540.917	111.662.480
Máquina, aparelhos e materiais elétrico, suas partes etc.	48.154.205	74.839.435	60.090.785	92.031.116	74.163.304	93.914.680
Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, outros	11.119.280	19.565.036	19.390.732	42.776.977	39.778.360	63.843.600
Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia e outros	28.026.181	52.225.516	43.812.449	71.859.402	74.313.226	62.511.103
Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais	14.314.869	30.343.414	14.163.682	42.886.489	72.193.891	39.996.680
Produtos químicos orgânicos	37.847.581	29.110.309	29.227.327	39.140.267	41.332.556	39.496.517
Produtos farmacêuticos	2.499.347	5.149.226	17.971.293	19.760.872	29.381.283	35.794.273
Produtos diversos das indústrias químicas	1.295.212	2.234.556	5.257.593	9.057.708	20.695.622	27.663.201
Aubos ou fertilizantes	6.088.972	5.818.589	9.080.571	1.673.130	19.170.061	19.584.024
Borracha e suas obras	10.819.310	8.439.045	8.299.731	14.714.705	17.287.333	17.363.938
Preparações alimentícias diversas	2.328.496	2.363.005	1.993.879	2.251.253	8.269.693	16.936.308
Outros	89.996.128	122.452.040	122.519.446	149.024.954	185.156.442	128.024.798
<b>Total das Importações de SC</b>	<b>416.887.287</b>	<b>673.398.016</b>	<b>618.524.982</b>	<b>859.551.323</b>	<b>987.437.830</b>	<b>851.610.932</b>

Fonte: Adaptado de Brasil (2014h).

Com base nos dados da Tabela 12, foi elaborado a Figura 8 para a representação gráfica da evolução dos segmentos de principal destaque das importações de Santa Catarina originárias dos Estados Unidos.

Figura 8 - Evolução recente dos principais segmentos de importação de Santa Catarina originárias os Estados Unidos



Fonte: Elaborado com base nos dados de Brasil (2014h).

Durante o período de 2007 a 2012, conforme demonstrado na Figura 8, o segmento de “plásticos e suas obras” se destaca frente aos demais segmentos, liderando o mercado importador catarinense em USD\$ FOB. Este segmento cresceu 79,40% de 2007 para 2012, e representa 22,88% do total das importações de 2012. Em 2º lugar encontra-se o segmento de “reatores nucleares, caldeiras, máquinas e aparelhos e instrumentos mecânicos”, que apresentou um crescimento de 100,09% de 2007 para 2012 e 13,11% de participação em relação ao total. Em seguida, o segmento de “máquinas, aparelhos e materiais elétricos” que também cresceu significativamente de 2007 a 2012, 95,03%, e representando 11,03% de participação do total de 2012. Os demais segmentos que se destacaram das importações dos Estados Unidos são os seguintes, com suas respectivas participações em relação ao total: “produtos químicos inorgânicos, compostos orgânicos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos” (7,5%), “instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia e outros” (7,34%),

“combustíveis minerais, óleos minerais e produtos de sua destilação, materiais betuminosas, ceras minerais” (4,7%) e por fim “produtos químicos orgânicos” (4,64%).

#### 4.3 POLÍTICA COMERCIAL

As relações comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos trouxeram a necessidade de impor estratégias políticas para a regulamentação e controle da relação entre os mercados. No comércio internacional, tais estratégias possibilitam proteger a economia dos países, bem como promover e fortalecer a integração entre os mercados para relações mais duradouras. A fim de dificultar a entrada de mercadorias para proteger a sua economia, as importações tanto dos Estados Unidos quanto do Brasil estão sujeitas a tarifas de importação, procedimentos aduaneiros, cotas tarifárias, licenciamento, subsídios, regulamentos nacionais e exigências como certificação e proibição de importação. Tais políticas comerciais são estabelecidas por meio de leis e regulamentos governamentais com o objetivo não só de proteger sua economia, mas também de proteger a saúde, meio ambiente, segurança e moral pública do país (BRASIL, 2011).

Os Estados Unidos possui alguns entraves que costumam dificultar a entrada de produtos brasileiros no mercado norte-americano. São exemplo dessas medidas que o segmento exportador brasileiro enfrenta: aplicações a direitos antidumping, elevadas tarifas, restrições sanitárias e fitossanitárias, subsídios ao segmento agrícola, subsídio a exportação de produtos agrícolas, regras de rotulagem, entre outras. A maior das barreiras dos Estados Unidos é a burocracia e complexidade do processo do *United States Department of Agriculture* (USDA) para exame dos dados fornecidos pelos produtores exportadores para comprovar o controle efetivo ou inexistência de pragas em áreas de produção (BRASIL, 2007). Restrições sanitárias são impostas a produtos de carnes *in natura*, e fitossanitárias para frutas e legumes (BRASIL, 2007).

No tocante às tarifas, os Estados Unidos aplica tarifas elevadas a certos produtos para dificultarem sua entrada, como por exemplo produtos do segmento “laticínio”, “têxtil”, “fumo”, e sazonalidade de tarifas no caso do segmento de “frutas e legumes” (BRASIL, 2007). As medidas de direitos antidumping e anti-subsídios também

prejudicam alguns segmentos brasileiros. Os Estados Unidos possuem tais direitos como barreiras, medidas de defesa comercial ao acesso de produtos brasileiros no seu mercado. O Quadro a seguir apresenta os direitos antidumping e anti-subsídio vigentes dos Estados Unidos. Estima-se que, enquanto permanecerem os direitos antidumping e anti-subsídio, esse prejuízo aumentará em US\$ 165 milhões anualmente (BRASIL, 2007).

**Quadro 4 – Direitos Antidumping (AD) e Anti-subsídio (AS) vigentes dos Estados Unidos**

Produtos	Direito	Imposto em	Exportadores / Direitos específicos (%)
Suco de laranja congelado e concentrado	AD	09/03/2006	Fisher (12,46%); Cutrale (19,19%); Montecitrus (60,29%); outros (16,51%)
Camarão congelado	AD	21/01/2005	CIDA (4,97%); EMPAF/Netuno (7,94%); Norte-Pesca (67,8%); outros (7,05%)
Vergalhões de aço para concreto	AD	28/01/2004	Belgo Bekaert Arames S.A. (118,75%); outros (118,75%)
Cabos de aço carbono fundido	AS	22/10/2002	Gerdau (2,76%); Belgo Mineira (6,74%); outros (5,64%)
Cabos de aço carbono fundido	AD	29/10/2002	Cia Sid. Belgo Mineira Part. Ind. e Com S.A. e BMP Siderúrgica AS (98,69%); outros (74,35%)
Laminados a quente	AS	06/07/1999	CSN (6,35%); Usiminas e Cosipa (9,67%); outros (7,81%)
Laminados a quente	AD	12/05/2002	Usiminas e Cosipa (43,4%); outros (42,12%); CST (0,0%); CSN (41,27%)
Canos e tubos de pressão sem costura	AD	03/08/1995	V&M (ex-Mannesmann) (0%); outros (124,94%)
Silício-manganês	AD	22/12/1994	Urucum (0,0%); outros (17,6%)
Barras de aço inoxidável	AD	21/02/1995	Outros (19,43%)
Produtos planos de aço carbono sob medida	AS	17/08/1993	Usiminas (5,44%); Cosipa (48,64%); outros (23,1%)
Produtos planos de aço carbono sob medida	AD	19/08/1993	Usiminas e Cosipa (42,08%); outros (75,54%)
Tubos soldados de aço carbono	AD	02/11/1992	Outros (103,38%)
Conexões tubulares de aço com solda de topo	AD	17/12/1986	Outros (52,25%)
Forjados de ferro pesados para construção	AS	15/05/1986	Outros (1,06%)
Forjados de ferro pesados para construção	AD	09/05/1986	Cosigua (5,95%); Somep (16,61%); Aldebara (58,74%); outros (26,16%)

Fonte: Brasil (2007, p. 16).

Além de barreiras tarifárias e não-tarifárias, os Estados Unidos concede subsídio à agricultura norte-americana, oferecendo pagamentos domésticos à agricultura e subsídio e apoio à exportação, prejudicando assim, a competitividade de produtos agrícolas brasileiros no mercado norte-americano e no mercado internacional

como um todo. Dos programas de apoio à agricultura, os Estados Unidos renovou o *Agricultural Act of 2014*, também conhecido como *Farm Bill 2014*, até 2018, que possui programas voltados à nutrição, conservação, desenvolvimento rural, pesquisa e energia, e também programas de benefícios e pagamentos pelo cultivo subsidiado à agricultura. Para subsídio à exportação, os Estados Unidos conta com dois programas declarados à OMC: o *Export Enhancement Program* (EEP) e o *Dairy Export Incentive Program* (DEIP) (BRASIL, 2007).

Ademais, os Estados Unidos possui diversos regulamentos técnicos federais, estaduais e municipais aplicáveis às importações, na qual abrangem normas de embalagem, rotulagem, práticas sanitárias e de boa fabricação, aditivos, pesticidas e colorantes em alimentos, certificação de farmacêuticos, produtos biológicos, alimentos enlatados de baixa acidez, bem como padrões industriais e inspeções oficiais. Existem aproximadamente três mil autoridades estaduais e municipais nos EUA que, frequentemente, não apresentam padrões uniformes. Sendo assim, existem várias leis e regulamentos específicos estabelecidos pelos órgãos do Governo norte-americano que devem ser obedecidos para importações (BRASIL, 2012a).

Conforme Brasil (2012a), não há requisitos legais para as embalagens externas de produtos importados para os Estados Unidos, exceto os de marcação (rotulagem). No entanto, aconselha-se que as embalagens contenham produtos de um só tipo, para facilitar a identificação as alíquotas das mercadorias, uma vez que se o fiscal não conseguir determinar o valor exato de cada tipo, o embarque estará sujeito ao pagamento da alíquota mais alta (BRASIL, 2012a).

Dentre os diversos regulamentos, a rotulagem de produtos importados para os Estados Unidos é exigida conforme as normas regulamentadas por diversas leis norte-americanas. Dentre todas as leis, as principais são apresentadas no Quadro 5 a seguir.

Quadro 5 – Principais leis de rotulagem vigentes dos Estados Unidos

Lei	Produtos	Abrangência
Fair Packaging and Labeling Act - FPLA	Rotulagem de bens de consumo produzidos e/ou comercializados nos Estados Unidos	Determina a identificação no produto do nome e endereço do fabricante ou distribuidor e volume líquido do conteúdo.
Nutrition Labeling and Education Act	Rotulagem de Produtos Alimentícios	Determina a inclusão de informações sobre nutrientes nos rótulos da maioria dos produtos alimentícios em conformidade com requisitos do regulamento.
Textile Fiber Products Identification Act Wool Products Labeling Act	Rotulagem de Artigos têxteis	Determina a inclusão de informações na etiqueta, em conformidade com os regulamentos do “Textile Fiber Products Identification Act”.
Care Labeling of Textile Wearing Apparel and Certain Piece Goods	Rotulagem de Artigos têxteis	Determina obrigatório a afixação de etiqueta contendo instruções referentes a procedimentos de lavanderia.
Insecticide, Fungicide, and Rodenticide Act, as amended by the Federal Environmental Pesticide Control Act	Rotulagem de pesticidas e dispositivos utilizados no combate a pragas	Regula a importação de pesticidas e dispositivos e dispõe sobre padrões de rotulagem, classificação e registro desses produtos na “Environmental Protection Agency”.
Dietary Supplement Health and Education Act of 1994	Rotulagem de suplementos dietéticos	Determina a inclusão de informações dos suplementos dietéticos (vitaminas, etc.).
Federal Food, Drug and Cosmetic Act	Rotulagem de Cosméticos	Determina a inclusão de informações na rotulagem de cosméticos
Federal Alcohol Administration Act	Rotulagem de bebidas alcoólicas	Regula a rotulagem de bebidas alcoólicas conforme documento “27 CFR Subpart A Parts 4, 5 e 7”.
National Organic Program	Rotulagem de produtos orgânicos, nacionais ou importados cujo valor supere US\$ 5 mil.	Determina que: Produtos com rótulo “100% Organic” devem ser 100% (exclui sal e água); produtos com rótulo “Organic” devem conter 95% de ingr. orgânicos; e produtos com rótulo “Made with Organic Ingredients” devem conter mínimo de 70% de ingr. orgânicos.
Country of Origin Labeling (COOL)	Rotulagem de cortes e carne moída de bovinos, carneiros, frangos, cabras e suínos, crustáceos e peixes, commodities agrícolas perecíveis (frutas e verduras frescas e cong.), macadâmia, gengibre, noz e amendoim	Determina a inclusão da informação do país de origem e o método de produção: “wild” (silvestre) ou “farm-raised” (aquicultura).

Fonte: Brasil (2012a).

Observa-se que as principais leis de rotulagem vigentes dos Estados Unidos abrange diversos segmentos como produtos alimentícios, têxtil, cosméticos, carnes, bebidas, e etc. É necessário atender a estas exigências para as entradas destes produtos nos Estados Unidos.



É importante também atentar-se a marcas e patentes para exportar para os Estados Unidos. Conforme Brasil (2012a, p. 111):

Não é permitida a entrada nos EUA de artigos que tenham um nome que copie ou imite o de um fabricante ou comerciante dos EUA ou de um país estrangeiro que conceda direitos semelhantes a cidadãos americanos. Tampouco é permitida a entrada de artigos que tenham um nome que copie ou imite marca registrada no “United States Patent and Trademark Office (USPTO)” e no Departamento do Tesouro.

Os Estados Unidos possui também, medidas, que por diferentes razões, restringe importações de origem brasileira. Dentre as principais medidas restritivas à entrada de produtos brasileiros, o quadro a seguir apresenta resumidamente as restrições mais significativas:

Quadro 6 – Resumo das restrições de importações dos Estados Unidos mais significativas a produtos brasileiros

Produtos	Medidas de restrições
Açúcar	Quota-tarifária; os níveis de tarifa extra-quota são proibitivos
Algodão	Quota-tarifária e distorções causadas por subsídios nos EUA
Cachaça	Rotulagem
Camarão	Direitos antidumping elevados
Carne bovina <i>in natura</i>	Ainda proibidas por questões sanitárias; quota-tarifária (tarifa extra-quota elevada)
Carne de frango <i>in natura</i> ou processada	Ainda proibidas por questões sanitárias
Carne suína	Questões sanitárias. Liberado apenas para o Estado de Santa Catarina
Etanol	Subsídios; a tarifa secundária sobre a importação foi abolida em dezembro de 2011
Frutas e Hortaliças	Questões fitossanitárias
Lácteos	Quotas-tarifárias
Milho	Subsídio
Produtos siderúrgicos	Direitos antidumping e medidas compensatórias
Soja	Escalada tarifária relativa ao óleo de soja
Suco de frutas	Antidumping, questões fitossanitárias e tarifas elevadas
Tabaco	Quota-tarifária

Fonte: Brasil (2012a, p. 89).

Observa-se que por questões sanitárias e fitossanitárias, direitos antidumping, quota tarifária, e subsídio, entre outros, as exportações do Brasil e Santa Catarina para os Estados Unidos podem ser prejudicadas. Dentre as restrições citadas no quadro anterior que podem afetar as exportações brasileiras destacam-se: “subsídios à produção agrícola doméstica, subsídios à exportação de produtos agrícolas; regras de rotulagem; medidas antidumping e anti-subsídios; regras sobre

compras governamentais *Buy American Act* [...] relacionadas ao combate ao terrorismo” entre outras (BRASIL, 2012a, p. 89).

Em relação às políticas comerciais brasileiras, a abertura da economia brasileira para o comércio internacional também trouxe a necessidade de estabelecer políticas a favor de sua economia. Considerada uma das economias mais protecionistas do mundo, o Brasil adota diversas medidas como barreira às exportações.

Para a aplicação das normas regulamentares brasileiras, o sistema administrativo das importações brasileiras compreende das seguintes modalidades (BRASIL, 2014f): importações dispensadas de licenciamento, importações sujeitas a licenciamento automático e importações sujeitas a licenciamento não automático. As importações dispensadas de licenciamento cabe ao importador somente providenciar o registro da Declaração de Importação. As importações sujeitas a licenciamento são mercadorias em que a legislação exige autorização prévia de órgãos específicos da Administração Pública (BRASIL, 2014f).

Sendo assim, previamente à importação, é necessário sempre consultar o Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) para verificar se há exigência de tratamento administrativo para determinada mercadoria. A Receita Federal do Brasil disponibiliza ao público simular uma situação de importação por meio do Simulador do Tratamento Tributário e Administrativo das Importações (BRASIL, 2014d). Este simulador possibilita pesquisas por código da NCM e apresenta o tratamento administrativo da mercadoria, o órgão de governo responsável pela emissão de licença de importação e o valor dos tributos incidentes sobre a mercadoria (BRASIL, 2014f).

Há 15 órgãos intervenientes que são anuentes no licenciamento de importação no Brasil (BRASIL, 2014e):

- a) ANCINE - Agência Nacional do Cinema;
- b) ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica;
- c) ANP - Agência Nacional de Petróleo;
- d) ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- e) CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear;
- f) DECEX - Departamento de Operações de Comércio Exterior;

- g) DFPC - Exército Brasileiro - Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados;
- h) DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia;
- i) DPF - Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça;
- j) ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;
- k) IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;
- l) INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial;
- m) MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- n) MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia;
- o) SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus.

O **Anexo E** dispõem de todos os órgãos, as legislações que os regulamentam, e as indicações de medidas que cabem a cada um deles.

Dentre os diversos tratamentos administrativos, todas as importações de materiais usados para Brasil estão sujeitas a anuência do DECEX. Para a importação de material usado, o importador deve primeiramente registrar a Licença de Importação (LI) no SISCOMEX previamente ao embarque da mercadoria, no qual será analisada e liberada ou não pelo DECEX, dependendo de cada situação conforme disposto na legislação.

As importações de alguns produtos estão também sujeitas à obtenção de cotas tarifárias de abastecimento. Ao amparo das Resoluções da Câmara de Comércio Exterior, cotas de abastecimento são quantidades estabelecida de mercadorias permitidas para entrar no país, usufruindo de uma redução no Imposto de Importação, em períodos em que a produção do Brasil seja insuficiente para o atendimento do mercado interno, ou quando houver um surto de demanda (BRASIL, 2014f).

Em suma, é possível identificar que tais políticas comerciais adotadas tanto pelos Estados Unidos quanto pelo Brasil são estabelecidas de acordo com macropolítica de comércio exterior do governo norte-americano e brasileiro. Conforme

Labatut (1994, p. 115), “o livre comércio internacional é uma utopia”, ou seja, é necessário implantar políticas para a regulamentação e controle da relação entre os mercados internacionais, bem como equilibrar a integração entre os mercados.

“Cada país procura desenvolver-se e os mais desenvolvidos procuram manter suas conquistas, sejam de ordem interna, sejam de ordem externa” (LABATUT, 1994, p. 115). Sendo assim, no âmbito da macropolítica, cada país adota a melhor política comercial conforme suas necessidades e intenções, seja para restringir as importações através de políticas restritivas, seja para expandir as exportações e importações através de acordos comerciais.

#### **4.3.1 Acordos comerciais**

O início das relações comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos foi marcada pela tentativa da criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Os Estados Unidos mostrou interesse em se relacionar com os demais países das Américas apresentado a proposta da ALCA em 1994. Com a intenção de instituir uma zona de livre comércio desde o Alaska até à Terra do Fogo, o presidente George W. H. Bush anunciou em 1990 *The Enterprise of the Americas Initiative* (EAI). O presidente que o sucedeu, William J. Clinton (1993-2001) reanimou a ideia e apresentou a proposta da ALCA em 1994. Com a formação da ALCA, os Estados Unidos pretendiam estabelecer uma rede de compromissos internacionais (BANDEIRA, 2009). No entanto, segundo Bandeira (2009, p. 52), o objetivo do país norte-americano era “modelar o sistema econômico mundial e fazê-lo funcionar em benefício da América, i. e., dos Estados Unidos, como centro mais dinâmico da economia global, no século XXI”. As tentativas apresentadas pelo governo dos Estados Unidos evidenciam o seu interesse em relação ao comércio internacional, isto porque a importância da geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos tornou-se evidente na Segunda Guerra Mundial (BANDEIRA, 2009, p. 48). Neste contexto, a proposta da formação da ALCA não foi concretizada, pois entendeu-se como uma estratégia global dos Estados Unidos para manter a supremacia no hemisfério, para o seu próprio benefício.

Após o insucesso da proposta da ALCA, vale destacar as rodadas de negociações comerciais multilaterais, realizadas pelo *General Agreement on Tariffs and Trade* (Acordo Geral de Tarifas e Comércio - GATT), em especial a Rodada do Uruguai (1986-1994), que tinha como objetivo implementar medidas para viabilizar o comércio internacional de acordo com as necessidades dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. A Rodada do Uruguai abordou diversos temas, concretizou diversos acordos e constituiu a Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995 (SOUSA, 2009).

A origem da OMC dentro do cenário econômico internacional abriu novas possibilidades de negócios e acordos comerciais, além de regulamentar a economia mundial. Os Estados Unidos da América e o Brasil tornaram-se membros da OMC no ano de sua criação, em 1995. A existência da OMC para o Brasil é fundamental, visto que o Brasil como um país em desenvolvimento, precisa defender seus interesses. Através da OMC, um sistema que regulamenta o comércio internacional que foi criado para substituir o GATT, o Brasil e os Estados Unidos mantiveram ao longo dos anos uma relação bilateral dinâmica.

Com a formação de uma área de livre comércio com o México e o Canadá, o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) em 1994, os Estados Unidos instituiu novos regimes como regime de preferências com os países do Caribe e da América Central (CBI - *Caribbean Basin Initiative*) e a formação do Comando Norte (2002). Estes acontecimentos, somando com o impacto causado pelo ataque terrorista de 11 de setembro de 2001, estabeleceu-se uma fragmentação entre o norte e o sul da América Latina. Com a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o Brasil aprofundou seus vínculos com a América do Sul que promoveu seu posicionamento político positivo no âmbito internacional (HIRST, 2011).

A participação de ambos na OMC trouxe diversas oportunidades comerciais que originaram acordos bilaterais e multilaterais tanto para o Brasil quanto para os Estados Unidos. Os acordos comerciais permitem a integração e relações multilaterais entre os países membros, e os regimes de preferência procuram facilitar o acesso dos produtos nos mercados de ambas as partes.

Os diferentes tipos de acordos e regimes em que o Brasil faz parte estão disponíveis no Departamento de Negociações Internacionais (DEINT), da Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio (BRASIL, 2014e). Já os acordos e regimes dos Estados Unidos são disponibilizados pelo Escritório do Representante do Comércio dos Estados Unidos (*The Office of the United States Trade Representative – USTR*) do Governo dos Estados Unidos. O Quadro 7 a seguir apresenta os acordos e regimes em que cada um dos países fazem parte, o Brasil e os Estados Unidos.

Quadro 7 – Acordos e regimes de Brasil e Estados Unidos

	Brasil	Estados Unidos
Acordos Comerciais	MERCOSUL – Mercado Comum do Sul ALADI – Associação Latino-Americana de Integração BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul ACE-02 (Acordo de Complementação Econômica) – Brasil / Uruguai ACE-14 – Brasil / Argentina ACE-35 – MERCOSUL / Chile ACE-36 – MERCOSUL / Bolívia ACE-53 – Brasil / México ACE-54 – MERCOSUL / México ACE-55 – MERCOSUL / México (Automotivo) ACE-58 – MERCOSUL / Peru ACE-59 – MERCOSUL / Colômbia, Equador e Venezuela ACE-38 – Brasil / Guiana ACE-41 – Brasil / Suriname ACE-62 – MERCOSUL / Cuba MERCOSUL / Israel MERCOSUL / Índia	NAFTA – North American Free Trade Area CAFTA-DR – Dominican Republic-Central America-United States Free Trade Agreement APEC – Asian-Pacific Economic Cooperation Australian FTA (Free Trade Agreement) Bahrian FTA Chile FTA Colombia FTA Israel FTA Jordan FTA KORUS FTA Morocco FTA Oman FTA Panama FTA Peru FTA Singapore FTA Trans-Pacific Partnership (TPP)
Regime de Preferências	SPG – Sistema Geral de Preferências (1976) SPGC – Sistema Geral de Preferências Comerciais (1988) APTR 04 – Acordo de Preferência Tarifária Regional entre países da ALADI (1984) APTF 04 – Acordo de Preferências Tarifárias Fixas entre MERCOSUL e Índia (2009)	SPG – Sistema Geral de Preferências (1976) AGOA – African Growth and Opportunity Act (2000) CBI - Caribbean Basin Initiative (2000) ATPA - Andean Trade Preference Act (1991)

Fonte: Brasil (2014e); Brasil (2013c); Estados Unidos (2014f);

Observa-se que o Brasil e os Estados Unidos possuem diversos acordos comerciais com diferentes países, porém não possuem acordos entre eles próprios. No

entanto, a participação de ambos na OMC ocasionou um estreitamento na relação entre eles e benefícios para o Brasil, como o tratamento da nação mais favorecida, com a redução de tarifas, e a isenção de direitos aduaneiros a alguns produtos, através do Sistema Geral de Preferências (SGP).

Na edição de 2011 do Relatório Nacional de Estratégias de Exportação dos Estados Unidos, “[...] o Departamento de Comércio aponta como uma de suas prioridades o aprofundamento das relações comerciais com o Brasil, a China e a Índia” (BRASIL, 2012a, p. 39). Tal fato leva a entender que os Estados Unidos tem intenção de buscar uma relação consistente e estável com o Brasil.

Em 2011, durante a visita do Presidente norte-americano Barack Obama ao Brasil, foi assinado o Tratado de Cooperação Econômica e Comercial (*Agreement on Trade and Economic Cooperation* – ATEC) que estabeleceu a Comissão de Relações Econômicas e Comerciais entre o *U.S. Trade Representative* (USTR) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) (ESTADOS UNIDOS, 2013b). Em 13 de março de 2012, os Estados Unidos sediou a primeira reunião da Comissão bilateral Brasil-Estados Unidos, no qual ambos os países concordaram em buscar uma maior cooperação em uma série de questões, incluindo investimentos, propriedade intelectual e comércio transfronteiriço de serviços (ESTADOS UNIDOS, 2013b). De acordo com o USTR, estão na pauta os seguintes objetivos (ESTADOS UNIDOS, 2011):

- 1) Desenvolver o programa de trabalho em relação aos seguintes aspectos:
  - a) Facilitação e liberalização do comércio e investimentos bilaterais;
  - b) Cooperação nos objetivos comuns no âmbito da OMC;
  - c) Cooperação no Comitê Consultivo Agrícola Estados Unidos-Brasil;
  - d) Medidas sanitárias e fitossanitárias;
  - e) Barreiras técnicas ao comércio;
  - f) Direitos de propriedade intelectual;
  - g) Questões regulatórias que afetem o comércio e os investimentos;
  - h) Informação e tecnologia de comunicações e e-commerce;
  - i) Comércio e capacitação técnica;
  - j) Comércio de serviços;

- 2) Consultar sobre o comércio específico e questões de investimento de interesse para qualquer das Partes;
- 3) Identificar oportunidades para expansão do comércio bilateral e o fluxo de investimentos;
- 4) Promover a eliminação dos obstáculos desnecessários ao comércio bilateral;
- 5) Facilitar a cooperação entre as Partes em fóruns de comércio multilateral;
- 6) Facilitar o intercâmbio de informações sobre o comércio de bens e serviços, bem como dados de investimento; e
- 7) Procurar o conselho do setor privado e da sociedade civil, sempre que necessário, sobre assuntos relacionados com o trabalho da Comissão.

Através da ATEC, é possível que o comércio bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos se fortaleça. O principal objetivo é expandir o comércio bilateral e fortalecer as relações econômicas entre as partes (ESTADOS UNIDOS, 2013b).

No âmbito das relações multilaterais da OMC, os Estados Unidos concedem aos membros da organização o tratamento da nação mais favorecida, com a redução de tarifas (BRASIL, 2011). Dentre os acordos da OMC, os Estados Unidos também concede a isenção de direitos aduaneiros a alguns produtos de países em desenvolvimento elegíveis, através do Sistema Geral de Preferências (SGP). O objetivo do SGP é estimular as exportações dos países de menor desenvolvimento econômico através de uma redução tarifária unilateralmente de alguns produtos pelos países industrializados. O Brasil está entre os 131 países em desenvolvimento beneficiários deste sistema (BRASIL, 2014e; BRASIL, 2011).

O SGP foi instituído nos Estados Unidos em 1º janeiro de 1976 e os produtos elegíveis são identificados conforme sua classificação tarifária na nomenclatura norte-americana, *Harmonized Tariff Schedule of the United States* (HTSUS). Para obter o benefício do SGP, o produto deve ser coberto pelo tratamento tarifário preferencial do SGP do país outorgante, ser originário do país beneficiário exportador, comprovado a origem por meio do Certificado de Origem Formulário A, e deve ser transportado diretamente para o país outorgante importador (BRASIL, 2014e). O SGP dos Estados



Unidos beneficia diversos produtos para vários países, incluindo o Brasil. Este benefício possibilita que produtos brasileiros de exportação disponham desta vantagem para manterem-se competitivos no mercado norte-americano. De acordo com dados da OMC (WTO, 2014c), os Estados Unidos concede pelo SGP a redução ou isenção de imposto de importação para 82 códigos do Sistema Harmonizado (SH), dentro dos 9 capítulos do Sistema Harmonizado discriminados abaixo. Todos os produtos beneficiados pelo SGP encontram-se listados no ANEXO F.

- a) Capítulo SH 40: Borracha e suas obras;
- b) Capítulo SH 70: Vidro e suas obras;
- c) Capítulo SH 83: Obras diversas de metais comuns;
- d) Capítulo SH 84: Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes;
- e) Capítulo SH 85: Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e partes e acessórios;
- f) Capítulo SH 87: Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios;
- g) Capítulo SH 89: Embarcações e estruturas flutuantes;
- h) Capítulo SH 90: Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia, de medida, de controle ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgico; suas partes e acessórios;
- i) Capítulo SH 91: Artigos de relojoaria.

Contudo, esta análise corrobora com a afirmação de Labatut (1994), quando o mesmo confirma que, no que se refere à macropolítica de comércio exterior: cada país procura implantar políticas de acordo com o seus interesses. “Uns procuram proteger suas produções e seus mercados, outros procuram produzir mais e conquistar novos mercados” (LABATUT, 1994, p. 115). Ou seja, países com o objetivo de conquistar novos mercados, ou até mesmo ampliar relações já existentes, buscam firmar acordos para facilitar trocas comerciais por meio de preferências e benefícios entre os países signatários do acordo.

### 4.3.2 A relação comercial

A Seção 4.2 da presente pesquisa apontou os principais segmentos da pauta de exportação de Santa Catarina. Destes segmentos, foram selecionados os principais que se destacaram na pauta de exportação total de Santa Catarina, na pauta de exportação de Santa Catarina para os Estados Unidos, e também os principais segmentos com maior “Potencial Importador a ser Explorado” e com o dinamismo estável do relatório dos “Produtos Prioritários” do Radar Comercial do MDIC.

Uma vez identificado e selecionado os segmentos que mais se destacaram, é importante levantar os impostos de importação e tratamentos administrativos dos Estados Unidos. O principal método internacional de classificação de mercadorias é chamado de Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias, ou Sistema Harmonizado (SH). Para a importação de produtos estrangeiros nos Estados Unidos, todos os produtos devem ser classificados de acordo com a tabela aduaneira dos Estados Unidos, intitulada “*Harmonized Tariff Schedule of the United States – HTSUS*” que foi criada com base no Sistema Harmonizado (SH). Sendo assim, os segmentos foram classificados de acordo com a versão 2012 do SH.

O Quadro 8 a seguir apresenta as tarifas médias de importação dos Estados Unidos por segmentos, de acordo com o tratamento de nação mais favorecida, e se o segmento possui itens beneficiados no SGP, segundo dados obtidos do *Tariff Download Facility* do *World Trade Organization* (WTO, 2014c). As informações completas por código de classificação fiscal das tarifas de importação dos Estados Unidos, incluindo as tarifas por produto, podem ser encontradas na base de dados do *United States International Trade Commission – USITC* (ESTADOS UNIDOS, 2014e).

Quadro 8 – Impostos de importação dos Estados Unidos dos segmentos destaques da pauta de exportação de Santa Catarina

Segmento	Imposto de Importação <i>ad valorem</i>			Nº de produtos (SH6) no SGP <sup>(2)</sup>
	Tarifa MFN <sup>(1)</sup> Média	Tarifa Mínima	Tarifa Máxima	
<b>Máquinas e motores</b> Capítulo SH 84	1,2	0	9,9	11 itens
<b>Materiais elétricos e eletro-eletrônicos</b> Capítulo SH 85	1,6	0	15,0	29 itens
<b>Madeiras, cortiças e obras de trançaria</b> Capítulo SH 44	1,3	0	10,7	-
Capítulo SH 45	0,7	0	14,0	-
Capítulo SH 46	4,1	0	18,0	-
<b>Fumo e cigarros</b> Capítulo SH 24	204,5	0	350,0	-
<b>Móveis</b> Capítulo SH 94	1,7	0	12,8	-
<b>Carne de aves</b> Posição SH 02.07	10,0	10,0	10,0	-
<b>Carne suína</b> Posição SH 02.03	0	0	0	-
<b>Preparação de carnes de peixes e crustáceos</b> Posição SH 03.02	0,7	0	15,0	-
Posição SH 03.03	0,2	0	15,0	-
Posição SH 03.04	0,4	0	6,0	-
Posição SH 03.05	1,0	0	7,5	-
Posição SH 03.06	0,5	0	7,5	-
<b>Petróleo e derivados</b> Posição SH 27.09	N/A	N/A	N/A	-
Posição SH 27.10	6,6	5,8	7,0	-
Posição SH 27.11	0	0	0	-
Posição SH 27.12	0	0	0	-
Posição SH 27.13	0	0	0	-
<b>Instrumentos de precisão</b> Capítulo SH 90	1,5	0	16	1 item
<b>Metais não ferrosos</b> Capítulo SH 74	1,9	0	3,0	-
Capítulo SH 75	1,8	0	3,0	-
Capítulo SH 76	3,5	0	6,5	-
Capítulo SH 78	1,5	0	6,6	-
Capítulo SH 79	2,5	0	6,7	-
Capítulo SH 80	1,1	0	6,8	-

<sup>1</sup> *Most Favoured Nation* – MFN: Tratamento de nação mais favorecida

<sup>2</sup> Benefício de alíquota zero de Imposto de Importação

Fonte: Elaborado com base nos dados de WTO (2014c).

Na sequência o presente estudo apresenta a análise de cada segmento, identificando as medidas não-tarifárias existentes como barreiras técnicas, medidas sanitárias e fitossanitárias, e demais tratamentos administrativos adotadas pelos Estados Unidos.

Os produtos “máquinas e motores” (Capítulo SH 84), conforme visto neste estudo, é o principal segmento que se destaca na pauta de exportação de Santa Catarina para os Estados Unidos e em 2º lugar das exportações gerais de Santa Catarina. A Tabela 13 apresenta os principais produtos da exportação de Santa Catarina para os Estados Unidos.

Tabela 13 – Exportação de Santa Catarina para os Estados Unidos do Capítulo SH 84

Código SH8	Descrição do SH8	2012 (US\$ FOB)	2011 (US\$ FOB)	Part. % 2012
84099912	Blocos de cilindros, cabeçotes, etc.p/motores diesel/se	138.467.243	169.038.928	40%
84143011	Motocompressor hermético, capacidade<4700 frigorias/hor	129.273.631	131.020.202	37%
84329000	Partes de maqs.e apars.agrícolas, etc.p/prepar. solo	16.329.866	19.449.837	5%
84139190	Outras partes de bombas para líquidos	12.376.319	21.326.544	4%
84831019	Outros virabrequins (cambotas)	8.285.930	18.270.513	2%
84189900	Outras partes de refrigeradores, congeladores, etc.	6.751.731	6.376.973	2%
	Outros	37.068.592	37.139.568	11%
Total		348.553.312	402.622.565	100%

Fonte: Adaptado de Brasil (2014h).

Com um imposto de importação média de 1,2% (*ad valorem*), 77% das exportações de Santa Catarina para os Estados Unidos é de “Blocos de cilindros, cabeçotes, etc.p/motores diesel” e “Motocompressor hermético, capacidade<4700 frigorias” (SH 84099912 e 84143011). Em se tratando do SGP, os Estados Unidos não beneficia nenhum dos itens principais apresentados na Tabela 13 anterior, no entanto beneficia 11 códigos deste capítulo SH, como: 3 tipos de turbinas hidráulicas e rodas de água, 2 códigos de tipos de ventiladores, 5 códigos de tipos de máquinas de ar-condicionado, 1 código para furadeira de mão elétrica (WTO, 2014c). O benefício destes 11 tipos de produtos através do SGP traz vantagem à exportação destes produtos para os Estados Unidos: a isenção da tarifa de importação destes produtos para os Estados Unidos permite preços brasileiros mais competitivos no mercado norte-americano.

Quadro 9 – Comparação do comércio e preço médio de 2012 dos principais produtos do Capítulo SH 84

Código SH6	Descrição do SH6		Importações Totais EUA	Exportações SC - EUA	Exportações Totais SC
840999	Outras partes para motores diesel ou semidiesel	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	3.566.168	138.467	406.306
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	6,21/un	212,55 /kg	150,11/kg
841430	Compressores para equipamentos frigoríficos	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	1.826.947	129.274	504.807
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	84,25/un	36,19/un	40,88/un
843290	Partes de máquinas e aparelhos agrícolas, hortícolas ou florestais, para preparação do solo	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	361.252	16.330	31.790
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	ND	3,61/kg	3,00/kg
841391	Partes de bombas para líquidos	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	2.956.296	12.376	28.398
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	ND	29,55/kg	23,20/kg
848310	Árvores (veios) de transmissão, incluídas as de excêntricos (comes) e virabrequins (cambotas) e manivelas	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	1.663.859	8.290	16.118
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	28,44/un	61,17/un	51,03/un
841899	Outras partes de refrigeradores, congeladores e bombas de calor	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	767.595,00	6.752,00	9.746,00
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	ND	2,28/un	2,49/un

ND: Não declarado

Fonte: Adaptado de Brasil (2014g).

Analisando o comércio de Santa Catarina e dos Estados Unidos de produtos de “máquina e equipamentos”, observa-se que Santa Catarina tem espaço para crescimento de suas exportações para os Estados Unidos, visto que as importações totais dos Estados Unidos indicam a grande demanda dos produtos, e as exportações totais de Santa Catarina indicam que o Estado possui mais capacidade de exportação, que poderia ser mais explorada no comércio entre os Estados Unidos. Em relação ao preço médio em USD\$ FOB, Santa Catarina possui um preço abaixo do preço de compra dos Estados Unidos de produtos “Compressores para equipamentos frigoríficos”, uma vantagem significativa em relação a seus concorrentes. Alguns dos produtos indicados no Quadro não possui preço médio das importações totais dos Estados Unidos pois estes preços não foram declarados.

Segundo dados da FIESC, a indústria de “máquina e equipamentos” de Santa Catarina está concentrada principalmente na região nordeste do Estado, é destaque na fabricação de compressores. “O estado é o maior exportador do Brasil de motocompressores herméticos e nele está a empresa líder nacional e na América Latina na produção de matrizes para a indústria cerâmica” (FIESC, 2013b, p. 13).

Neste Capítulo 84 do SH, os Estados Unidos possui barreiras técnicas às importações dos produtos indicados no quadro a seguir.

Quadro 10 – Medidas de restrições de importações dos Estados Unidos a produtos do Capítulo 84 do SH

Produtos	Medidas de restrições
Materiais radioativos e reatores nucleares	Importações sujeitas aos regulamentos da “ <i>Nuclear Regulatory Commission</i> ”, além das restrições eventuais por outros órgãos americanos. Radioisótopos e outras fontes radioativas destinada a usos médicos estão sujeitos aos regulamentos da FDA (BRASIL, 2012a).
Motores de turbinas	Normas de padrões de emissão para motores a turbina aviões regulamentado pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (WTO, 2014a).
Motores e geradores	Normas técnicas para motores e geradores, regulamentadas pelo <i>Consumer Products Safety Commission</i> (CPSC) e <i>U.S. Department of Energy</i> (BRASIL, 2014c).
Maquinário e Equipamentos para construção	Normas técnicas através do Código de Regulamentos Federais (CFR), Título 29, Partes 1900 – 1999, regulamentado pela agência federal <i>Occupational Safety and Health Administration</i> (OSHA) (BRASIL, 2014c).
Utensílios domésticos: refrigeradores, congeladores, lava-louças, secadoras de roupa, aquecedores d’água, aparelhos de ar condicionado, equipamentos de calefação, aparelhos de televisão, fogões e fornos, máquinas de lavar roupa, umidificadores, centrais de ar condicionado e outros	Sujeitos aos padrões estabelecidos pelo “ <i>National Energy Conservation Policy</i> ” e aplicadas pelo Departamento de Energia, bem como às exigências legais quanto à rotulagem impostas pela Comissão Federal de Comércio (BRASIL, 2012a).

Fonte: Brasil (2014c); Brasil (2012a); WTO (2014a).

Vale destacar que Santa Catarina possui uma indústria forte de máquinas e motores, que tem potencial de crescimento na exportação para os Estados Unidos visto que turbinas hidráulicas, ventiladores e ar-condicionado são livres de imposto de importação podendo assim auxiliar na competitividade no mercado norte-americano.

O segmento de “materiais elétricos e eletro-eletrônicos” (Capítulo SH 85) é o 2º destaque da pauta de exportações catarinenses para os Estados Unidos, um segmento estável que vem apresentando um crescimento ao longo dos anos e o 2º segmento com maior “Potencial Importador a ser Explorado” do relatório dos “Produtos Prioritários” do MDIC. Observe a Tabela 14 com os principais produtos exportados de Santa Catarina para os Estados Unidos deste segmento.

Tabela 14 – Exportação de Santa Catarina para os Estados Unidos do Capítulo SH 85

Código SH8	Descrição do SH8	2012 (US\$ FOB)	2011 (US\$ FOB)	Part. % 2012
85015210	Motor eletr.corr.altern.trif.750w<p<=75kw, rotor gaiola	105.441.450	101.367.397	53%
85015310	Motor eletr.corr.altern.trif.75kw<pot<=7500kw	51.405.605	53.345.663	26%
85014019	Outros motores eletr. de corr.altern.monof.37.5w<p<=15kw	14.158.885	14.482.683	7%
85044050	Conversores eletrônicos de freq.p/var.vel.motor eletr.	5.791.993	4.322.842	3%
	Outros	22.758.394	23.843.582	11%
	Total	199.556.327	197.362.167	100%

Fonte: Adaptado de Brasil (2014h).

Analisando as exportações de Santa Catarina para os Estados Unidos em 2012, é possível identificar que 79% correspondem a dois tipos de motores elétricos (HS 85015210 e 85015310). Estes dois produtos não são beneficiados pelo SGP. No entanto, o segmento de “materiais elétricos e eletro-eletrônicos” (Capítulo SH 85) também é beneficiado através do SGP, com 27 itens isentos do imposto de importação e 2 itens com o imposto de importação reduzido nos Estados Unidos, entre eles diversos itens eletrônicos. Todos os produtos beneficiados pelo SGP, incluindo os produtos deste segmento, encontram-se listados no **Anexo F**.

Quadro 11 – Comparação do comércio e preço médio de 2012 dos principais produtos do Capítulo SH 85

Código SH6	Descrição do SH6		Importações Totais EUA	Exportações SC - EUA	Exportações Totais SC
850152	Outros motores elétricos de corrente alternada, polifásicos, de potência > 750 W e ≤ 75 kW	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	1.079.680	105.454	298.810
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	380,67 /un	424,78 /un	377,07 /un
850153	Outros motores elétricos de corrente alternada, polifásicos, de potência > 75 kW	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	868.274	55.352	253.013
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	10.958,77 /un	8.783,27 /un	4.470,43 /un
850140	Outros motores, elétricos, de corrente alternada, monofásicos	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	1.360.889	14.159	26.763
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	23,13 /un	117,17 /un	114,16 /un
850440	Conversores elétricos estáticos	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	8.069.751	5.899	33.060
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	16,67 /un	1.135,10 /un	814,90 /un

Fonte: Adaptado de Brasil (2014g).

Analisando o comércio de Santa Catarina e os Estados Unidos de produtos de “materiais elétricos e eletro-eletrônicos”, observa-se que Santa Catarina tem espaço para crescimento de suas exportações para os Estados Unidos, sendo que a demanda do mercado norte-americano é vista pelas importações totais dos Estados Unidos. Em relação a preços médios em USD\$ FOB, o benefício do SGP para os produtos SH 85015210 e 85015310 isenta as tarifas de importação destes produtos e possibilita a exportação a preços competitivos. Os demais produtos principais não possuem competitividade de preços, uma vez que os preços médios das importações totais dos Estados Unidos são relativamente mais baixos em relação aos preços médios praticados nas exportações de Santa Catarina para os Estados Unidos.

Segundo dados da FIESC, “o segmento de máquinas, aparelhos e materiais elétricos possui uma participação de 18,2% sobre igual segmento nacional, levando em consideração o valor da transformação industrial” (FIESC, 2013b, p. 15). Santa Catarina também se destaca pelo grau de importância na fabricação de geradores, transformadores e motores elétricos, representando 29,6% sobre igual segmento do Brasil, e em eletrodomésticos da linha branca, representando 30,4% sobre igual



segmento do Brasil. O Estado também “é o maior exportador de motores elétricos de corrente alternada trifásicos 75 kW do Brasil” (FIESC, 2013b, p. 15).

Em se tratando de medidas não-tarifárias, há regulamentos técnicos obrigatórios a serem seguidos. O Quadro 12 apresenta, resumidamente, as medidas de restrições às importações adotadas pelos Estados Unidos de produtos do setor de “materiais elétricos e eletroeletrônicos”.

Quadro 12 – Medidas de restrições de importações dos Estados Unidos à produtos do Capítulo SH 85

Produtos	Medidas de restrições
Partes de veículos automotores nucleares	Exigências de embalagem, etiquetagem, emissões de motores, substâncias químicas tóxicas e certificação de conformidade regulamentados pelo Departamento de Transporte, Administração da Segurança do Tráfego rodoviário, Instituto Nacional de Normas e Tecnologia entre outros dos Estados Unidos (BRASIL, 2014c);
Eletrrodomésticos e equipamentos Eletrônicos	Barreira técnica do Estado americano de Oregon para Padrões Mínimos de Eficiência Energética para Eletrodomésticos e Equipamentos Eletrônicos (WTO, 2014a);
Equipamentos comerciais e industriais	Normas referente ao consumo de energia por diversos equipamentos, estabelecido pelo “ <i>Energy Policy Act of 1992</i> (EPACT)”. Entre os equipamentos incluem-se: sistemas de ar condicionado e de calefação, caldeiras, aquecedores d’água, motores elétricos de grande porte (acima de 200 hp), lâmpadas fluorescentes selecionadas, lâmpadas incandescentes reflexivas (BRASIL, 2012a)
Produtos emissores de radiação: receptores de televisão, tubos de descarga catódico frio, fornos de microondas, instalações e aparelhagem para diagnóstico de raio-X, CDROMS, telefones sem fio e celulares, e outros produtos eletrônicos	Sujeitos aos padrões estabelecidos pelo “ <i>Federal Food, Drug, and Cosmetic Act, Chapter V, Subchapter C--Electronic Product Radiation</i> ”. A importação desses produtos só é permitida mediante fornecimento pelo importador do formulário FDA 2877, que pode ser obtido junto ao “ <i>Center for Devices and Radiological Health</i> ” da FDA; (BRASIL, 2012a, p. 103)
Aparelhos radiofônicos: aparelhos de rádio, gravadores, duplicadores e televisões para os EUA e outros aparelhos radiofônicos	Importações sujeitas aos padrões estabelecidos pelo “ <i>Communications Act of 1934</i> ” e devem estar acompanhadas de certificado emitido pela “ <i>Federal Communications Commission (FCC)</i> ” (formulário FCC 740) (BRASIL, 2012a, p. 103)

Fonte: Brasil (2014c); Brasil (2012a); WTO (2014a).

Conforme analisado anteriormente, o dinamismo do segmento de “materiais elétricos e eletroeletrônicos” está estável e o seu comércio está crescendo ao longo dos anos. Segundo um estudo de oportunidade do segmento de “máquinas e equipamentos” realizado pela APEX Brasil, foi identificado oportunidades no mercado estadunidense para produtos brasileiros no segmento que ainda não são exploradas.

Tais produtos são classificados como “incipientes”, são 12 produtos dentro dos dois grupos: refrigeradores e congeladores, e ferramentas eletromecânicas com motor, de uso manual (BRASIL, 2014b).

O segmento de “madeiras, cortiças e obras de trançaria” (Capítulos SH 44, 45 e 46) é o 3º segmento em USD\$ FOB de exportações catarinenses para os Estados Unidos. Segundo o relatório dos “Produtos Prioritários” do MDIC, o dinamismo das exportações catarinenses para os Estados Unidos está estável, é um segmento em situação crescente e possui um potencial a curto prazo, uma vez que esses produtos já são exportados em grande escala. O segmento de “madeiras, cortiças e obras de trançaria” não possui produtos beneficiados pelo SGP dos Estados Unidos, mas em contrapartida, a média do imposto de importação adotado atualmente pelos Estados Unidos é de 1,3% *ad valorem* (WTO, 2014b).

Tabela 15 – Exportação de Santa Catarina para os Estados Unidos do Capítulo SH 44

Código SH8	Descrição do SH8	2012 (US\$ FOB)	2011 (US\$ FOB)	Part. % 2012
44182000	Portas, respect.caixilhos, alizares e soleiras, de madeira	65.163.270	56.079.379	38%
44091000	Madeira de coníferas, perfilada	27.843.172	16.840.224	16%
44071000	Madeira de coníferas, serrada/cortada em fls.etc.esp>6m	25.759.576	31.298.752	15%
44140000	Molduras de madeira, p/quadros, fotografias, espelhos	20.184.792	13.299.594	12%
44170090	Armações e cabos, de madeira, de ferramentas, escovas,	10.587.779	12.341.006	6%
44219000	Outras obras de Madeira	8.223.692	4.962.341	5%
	Outros	12.606.283	5.601.572	7%
	Total	170.368.564	140.422.868	100%

Fonte: Adaptado de Brasil (2014h).

Analisando a pauta de exportação de Santa Catarina de produtos do segmento de “madeiras, cortiças e obras de trançaria”, observa-se que 38% das exportação são de “Portas, respect. caixilhos, alizares e soleiras, de madeira” (SH 44182000), 16% de “Madeira de coníferas, perfilada” (SH 44091000), 15% de “Madeira de coníferas, serrada/cortada em fls.etc.esp>6m” (SH 44071000), e 12% de “Molduras de madeira, p/quadros, fotografias, espelhos” (SH 44140000). Os demais 19% são de exportações de outros produtos. Apesar de ser um segmento que abrange três capítulos do SH, as exportações são compostas somente por produtos do capítulo 44.

Quadro 13 – Comparação do comércio e preço médio de 2012 dos principais produtos do Capítulo SH 44

Código SH6	Descrição do SH6		Importações Totais EUA	Exportações SC - EUA	Exportações Totais SC
441820	Portas e respectivos caixilhos, alizares e soleiras, de madeira	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	401.756	65.163	112.575
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	ND (2011 - 2,86 /kg)	2,02 /kg	2,02 /kg
440910	Madeira de coníferas, perfilada	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	671.951	27.843	29.169
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	ND (2011 - 1,47 /kg)	2,20 /m3	2,27 /m3
440710	Madeira de coníferas, serrada, cortada em folhas ou desenrolada, de espessura > 6 mm	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	3.732.899	25.760	67.226
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	162,44 /m3	222,51 /m3	225,85 /m3
441400	Molduras de madeira, para quadros, fotografias, espelho ou objetos semelhantes	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	357.009	20.185	20.396
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	ND (2011 - 3,85 /kg)	1,77 / kg	1,78 /kg
441700	Ferramentas, armações cabos de ferram., de escovas e de vassouras, de madeira; formas, alargadeiras e esticadores, de madeira, para calçados	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	56.342	10.588	19.054
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	ND (2011 - 2,32 /kg)	1,11 /un	0,87 /un
442190	Outras obras de madeira	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	1.024.953	8.224	16.492
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	ND (2011 - 2,71 /kg)	1,21 /kg	1,31 /kg

ND: Não declarado

Fonte: Adaptado de Brasil (2014g).

Analisando o comércio de Santa Catarina e os Estados Unidos de produtos de “madeiras, cortiças e obras de trançaria”, observa-se que a demanda de importação dos Estados Unidos é grande em relação ao que Santa Catarina já exporta para o mercado norte-americano. De igual maneira, Santa Catarina possui capacidade de exportar mais para os Estados Unidos, uma vez que as exportações totais do Estado indica a sua capacidade total de exportação. Em relação a preços, os preços médios em USD\$ FOB de Santa Catarina são competitivos em comparação ao preço médio das importações totais dos Estados Unidos na maioria dos itens, tendo apenas que melhorar o preço de produtos de “madeira de coníferas” (SH 440910 e 440710).

“A indústria madeireira de Santa Catarina destaca-se tendo uma participação de 13,9% sobre igual segmento do Brasil, levando em consideração o valor da transformação industrial” (FIESC, 2013b, p. 15). O Estado está entre as maiores do Brasil em produção de portas de madeira, e o maior exportador nacional de portas e respectivos caixilhos, alizares e soleiras (FIESC, 2013b).

As exportações catarinenses de madeira para os Estados Unidos vêm crescendo uma média de 12% ao ano de 2009 a 2012. Segundo a análise de “Produtos Prioritários” do MDIC, o dinamismo do segmento encontra-se estável, um “Potencial Importador a Ser Explorado” de USD\$ 12 milhões FOB, e Santa Catarina possui competitividade internacional no segmento, um potencial em curto prazo.

Em se tratando de medidas não-tarifárias, regulamentos técnicos obrigatórios devem ser seguidos para a importação de madeiras para o mercado norte-americano. O Departamento da Agricultura de Serviço de Inspeção a Saúde Animal e Vegetal dos Estados Unidos (*U.S. Department of Agriculture's Animal and Plant Health Inspection Service - APHIS*) regulamenta a importação de madeiras e produtos de madeira. O Departamento da Agricultura dos Estados Unidos (USDA) exige licenças para a importação de toras, madeira serrada e outros produtos de madeira não fabricados nos Estados Unidos, sob a autoridade de 7 CFR 319.40 (ESTADOS UNIDOS, 2014b).

Em 2007 o Conselho de Recursos Atmosféricos da Califórnia (CARB) aprovou uma medida de controle de elementos tóxicos no ar (ATCM), adotando em 2008 a norma “17 CCR 93120- ATCM” que impõem limites para emissões de formaldeído em produtos compostos de madeira, incluindo todos compensados de madeira (HWPW), aglomerados de partículas (PB), placas de fibras de madeira de média densidade (MDF) e também móveis e outros produtos acabados feitos com compostos de madeira para venda na Califórnia. Regulamentado pela Agencia de Proteção do Meio Ambiente (EPA) através do Conselho de Recursos Atmosféricos da Califórnia, o fabricante do produto de madeira deve apresentar um certificado de conformidade garantindo o cumprimento das normas de emissões especificadas no ATCM (BRASIL, 2014c).

O segmento de “fumo e cigarros” (Capítulo SH 24) , é o 4º segmento em USD\$ FOB de exportações catarinenses para os Estados Unidos. Segundo dados da

FIESC, Santa Catarina é o segundo maior produtor nacional de fumo (FIESC, 2013b). Com um imposto de importação bastante elevado, uma média de 204,5% e máxima de 305% (*ad valorem*), os Estados Unidos não beneficia nenhum produto dentro deste capítulo SH através do SGP. O desempenho deste segmento nas exportações para os Estados Unidos é bastante dinâmico, apresentando um crescimento de 34% de 2007 a 2012. Do total das exportações de Santa Catarina para os Estados Unidos deste segmento, 97% representam a exportação de “fumo não manufaturado em folhas secas em secador de ar quente do tipo Virgínia e Burley” (NCMs 24012030 e 24012040).

Quadro 14 – Comparação do comércio e preço médio de 2012 dos principais produtos do Capítulo SH 24

Código SH6	Descrição do SH6		Importações Totais EUA	Exportações SC - EUA	Exportações Totais SC
240120	Fumo não manufaturado, total ou parcialmente destalado	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	598.545	57.283	932.074
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	4,95 /kg	6,55 /kg	6,87 /kg

Fonte: Adaptado de Brasil (2014g).

Analisando o comércio de Santa Catarina e os Estados Unidos de produtos de “fumo e cigarros”, observa-se que Santa Catarina possui uma grande capacidade exportadora dos principais produtos exportados para os Estados Unidos, pois as exportações totais do Estado é evidentemente maior que a demanda de importações do Estados Unidos. Portanto, evidencia-se a possibilidade de aumentar as exportações para os Estados Unidos de “Fumo não manufaturado, total ou parcialmente destalado”. Em relação a preço, observa-se que o preço médio em USD\$ FOB atualmente aplicado às exportações de Santa Catarina para os Estados Unidos é 32% maior que o preço das importações totais dos Estados Unidos. Sendo assim, cabe sugerir a negociação de preços mais competitivos para ganhar maior espaço no mercado norte-americano.

A quota tarifária aplicada a produtos do Capítulo 24 do SH é de 151.200 toneladas, 80.200 das quais atribuídas ao Brasil (BRASIL, 2007). Apesar da quota tarifária, a análise de “Produtos Prioritários” do MDIC aponta que Santa Catarina possui um “Potencial Importador a Ser Explorado” de USD\$ 1.328.458 FOB.

Em relação a exigências técnicas, importadores comerciais de fumo dos Estados Unidos devem ter uma licença emitida pelo *U.S. Department of Treasury's Alcohol and Tobacco Tax and Trade Bureau* (TTB). Produtos de tabaco podem estar sujeitos a inspeção do Serviço de Inspeção a Saúde Animal e Vegetal (APHIS) (ESTADOS UNIDOS, 2014b).

Para a importação de cigarros, os Estados Unidos, através do *Federal Trade Commission* (FTC), exige embalagens de maço de cigarro rotuladas adequadamente de acordo com o *Cigarette Labeling and Advertisement Act*. Existem quatro rótulos de advertência que devem ser colocados em cada maço de cigarro, de acordo com um plano apresentado e aprovado pela FTC antes da importação. (ESTADOS UNIDOS, 2014a).

O segmento de “móveis” (Capítulo SH 94) é destaque após o segmento de “fumo e cigarros”, representando 5,65% do total das exportações catarinenses aos Estados Unidos. Apesar da baixa representatividade, o desempenho das exportações para os Estados Unidos está estável e o segmento apresenta um “Potencial Importador a Ser Explorado” de USD\$ 43.968.097 FOB, conforme a análise de “Produtos Prioritários” do MDIC. Os Estados Unidos não beneficia produtos deste segmento através do SGP, e impõem um imposto de importação média de 1,7% (*ad valorem*), com mínima de 0 e máxima de 12,8% (WTO, 2014c). A Tabela 16 apresenta os produtos exportados de Santa Catarina para os Estados Unidos.

Tabela 16 – Exportação de Santa Catarina para os Estados Unidos do Capítulo SH 94

Código SH8	Descrição do SH8	2012 (US\$ FOB)	2011 (US\$ FOB)	Part. % 2012
94035000	Móveis de madeira para quartos de dormir	39.052.389	34.547.964	68,02%
94039010	Partes para móveis, de madeira	7.789.834	8.727.386	13,57%
94036000	Outros móveis de Madeira	7.542.544	4.688.687	13,14%
94033000	Móveis de madeira para escritórios	2.402.889	2.170.123	4,19%
94016900	Outros assentos com armação de madeira	326.193	258.420	0,57%
94016100	Assentos estofados, com armação de madeira	189.734	0	0,33%
	Outros	108.993	109.059	0,19%
	Total	57.412.576	50.501.639	100,00%

Fonte: Adaptado de Brasil (2014h).

Analisando a pauta de exportação de Santa Catarina para os Estados Unidos de produtos do segmento de “móveis”, observa-se que “Móveis de madeira para

quartos de dormir” (SH8 94035000) representa 68,02% das exportações. Em segundo lugar, “Partes para móveis, de madeira” (SH8 94039010) representa 13,57%, e em terceiro “Outros móveis de Madeira” (SH8 94036000) representando 13,14% das exportações para os Estados Unidos.

Quadro 15 – Comparação do comércio e preço médio de 2012 dos principais produtos do Capítulo SH 94

Código SH6	Descrição do SH6		Importações Totais EUA	Exportações SC - EUA	Exportações Totais SC
940350	Móveis de madeira para quartos de dormir	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	3.227.857	39.052	90.206
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	121,01 /un	38,40 /um	27,91 /un
940390	Partes para móveis	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	2.244.355	7.790	14.281
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	ND (2011 - 3,87 /kg)	2,49 /kg	2,15 /kg
940360	Outros móveis de madeira	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	4.884.077	7.543	58.993
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	ND (2011 - 118,91 /un)	34,86 /un	12,49 /un
940330	Móveis de madeira para escritórios	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	898.384	2.403	3.589
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	ND (2011 - 117,59 /un)	89,65 /un	26,11 /un
940169	Outros assentos com armação de madeira	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	573.768	326	1.227
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	37,15 /un	40,17 /un	48,53 /un
940161	Assentos estofados, com armação de madeira	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	3.822.207	190	1.927
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	102,86 /un	193,80 /un	26,90 /un

ND: Não declarado

Fonte: Adaptado de Brasil (2014g).

Analisando o comércio de Santa Catarina e dos Estados Unidos de produtos do segmento de “móveis”, observa-se que as importações totais dos Estados Unidos indicam a grande demanda dos produtos, e as exportações totais de Santa Catarina indicam que o Estado possui capacidade de exportar mais, que poderia ser mais explorada no comércio entre os Estados Unidos. Em relação a preço, o preço médio em USD\$ FOB aplicado por Santa Catarina está competitivo, alguns produtos com um

preço médio abaixo do preço de compra dos Estados Unidos. O produto “Assentos estofados, com armação de madeira” (SH 940161) é o único dos principais produtos que possui um preço médio acima do preço das importações totais dos Estados Unidos, USD\$ 193,90 a unidade. Se o preço médio for mais competitivo, é possível que as exportações deste produto aumentasse para os Estados Unidos, uma vez que as exportações totais de Santa Catarina indica a capacidade de exportação do Estado.

Segundo dados da FIESC, o Estado de Santa Catarina também é destaque no país na produção de móveis com predominância em madeira. O segmento mobiliário catarinense está concentrado principalmente na região norte e oeste do Estado. “Nos municípios de São Bento do Sul e Rio Negrinho concentra-se o maior volume de empresas, enquanto que no Oeste está o segundo maior polo fabricante de móveis” (FIESC, 2013b, p. 14-15). “A indústria do mobiliário catarinense possui uma participação de 6,7% sobre igual segmento nacional, levando em consideração o valor da transformação industrial.” (FIESC, 2013b, p. 15).

Em se tratando de medidas adotadas pelos Estados Unidos para o setor de “móveis”, existem diversos regulamentos que estabelece normas para importar produtos deste segmento. O Quadro 16 apresenta resumidamente, os principais regulamentos para a importação de móveis e as respectivas agências em nível federal e estadual.

Quadro 16 – Regulamentos dos Estados Unidos para a importação de móveis

Agência	Escopo	Regulamento
Proteção de Fronteiras e Alfândegas ( <i>Customs and Border Protection - CBP</i> ) (FEDERAL)	País de origem da maioria dos produtos importados	19 CFR 134 – Marcação de País de Origem
Comissão de Segurança de Produtos de Consumo ( <i>Consumer Product Safety Commission - CPSC</i> ) (FEDERAL)	Inflamabilidade de Móveis Estofados; Móveis infantis	16 CFR 1634 – Norma para inflamabilidade de móveis estofados residenciais; 16 CFR 1303 – Chumbo em Tintas para Móveis Infantis; 16 CFR 1213 – Normas de Segurança para Perigo de Aprisionamento em Camas de Beliche; 16 CFR 1219 e 1220 – Normas de Segurança para Berços para bebês; 16 CFR 1217 – Normas de segurança para camas infantis; Requisitos para a acreditação de Organismos de Avaliação da Conformidade para certos produtos para crianças; camas infantis.

Continua...



...Continuação

Agência de Proteção do Meio Ambiente ( <i>Environmental Protection Agency - EPA</i> ) (FEDERAL)	Formaldeído em madeira	Norma para Móveis de madeira: Formaldeído em placas de fibras de madeira de alta densidade (HDFB).
Comissão Federal de Comércio ( <i>Federal Trade Commission - FTC</i> ) (FEDERAL)	Etiquetagem	16 CFR 500 – Rotulagem e embalagem com o nome e o local de trabalho do fabricante, embalador ou distribuidor do produto.
Instituto Nacional de Normas e Tecnologia (NIST) e Associação Internacional de Camas e Etiquetagem (IABFLO) (ESTADUAL)	Etiquetagem	Lei de etiquetagem ( <i>USA Law Label</i> )
Tóxicos em Embalagens - (TPCH) (ESTADUAL)	Embalagem	Legislação de Tóxicos em Embalagens
Califórnia – Conselho de Recursos Atmosféricos ( <i>ARB or CARB</i> ) (ESTADUAL)	Emissões de formaldeído por madeira	17 CCR 93120 ATCM – Redução as Emissões de Formaldeído por Produtos Compostos de Madeira
Califórnia – Agência de Mobiliários domésticos e isolamento térmico (BHFTI) (ESTADUAL)	Inflameabilidade de móveis estofados	Boletim Técnico 117 da Agência de mobiliários domésticos e isolamento térmico da Califórnia
Califórnia – Escritório de Avaliação de Perigos contra a Saúde (OEHHa) (ESTADUAL)	Substâncias químicas tóxicas	<i>California Health and Safety Code. Section 25249.6, et seq.: Chumbo e Outras Substâncias Químicas</i>
Vários Estados (ESTADUAL)	Retardantes de chamas	Todos os móveis estofados: Retardantes de chamas
Washington – Departamento de Ecologia (ESTADUAL)	Chumbo, cádmio e Ftalatos em móveis para crianças	Lei do estado de Washington, “Segurança de Produtos Infantis”, proíbe chumbo, cádmio e ftalatos em todos os produtos infantis (inclusive móveis)

Fonte: Brasil (2014c).

Observa-se que para a importação de móveis para os Estados Unidos, existem diversos regulamentos técnicos obrigatórios, regulamentados por várias agências em nível federal e estadual. Sendo assim, é importante atender à estas normas para que o produto a ser importado seja aceito no mercado norte-americano.

O segmento de “carne de aves” (Posição SH 0207) foi selecionado como destaque das exportações gerais de Santa Catarina, pois Santa Catarina é um dos principais Estados exportadores de carne de aves do país, representando 25,45% das exportações gerais de carne de aves do país. Segundo dados da FIESC, Santa Catarina é o segundo Estado em abate de frangos do país (FIESC, 2013b). As exportações catarinenses de carne de aves também representam uma boa parte das exportações de Santa Catarina, 19,82% do total geral (BRASIL, 2012c).

Apesar disso, as exportações não estão sendo destinadas aos Estados Unidos. Conforme informações do Departamento da Agricultura dos Estados Unidos (USDA), o Brasil não é elegível para exportação de carne de aves, processadas e não processadas, para os Estados Unidos (ESTADOS UNIDOS, 2014c). Isto porque a entrada de frango processado nos Estados Unidos depende de que o sistema brasileiro de inspeção sanitária seja certificado como equivalente ao dos EUA pelo Serviço de Inspeção a Segurança de Alimentos (*Food Safety Inspection Service* - FSIS) do USDA. Sua liberação depende da licença prévia, bem como de marcação especial e rotulagem, e, em alguns casos, certificado de inspeção para produto estrangeiro (BRASIL, 2012a). Neste segmento, os Estados Unidos aplica um imposto de importação de 10% (*ad valorem*) para todos os produtos (WTO, 2014c).

O segmento de “carne suína” (posições SH 0203, 0206.30, 0206.41 e 0206.49) é um dos segmentos destaques da pauta de exportação de Santa Catarina, representando 16,51% das exportações gerais catarinense (BRASIL, 2014h). Segundo dados da FIESC, Santa Catarina é o maior produtor nacional de carne suína (FIESC, 2013b). No entanto, o volume exportado para os Estados Unidos é baixo, representando 0,02% em USD\$ FOB das exportações de Santa Catarina para o mercado norte-americano (BRASIL, 2014h). Os Estados Unidos não beneficia nenhum produto deste segmento através do SGP, no entanto, conforme dados da WTO, o segmento de “carne suína” é livre de imposto de importação para o mercado norte-americano (WTO, 2014c). A Tabela 17 apresenta os produtos exportados de Santa Catarina para os Estados Unidos.

Tabela 17 – Exportação de Santa Catarina para os Estados Unidos das posições SH 0203, 0206.30, 0206.41 e 0206.49

Código SH8	Descrição do SH8	2012 (US\$ FOB)	2011 (US\$ FOB)	Part. % 2012
02032900	Outras carnes de suíno, congeladas	58.495	0	36,98%
02064900	Outras miudezas comestíveis de suíno, congeladas	99.699	60.421	63,02%
Total		158.194	60.421	100,00%

Fonte: Adaptado de Brasil (2014h).

Analizando a pauta de exportações para os Estados Unidos, aproximadamente 63% das exportações são de “outras miudezas comestíveis de suíno, congeladas” (SH 02064900) e 37% de “outras carnes de suíno, congeladas” (SH 02032900), ambos produtos de carne suína *in natura* (não processada). Segundo a análise de “Produtos Prioritários” do MDIC, o segmento de “carne de aves” possui um “Potencial Importador a Ser Explorado” de USD\$ 1.164.652.

Quadro 17 – Comparação do comércio e preço médio de 2012 dos principais produtos das posições SH 0203, 0206.30, 0206.41 e 0206.49

Código SH6	Descrição do SH6		Importações Totais EUA	Exportações SC - EUA	Exportações Totais SC
020329	Outras carnes de suíno, congeladas	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	347.064	58	427.043
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	4,10 /kg	1,24 /kg	2,82 /kg
020649	Outras miudezas comestíveis de suíno, congeladas	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	15.611	100	26.933
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	1,75 /kg	2,86 /kg	1,58 /kg

Fonte: Adaptado de Brasil (2014g).

Analizando o comércio de Santa Catarina e os Estados Unidos de produtos do segmento de “carne suína”, observa-se a grande demanda destes produtos no mercado norte-americano conforme indicado nas importações totais do país. Santa Catarina registrou em 2012 uma exportação de baixa expressividade para os Estados Unidos, comparando as exportações totais do Estado: apenas USD\$ 58 mil de “Outras carnes de suíno, congeladas” (SH 020329), e USD\$ 100 mil de “Outras miudezas comestíveis de suíno, congeladas” (SH 020649). A capacidade de exportação do Estado é bem maior, conforme apresenta as exportações totais de Santa Catarina.

Em relação a preços, os preços médios em USD\$ FOB de Santa Catarina para os Estados Unidos de “Outras carnes de suíno, congeladas” (SH 020329) é competitivo, 70% abaixo do preço médio das importações totais dos Estados Unidos. Já os produtos de “Outras miudezas comestíveis de suíno, congeladas” (SH 020649) estão 63% acima do preço média que os Estados Unidos importam. No entanto, o preço médio praticado das exportações totais de Santa Catarina estão competitivos, indicando

que existe possibilidade de negociar preços melhores e mais competitivos com o mercado norte-americano para aumentar as exportações para o país.

Por questões sanitárias, as importações de carne e seus derivados para os Estados Unidos estão sujeitos aos regulamentos do Departamento de Agricultura (USDA) através da inspeção do Serviço de Inspeção à Saúde Animal e Vegetal dos Estados Unidos (APHIS) e do Serviço de Inspeção e Segurança Alimentar (FSIS) antes de serem liberados pela Alfândega norte-americana (BRASIL, 2012a). Os produtos exportados para os Estados Unidos com a finalidade de comercialização também são controlados pela Administração de Alimentos e Medicamentos (*U.S. Food and Drug Administration* – FDA), que pode deter os embarques de produtos oferecidos para importação se os embarques não estiverem em conformidade com as exigências dos regulamentos do USDA.

Conforme dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), o Brasil está elegível para o abate e processamento de carne suína para exportação para os Estados Unidos, com um porém: exportações de carne suína em estado natural “*in natura*” (não processada) estão suspensas por razões de saúde animal, exceto o Estado de Santa Catarina, no qual é permitido conforme estabelecido pelo SIF 140, SIF 490, SIF 2183, SIF 3237, SIF 3392, e SIF 3548. Carne suína processada pode ser originária de qualquer Estado do Brasil, desde que seu processo de abate esteja de acordo com as normas da USDA APHIS suficientes para inativar bactérias e vírus. (ESTADOS UNIDOS, 2014c)

No que diz respeito a rotulagem, o mercado norte-americano possui a norma de rotulagem “*Country of Origin Labeling* – COOL”. Esta norma exige que os produtores ou distribuidores rotulem todos os produtos, informando no produto, no seu recipiente, ou na documentação que acompanha o produto, o país de origem e o método de produção – “*wild*” (silvestre) ou “*farm-raised*” (aquicultura). Esta norma abrange cortes e carne moída de bovinos, carneiros, frangos, cabras e suínos, crustáceos e peixes criados em cativeiro ou selvagens, commodities agrícolas perecíveis (frutas e verduras frescas e congeladas), macadâmia, gengibre, noz Pecan e amendoim (BRASIL, 2012a).

O segmento de “preparação de carnes de peixes e crustáceos” (Posições SH 0302, 0303, 0304, 0305 e 0306) é o 5º segmento das exportações gerais de Santa Catarina, representando 4,75% do total das exportações de 2012. Segundo a análise de “Produtos Prioritários” do MDIC, este segmento possui um “Potencial Importador a Ser Explorado” de USD\$ 1.164.652 para os Estados Unidos. Os Estados Unidos não beneficia produtos deste segmento através do SGP, os impostos de importação são variados conforme apresentado no Quadro 7: há produtos livre de impostos de importação, enquanto há alguns produtos com um imposto de importação de até 15% (WTO, 2014c). A Tabela 18 apresenta os produtos deste segmento mais exportados para os Estados Unidos.

Tabela 18 – Exportação de Santa Catarina para os Estados Unidos das posições SH 0302, 0303, 0304, 0305 e 0306

Código SH8	Descrição do SH8	2012 (US\$ FOB)	2011 (US\$ FOB)	Part. % 2012
03036990	Outros peixes congelados, exceto filé e out. carnes	882.448	0	31,61%
03038990	Outros peixes congelados, exc.filés, out carnes,etc.	837.142	0	29,99%
03061190	Outras lagostas, congeladas, exceto as inteiras	588.080	0	21,07%
03045400	Filé de espadartes (xiphias gladius), fres. ou refrig.	232.683	0	8,34%
03061790	Outros camarões, que não inteiros, congelados	81.878	0	2,93%
03034900	Outs.atuns congelados, exc.filés, outs.carnes,fígado	54.000	0	1,93%
03033900	Outs.peixes chatos, congel., exc.filés, outs.carnes,	53.730	0	1,92%
03048990	Outros filés congelados, de peixes	48.228	0	1,73%
	Outros	13.122	1.245.803	0,47%
	Total	2.791.311	1.245.803	100,00%

Fonte: Adaptado de Brasil (2014h).

Analisando as exportações, observa-se que em 2011 houve muito pouca exportação deste segmento para os Estados Unidos, enquanto em 2012, as exportações aumentaram 124% em relação a 2011. Em 2012, 31,61% foram exportações de “outros peixes congelados, exceto filé e outras carnes” (SH 03036990) e 29,99% de “outros peixes congelados, exc.filés, outras carnes,etc.” (SH 03038990).

Quadro 18 – Comparação do comércio e preço médio de 2012 dos principais produtos das posições SH 0302, 0303, 0304, 0305 e 0306

Código SH6	Descrição do SH6		Importações Totais EUA	Exportações SC - EUA	Exportações Totais SC
030369	Outros peixes de famílias específicas, exceto fígados, ovos e sêmen	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	1.382	882	1.133
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	3,41 /kg	2,74 /kg	2,21 /kg
030389	Outros peixes, exceto fígados, ovas e sêmen	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	254.697	837	9.838
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	3,21 /kg	2,99 /kg	2,83 /kg
030611	Lagostas congeladas	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	222.818	588	588
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	25,16 /kg	32,41 /kg	32,41 /kg
030454	Filé de espadartes (Xiphias gladius), fres. ou refrig.	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	345	233	233
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	5,25 /kg	4,50 /kg	4,50 /kg
030617	Outros camarões, congelados	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	3.312.009	82	82
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	8,58 /kg	16,18 /kg	16,18 /kg
030349	Outros atuns, congelados, exceto fígado, ovas, sêmen, ou filés e outras carnes da posição 0304 – pescados	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	805	54	229
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	4,02 /kg	2,70 /kg	2,84 /kg
030339	Outros peixes chatos, congelados, exceto fígado, ovas, sêmen, ou filés e outras carnes da posição 0304 - pescados	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	2.956	54	710
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	2,70 /kg	2,70 /kg	1,81 /kg
030489	Filés de outros peixes, congelados	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	611.899	48	144
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	10,26 /kg	7,91 /kg	8,04 /kg

Fonte: Adaptado de Brasil (2014g).

Analisando o comércio de Santa Catarina e os Estados Unidos dos principais produtos de “preparação de carnes de peixes e crustáceos”, observa-se que, de acordo com as exportações totais dos Estados Unidos, existe uma demanda significativa a ser explorada dos seguintes produtos: “Outros peixes, exceto fígados, ovas e sêmen” (SH 030389), “Lagostas congeladas” (SH030611), “Outros camarões, congelados” (SH 030617), “Outros peixes chatos, congelados, exceto fígado, ovas, sêmen, ou filés e

outras carnes da posição 0304 – pescados” (SH 030339), e “Filés de outros peixes, congelados” (SH 030489). A demanda destes produtos indica a potencialidade que Santa Catarina tem para explorar este mercado e aumentar suas exportações para os Estados Unidos. Em relação a preços, os preços médios em USD\$ FOB praticado dos principais produtos nas exportações de Santa Catarina são a maioria competitivos. Os únicos produtos dentre os principais que poderiam negociar preços mais competitivos para aumentar sua presença no mercado norte-americano são: “Outros camarões, congelados” (SH 030617) preço médio 89% acima do preço médio das importações totais dos Estados Unidos, e “Lagostas congeladas” (SH030611) preço médio 29% acima do preço médio das importações totais dos Estados Unidos.

Segundo dados da FIESC, Santa Catarina é o maior produtor nacional de pescados, atingindo 184 mil toneladas em 2010. A maior produção de pescado do país está concentrado nas seguintes cidades, por ordem de maior produção: Itajaí, Navegantes, Porto Belo, Laguna e Florianópolis (FIESC, 2013b).

A exportação de produtos do segmento de “preparação de carnes de peixes e crustáceos” para os Estados Unidos estão sujeitos aos regulamentos do *U.S. Fish and Wildlife Service*. Primeiramente, os importadores do mercado norte-americano precisam de uma licença de importação emitido pelo *U.S. Fish and Wildlife Service* e importar o produto por um dos portos designados, declarando a entrada da mercadoria para receber a liberação da importação através de inspeção pelo *U.S. Fish and Wildlife Service* (ESTADOS UNIDOS, 2014d).

Por questões sanitárias, as importações de produtos derivado de animal também são regulamentadas pelo Departamento de Agricultura (USDA), pelo Serviço de Inspeção a Saúde Animal e Vegetal dos Estados Unidos (*Animal and Plant Health Inspection Service* – APHIS), e pelo Serviços Veterinários (*Veterinary Services* – VS) para garantir que doenças de animais não sejam introduzidas nos Estados Unidos (BRASIL, 2012a).

Da mesma maneira que os produtos de “carne de aves” e de “carne suína”, os produtos de “preparação de carnes de peixes e crustáceos” também devem atender a norma de rotulagem *Country of Origin Labeling* – COOL, informando no produto, no

seu recipiente, ou na documentação que acompanha o produto, o país de origem e o método de produção – “*wild*” (silvestre) ou “*farm-raised*” (aquicultura) (BRASIL, 2012a).

Além dos segmentos destaques na pauta de exportações para os Estados Unidos e na pauta de exportações gerais de Santa Catarina, é válido apontar também os principais segmentos destaques na análise de “Produtos Prioritários” do MDIC.

O segmento de “petróleo e derivados” (Posições SH 2709, 2710, 2711, 2712 e 2713) é destaque na análise de “Produtos Prioritários” do MDIC, o dinamismo do segmento está estável e possui um “Potencial Importador a Ser Explorado” de USD\$ 389.543.330 para os Estados Unidos. Os Estados Unidos não beneficia nenhum produto deste segmento através do SGP, no entanto, conforme dados da WTO, os códigos SH4 2709, 2711, 2712 e 2713 são livres de imposto de importação para o mercado norte-americano, e somente produtos do código SH 2710 tem imposto de importação, uma média de 6,6% *ad valorem* (WTO, 2014c).

As exportações de Santa Catarina para os Estados Unidos deste segmento é de somente um item do Sistema Harmonizado – código SH 27131100 – na qual corresponde a “coque de petróleo não calcinado” e somaram USD\$ 5.992.555 em 2012. Em 2011 não houve exportação. Este item possui alíquota zero para importação.

Segundo dados da FIESC, no ano de 2011 Santa Catarina contava com 22 estabelecimentos na Indústria de Transformação que exerciam a atividade de “Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis” (FIESC, 2013b). A participação do segmento de “Coqueiras” na indústria de transformação catarinense e sobre igual segmento nacional, levando em consideração o Valor da Transformação Industrial (VTI), em 2011 foi de 0,12% sobre a indústria catarinense e 54,26% sobre igual segmento do Brasil (FIESC, 2013b).

Em relação a medidas não-tarifárias, os Estados Unidos possui diversos regulamentos que normatizam a importação de produtos deste segmento como: Norma do Programa de Combustível Renovável de 2014 (G/TBT/N/USA/872), Regulamento de Combustíveis e Aditivos de combustível (G/TBT/N/USA/791 e 830), Regulamento de Norma de Combustível para Controle de emissão e Poluição do Ar por Veículos Automotores (G/TBT/N/USA/811) e Programa de Garantia de Qualidade do Regulamento de Combustível Renovável (G/TBT/N/USA/794) (WTO, 2014a). Portanto,



faz-se necessário uma análise previa da importação destes produtos para os Estados Unidos para identificar se atende aos regulamentos do país destinatário.

O segmento de “instrumentos de precisão” (Capítulo SH 90) é o 2º segmento destaque na análise de “Produtos Prioritários” do MDIC, o dinamismo do segmento está estável e possui um “Potencial Importador a Ser Explorado” de USD\$ 70.587.449 para os Estados Unidos. De acordo com a análise, este segmento foi selecionado como prioritário em médio prazo, uma vez que os produtos deste segmento já são exportados é média escala para os Estados Unidos.

A média de imposto de importação do Capítulo SH 90 é de 1,5% *ad valorem*, sendo que o mínimo é de 0 e o máximo é de 16%. Neste segmento, o SGP beneficia um código do Sistema Harmonizado – SH 903120 – “bancos de ensaios para motores, geradores, bombas, etc.”, permitindo a importação deste produto para os Estados Unidos livres de imposto de importação (WTO, 2014c).

Tabela 19 – Exportação de Santa Catarina para os Estados Unidos do Capítulo SH 90

Código SH8	Descrição do SH8	2012 (US\$ FOB)	2011 (US\$ FOB)	Part. % 2012
90328984	Instrumentos e apars.automat.p/controla velocid. Motores	2.364.848	2.623.403	48,86%
90328911	Reguladores eletrônicos, de voltagem, automáticos	1.415.422	1.296.852	29,24%
90269010	Partes e acess.p/instrum.e apars.medida/controla nivel	396.328	446.796	8,19%
90184100	Apars.dentários de brocar mesmo c/outs.equip.dentários	277.981	355.823	5,74%
90184999	Outros instrumentos e aparelhos para odontologia	174.612	125.892	3,61%
90221999	Outs.aparelhos de raios x, p/radiografia/radioterap	39.172	0	0,81%
	Outros	171.729	149.378	3,55%
	Total	4.840.092	4.998.144	100,00%

Fonte: Adaptado de Brasil (2014h).

Observa-se que 48,86% das exportações para os Estados Unidos são de “Instrumentos e apars.automat.p/controla velocid.motores”(SH 90328984), e 29,24% são de “Reguladores eletrônicos, de voltagem, automáticos” (SH 90328911). Os demais produtos representam 21,90% das exportações catarinenses deste segmento.

Quadro 19 – Comparação do comércio e preço médio de 2012 dos principais produtos do Capítulo SH 90

Código SH6	Descrição do SH6		Importações Totais EUA	Exportações SC – EUA	Exportações Totais SC
903289	Outros instrumentos e aparelhos para regulação ou controle, automáticos	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	3.204.677	3.793	32.094
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	ND (2011 - 95,80 /un)	47,79 /un	53,40 /un
902690	Partes e acessórios para instrumentos e aparelhos para medida ou controle de líquidos ou gases	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	574.123	409	600
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	ND (2011 - 113,85 /kg)	36,72 /kg	36,20 /kg
901841	Aparelhos dentários de brocar, mesmo combinados com outros equipamentos dentários	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	83.926	278	4.722
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	ND	172,44 /un	147,93 /un
901849	Outros instrumentos e aparelhos para odontologia	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	657.545	175	7.105
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	ND	21,20 /un	27,53 /un
902219	Aparelhos de raios X, de radiografia ou de radioterapia, para outros usos	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	288.431	39	39
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	ND	39.172,00 /un	39.172,00 /un

ND: Não declarado

Fonte: Adaptado de Brasil (2014g).

Analisando o comércio de Santa Catarina e os Estados Unidos de produtos de “instrumentos de precisão”, observa-se que as importações totais dos Estados Unidos indicam uma demanda significativa de produtos deste segmento e as exportações de Santa Catarina são pequenas em comparação à sua capacidade. Observa-se que Santa Catarina possui capacidade de exportar mais produtos como: “Outros instrumentos e aparelhos para odontologia” (SH 901849), “Aparelhos dentários de brocar, mesmo combinados com outros equipamentos dentários” (SH 901841), e “Outros instrumentos e aparelhos para regulação ou controle, automáticos” (SH 903289). Em relação a preços em USD\$ FOB, comparando os preços médios que foram divulgados de 2011 das importações totais dos Estados Unidos, os preços médios das exportações de Santa Catarina estão competitivos, abaixo do preço pago às importações estadunidenses.

Em se tratando de medidas não-tarifárias, o Instituto Nacional de Padrões e Tecnologia (*National Institute of Standards and Technology* – NIST) é uma agência não-regulatória do Departamento do Comércio dos Estados Unidos responsável pelas normas de produtos do segmento de “instrumentos de precisão”. Nos Estados Unidos

não há regulamentos federais para equipamentos para pesagem e medição exceto nas áreas de grãos e pecuária, onde existem regulamentos aplicados pelo USDA. A Divisão de Pesagem e Medidas do NIST (*Weights and Measures Division* - WMD) trabalha em cooperação com os Estados e com o segmento privado para desenvolver pesos uniformes e leis de medidas, regulamentos, requisitos de dispositivos e procedimentos de ensaio. Para o desenvolvimento das normas para pesagem e equipamentos de medida, o NIST utiliza-se da Conferencia Nacional de Pesagem e Medidas (*National Conference on Weights and Measures* – NCWM), uma organização privada. O NCWM gerencia o *National Type Evaluation Program* (NTEP), no qual avalia se modelos de pesagem e equipamentos de medição estão em conformidade com os requisitos do NIST, emitindo um Certificado de Conformidade (CC) para os aprovados, requisito obrigatório para importação nos Estados Unidos (BRASIL, 2014c).

Instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos também são regulamentados de acordo com o Código de Regulamentos Federais (CFR) do FDA dos Estados Unidos. O Título 21, Partes 1-1299 do CFR regulamentam “Registro de Estabelecimento e de Listagem de Dispositivo para Fabricantes e Importadores Iniciantes de Dispositivos”, “Padrões de Desempenho de Produtos Emissores de Radiação Ionizante”, “Dispositivos Oftálmicos”, “Dispositivos Dentários” e “Dispositivos Radiológicos”. Segundo informações no INMETRO (BRASIL, 2014c), instrumentos médicos também possuem algumas normas regulamentadas pela Associação para o Avanço da Instrumentação Médica (*Association for Advancement of Medical Instrumentation* - AAMI), Associação Dental Americana (*American Dental Association* - ADA) e *Underwriters Laboratories*:

- a) Norma AAMI ES1: Limites de Segurança Atuais para Aparelhos Electromédicos;
- b) Norma AAMI/ ANSI HF18: Dispositivos Eletrocirúrgicos;
- c) Norma ANSI/AAMI/ISO 13485: Sistemas de Gestão da Qualidade - Dispositivos Médicos - Requisitos para fins regulamentares;
- d) Norma ANSI/NCSL Z540-1: Manômetros - Laboratórios de calibração e equipamentos de medição e teste;

- e) Norma ANSI/AAMI/IEC TIR 60878: Equipamentos Médicos - Símbolos e sinais de segurança incluindo símbolos gráficos para equipamentos elétricos na prática médica;
- f) Norma ANSI/AAMI/ISO 15223: Dispositivos médicos - Símbolos para ser usado com rótulos de dispositivos médicos, rotulagem e informações;
- g) Norma ADA 44: Equipamentos Odontológicos Eletrocirúrgicos;
- h) Norma UL 2601-1: Equipamento Médico Elétrico - Requisitos Gerais Segurança;
- i) Norma UL 544: Equipamentos Médicos e Odontológicos.

Com isso, verifica-se que existem regulamentos técnicos obrigatórios e específicos a diversos produtos que devem ser seguidos para a importação de “instrumentos de precisão” para o mercado norte-americano.

O segmento de “metais não ferrosos” (Capítulos SH 74, 75, 76, 78, 79 e 80) ocupa a terceira posição de destaque na análise de “Produtos Prioritários” do MDIC, o dinamismo do segmento está estável e possui um “Potencial Importador a Ser Explorado” de USD\$ 33.622.905 para os Estados Unidos. De acordo com a análise, este segmento foi selecionado como prioritário em médio prazo, uma vez que os produtos deste segmento já são exportados em média escala para os Estados Unidos. A média de imposto de importação *ad valorem* do segmento de “metais não ferrosos” é de: 1,9% para “Cobre e suas obras”, 1,8% para “Níquel e suas obras”, 3,5% para “Alumínio e suas obras”, 1,5% para “Chumbo e suas obras”, 2,5% para “Zinco e suas obras”, e 1,1% para “Estanho e suas obras”. Neste segmento, os Estados Unidos não beneficia nenhum desses produtos pelo SGP (WTO, 2014c).

Analisando as exportações catarinenses para os Estados Unidos, observa-se que 85,97% das exportações de “metais não ferrosos” em 2012 são de “Chumbo refinado, eletrolítico, em lingotes” (SH 78011011), e 11,78% representa exportações de “Outras obras de alumínio” (SH 76169900). A Tabela 20 a seguir apresenta a pauta de exportação para os Estados Unidos deste segmento.

Tabela 20 – Exportação de Santa Catarina para os Estados Unidos dos Capítulos SH 74, 75, 76,78,79 e 80

Descrição do SH2	Código SH8	Descrição do SH8	2012 (US\$ FOB)	2011 (US\$ FOB)	Part. % 2012
Chumbo e obras	78011011	Chumbo refinado, eletrolítico, em lingotes	1.880.408	0	85,97%
Alumínio e obras	76169900	Outras obras de alumínio	257.594	440.884	11,78%
Zinco e obras	79070090	Outras obras de zinco	10.473	9.337	0,48%
Cobre e obras	74182000	Artefatos de cobre, de higiene/toucador e suas partes	8.839	14.279	0,40%
Alumínio e obras	76061290	Outras chapas e tiras, de ligas alumínio, esp>0.2mm	8.780	4.239	0,40%
		Outro	21.296	40.943	0,97%
Total			2.187.390	509.682	100,00%

Fonte: Adaptado de Brasil (2014h).

Observa-se que a pauta de exportações de 2011 apresentou resultado diferente, quando as exportações de “Outras obras de alumínio” (SH 76169900) representaram 86,5% do total exportado de 2011, e nada foi exportado de “Chumbo refinado, eletrolítico, em lingotes” (SH 78011011).

Quadro 20 – Comparação do comércio e preço médio de 2012 dos principais produtos dos Capítulos SH 74, 75, 76,78,79 e 80

Código SH6	Descrição do SH6		Importações Totais EUA	Exportações SC - EUA	Exportações Totais SC
780110	Chumbo refinado (afinado), em formas brutas	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	351.051	1.880	1.880
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	1,92 /kg	2,27 /kg	2,27 /kg
761699	Outras obras de alumínio	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	1.517.591	258	546
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	8,62 /kg	12,48 /kg	12,43 /kg
790700	Outras obras de zinco	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	200.745	10	28
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	9,36 /kg	58,84 /kg	17,73 /kg
741820	Artefatos de higiene ou de toucador e suas partes, de cobre	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	85.084	9	402
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	16,45 /kg	23,38 /kg	45,65 /kg
760612	Chapas e tiras, de ligas alumínio, de espessura > 0,2 mm, de forma quadrada ou retangular	Comércio (US\$ 1000 - FOB)	1.858.151	9	41
		Preço médio (USD\$ FOB/Qtd)	3,49 /kg	731,67 /kg	19,46 /kg

Fonte: Adaptado de Brasil (2014g).

Analisando o comércio de Santa Catarina e os Estados Unidos de produtos do segmento de “metais não ferrosos”, observa-se que as importações totais dos Estados Unidos indicam a grande demanda dos produtos deste setor. Santa Catarina tem espaço para aumentar a exportação de alguns produtos para os Estados Unidos, visto que as exportações totais de Santa Catarina são maiores e podem ser exploradas para o mercado norte-americano dos seguintes produtos: “Outras obras de alumínio” (SH 761699) e “Artefatos de higiene ou de toucador e suas partes, de cobre” (SH 741820). Em relação a preços, os preços médios em USD\$ FOB praticado nas exportações de Santa Catarina são consideravelmente maiores comparando aos preços médios das importações totais dos Estados Unidos, um cenário de difícil competitividade de preço.

Segundo dados da FIESC, o segmento de “metais” está concentrado principalmente no nordeste e no vale do Itajaí (FIESC, 2013b). Em se tratando do segmento de “metalurgia e produtos de metal”, Santa Catarina possui a maior indústria do mundo de blocos e cabeçotes para motor, com base no faturamento, é o maior exportador do Brasil de blocos de cilindros para motor, e é líder nacional em usinagem e tecnologia do ferro vermicular (FIESC, 2013b). Santa Catarina também “ocupa a primeira posição na América Latina em elementos de fixação (parafusos, porcas etc.) e na produção de medalhas e troféus” (FIESC, 2013b, p. 13). Apesar disso, o segmento de “metalurgia e produtos de metal” representa 2,8% das exportações de SC, US\$ 249 milhões em 2012 (FIESC, 2013b).

É válido ressaltar que “os Estados Unidos possuem grandes reservas de importantes metais, porém dependem de outras nações para o abastecimento de outros metais de difícil extração” (BRASIL, 2012a, p. 29). “Minério de ferro importado corresponde a 17% do material utilizado nos Estados Unidos” (BRASIL, 2012a, p. 29). Os Estados Unidos também importa outros metais como: bauxita, alumínio, cromo, cobalto, manganês, níquel, metais de platina, tungstênio e zinco. Os principais países fornecedores dos Estados Unidos destes metais são México, Canadá, Brasil, China, Rússia e Ucrânia (BRASIL, 2012a).

Em relação a barreiras não-tarifárias, os Estados Unidos utiliza padrões regulamentados pela ASTM *International* (*American Society for Testing and Materials* –

ASTM) para exigências a produtos importados. Reconhecida mundialmente como líder no desenvolvimento e fornecimento de padrões internacionais de consenso voluntário, mais de dez mil normas ASTM são utilizadas em todo o mundo para melhorar a qualidade do produto, aumentar a segurança, facilitar o acesso ao mercado e comércio, e construir confiança do consumidor. Os padrões da ASTM *International* são utilizados em pesquisa e desenvolvimento, sistemas de qualidade, teste e aceitação de produtos e transações comerciais em todo o mundo (ASTM, 2014). O Comitê Técnico ASTM B aplica os seguintes padrões a “metais não ferrosos” (BRASIL, 2014c):

- a) Especificação padrão para revestimentos de níquel de engenharia galvanizados (ASTM B689);
- b) Terminologia padrão relativo a metais não-ferrosos e ligas (ASTM B899);
- c) Especificação padrão para níquel (ASTM B39);
- d) Métodos de teste para análise química de níquel (ASTM E39);
- e) Especificação padrão para solda do metal (ASTM B32).

O governo brasileiro, através do MDIC, promove a exportação por meio de incentivos fiscais a exportação para assim promover também o desenvolvimento da economia brasileira. Através deste benefício, os incentivos fiscais contribuem para a eliminação dos tributos que normalmente incidem em operações no mercado interno. Sendo assim, os incentivos fiscais auxiliam para que os produtos possam entrar no mercado internacional com preços competitivos. Com isso, as operação de exportações não sofrem incidência dos seguintes impostos (BRASIL, 2014e):

- a) Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI): alíquota zero;
- b) Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS): isenção;
- c) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): isenção;
- d) Programa de Integração Social (PIS): isenção;
- e) Imposto sobre Operações Financeiras (IOF): As operações de câmbio vinculadas à exportação têm alíquota zero.

Por fim, nota-se que, em geral, as exportações de Santa Catarina para os Estados Unidos são bastante diversificadas. A variedade da pauta de produtos das importações dos Estados Unidos permite diversas oportunidades. Os seguimentos de “máquinas e motores”, “materiais elétricos e eletro-eletrônicos” e “instrumentos de precisão” são setores destaques das pautas que possuem produtos beneficiados pela SGP, facilitando a entrada destes produtos no mercado norte-americano. Com alíquotas de importação relativamente baixas, exceto o segmento de “fumo e cigarros”, todos os segmentos destaques possuem regulamentos a serem cumpridos para atenderem as normas para entrada nos Estados Unidos. Verificou-se também, que apesar do segmento de “carne de aves” ser o primeiro setor das exportações gerais de Santa Catarina, e representando 25,45% das exportações gerais de carne aves do país, o Brasil não é elegível para exportação de carne de aves, processadas e não processadas, para os Estados Unidos. A conformidade dependeria que o sistema brasileiro de inspeção sanitária seja certificado como equivalente ao dos Estados Unidos pelo Serviço de Inspeção a Segurança de Alimentos do Estados Unidos (FSIS). É válido ressaltar também, que o segmento de “carne suína” pode ser mais explorado por Santa Catarina. Apesar do volume exportado para os Estados Unidos ser baixo, Santa Catarina é o maior produtor nacional de carne suína, e possui a vantagem de ser o único Estado do Brasil elegível para a exportação de carne suína *in natura* para os Estados Unidos. Por questões sanitárias, Santa Catarina é o único Estado elegível e está em conformidade com os regulamentos do USDA.

Em se tratando das importações de Santa Catarina de produtos originários dos Estados Unidos, identificou-se que a pauta de importações é composta de diferentes segmentos.

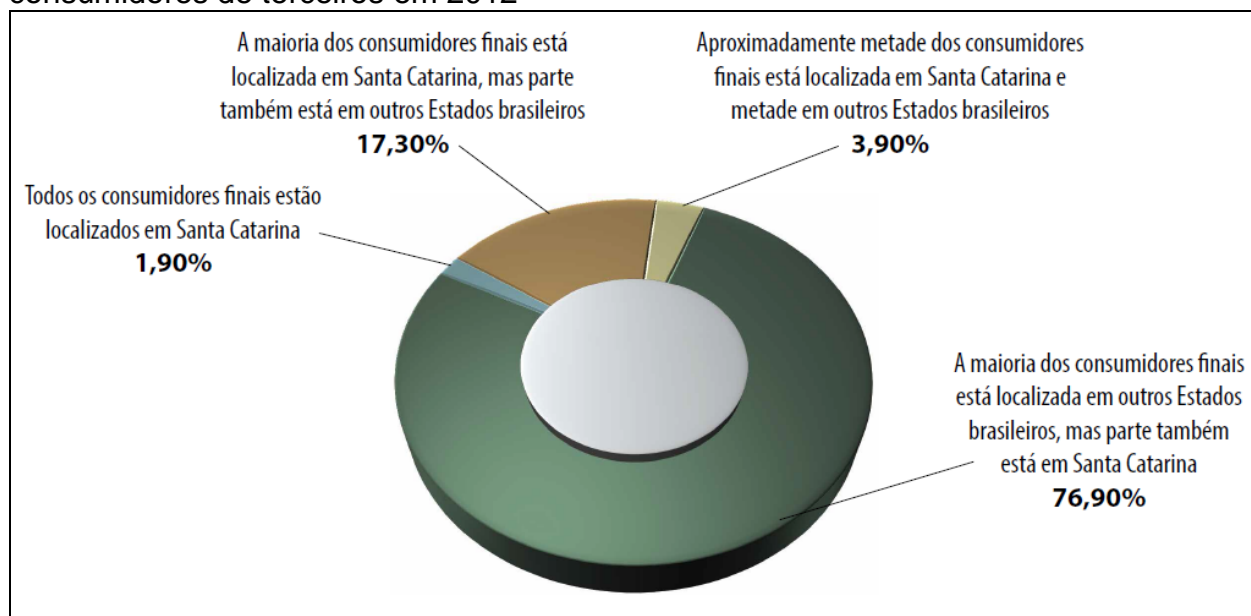
Segundo dados do MDIC, das importações gerais de Santa Catarina, das empresas importadoras que tiveram maior participação em 2012, em relação a valor FOB USD\$, se destacaram: Copper Trading S/A (5,71%), Sainte Marie Importação e Exportação LTDA (2,97%), Columbia Trading S/A (2,75%), Capital Trade Importação e Exportação LTDA (2,57%), Komport Comercial Importadora S.A. (2,29%) e Dow Brasil S.A. (2,25%). As demais empresas que representaram até 1% das importações gerais catarinense de 2012 foram, por ordem de participação: AC Comercial Importadora e



Exportadora S/A, Sertrading (BR) LTDA, Pirelli Pneus LTDA, First S/A, Diamond Business Trading S/A, Trop Comercio Exterior LTDA, Whirlpool S.A., Plasinco Importação e Exportação LTDA, Roche Diagnostica Brasil LTDA, BWT Comercio Importação e Exportação LTDA, Siemens LTDA e South Service Trading S/A (BRASIL, 2012c). Com isso, observa-se que das 18 principais empresas importadoras, 13 empresas são de *Tradings* e Comercial Importadoras. As demais importadoras são empresas do segmento químico, farmacêuticos, de produtos dos segmentos de linha branca, de máquinas e eletroeletrônicos. Vale ressaltar que, entre as 40 principais importadoras da Santa Catarina, também se destacam empresas do segmento de equipamentos elétricos, têxtil, e de alimentos (BRASIL, 2012c).

Através de um estudo sobre a “Análise do Comercio Internacional Catarinense 2013” (FIESC, 2013a), a FIESC realizou uma pesquisa junto às empresas importadoras e exportadoras em 2012 de Santa Catarina buscando identificar o desempenho recente destas empresas em suas atividades de compra e venda internacional. Nesta pesquisa, a FIESC buscou identificar o destino final dos produtos importados por Santa Catarina em 2012. Segundo a análise da pesquisa (FIESC, 2013a), 55,9% das empresas pesquisadas importam mercadorias para o consumo próprio. De outro modo, 25,4% das empresas importam produtos destinados ao consumo de terceiros, enquanto para 11,9% das empresas a maior parte das mercadorias importadas é destinada para o consumo de terceiros, mas parte delas também é para consumo próprio. Das demais empresas pesquisadas, 3,4% importam aproximadamente metade para consumo próprio e metade para consumo de terceiros, e 3,4% importam a maior parte para consumo próprio, mas parte também é destinada para consumo de terceiros (FIESC, 2013a). Com estes resultados, verificou-se a necessidade de identificar se as importações destinadas a terceiros eram para consumidores finais localizada em Santa Catarina ou outros Estados brasileiros.

Figura 9 – Localização dos consumidores dos produtos importados destinados aos consumidores de terceiros em 2012



Fonte: FIESC (2013a, p.70).

A pesquisa da FIESC (2013a) apontou que 76,9% das empresas informaram que a maioria dos consumidores finais está localizada em outros Estados brasileiros, mas parte também em Santa Catarina. De outro lado, 17% das empresas indicaram que a maioria dos consumidores finais está em Santa Catarina, mas também existe demanda em outros Estados do Brasil. 3,9% das empresas indicaram que aproximadamente metade dos consumidores finais está em Santa Catarina, e apenas 1,9% das empresas possuem todos os consumidores finais localizados em Santa Catarina. Sendo assim, é possível verificar que um pouco mais da metade das empresas importam mercadorias para consumo próprio, e das mercadorias importadas destinada ao consumo de terceiros, aproximadamente 76% das empresas possuem a maioria dos consumidores finais em outros Estados do Brasil (FIESC, 2013a).

A fim de identificar o perfil importador de Santa Catarina, a Tabela 21 a seguir apresenta as importações catarinenses de 2012 por categoria de uso.

Tabela 21 – Importações de Santa Catarina em 2012 por categoria de uso

	Valor 2012 USD\$ FOB	Part. % 2012	Var. % 2012/2011
<b>Bens de Capital</b>	<b>2.643.564.615</b>	<b>18,17</b>	<b>-5,91</b>
Bens de Capital (exc. equip. de transporte uso industr.)	2.627.731.558	18,06	-1,16
Equipamentos de transporte de uso industrial	15.833.057	0,11	-89,52
<b>Bens Intermediários</b>	<b>8.803.531.108</b>	<b>60,50</b>	<b>-4,54</b>
Alimentos e bebidas destinados à indústria	183.996.178	1,26	-4,73
Insumos industriais	8.079.069.383	55,53	-4,99
Peças e acessórios de equipamentos de transporte	538.644.203	3,70	2,65
Bens diversos	1.821.344	0,01	37,97
<b>Bens de Consumo</b>	<b>3.060.518.993</b>	<b>21,03</b>	<b>10,56</b>
Bens de consumo duráveis	462.118.804	3,18	-11,10
Bens de consumo não duráveis	2.598.400.189	17,86	15,56
<b>Combustíveis e Lubrificantes</b>	<b>42.605.704</b>	<b>0,29</b>	<b>4,07</b>
Combustíveis e lubrificantes	42.605.704	0,29	4,07
<b>Demais Operações</b>	<b>1.050</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>
Demais operações	1.050	0,00	-
<b>Total do Período</b>	<b>14.550.221.470</b>	<b>100,00</b>	<b>-1,96</b>

Fonte: Brasil (2012c).

As categorias de uso são classificadas em bens de capital, bens intermediários, bens de consumo, combustíveis e lubrificantes e demais operações. Observa-se a predominância de importação de bens intermediários em 2012, 60,50% das importações totais, apesar de uma redução de 4,54% em relação ao ano anterior. Este segmento inclui bens intermediários destinados para a indústria e insumos para a produção de outros bens como alimentos para indústria, produtos minerais e materiais de construção. Os bens de consumo é o segundo setor das importações catarinenses, representando 21,03% do total e apresentou um crescimento de 10,56% em relação ao ano de 2011. Dentro deste segmento estão produtos importados diretamente para o consumo, para atender as necessidades da população, produtos quais não sofrem transformação, ou seja, produtos “prontos”. O segmento de bens de capital representou 18,17% das importações totais catarinenses, e uma queda que 5,91% em relação ao ano anterior. Este segmento é composto por bens de produção como máquinas, computadores, ferramentas, equipamentos, instalações etc. Por fim, combustíveis e lubrificantes representaram 0,29% do total das importações.

Uma vez identificado e selecionado estes segmentos que mais se destacaram, é importante levantar os impostos de importação e tratamentos administrativos do Brasil. Em relação ao tratamento tributário de importação, toda

mercadoria estrangeira que entrar no território aduaneiro brasileiro é tributada mediante a sua nacionalização. Os tributos incidentes na importação são (BRASIL, 2014f):

- a) **Imposto de Importação (II):** Imposto sobre importação incide sobre a mercadoria estrangeira, alíquota variável de acordo com o produto;
- b) **Imposto sobre Produto Industrializado (IPI):** Imposto que incide sobre o valor aduaneiro da mercadoria acrescido do montante do Imposto de Importação, alíquota variável de acordo com o produto;
- c) **Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e COFINS-Importação (PIS e COFINS):** Contribuição que incide sobre o Valor Aduaneiro, acrescido do valor do ICMS e do valor das próprias contribuições, alíquota variável de acordo com o produto;
- d) **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):** Tributo de competência estadual que incide sobre a movimentação de produtos no mercado interno e sobre serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, que também incide sobre os bens importados. A alíquota do ICMS Importação de Santa Catarina é de 12%;
- e) **Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM):** Adicional sobre a remuneração do transporte aquaviário (25% na navegação de longo curso, 10% na navegação de cabotagem, e 40% na navegação fluvial e lacustre);
- f) **CIDE-Combustível:** Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis incide sobre a importação de combustíveis (R\$ 230,00 por m<sup>3</sup> sobre gasolinas e suas correntes; R\$ 70,00 por m<sup>3</sup> sobre diesel e suas correntes; e zero na importação de querosene de aviação, demais querosenes, óleos combustíveis com alto teor de enxofre, óleos combustíveis com baixo teor de enxofre, gás liquefeito de petróleo, inclusive o derivado de gás natural e de nafta e álcool etílico combustível);
- g) **Taxa de Utilização do SISCOMEX:** Taxa cobrada no ato de registro da Declaração de Importação (R\$ 185,00 por declaração, e R\$ 29,50 para cada adição de mercadorias à declaração).

Para a importação de produtos estrangeiros no Brasil, a mercadoria importada deve ser classificada de acordo com a tabela aduaneira adotada pelo Brasil (e todos os membros do MERCOSUL) denominada de Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM). A NCM foi criada com base no Sistema Harmonizado (SH), o principal método internacional de classificação de mercadorias. Sendo assim, os segmentos foram classificados de acordo com a versão 2012 do SH.

Dos produtos mais importados por Santa Catarina dos Estados Unidos, em 2012, foram selecionados os oito principais segmentos destaques da pauta de importação dos Estados Unidos, e os três principais segmentos destaques da pauta de importação geral de Santa Catarina.

O Quadro 21 a seguir apresenta a tarifa média de importação por segmento do Brasil, incluindo a tarifa mínima e máxima de II, e demais tributos aplicáveis dos oito principais segmentos de importação de Santa Catarina originários dos Estados Unidos, e os três principais segmentos da pauta de importação geral de Santa Catarina. As tarifas foram obtidas segundo dados coletados do *Tariff Download Facility* do WTO (WTO, 2014c). O tratamento tributário completo destes segmentos serão apresentados no desdobramento dos principais produtos na análise por segmento na sequência.

As informações completas do tratamento tributário de importação do Brasil por classificação fiscal de mercadoria por produto específico, incluindo os tratamentos administrativos e tarifários, podem ser encontradas no Simulador do Tratamento Tributário e Administrativo da Importações da Secretaria da Receita Federal do Brasil (BRASIL, 2014d).

Quadro 21 – Imposto de importação dos segmentos destaques da pauta de importação de Santa Catarina

Setor	Imposto de Importação <i>ad valorem</i>		
	Tarifa MFN <sup>(1)</sup> Média	Tarifa Mínima	Tarifa Máxima
<b>Plásticos e suas obras</b> Capítulo SH 39	12,9	0	20,0
<b>Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes</b> Capítulo SH 84	12,7	0	35,0
<b>Máquina, aparelhos e materiais elétrico, suas partes etc.</b> Capítulo SH 85	14,1	0	25,0
<b>Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, outros</b> Capítulo SH 28	5,9	0	14,0
<b>Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia e outros</b> Capítulo SH 90	12,0	0	20,0
<b>Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais</b> Capítulo SH 27	0,3	0	6,0
<b>Produtos químicos orgânicos</b> Capítulo SH 29	5,5	0	28,0
<b>Produtos farmacêuticos</b> Capítulo SH 30	8,6	0	18,0
<b>Cobre e suas obras</b> Capítulo SH 74	10,9	0	16,0
<b>Ferro fundido, ferro e aço</b> Capítulo SH 72	10,5	0	14,0
<b>Borracha e suas obras</b> Capítulo SH 40	13,0	0	35

<sup>(1)</sup> *Most Favoured Nation* – MFN: Tratamento de nação mais favorecida

Fonte: Elaborado com base nos dados de WTO (2014b).

Para melhor compreender os principais segmentos destaques da pauta de importação de Santa Catarina de produtos de origem norte-americana, a sequência desta análise apresenta o desdobramento dos segmentos, apontando os principais produtos, os volumes importados, o tratamento tributário de cada produto e os principais municípios de Santa Catarina que importam estes produtos.

Em relação ao tratamento tributário de importação, além dos tributos de porcentagem fixas *ad valorem* ou não, como o ICMS, Taxa SISCOMEX, AFRMM e CIDE-Combustível, as alíquotas o II, IPI, PIS e COFINS *ad valorem* variam de acordo com o produto. Tais alíquotas foram discriminadas nos quadros nas análises apresentadas na sequência, de acordo com cada segmento e produto.

O segmento de “plásticos e suas obras” (Capítulo SH 39) ocupa 1º lugar da pauta de importações de Santa Catarina originárias do Estados Unidos de 2012, representando 22,88% do total das importações originárias do Estados Unidos em USD\$ FOB. Este segmento também é destaque das importações gerais de Santa Catarina, ocupando o 4º lugar e representando 8,83% do total das importações gerais do Estado (BRASIL, 2014h). A Tabela 22 apresenta os principais produtos das importações de Santa Catarina originárias dos Estados Unidos deste segmento, o comportamento da importação destes produtos em 2012, bem como as alíquotas de II, IPI, PIS e COFINS que incidem sobre a importação.

Tabela 22 – Produtos e alíquotas de importação de Santa Catarina dos Estados Unidos do Capítulo SH 39

Código SH8	Descrição do SH8	Importação SC de origem EUA			Alíquotas			
		2012 (US\$ FOB)	Var. % 2012/2011	Part. % 2012	II	IPI	PIS	COFINS
39019090	Outros polímeros de etileno, em formas prim.	54.379.181	-10,68	27,91%	14%	5%	1,65%	7,6%
39012029	Outros polietilenos s/carga, d>=0.94, em formas prim.	46.761.822	-43,62	24,00%	14%	5%	1,65%	7,6%
39011092	Polietileno sem carga, densidade <0.94, prim.	27.402.900	-20,57	14,07%	14%	5%	1,65%	7,6%
39011010	Polietileno linear, densidade <0.94, em forma primária	8.282.300	-62,56	4,25%	14%	5%	1,65%	7,6%
39206900	Chapas, etc.d/outs. poliésteres, s/suporte, n/reforcad.	6.139.330	48,40	3,15%	16%	15%	1,65%	8,6%
39072039	Outros polieterpoliois, em formas primárias	4.000.903	226,85	2,05%	14%	5%	1,65%	7,6%
39069049	Outs.polímeros acrílicos, em blocos irregul.pedaços	3.330.203	-39,68	1,71%	14%	5%	1,65%	7,6%
39269090	Outras obras de plásticos	3.247.177	100,71	1,67%	18%	15%	1,65%	8,6%
39269040	Artigos de laboratorio ou de farmacia, de plásticos	2.943.908	23,80	1,51%	18%	10%	1,65%	8,6%
39174090	Outros acessórios p tubos de plásticos	2.597.650	117,73	1,33%	16%	0%	0,00%	0,0%
	Outros	35.733.956	-49,42	18,34%				
	Total	194.819.330	-32,16	100,00%				

Fonte: Brasil (2014d); Brasil (2014h).

Analisando as importações da tabela anterior, observa-se que 27,91% das importações deste segmento são de “Outros polímeros de etileno, em formas prim.” (SH8 39019090), 24% de “Outros polietilenos s/carga, d>=0.94, em formas prim.” (SH8 39012029), e 14,07% de “Polietileno sem carga, densidade <0.94, prim.” (SH8

39011092). Apesar disso, as importações destes três produtos destaques diminuíram em relação a 2011. Apesar do aumento das importações de alguns produtos, as importações totais deste segmento sofreu uma queda de 32,16% em relação ao ano de 2011. Verifica-se também, que as alíquotas do Imposto de Importação destes principais produtos variam de 14% a 18% ad valorem.

Conforme apontado no estudo da FIESC (2013a), apesar de 76,9% das empresas informarem que a maioria dos seus consumidores finais está localizada em outros Estados brasileiros, o restante das empresas possuem a maioria dos seus consumidores em Santa Catarina. Por isso, a fim de compreender a localização dos importadores deste segmento, realizou-se uma pesquisa para identificar os municípios importadores de cada um dos principais segmentos. Segundo informações obtidas, do total das importações de 2012 em USD\$ FOB de produtos do segmento de “plásticos e suas obras” (Capítulo SH 39), 36,29% das importações correspondem de empresas localizadas em Itajaí, 34,5% de São Francisco do Sul e 11,48% de empresas localizadas em Joinville. As demais 17,74% das importações são de empresas localizadas em outros municípios de Santa Catarina (BRASIL, 2014g). Com isso, observa-se a grande concentração das importações para empresas da região portuária de Itajaí e São Francisco do Sul, regiões Vale do Itajaí e Nordeste do Estado no qual se concentram indústrias do segmento de têxtil-vestuário, produtos de metal, material elétrico e produtos de plásticos.

Segundo dados da Receita Federal (BRASIL, 2014d), não há incidência de antidumping, de medidas compensatórias, ou de CIDE-Combustível para estes principais produtos. Em relação ao tratamento administrativo, é importante saber se é necessário a anuência dos órgãos brasileiros previamente à importação dos produtos. Para a importação de “Outras obras de plásticos” (SH 39269090), se a mercadoria for destinado para uso médico-odonto-hospitalar estará sujeita a anuência do Fundo Nacional da Saúde. Se a mercadoria for escudo a prova de bala estará sujeita a anuência do Comando do Exército. Para a importação de “Artigos de laboratorio ou de farmacia, de plásticos” (SH 39269040) ou “Outros acessórios para tubos, de plásticos” (SH 39174090) para uso laboratorial em clínica médica ou tubos de plástico para coleta



de sangue, a mercadoria estará sujeita a anuência do Fundo Nacional da Saúde e do MDIC (BRASIL, 2014d).

O segmento de “Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes” (Capítulo SH 84) é o 2º segmento destaque da pauta de importações de Santa Catarina originárias do Estados Unidos de 2012, representando 13,11% do total das importações originárias do Estados Unidos em USD\$ FOB. Este segmento também é destaque das importações gerais de Santa Catarina, ocupando também o 2º lugar e representando 10,04% do total das importações gerais do Estado (BRASIL, 2014h). A tabela a seguir apresenta os principais produtos por código SH8 das importações de Santa Catarina originárias dos Estados Unidos deste segmento, o comportamento da importação destes produtos em 2012, bem como as alíquotas de II, IPI, PIS e COFINS que incidem sobre a importação.

Tabela 23 – Produtos e alíquotas de importação de Santa Catarina dos Estados Unidos do Capítulo SH 84

Código SH8	Descrição do SH8	Importação SC de origem EUA			Alíquotas			
		2012 (US\$ FOB)	Var. % 2012/2011	Part. % 2012	II	IPI	PIS	COFINS
84718000	Outs.unidades d/máq.autom.p/proc.dados	9.135.408	61,37	8,18%	16%	5%	1,65%	8,60%
84439933	Outros cartuchos revelador/ produtos p/viragem "toners"	5.766.134	34,44	5,16%	0%	5%	1,65%	7,60%
84385000	Máquinas e aparelhos para preparação de carnes	4.555.707	139,59	4,08%	14%	0%	1,65%	8,60%
84081090	Outros motores diesel/ semidiesel, para embarcação	3.757.969	90,21	3,37%	14%	5%	1,65%	8,60%
84137090	Outras bombas centrífugas	3.448.496	191,45	3,09%	14%	0%	1,65%	8,60%
84798999	Outras máquinas e aparelhos mecânicos c/função propria	2.838.367	-0,81	2,54%	14%	0%	1,65%	8,60%
84264190	Outs.maqs.e apars. Autopropuls. d/ pneumáticos	2.603.230	0,00	2,33%	14%	0%	1,65%	8,60%
84714900	Outs.maqs.aut.proc.dados sob forma d/sistemas	2.484.267	10,92	2,22%	16%	15%	1,65%	7,60%
84079000	Outros motores de explosão	2.235.686	27,05	2,00%	14%	0%	1,65%	8,60%
84839000	Partes de árvores de transmis., manivelas, etc.	2.038.467	448,70	1,83%	14%	0%	1,65%	8,60%
	Outros	72.798.749	-24,40	65,20%				
	Total	111.662.480	-5,80	100,00%				

Fonte: Brasil (2014d); Brasil (2014h).

Analisando os principais produtos importados deste segmento, observa-se que 8,18% das importações são de “Outs.unidades d/máq.autom.p/proc.dados” (SH 84718000), 5,16% de “Outros cartuchos revelador/ produtos p/viragem "toners"” (SH

84439933), 4,08% de “Máquinas e aparelhos para preparação de carnes” (SH 84385000) e 3,37% de “Outros motores diesel/ semidiesel, para embarcação” (SH 84081090). Os produtos que mais apresentaram crescimento foi “Partes de árvores de transmis., manivelas, etc.”, “Outras bombas centrífugas” e “Máquinas e aparelhos para preparação de carnes” que registraram um aumento de 448,70%, 191,21% e 139,59% respectivamente. Verifica-se também, que as alíquotas do Imposto de Importação destes principais produtos variam de 14% a 16% ad valorem, sendo que “Outros cartuchos revelador/ produtos p/viragem toners” tem alíquota zero de Imposto de Importação.

Em relação à localização dos importadores catarinenses deste segmento, esta pesquisa identificou os municípios importadores de “Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes” (Capítulo SH 84). Segundo informações obtidas, do total das importações de 2012 em USD\$ FOB, 32,56% das importações correspondem de empresas localizadas em Itajaí, 14,71% de Navegantes e 14,16% de empresas localizadas em Joinville. Vale destacar também os municípios de Jaraguá do Sul e Palhoça, que representaram das importações totais de 2012, 5,46% e 5,24% respectivamente. As demais 27,87% das importações são de empresas que estão localizadas em outros municípios de Santa Catarina (BRASIL, 2014g).

Com isso, observa-se a grande concentração das importações para empresas das regiões portuárias de Itajaí e Navegantes, e de empresas de Joinville, região com forte concentração de indústrias do segmento de “máquinas e equipamentos”, “material elétrico” e “autopeças”.

Segundo dados da Receita Federal (BRASIL, 2014d), não há incidência de antidumping, de medidas compensatórias, ou de CIDE-Combustível para a importação destes produtos. Em se tratando de tratamentos administrativos, produtos deste segmento estão sujeitos à anuência de órgãos brasileiros em diversas situações. A importação de qualquer produto deste segmento que seja usado, necessita a anuência do MDIC previamente ao embarque da mercadoria. Se a mercadoria a ser importada for máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, partes e peças de reposição e películas cinematográficas virgens destinadas à indústria cinematográfica e audiovisual

e de radiodifusão (INCISO V ART.4 DEC.5171/04.), ficam reduzidas a zero as alíquotas de PIS e COFINS, e estarão sujeitas à anuência do MDIC. A importação de “máquinas e aparelhos para preparação de carnes” (SH 84385000) e “outras bombas centrífugas” (SH 84137090) estarão sujeitas à anuência do INMETRO. Na importação de “Outras máquinas e aparelhos mecânicos c/função própria” (SH 84798999), se a mercadoria for equipamentos (máquina) destinada para a produção de agente químico de guerra, de armas e munições ou de explosivos, ou equipamento para recarga de munições, de detecção ou lançamento de minas, a importação estará sujeita a anuência do Comando do Exército (BRASIL, 2014d).

O segmento de “Máquina, aparelhos e materiais elétrico, suas partes etc” (Capítulo SH 85) é o 3º segmento destaque da pauta de importações de Santa Catarina originárias do Estados Unidos de 2012, representando, em USD\$ FOB, 11,03% do total das importações originárias do Estados Unidos. Este segmento também é destaque das importações gerais de Santa Catarina, ocupando também o 3º lugar e representando 8,85% do total das importações gerais do Estado (BRASIL, 2014h). A tabela a seguir apresenta os principais produtos por código SH8 das importações de Santa Catarina originárias dos Estados Unidos deste segmento, o comportamento da importação destes produtos em 2012, bem como as alíquotas de II, IPI, PIS e COFINS que incidem sobre a importação.

Tabela 24 – Produtos e alíquotas de importação de Santa Catarina dos Estados Unidos do Capítulo SH 85

Código SH8	Descrição do SH8	Importação SC de origem EUA			Alíquotas			
		2012 (US\$ FOB)	Var. % 2012/2011	Part. % 2012	II	IPI	PIS	COFIN S
85176249	Outros roteadores digitais	18.559.458	2864,14	19,76%	12%	15%	1,65%	7,60%
85369090	Outs.apars.p/interrup., etc.p/circuit. eletr.t<=1kv	8.880.972	80,84	9,46%	15%	16%	1,65%	8,60%
85412920	Outros transistores, montados, exc. fototransistores	8.390.634	-18,58	8,93%	0%	2%	1,65%	8,60%
85176259	Outs.equipamentos terminais ou repetidores	5.148.589	131,33	5,48%	25%	15%	1,65%	8,60%
85044090	Outros conversores elétricos estáticos	3.075.631	-42,68	3,27%	14%	15%	1,65%	8,60%
85371090	Outs.quadros,etc.c/apars.interru p.circuito eletr.t<=1kv	2.797.702	20,94	2,98%	18%	15%	1,65%	8,60%

Continua...

...Continuação

85437099	Outs.máqs.apar.elétr.c/função própria, ã cit.	2.707.540	12,71	2,88%	12%	10%	1,65%	8,60%
85072010	Outros acumuladores elétricos, de chumbo, peso<=1000kg	2.471.321	-19,84	2,63%	18%	15%	1,65%	8,60%
85437013	Amplific.d/radiofr.p/distr.d/sinais d/televisão	2.446.379	118,48	2,60%	12%	10%	1,65%	8,60%
85176211	Multiplexadores por divisão de frequência	2.248.223	47,63	2,39%	12%	15%	1,65%	7,60%
	Outros	37.188.231	-7,70	39,60%				
	Total	93.914.680	26,63	100,00%				

Fonte: Brasil (2014d); Brasil (2014h).

Analisando os principais produtos importados deste segmento, observa-se que 19,76% das importações são de “Outros roteadores digitais” (SH 85176249), 9,46% de “Outs.apars.p/interrupt., etc.p/circuit. eletr.t<=1kv” (SH 85369090) e 8,93% de “Outros transistores, montados, exc. Fototransistores” (SH 85412920). É possível identificar também que os produtos que mais apresentaram crescimento foi “Outros roteadores digitais” que registrou 2.864,14% em relação ao ano de 2011, e também “Amplific.d/radiofr.p/distr.d/sinais d/televisão” que registrou 118,48% de aumento. As importações totais deste segmento aumentou 26,63%. Observa-se também, que as alíquotas do Imposto de Importação destes principais produtos variam de 0 a 25% ad valorem, uma variação expressiva entre os diferentes tipos de produtos. Vale destacar também o IPI em que as alíquotas são relativamente elevadas, aumentando assim a carga tributária na nacionalização dos produtos importados.

Esta pesquisa também buscou identificar os municípios importadores de “Máquina, aparelhos e materiais elétrico, suas partes etc” (Capítulo SH 85). Segundo informações obtidas, do total das importações de 2012 em USD\$ FOB, quase metade das importações (45,34%) correspondem de empresas localizadas em São José, enquanto 15,22% corresponde a empresas localizadas em Jaraguá do Sul, 12,87% de empresas de Itajaí e 7,08% de empresas localizadas em Navegantes. As demais 19,48% das importações são de empresas estão localizadas em outros municípios de Santa Catarina (BRASIL, 2014g). De acordo com esta análise, observa-se que a principal concentração das importações são destinadas a empresas em São José, Jaraguá do Sul, na qual se concentram indústrias do segmento de material elétrico,

máquinas e equipamento, e tecnologia e informática, e empresas da região portuária de Itajaí.

Segundo dados da Receita Federal (BRASIL, 2014d), não há incidência de antidumping, de medidas compensatórias, ou de CIDE-Combustível na importação destes produtos apresentados. Em se tratando de tratamentos administrativos, a importação de qualquer produto deste segmento que seja usado, é necessário a anuência do MDIC previamente ao embarque da mercadoria. De igual maneira, se a mercadoria a ser importada for máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, partes e peças de reposição e películas cinematográficas virgens destinadas à indústria cinematográfica e audiovisual e de radiodifusão (INCISO V ART.4 DEC.5171/04.), ficam reduzidas a zero as alíquotas de PIS e COFINS, e estarão sujeitas à anuência do MDIC. A importação de produtos de “Outros acumuladores elétricos, de chumbo, peso $\leq$ 1000kg” (SH 85072010) também está sujeita à anuência do MDIC (BRASIL, 2014d).

O segmento de “Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, outros” (Capítulo SH 28) é o 4º segmento destaque da pauta de importações de Santa Catarina originárias do Estados Unidos de 2012, representando 7,5% do total das importações originárias do Estados Unidos em USD\$ FOB (BRASIL, 2014h). A tabela a seguir apresenta os principais produtos por código SH8 das importações de Santa Catarina originárias dos Estados Unidos deste segmento, o comportamento da importação destes produtos em 2012, bem como as alíquotas de II, IPI, PIS e COFINS que incidem sobre a importação.

Dos principais produtos importados deste segmento, a maior parte da importações é de “Carbonato dissódico anidro” (SH 28362010) que representa 84,78% do total deste segmento em 2012. Outros produtos destaques deste segmento são “Outros fosfatos de cálcio” (SH 28352600) que representou 6,06% e “Hidróxido de sódio em sol. aquosa (lixiv.soda cáustica)” (SH 28151200) que representou 3,48%.

Tabela 25 – Produtos e alíquotas de importação de Santa Catarina dos Estados Unidos do Capítulo SH 28

Código SH8	Descrição do SH8	Importação SC de origem EUA			Alíquotas			
		2012 (US\$ FOB)	Var. % 2012/2011	Part. % 2012	II	IPI	PIS	COFINS
28362010	Carbonato dissódico anidro	54.123.723	62,37	84,78%	0%	0%	1,65%	7,60%
28352600	Outros fosfatos de cálcio	3.867.520	40,18	6,06%	10%	0%	1,65%	7,60%
28151200	Hidróxido de sódio em sol. aquosa (lixiv.soda cáustica)	2.220.547	0,00	3,48%	8%	0%	1,65%	7,60%
28054000	Mercúrio	824.687	0,00	1,29%	2%	0%	1,65%	7,60%
28255090	Outros óxidos e hidróxidos de cobre	453.478	0,00	0,71%	10%	0%	1,65%	7,60%
28152000	Hidróxido de potássio (potassa cáustica)	440.540	-10,08	0,69%	6%	0%	1,65%	7,60%
28364000	Carbonatos de potássio	272.016	575,90	0,43%	10%	0%	1,65%	7,60%
28331110	Sulfato dissódico anidro	265.413	-5,73	0,42%	10%	0%	1,65%	7,60%
28100010	Ácido ortobórico	231.313	38,62	0,36%	10%	0%	1,65%	7,60%
28444020	Cobalto 60	169.550	0,00	0,27%	2%	0%	1,65%	7,60%
	Outros	974.813	-63,98	1,53%				
	Total	63.843.600	60,50	100,00%				

Fonte: Brasil (2014d); Brasil (2014h).

Conforme evidenciado, os produtos que mais registraram aumento das importações em relação ao ano de 2011 foram os produtos “Carbonatos de potássio” 575,90% e “Carbonato dissódico anidro” 62,37%. As importações totais deste segmento sofreram um aumento de 60,5% em relação ao ano de 2011. Verifica-se também, que as alíquotas do Imposto de Importação destes principais produtos variam de 0% a 10% ad valorem, de acordo com os diferentes produtos.

Para compreender a localização dos importadores deste segmento, foram identificados os municípios importadores de “Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, outros” (Capítulo SH 28). Segundo informações obtidas, do total das importações de 2012 em USD\$ FOB, a maioria das importações (84,82%) correspondem de empresas localizadas em São Francisco do Sul. Vale destacar também o município de Itajaí, que representou 8,7% das importações totais de 2012. As demais 6,47% das importações são de empresas localizadas em outros municípios de Santa Catarina (BRASIL, 2014g). Com isso, observa-se a grande concentração das importações para empresas da região portuária de São Francisco do Sul e Itajaí.

Segundo dados da Receita Federal (BRASIL, 2014d), não há incidência de antidumping, de medidas compensatórias, ou de CIDE-Combustível, exceto o produto “Outros fosfatos de cálcio” (SH8 28352600), em que há incidência de antidumping. Mercadorias deste segmento que são usadas estão impedidas de ser importadas. Se as importações de produtos deste segmento forem destinados para uso na agropecuária é necessário anuência prévia do MAPA, e se destinadas para utilizar em formulação de produtos para preservação de madeira, sujeitos à anuência do IBAMA. A importação de “Mercúrio” também necessita anuência do IBAMA (BRASIL, 2014d).

A importação de “Cobalto 60” (SH 28444020) está sujeita à anuência da Comissão Nacional de Energia Nuclear e do Fundo Nacional de Saúde caso seja destinada para uso em diagnóstico ou terapia em medicina humano, uso médico-odonto-hospitalar. A importação de “Sulfato dissódico anidro” (SH 28331110) destinado para a síntese de entorpecentes psicotrópicos, é uma mercadoria sujeita à anuência do Ministério da Justiça. Outros produtos também sujeitos à anuência prévia do Ministério da Justiça incluem: Carbonatos de potássio, Hidróxido de potássio, Hidróxido de sódio em sol.aquosa e Carbonato dissódico anidro (BRASIL, 2014d).

O segmento de “Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia e outros” (Capítulo SH 90) é o 5º segmento destaque da pauta de importações de Santa Catarina originárias do Estados Unidos de 2012, representando 7,34% do total das importações originárias do Estados Unidos em USD\$ FOB (BRASIL, 2014h). A tabela a seguir apresenta os principais produtos por código SH8 das importações de Santa Catarina originárias dos Estados Unidos deste segmento, o comportamento da importação destes produtos em 2012, bem como as alíquotas de II, IPI, PIS e COFINS que incidem sobre a importação.

Tabela 26 – Produtos e alíquotas de importação de Santa Catarina dos Estados Unidos do Capítulo SH 90

Código SH8	Descrição do SH8	Importação SC de origem EUA			Alíquotas			
		2012 (US\$ FOB)	Var. % 2012/2011	Part. % 2012	II	IPi	PIS	COFINS
90221411	Aparelhos de raios x, de diagnóstico para mamografia	5.320.432	14,82	8,51%	14%	5%	1,65%	8,6%
90181410	"Scanner" de tomografia p/ emissão de positrons	4.374.609	71,35	7,00%	0%	2%	1,65%	8,6%
90278099	Outros instrs. e aparelhos para análise/ensaio/med	4.050.228	6,88	6,48%	14%	0%	1,65%	8,6%
90275020	Fotômetros	3.753.878	188,45	6,01%	14%	0%	1,65%	8,6%
90221200	Aparelhos de tomografia computadorizada	3.468.200	-43,46	5,55%	0%	5%	1,65%	8,6%
90181300	Aparelhos de diagnost. p/ visualiz.ressonancia magnet.	3.386.041	-85,95	5,42%	0%	2%	1,65%	8,6%
90189099	Outros instrs. e aparelhos p/medicina,cirurgia,etc	3.239.259	79,25	5,18%	16%	8%	1,65%	8,6%
90221413	Apars.computadoriz.de diag. p/densitom. ossea	2.916.449	-29,50	4,67%	0%	5%	1,65%	7,6%
90121010	Microscópios eletrônicos	2.708.808	0,00	4,33%	0%	0%	1,65%	7,6%
90279099	Partes e acess. p/outs instrum.e apars. p/ analise.	2.522.418	57,20	4,04%	14%	5%	1,65%	8,6%
	Outro	26.770.781	10,39	42,83%				
	Total	62.511.103	-15,88	100,00%				

Fonte: Brasil (2014d); Brasil (2014h).

Conforme dados obtidos, observa-se que as importações dos produtos deste segmento é equilibrada. Do total das importações de 2012, os principais produtos são: “Aparelhos de raios x, de diagnóstico para mamografia” (SH 90221411) com 8,51%, ““Scanner” de tomografia p/ emissão de positrons” (SH 90181410) com 7%, “Outros instrs. e aparelhos para análise/ensaio/med” (SH 90278099) com 6,48%, “Fotômetros” (SH 90275020) com 6,01%, “Aparelhos de tomografia computadorizada” (SH 90221200) com 5,55% e “Aparelhos de diagnost. p/ visualiz.ressonancia magnet.” (SH 90181300) com 5,42%. As importações que mais cresceram foram de produtos de “Fotômetros”, que registrou um aumento de 188,45%. No entanto, este segmento registrou uma redução de 15,88% das importações em relação ao ano de 2011. Observa-se também, que as alíquotas do Imposto de Importação destes principais produtos variam de 0% a 10% ad valorem, dependendo dos produtos.

Em se tratando da localização dos importadores catarinenses deste segmento, esta pesquisa identificou os municípios importadores de “Instrumentos e



aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia e outros” (Capítulo SH 90). Segundo informações obtidas, do total das importações de 2012 em USD\$ FOB, 25,08% das importações correspondem à empresas localizadas em Joinville, 23,25% de Itajaí, 16,48% de São José, 15,28% de Florianópolis e 10,43% de empresas localizadas em Palhoça. As demais 9,48% das importações são de empresas que estão localizadas em outros municípios de Santa Catarina (BRASIL, 2014g). De acordo com esta análise, observa-se a concentração das importações das empresas localizadas na região portuária de Itajaí, e das regiões Nordeste e Sudeste do Estado, na qual se concentram indústrias do segmento de tecnologia e informação, máquinas e equipamentos, material elétrico e autopeças.

Segundo dados da Receita Federal (BRASIL, 2014d), não há incidência de antidumping, de medidas compensatórias, ou de CIDE-Combustível. Em se tratando de tratamentos administrativos, produtos deste segmento que forem importados para uso médico-odonto-hospitalar, e para diagnóstico humano estão sujeitas à anuência prévia do Fundo Nacional de Saúde. As mercadorias deste segmento que também forem máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, partes e peças de reposição e películas cinematográficas virgens destinadas à indústria cinematográfica e audiovisual e de radiodifusão (INCISO V ART.4 DEC.5171/04.), ficam reduzidas a zero as alíquotas de PIS e COFINS, e estarão sujeitas à anuência do MDIC. A importação de “Outros instrs. e aparelhos para análise/ensaio/med” (SH 90278099) que se trata de “medidor de propriedade de solos e revestimentos de solo com radiação iônica”, estará sujeita à anuência da Comissão Nacional de Energia Nuclear (BRASIL, 2014d).

O segmento de “Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais” (Capítulo SH 27) ocupa o 6º lugar dos setores destaque da pauta de importações de Santa Catarina originárias dos Estados Unidos de 2012, representando 4,7% do total das importações originárias dos Estados Unidos em USD\$ FOB (BRASIL, 2014h). A Tabela 27 apresenta os principais produtos por código SH8 das importações de Santa Catarina originárias dos Estados Unidos deste segmento, o comportamento da importação destes produtos em 2012, bem como as alíquotas de II, IPI, PIS e COFINS que incidem sobre a importação.

Tabela 27 – Produtos e alíquotas de importação de Santa Catarina dos Estados Unidos do Capítulo SH 27

Código SH8	Descrição do SH8	Importação SC de origem EUA			Alíquotas			
		2012 (US\$ FOB)	Var. % 2012/2011	Part. % 2012	II	IPI	PIS	COFINS
27131100	Coque de petróleo não calcinado	25.185.845	-54,02	62,97%	0%	4%	1,65%	7,6%
27011200	Hulha betuminosa, não aglomerada	8.929.782	-21,46	22,33%	0%	NT	1,65%	7,6%
27101991	Óleos minerais brancos (de vaselina/parafina)	2.477.929	-14,89	6,20%	4%	0%	1,65%	7,6%
27101993	Óleos para isolamento elétrico	1.547.045	57,12	3,87%	0%	8%	1,65%	7,6%
27121000	Vaselina	1.475.562	-18,27	3,69%	4%	8%	1,65%	7,6%
27129000	Cera de petróleo microcristalina, ceras minerais, etc.	155.319	-3,49	0,39%	4%	0%	1,65%	7,6%
	Outros	225.198	22,51	0,56%				
	Total	39.996.680	-44,60	100,00%				

NT: Não Tributado

Fonte: Brasil (2014d); Brasil (2014h).

Analisando os principais produtos importados deste segmento em 2012, observa-se que grande parte das importações são de produtos de “Coque de petróleo não calcinado” (SH 27131100) que representou 62,97%, e “Hulha betuminosa, não aglomerada” (SH 27011200) que representou 22,33%. Os produtos que mais apresentaram aumento nas importações em 2012 foram “Óleos para isolamento elétrico” que registrou 57,12% de aumento em relação ao ano de 2011. Verifica-se também, que as alíquotas do Imposto de Importação destes principais produtos variam de 0% a 4% ad valorem, alíquotas relativamente baixas em relação à média das alíquotas aplicadas pelo Brasil.

Esta pesquisa também buscou identificar os municípios importadores de “Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais” (Capítulo SH 27). Segundo informações obtidas, do total das importações de 2012 em USD\$ FOB, mais da metade das importações (63,09%) correspondem a empresas localizadas em Itajaí, 22,33% de empresas localizadas em Criciúma e 9,09% de empresas de Florianópolis. As demais 5,49% das importações são de empresas estão localizadas em outros municípios de Santa Catarina (BRASIL, 2014g). Com isso, observa-se a grande concentração das importações para empresas da região portuária de Itajaí e uma expressiva concentração de empresas localizadas em Criciúma, região de concentração do segmento de carvão.

Segundo dados da Receita Federal (BRASIL, 2014d), não há incidência de antidumping, de medidas compensatórias, ou de CIDE-Combustível para a importação destes produtos. Em relação a tratamentos administrativos, mercadorias deste segmento que são usadas estão impedidas de ser importadas. A importação de óleos, como “Óleos minerais brancos (de vaselina/parafina)” (SH 27101991) e “Óleos para isolamento elétrico” (SH 27101993), estão sujeitas à anuência prévia do MDIC e Ministério de Minas e Energia (BRASIL, 2014d).

O segmento de “Produtos químicos orgânicos” (Capítulo SH 29) ocupa o 7º lugar dos segmento destaque da pauta de importações de Santa Catarina, originárias do Estados Unidos de 2012, representando 4,64% do total das importações originárias do Estados Unidos em USD\$ FOB (BRASIL, 2014h). A tabela a seguir apresenta os principais produtos por código SH8 das importações de Santa Catarina originárias dos Estados Unidos deste segmento, o comportamento da importação destes produtos em 2012, bem como as alíquotas de II, IPI, PIS e COFINS que incidem sobre a importação.

Tabela 28 – Produtos e alíquotas de importação de Santa Catarina dos Estados Unidos do Capítulo SH 29

Código SH8	Descrição do SH8	Importação SC de origem EUA			Alíquotas			
		2012 (US\$ FOB)	Var. % 2012/2011	Part. % 2012	II	IPI	PIS	COFINS
29309034	Ácido 2-hidroxi-4-(metiltio)butanoico / sal calcico	6.144.995	1.426,2	15,56%	2%	0%	1,65%	7,6%
29053990	Outros alcoóis diois, não saturados	4.950.398	-4,9	12,53%	2%	0%	1,65%	7,6%
29304090	Outras metioninas	2.520.838	-82,2	6,38%	2%	0%	1,65%	7,6%
29221100	Monoetanolamina e seus sais	2.347.904	49,7	5,94%	14%	0%	1,65%	7,6%
29072100	Resorcinol e seus sais	2.324.416	49,5	5,89%	2%	0%	1,65%	7,6%
29173950	Anidrido trimelítico (ac.1, 3dioxo-5isobenzofuranocarb.	1.384.295	-6,7	3,50%	2%	0%	1,65%	7,6%
29124100	Vanilina (aldeído metilprotocatequico)	1.146.474	520,0	2,90%	2%	0%	1,65%	7,6%
29242190	Outras ureinas, seus deriv. e sais	1.128.684	513,5	2,86%	2%	0%	1,65%	7,6%
29122920	Aldeído alfa-hexilcinâmico	1.124.109	186,2	2,85%	2%	0%	1,65%	7,6%
29231000	Colina e seus sais	1.112.014	-61,9	2,82%	2%	0%	1,65%	7,6%
	Outros	15.312.390	15,3	38,77%				
	Total	39.496.517	-4,4	100,00%				

Fonte: Brasil (2014d); Brasil (2014h).

Conforme evidenciado na tabela anterior, dos produtos mais importados deste segmento se destacam os produtos “Ácido 2-hidroxi-4-(metiltio)butanoico / sal calcico” (SH 29309034) e “Outros alcoóis diois, não saturados” (SH 29053990), que

representaram 15,56% e 12,53%, respectivamente, do total deste segmento em 2012. Os produtos que mais registraram aumento foram: “Ácido 2-hidroxi-4-(metiltio) butanoico/sal calcico” (1.426,2%), “Vanilina (aldeído metilprotocatequico)” (520%), “Outras ureinas, seus derivados e sais” (513,5%) e “Aldeído alfa-hexilcinâmico” (186,2%). Verifica-se também, que as alíquotas do Imposto de Importação destes principais produtos variam de 2% a 14% ad valorem.

A fim de compreender a localização dos importadores deste segmento, esta pesquisa identificou os municípios importadores de “Produtos químicos orgânicos” (Capítulo SH 29). Segundo informações obtidas, do total das importações de 2012 em USD\$ FOB, a maioria das importações (73,71%) correspondem a empresas localizadas em Itajaí. Vale destacar também o município de Florianópolis, que representou 11,09% das importações totais de 2012. As demais 15,19% das importações são de empresas estão localizadas em outros municípios de Santa Catarina (BRASIL, 2014g). De acordo com esta análise, é possível identificar que a maior concentração das importações das empresas estão localizadas na região portuária de Itajaí.

Em se tratando de tratamentos administrativos, não há incidência de antidumping, de medidas compensatórias, ou de CIDE-Combustível para a importação destes produtos (BRASIL, 2014d). A importação de mercadorias usadas deste segmento também estão impedidas de ser importadas e todas as importações de produtos deste segmento que forem destinados para uso na agropecuária necessita de anuência prévia do MAPA. A importação de “Monoetanolamina e seus sais” (SH 29221100) necessita anuência prévia do MDIC e também do MAPA, e a importação de “Colina e seus sais” (SH 29231000) precisa de anuência do Fundo Nacional de Saúde (BRASIL, 2014d).

O segmento de “Produtos farmacêuticos” (Capítulo SH 30) ocupa o 8º lugar dos segmentos destaque da pauta de importações de Santa Catarina originárias do Estados Unidos de 2012, representando 4,2% do total das importações em USD\$ FOB (BRASIL, 2014h). A tabela a seguir apresenta os principais produtos por código SH8 das importações de Santa Catarina originárias dos Estados Unidos deste segmento, o comportamento da importação destes produtos em 2012, bem como as alíquotas de II, IPI, PIS e COFINS que incidem sobre a importação.

Tabela 29 – Produtos e alíquotas de importação de Santa Catarina dos Estados Unidos do Capítulo SH 30

Código SH8	Descrição do SH8	Importação SC de origem EUA			Alíquotas			
		2012 (US\$ FOB)	Var. % 2012/2011	Part. % 2012	II	IPI	PIS	COFINS
30021029	Outs.frações do sangue, prod.imunol.modif.exc.medicamen	32.784.950	21,99	91,59%	2%	0%	2,1%	9,9%
30049099	Outros medicam.cont.prods.p/fins terapêuticos, etc.dose	1.162.191	198,82	3,25%	14%	0%	2,1%	9,9%
30049019	Medicamento contendo outras enzimas, em doses	886.960	-26,60	2,48%	8%	0%	2,1%	9,9%
30029099	Outras toxinas, culturas de microorganismos, prods.seme	449.943	481,98	1,26%	8%	0%	2,1%	9,9%
30029010	Reagentes de origem microbiana p/ diagnóstico	142.149	66,39	0,40%	10%	0%	1,65%	8,6%
30064012	Outros produtos para obturação dentária	129.786	-54,52	0,36%	2%	0%	1,65%	8,6%
	Outros	238.294	-48,29	0,67%				
	Total	35.794.273	21,83	100,00%				

Fonte: Brasil (2014d); Brasil (2014h).

Analisando os principais produtos deste segmento, observa-se que quase todas as importações (91,59%) é de “Outs.frações do sangue, prod.imunol.modif.exc.medicamen” (SH 30021029). Os produtos que mais registraram aumento foram: “Outras toxinas, culturas de microorganismos, prods.seme” (481,98%) e “Outros medicam.cont.prods.p/fins terapêuticos, etc. dose” (198,82%). As importações totais deste segmento sofreram um aumento de 21,83% em relação ao ano de 2011. Observa-se também, que as alíquotas do Imposto de Importação destes principais produtos variam de 2% a 14% ad valorem.

Em relação à localização dos importadores catarinenses deste segmento, esta pesquisa identificou os municípios importadores de “Produtos farmacêuticos” (Capítulo SH 30). Segundo informações obtidas, do total das importações de 2012 em USD\$ FOB, a maioria das importações (71,40%) correspondem a empresas localizadas em Joinville. Vale destacar também o município de Itajaí e Palhoça, que representaram, respectivamente, 16,27% e 8,78% das importações totais de 2012. As demais 3,56% das importações corresponde a: 2,82% de empresas localizadas em Florianópolis e 0,74% de Chapecó (BRASIL, 2014g). Com isso, observa-se a grande concentração das importações para empresas da região Nordeste do Estado no qual se concentram as

principais indústrias do segmento de têxtil-vestuário, produtos de metal, material elétrico e produtos de plásticos.

Segundo dados da pesquisa, não há incidência de antidumping, de medidas compensatórias, ou de CIDE-Combustível na importação destes produtos. Mercadorias deste segmento que são usadas também estão impedidas de ser importadas. Todas as importações de produtos deste segmento estão sujeita à anuência prévia do Fundo Nacional de Saúde e os produtos que forem destinados para uso na agropecuária necessita de anuência prévia do MAPA (BRASIL, 2014d).

O segmento de “Cobre e suas obras” (Capítulo SH 74) ocupa o 1º lugar dos segmentos destaque da pauta de importações gerais de Santa Catarina de 2012, representando 10,53% do total das importações em valor USD\$ FOB (BRASIL, 2014h). Apesar de seu destaque nas importações gerais catarinenses, as importações de origem norte-americana somaram pouco mais que USD\$ 1 milhão em 2012, representando apenas 0,12% do total das importações de produtos norte-americanos para Santa Catarina, e apenas 0,07% do total das importações catarinenses em 2012 deste segmento. Ademais, este segmento apresentou uma queda de 32,35% de 2007 a 2012 (BRASIL, 2014h).

As importações do segmento de cobre de origem norte-americana é de baixa representatividade. Este fato chama a atenção por ser o segmento destaque da pauta de importações gerais de Santa Catarina de 2012. A fim de compreender os principais fornecedores para a demanda catarinense, identificou-se que o Chile é o principal parceiro das importações de Santa Catarina deste segmento, representando 75,33% em USD\$ FOB do total em 2012 (BRASIL, 2014h). Em segundo lugar vem o Peru, que representou 22,71% em USD\$ FOB do total das importações catarinenses em 2012.

Neste contexto, faz-se necessária uma análise do segmento de cobre dos Estados Unidos a fim de identificar as vantagens de importar deste mercado, e se o mesmo é competitivo frente aos demais países que Santa Catarina compra. Sendo assim, é interessante também identificar se os Estados Unidos possui capacidade de atender a demanda catarinense, e se existe possibilidade de expandir as negociações entre eles.

Tabela 30 – Produtos e alíquotas de importação de Santa Catarina dos Estados Unidos do Capítulo SH 74

Código SH8	Descrição do SH8	Importação SC de origem EUA			Alíquotas			
		2012 (US\$ FOB)	Var. % 2012/2011	Part. % 2012	II	IPI	PIS	COFINS
74031100	Catodos de cobre refinado/ seus elem.em forma bruta	299.690	-54,23	29,96%	6%	0%	1,65%	7,6%
74199990	Aparelhosp/cozinhar/ aquecer,de cobre, n/eletr.	225.386	-24,49	22,53%	16%	5%	1,65%	8,6%
74099000	Chapas e tiras, outras ligas cobre,esp>0.15mm	120.736	88,08	12,07%	12%	5%	1,65%	7,6%
74111010	Tubos de cobre refinado, n/aletados n/ ranhurados	107.195	37,04	10,72%	14%	5%	1,65%	8,6%
74121000	Acessórios para tubos de cobre refinado	71.535	116,90	7,15%	14%	5%	1,65%	8,6%
74091100	Chapas e tiras cobre em rolo, refin. esp>0.15mm	56.915	0,00	5,69%	12%	5%	1,65%	7,6%
74122000	Acessórios para tubos de ligas de cobre	37.833	46,77	3,78%	14%	5%	1,65%	8,6%
74082990	Outros fios de ligas de cobre	28.388	-26,12	2,84%	12%	5%	1,65%	7,6%
74112210	Tubos ligas cobre-niquel, n/aletados n/ranhurad	22.483	0,00	2,25%	14%	5%	1,65%	7,6%
	Outros	30.225	7,64	3,02%				
	Total	1.000.386	-18,06	100,00%				

Fonte: Brasil (2014d); Brasil (2014h).

Conforme evidenciado na Tabela 30, mais que a metade das importações são de produtos “Catodos de cobre refinado/ seus elem.em forma bruta” (SH 74031100) e “Aparelhosp/cozinhar/ aquecer,de cobre, n/eletr.” (SH 74199990), que representaram, respectivamente 29,96% e 22,53% do total das importações de 2012. O produto que mais apresentou crescimento foi “Acessórios para tubos de cobre refinado” (SH 74121000), que registrou 116,90% de aumento. Verifica-se que as alíquotas do Imposto de Importação destes principais produtos variam de 6% a 16% ad valorem.

Em relação à localização dos importadores do segmento de “Cobre e suas obras” (Capítulo SH 74), do total das importações de 2012 em USD\$ FOB, quase metade das importações (43,39%) correspondem a empresas localizadas em Navegantes, enquanto 39,11% corresponde a importação de empresas de Itajaí. Vale destacar também os municípios de Jaraguá do Sul e Joinville, que representaram das importações totais de 2012, 8,27% e 7,42% respectivamente. As demais 1,81% das importações são de empresas localizadas em outros municípios de Santa Catarina (BRASIL, 2014g). De acordo com esta análise, é possível verificar que a maioria das importações de Santa Catarina estão concentradas para empresas importadoras das regiões portuárias de Navegantes e Itajaí.

Em relação a tratamentos administrativos, não há incidência de antidumping, de medidas compensatórias, ou de CIDE-Combustível para a importação destes produtos. A importação dos principais produtos deste segmento também não possui necessidade de tratamentos administrativos, exceto no caso de importações de material que já foi usado. Para a anuência do DECEX, o importador deve registrar a Licença de Importação (LI) do produto usado previamente o embarque da mercadoria, no qual será liberada ou não, dependendo da situação conforme a legislação (BRASIL, 2014d).

O segmento de “Ferro fundido, ferro e aço” (Capítulo SH 72) ocupa o 5º lugar dos segmentos destaque da pauta de importações gerais de Santa Catarina de 2012, representando 6,44% do total das importações em USD\$ FOB (BRASIL, 2014h). Apesar de ser destaque na pauta de importações gerais catarinenses, as importações de origem norte-americana somaram aproximadamente USD\$ 3,3 milhões em 2012, representando apenas 0,39% do total das importação de produtos norte-americanos para Santa Catarina. Ademais, este segmento apresentou um queda de 72,53% de 2007 a 2012 (BRASIL, 2014h). Neste contexto, faz-se necessário analisar o segmento de “Ferro fundido, ferro e aço” dos Estados Unidos a fim de identificar sua competitividade e se possui capacidade de atender a demanda catarinense.

Tabela 31 – Produtos e alíquotas de importação de Santa Catarina dos Estados Unidos do Capítulo SH 72

Código SH8	Descrição do SH8	Importação SC de origem EUA			Alíquotas			
		2012 (US\$ FOB)	Var. % 2012/2011	Part. % 2012	II	IPI	PIS	COFINS
72251900	Outros lamin.de ligas de aços ao silício, l>=600mm	827.614	-68,33	25,12%	14%	5%	1,65%	7,6%
72251100	Lamin.ligas de aços ao silício, l>=600mm, graos orien	706.965	-9,50	21,46%	14%	5%	1,65%	7,6%
72191200	Lamin.aços inox.quente, l>=600mm, rolos, 4.75mm<=e<=	702.161	0,00	21,31%	14%	5%	1,65%	7,6%
72192100	Lamin.aços inox.quente, l>=600mm, n/enrol.e>10mm	349.429	729,60	10,60%	14%	5%	1,65%	7,6%
72222000	Barras de aços inox.obtidas/completam.acabadas a frio	183.629	724,63	5,57%	14%	5%	1,65%	7,6%
72221100	Barras de aços inox.lamin. etc.quente, sec.circular	146.631	68,69	4,45%	14%	5%	1,65%	7,6%
72191100	Lamin.aços inox.quente, l>=600mm, rolos, e>10mm	98.228	0,00	2,98%	14%	5%	1,65%	7,6%
72109000	Outs.lamin.ferro/aço, l>=6dm, folheados/chapeados/rev	80.874	64,68	2,45%	12%	5%	1,65%	7,6%
	Outros	199.503	-96,54	6,05%				
	Total	3.295.034	-64,77	100,00%				

Fonte: Brasil (2014d); Brasil (2014h).



Conforme evidenciado na Tabela 31, do total das importações deste segmento em 2012, 25,12% são de produtos “Outros lamin.de ligas de aços ao silício, l>=600mm” (SH 72251900), 21,46% são de “Lamin.ligas de aços ao silício, l>=600mm, graos orien” (SH 72251100), e 21,31% de “Lamin.aços inox.quente, l>=600mm, rolos, 4.75mm<=e<=” (SH 72191200). Observa-se também que a importação de alguns produtos aumentaram em relação ao ano de 2011: “Barras de aços inox.obtidas/completam.acabadas a frio” (724,63%) e “Lamin.aços inox.quente, l>=600mm, n/enrol.e>10mm” (729,60%). Observa-se também, que as alíquotas do Imposto de Importação destes principais produtos variam de 12% a 14% *ad valorem*.

Em se tratando da localização dos importadores do segmento de “Ferro fundido, ferro e aço” (Capítulo SH 72), do total das importações de 2012 em USD\$ FOB, mais da metade das importações (54,39%) corresponde a empresas localizadas em Itajaí, 26,18% em Blumenau e 7,95% em empresas localizadas em Pomerode. As demais 11,47% das importações são de empresas estão localizadas em outros municípios de Santa Catarina (BRASIL, 2014g).

Segundo dados da Receita Federal (BRASIL, 2014d), não há incidência de antidumping, de medidas compensatórias, ou de CIDE-Combustível, exceto na importação do produto “Outros lamin.de ligas de aços ao silício, l>=600mm” (SH8 72251900), em que há incidência de antidumping. Em relação a tratamentos administrativos, a importação de mercadoria usada deste segmento estará sujeita à anuência do MDIC (BRASIL, 2014d).

O segmento de “Borracha e suas obras” (Capítulo SH 40) ocupa o 6º lugar dos segmentos destaque da pauta de importações gerais de Santa Catarina de 2012, representando 5,04% do total das importações em USD\$ FOB (BRASIL, 2014h). No entanto, este segmento se encontra em 11º lugar das importações de origem norte-americana para Santa Catarina e somou um total de USD\$ 17,3 milhões em 2012, 2% do total. As importações deste segmento têm apresentado 60,49% de aumento de 2007 para 2012, crescendo gradativamente ao longo dos anos (BRASIL, 2014h).

Neste contexto, é válido ressaltar a importância de analisar o segmento de borracha dos Estados Unidos para identificar as vantagens de importar deste mercado, se é competitivo frente aos demais países que Santa Catarina compra, e se possui

capacidade de atender à demanda catarinense para expandir as negociações entre eles.

Tabela 32 – Produtos e alíquotas de importação de Santa Catarina dos Estados Unidos do Capítulo SH 40

Código SH8	Descrição do SH8	Importação SC de origem EUA			Alíquotas			
		2012 (US\$ FOB)	Var. % 2012/2011	Part. % 2012	II	IPI	PIS	COFINS
40023900	Borracha de isobuteno-isopreno halogenada, em chapas, etc.	7.468.627	1,56	43,01%	2%	5%	1,65%	7,6%
40151900	Outras luvas de borracha vulcanizada, não endurecida	2.268.078	259,57	13,06%	35%	15%	1,65%	8,6%
40169990	Outras obras de borracha vulcanizada, não endurecida	1.281.494	259,93	7,38%	16%	18%	1,65%	11,8%
40021919	Borracha de estireno-butadieno, em outs.formas primária	1.164.255	25,32	6,71%	12%	5%	1,65%	7,6%
40051010	Borracha etileno-propileno-dieno, etc.c/silica, grânulo	909.082	-60,29	5,24%	2%	5%	1,65%	7,6%
40159000	Outs.vestuários e acessórios, de borracha vulcan.n/endu	855.483	300,62	4,93%	16%	15%	1,65%	8,6%
40082100	Chapas, folhas, etc.de borracha vulcan.n/alveol.n/endur	418.665	-26,19	2,41%	14%	10%	1,65%	7,6%
40059990	Outs.borrachas misturadas, n/vulcan.em formas primárias	403.895	-84,13	2,33%	14%	5%	1,65%	7,6%
40027000	Borracha de etileno-propileno-dieno n/conjug.em chapas,	370.462	-35,15	2,13%	12%	5%	1,65%	7,6%
40069000	Outras formas e artigos, de borracha nao vulcanizada	344.210	941,51	1,98%	14%	5%	1,65%	7,6%
	Outros	1.879.687	4,49	10,83%				
	Total	17.363.938	0,44	100,00%				

Fonte: Brasil (2014d); Brasil (2014h).

Conforme dados da Tabela 32, observa-se que quase metade das importações totais (43,01%) são de “Borracha de isobuteno-isopreno halogenada, em chapas, etc.” (SH 40023900) e 13,06% são de “Outras luvas de borracha vulcanizada, não endurecida” (SH 40151900). Observa-se também que alguns produtos deste segmento registraram crescimento das importações: “Outras formas e artigos, de borracha nao vulcanizada” (941,51%) e “Outs.vestuários e acessórios, de borracha vulcan.n/endu” (300,62%). Considera-se ainda, que as alíquotas do Imposto de Importação destes principais produtos podem variar de 2% a 35% *ad valorem*.

Em se tratando dos municípios importadores de “Borracha e suas obras” (Capítulo SH 40), do total das importações de 2012 em USD\$ FOB, quase metade das

importações (45,66%) correspondem a empresas localizadas em Florianópolis, 25,97% de Navegantes e 20,60% de empresas localizadas em Itajaí. As demais 7,78% das importações são de empresas que estão localizadas em outros municípios de Santa Catarina (BRASIL, 2014g). Com isso, evidencia-se a grande concentração de empresas localizadas na região Sudeste do Estado, região de concentração do segmento de tecnologia e informação. Vale destacar as importações de empresas das regiões portuárias de Navegantes e Itajaí.

Em relação a tratamentos administrativos, não há incidência de antidumping, de medidas compensatórias, ou de CIDE-Combustível para a importação de produtos de “Borracha e suas obras”. Se os produtos deste segmento forem importados para destino médico-odonto-hospitalar, como vestuários e luvas, a mercadoria estará sujeita a anuência do Fundo Nacional de Saúde. Estão sujeitas a anuência prévia do MDIC, os produtos: “Borracha de estireno-butadieno, em outs.formas primária” (SH 40021919) e “Chapas, folhas, etc.de borracha vulcan.n/alveol.n/endur” (SH 40082100) (BRASIL, 2014d).

Em síntese, nota-se que, em geral, a pauta de importação de Santa Catarina de origem dos Estados Unidos possui uma diversidade de produtos. Foi possível identificar que o Brasil aplica várias medidas estabelecidas de acordo com sua política comercial, com o objetivo não só de proteger sua economia, mas também de proteger a saúde, meio ambiente, segurança e moral pública do país.

Em relação aos setores destaques, foi possível identificar que as alíquotas dos impostos de importação são mais altas em relação às alíquotas aplicadas pelos Estados Unidos. Além disso, o tratamento tributário de importações do Brasil inclui outras alíquotas, como o IPI, PIS, COFINS, ICMS, AFRMM, CIDE-Combustível e Taxa SISCOMEX.

Entre os principais segmentos analisados, os segmentos que mais apresentaram aumento das importação de Santa Catarina foram: “Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação” (22,51%), “Produtos químicos orgânicos” (15,3%) e “Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia e outros” (10,39%).

Observou-se também que, em relação ao destino final dos produtos importados por Santa Catarina em 2012, 56% das empresas pesquisadas importam mercadorias para o consumo próprio e 25,4% das empresas importam produtos destinados ao consumo de terceiros. Das importações destinados ao consumo de terceiros, 76,9% das empresas informaram que a maioria dos consumidores finais está localizada em outros Estados brasileiros. Com isso, evidenciou-se que grande partes das importações são de empresas localizadas em Itajaí, São Francisco do Sul, Florianópolis, Navegantes, Joinville e São José.

#### 4.4 POSICIONAMENTO DE SANTA CATARINA

Economistas como Adam Smith (1985) e David Ricardo (1982) desenvolveram teorias da economia clássica do comércio internacional, como a teoria das vantagens absolutas e das vantagens comparativas. Entretanto, tais teorias eram endógenas, ou seja, desenvolvidas conforme o modelo econômico interno e não considerando circunstâncias externas.

As novas teorias das vantagens competitivas desenvolvida por Michael Porter (1989) e as novas teorias do crescimento, originalmente desenvolvidas por Romer (1986) e Lucas (1988), são determinadas pela acumulação de capital humano, a inovação e diversificação tecnológicas para promover a produtividade e manter a vantagem competitiva da nação. Adicionalmente, as teorias que tratam das assimetrias dos mercados na era da economia da informação foram desenvolvidas por George A. Akerlof (AKERLOF, 1970), Michael Spence (SPENCE, 1973) e Joseph Stiglitz (GRIFFITH-JONES; OCAMPO; STIGLITZ, 2010).

Em síntese, as novas teorias foram desenvolvidas devido à necessidade de novas sustentações teóricas com o aumento da competitividade, que surgiu decorrente das economias de escalas e da concorrência imperfeita no comércio mundial.

A inserção internacional e a política externa brasileira deve partir de objetivos para superar os desafios da sua realidade geopolíticas, geoeconômica e geoestratégica na região em que se encontra (ABREU; ABREU, 2009). Com a globalização e a

integração comercial internacional é comum que as nações se deparem com desafios que surgem.

A integração econômica de Santa Catarina com o comércio internacional se intensificou com a abertura comercial brasileira, colocando a necessidade do Estado impor políticas de comércio exterior. Conforme Labatut (1994), as operações de políticas de comércio exterior de competência do governo denomina-se **macropolítica de comércio exterior**, ou seja, o poder do país de por ordem e regras em sua nação em relação ao comércio internacional.

“A aproximação do governo ao povo impõem a descentralização” (ABREU; ABREU, 2009, p. 2.11). Com a falta de capacidade sistemática dos governos centrais de prestar serviços essenciais, os governos locais (e regionais) buscam suprir as necessidades por meio da prática maior do princípio federativo da subsidiariedade (ABREU; ABREU, 2009). O princípio da subsidiariedade determina que “a provisão de bens e serviços públicos devem ficar a cargo do nível mais baixo de governo capaz de absorver inteiramente os custos e benefícios” (ABREU; ABREU, 2009, p. 211). Ou seja, os municípios podem e devem melhor utilizar seus recursos para suprir as necessidades do povo, como o desenvolvimento e a expansão urbana através da lei do Plano Diretor (ABREU; ABREU, 2009).

O Plano Catarinense de Desenvolvimento SC 2015, um plano que busca introduzir na administração de Santa Catarina o processo de planejamento a longo prazo, possui como finalidade promover o desenvolvimento sustentável e o equilibrado do Estado, por meio de estratégias e diretrizes. O Plano possui como objetivos principais no que se refere à economia, ao meio ambiente e à tecnologia: ações estratégicas para garantir o desenvolvimento sustentável e a competitividade sistêmica do Estado, além do apoio à ciência e à inovação tecnológica (ABREU; ABREU, 2009).

Em suma, é importante conhecer os objetivos e o poder do País, dos Estados e dos Municípios, além de estratégias políticas de interesse que não só contribuem para o desenvolvimento da economia, mas que também servem de suporte para enfrentar as potencialidades e o desafio das vulnerabilidade externa (ABREU; ABREU, 2009).

Segundo Abreu e Abreu (2009), há quatro estratégias a implantar para alcançar a ascensão da economia catarinense.

Quadro 22 – Estratégias de consecução de Santa Catarina

Estratégias	Principais objetivos
Conversão do espaço de Santa Catarina no território das exportações industriais brasileiras mediante uma aliança entre Estado e Iniciativa privada	- Dar impulso dinâmico ao desempenho do setor privado estadual; - Disponibilizar logística eficiente.
Adoção e implementação de políticas públicas para potencializar a vocação do Estado para a inovação tecnológica	- Dar apoio institucional e geração de demanda por parte do governo; -Fortalecer os centros de excelência de formação em mão-de-obra; -Disponibilizar sistema eficiente de financiamento e capacitação das iniciativas tecnológicas locais.
Logística de transporte estadual	- Eixos básicos de escoamento, com base nos terminais portuários catarinenses: São Francisco do Sul, Itajaí/Navegantes e Imbituba.
Demanda energética do Estado	-Proposta de implantar a Energia Catarinense S.A., pela qual se garantirá o recobrimento das demandas energéticas catarinenses para até 2020 e além.

Fonte: Abreu e Abreu (2009, p. 2.44-2.45).

Conforme as ideias de Abreu e Abreu (2009), observa-se a necessidade do Estado de implementar políticas para promover a inovação tecnológica, de promover o Estado como território das exportações industriais do país, de melhorar a logística de transporte para o escoamento nos terminais portuários e de implantar a Energia Catarinense S.A. para gestão da demanda energética do Estado. Estas estratégias podem promover o desenvolvimento e o fortalecimento da economia estadual catarinense. Em síntese, o principal objetivo é: crescer e consolidar o seu posicionamento frente ao comércio internacional, e por meio de diversos fatores, manter-se competitivo e em equilíbrio com as oportunidades e ameaças do mercado externo.

Abreu e Abreu (2009, p. 3.9) corroboram quando afirmam que:

“Em síntese se pode dizer que crescimento acontece maiormente a partir da disponibilização à estratégia local e à vontade de crescer de fatores que incluem capital humano, infra-estrutura, capital natural, capital empresarial, capital de conhecimento, capital público institucional, sistemas creditícios e de arranjos produtivos, e internacionalização”.

O arranjo de todos estes fatores determina o posicionamento e o crescimento do mercado. Para Abreu e Abreu (2009), o Brasil manteve-se sempre longe do mundo político e do mundo econômico, e para isso o Brasil precisa, através de decisão política, transformar ideias em projetos e em ações.

Santa Catarina possui um plano de marketing, visando demonstrar oportunidades catarinenses ao mundo. Conforme Abreu e Abreu (2009, p. 4.73), o objeto do plano de marketing inclui:

- a) Atrair investidores;
- b) Atrair empresas;
- c) Manter e expandir negócios existentes;
- d) Atrair turistas e visitantes empresariais;
- e) Incentivar as pequenas e médias empresas e promover a abertura de novos negócios;
- f) Expandir o comércio internacional e os investimentos externos;
- g) Demonstrar as excelências para a fruição de aposentadorias.

Os objetivos do plano de marketing consideram os projetos estruturantes estatal e demais fatores determinantes da macropolítica do Estado. Dentre os objetivos, expandir o comércio internacional e os investimentos externos se destacam em relação às políticas comerciais catarinenses.

Até a metade do século XX a economia de Santa Catarina era fragmentada, cada região com sua especialidade. “Essa situação reverteu-se somente nas décadas seguintes com a diversificação e a integração comercial e produtiva da economia catarinense comandada pelas grandes indústrias e pelo Estado” (GOULARTI FILHO, 2013, p. 282). A partir da integração e dinamismo de Santa Catarina no mercado nacional, surgiu a construção de ferrovias, que interligou as regiões Sul e Sudeste com os portos catarinenses. A necessidade de construir uma infraestrutura de energia elétrica, de estradas, de portos e aeroportos eficientes e de preços competitivos, vem em concordância com Labatut (1994), em que a infraestrutura é das principais condições que o Estado deve propiciar aos exportadores no âmbito da macropolítica de comércio exterior.

Nos dias atuais, Santa Catarina está bem estruturado, com uma forte estrutura portuária, contando com cinco portos marítimos ativos: Porto de São Francisco do Sul, Porto de Itajaí, Porto de Imbituba, Porto de Navegantes e Porto de Itapoá. O porto de Laguna tem atuação voltada à pesca. Segundo dados da FIESC (2013b), o modal de transporte mais utilizado nas exportações e importações de Santa Catarina em 2011 e 2012 é o marítimo. Em segundo lugar vem o modal rodoviário, e em terceiro o modal aéreo.

Em 1975, a criação da Portobrás como empresa holding fomentou o sistema portuário brasileiro por meio de investimentos, principalmente os portos que faziam parte dos corredores de exportações de produtos minerais e agropecuários, no Sul do Brasil, Rio Grande e Paranaguá (GOULARTI FILHO, 2013). Com a expansão do transporte da carga containerizada na mesma época, surgiu a necessidade de reestruturar os portos brasileiros para se adaptarem ao novo sistema (PEIXOTO, 1997 *apud* GOULARTI FILHO, 2013).

O porto de São Francisco do Sul, administrado pelo governo do Estado, foi inaugurado oficialmente em 1955 e surgiu do crescimento das exportações de madeiras de Santa Catarina, a expansão do complexo ervateiro e com a fundação de Joinville (GOULARTI FILHO, 2013). Apesar de momentos de crise como a queda das exportações de erva-mate e da madeira, a construção do terminal graneleiro e a movimentação da produção catarinense de manufaturados da região de Joinville, Jaraguá do Sul, Lages, Mafra, Blumenau e São Bento do Sul levou ao crescimento do porto. Atualmente, “é um porto integrado com a cidade e com a mesorregião do norte catarinense e movimenta carga de toda a região Sul do Brasil” (GOULARTI FILHO, 2013, p. 55).

O porto de Itajaí, administrado pela prefeitura municipal, foi declarado porto organizado em 1966. “[...] a integração e a consolidação da industrial catarinense a partir dos anos de 1960 [...] e a queda nas exportações da madeira nos anos de 1970, o porto de Itajaí se especializou em carga geral e frigorífica” (GOULARTI FILHO, 2013, p. 77). É válido ressaltar que a ampliação do comércio externo brasileiro e a administração pública municipal vêm contribuindo para o crescimento acelerado do



porto nos últimos dez anos que, atualmente, é o maior de Santa Catarina (GOULARTI FILHO, 2013).

O porto de Imbituba, administrado pela Companhia Docas de Imbituba em um regime privado, surgiu como parte da construção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina relacionada à descoberta do carvão mineral no Sul do Estado (GOULARTI FILHO, 2013). O porto entrou em crise em 1990 e transformou-se em um porto de carga geral containerizadas. No entanto, o porto “novamente entrou em crise e atualmente busca uma nova especialização para integrar-se à economia catarinense” (GOULARTI FILHO, 2013, p. 97).

O porto de Navegantes, localizado no município de Navegantes, entrou em operação em 2007, e fica de frente para o Porto de Itajaí. Com três berços de atracação, o porto da Navegantes é um empreendimento privado que movimenta cargas containerizadas de diversos tipos de produtos.

O porto de Itapoá, inaugurado em 2011, está estrategicamente posicionado no litoral norte catarinense entre as regiões mais produtivas do Brasil. De administração privada, este novo porto é capaz de movimentar 500 mil contêineres por ano (ITAPOÁ, 2014).

Em relação às ferrovias catarinenses, o Estado não possuía um sistema ferroviário que interligasse o mercado regional, pois a economia catarinense foi se formado a partir da integração com o mercado nacional (GOULARTI FILHO, 2013). “As ferrovias atuavam de forma isoladas, seja no Sul, transportando carvão, no Vale do Itajaí, atendendo às colônias ou no Meio-oeste e Norte, transportando madeira e erva-mate” (GOULARTI FILHO, 2013, p. 169). Sendo assim, observa-se que as ferrovias não contribuíram para a integração da região, ou seja, não colaboraram para do aumento da circulação e consequentemente da produção oriunda da atividade econômica catarinense.

Conforme Goularti Filho (2013, p. 246) “entre 1940 e 1980, predominou no Brasil outra política para os transportes, a rodoviária”. Rodovias foram construídas, cortando o país, e a pavimentação da BR-470 que liga Curitiba a Itajaí substituiu a ferrovia Estrada Ferro Santa Catarina (EFSC). A modernização das estruturas

rodoviárias tornou as ferrovias obsoletas: o caminhão substituiu o trem (GOULARTI FILHO, 2013).

Com a predominância das exportações e importações de Santa Catarina que utilizam o modal marítimo, é válido ressaltar que Santa Catarina está bem posicionada em relação à logística de transporte. A vantagem de possuir cinco portos ativos, permite que o Estado se destaque frente às demais Unidades Federativas por possuir capacidade de atender à atual demanda, podendo beneficiar o crescimento do comércio internacional de Santa Catarina.

Em relação ao posicionamento das empresas privadas, Labatut (1994) denomina a política de comércio exterior da empresa de **micropolítica de comércio exterior**. A definição e desenvolvimento da micropolítica de comércio exterior de uma empresa depende da análise dos seus objetivos para sua inserção ou expansão no mercado internacional, para assim, atingir a comercialização de seus produtos no mercado externo (LABATUT, 1994). Através de um estudo sobre a “Análise do Comércio Internacional Catarinense de 2013”, a FIESC (FIESC, 2013a) executou uma pesquisa junto às empresas catarinenses importadoras e exportadoras de 2012, buscando identificar o desempenho recente destas empresas em suas atividades de compra e venda internacional. Esta pesquisa contribuiu para identificar as políticas que vêm sendo adotadas pelas empresas exportadoras e importadoras de Santa Catarina.

Em relação às exportações catarinenses, a pesquisa apontou que, conforme a análise da evolução das quantidades exportadas entre 2011 e 2012, 37% das empresas exportadoras tiveram desempenho estável; 21,5% aumentaram os volumes exportados em até 10%; e quase 13% reduziram os volumes em até 10% (FIESC, 2013a).

Em se tratando de política de desenvolvimento de produtos voltados à exportação nos últimos anos das empresas exportadoras, os resultados foram equilibrados. Conforme as respostas, 37,9% das empresas exportadoras tem priorizado o desenvolvimento de produtos para o mercado interno e posteriormente também adaptando para ofertar ao mercado externo, enquanto 34,5% de empresas exportadoras têm buscado diversificar a produção e a comercialização, incluindo novos produtos em seu portfólio de exportação, buscando alcançar novos mercados. Em

seguida, 21,6% das empresas continuam trabalhando com uma linha de produtos para a exportação relativamente estável, sem muitas inovações. Por fim, apenas 6% das empresas exportadoras reduziu a sua linha de produtos voltados à exportação (FIESC, 2013a).

Quanto às estratégias que as empresas exportadoras adotam para melhor posicionamento no mercado internacional, as seis estratégias mais citadas foram, em ordem de importância (FIESC, 2013a, p. 64):

- a) Implementação de programas de qualidade total;
- b) Contratação de empresa especializada em logística internacional;
- c) Criação/oferta de novos produtos com diferenciais competitivos e/ou maior valor agregado;
- d) Participação em feiras internacionais do setor, como expositor ou visitante;
- e) Busca por novos nichos de mercado e/ou novos canais de comercialização;
- f) Maiores investimentos em inovação, pesquisa, tecnologia, design e desenvolvimento de produtos e/ou processos.

A pesquisa também identificou as estratégias que as empresas exportadoras não adotam, porém acreditam que, se adotassem, poderiam melhorar seu posicionamento no mercado internacional. Dentre as principais, as estratégias que mais se destacaram foram: programas de desenvolvimento de capacidade de gestão e comercialização internacionais; implementação de planos/modelos de internacionalização; e contratação de seguros de créditos para aumentar as opções de pagamento e prazos aos importadores (FIESC, 2013a).

A pesquisa também questionou as empresas exportadoras os motivos pelos quais não adotam as estratégias que consideram mais adequadas para melhor posicionamento no mercado internacional.

O motivo mais citado foi o foco no mercado interno, que tem absorvido a maior parte da produção das empresas. Para estas empresas, a exportação é considerada uma atividade secundária. A segunda razão mais citada foi a falta de recursos financeiros necessários para a implementação das estratégias consideradas mais adequadas. Para algumas empresas, há necessidade de maior qualificação profissional interna para atendimento das demandas externas, além de também ser necessária uma melhor estrutura organizacional para o alcance dos resultados desejados (FIESC, 2013a, p. 66-67).

A exportação como atividade secundária, a falta de recursos financeiros e a falta de qualificação profissional interna para atender o mercado externo, foram os principais motivos citados pelas empresas. Algumas empresas também citaram que a instabilidade econômica generalizada e a alta concorrência asiática têm dificultado a adoção de determinadas estratégias. Neste contexto, estes motivos podem prejudicar o posicionamento das empresas catarinenses no mercado internacional (FIESC, 2013a).

Por fim, a pesquisa apontou que todas as empresas exportadoras de Santa Catarina planejam explorar novos mercados em 2013. Um pouco menos que um quarto das empresas planejam novos mercados importadores principalmente em países da América do Sul, enquanto a África, a América Central e a América do Norte representaram 18,1%, 16,1% e 15,5% das citações, respectivamente (FIESC, 2013a).

Em relação às importações de Santa Catarina, a pesquisa da FIESC (2013a) também executou uma análise das empresas importadoras catarinenses de 2012. Através desta pesquisa, a análise apontou que em relação à evolução das importações em valores (US\$) em 2012, comparativamente a 2011, para 32,4% das empresas os valores importadores mantiveram-se estáveis, enquanto quase 60% informaram que as importações foram incrementadas em 2012: para 22,2% das empresas o aumento foi de até 10%, para 19,7% delas o incremento foi de 11% a 30%, e para 14,5% delas o incremento foi maior que 31%. Somente 12% das empresas informaram que as importações foram reduzidas em valor em 2012 (FIESC, 2013a).

Em se tratando das expectativas das empresas importadoras, a evolução das importações para 2013, a maior parte das empresas (52%) projetam aumento nas importações, enquanto 35% acreditam que as importações permanecerão estáveis, e

13% esperam redução nas importações. As empresas que projetam aumento nas importações informaram que esta previsão aumentará devido à demanda do maior consumo do mercado interno, do incremento da produção ou de necessidades de investimentos em suas fábricas (FIESC, 2013a). Algumas empresas também citaram que as importações podem aumentar devido à “atuação das empresas em novos nichos de mercado, à diversificação do portfólio dos bens importados [...] e à redução de custos proporcionada pelos itens importados, que em determinadas situações têm preços mais competitivos que os similares nacionais” (FIESC, 2013a, p. 73).

A pesquisa da FIESC (2013a) também objetivou conhecer as experiências das empresas na internacionalização. De acordo com a pesquisa, as principais razões que levaram as empresas a internacionalizar seus negócios foram, por número de citações, crescimento da empresa, acesso a novos mercados e aumento de competitividade (FIESC, 2013a).

As principais estratégias de internacionalização mais utilizadas pelas empresas pesquisadas são: 29,0% por exportação direta, 24,8% por importação direta, 16,5% por exportação através de terceiros (tradings, distribuidores, agentes, etc), e 13,9% por importação também através de terceiros.

Em relação aos principais obstáculos enfrentados à internacionalização, os resultados apontaram as principais barreiras internas e externas que as empresas têm enfrentado:

Quadro 23 – Barreiras à internacionalização de empresas catarinenses

Barreiras internas à internacionalização	Barreiras externas à internacionalização
Reduzida economias de escala, o que tornam os custos de produção elevados em relação aos concorrentes internacionais	Burocracia excessiva em órgãos governamentais brasileiros
O mercado doméstico atende aos objetivos da empresa	Acirrada concorrência internacional
Obstáculos de acesso a canais de distribuição em outros países	Falta de incentivos fiscais oferecidos pelo governo brasileiro
Dificuldades em formar parcerias internacionais	Política cambial desfavorável às exportações no Brasil
Competências tecnológicas insuficientes ou inadequadas para competir em custos e qualidade	Elevado custo do transporte internacional
	Recessão em outros países

Fonte: FIESC (2013a, p. 75-76).

Vale ressaltar que estas barreiras têm prejudicado a internacionalização das empresas catarinenses, sendo que muitas delas são de origem externa que não são controláveis pelas empresas. De certa forma, estes fatores afetam negativamente a competitividade das empresas catarinenses tanto no mercado externo quanto no mercado interno. “É necessária a tomada de ações por parte das empresas, do governo brasileiro e de entidades de promoção, com o objetivo de reverter a atual situação e potencializar as oportunidades existentes no mercado global” (FIESC, 2013a, p. 78).

Por fim, em se tratando das áreas que devem ser priorizadas pelo governo federal para a fomentação da internacionalização, as empresas acreditam que as áreas que o governo deveria priorizar são: desoneração tributária, desburocratização e redução de custos da atividade exportadora, redução dos custos de transportes e portos e melhorias na infraestrutura portuária (FIESC, 2013a).

## 5 CONCLUSÃO

Com o objetivo geral de analisar a relação comercial entre Santa Catarina e os Estados Unidos da América, este trabalho procurou identificar as relações presentes e examinar a evolução do intercâmbio comercial entre os mesmos. Através de uma análise baseada em estudo bibliográfico e documental, o presente trabalho possibilitou entender o posicionamento de Santa Catarina frente aos seus parceiros comerciais norte-americanos.

A economia do Brasil passou por diversas mudanças e a abertura comercial foi marcada pela implantação do PSI e a substituição das importações, gerando assim o desenvolvimento da indústria nacional e excedentes para exportar. A adoção do Plano Real em 1994 conduziu à estabilização monetária do país e à recuperação da confiança do comércio internacional. A integração de Santa Catarina no comércio internacional foi estimulado pela diversificação e ampliação da base produtiva e se intensificou com a abertura comercial brasileira. Santa Catarina se destaca na economia brasileira como o segundo Estado com maior participação da indústria de transformação no PIB devido à sua diversidade industrial. Em se tratando de relações comerciais de Santa Catarina no comércio internacional, os Estados Unidos se destaca como o principal país de destino das exportações de Santa Catarina, e o quarto país no ranking dos principais importadores de Santa Catarina em 2012.

A economia norte-americana se fortaleceu cada vez mais durante seu desenvolvimento, do capital monopolista ao capitalismo financeiro do século XX e XXI. Atualmente, os Estados Unidos se posiciona à frente das demais nações, com o predomínio do capital financeiro na economia e políticas mundiais. Desta maneira, os Estados Unidos figura como 1º mercado mundial, 1º maior importador e 2º maior exportador.

Diante disso, o presente trabalho buscou compreender as relações políticas entre Santa Catarina e os Estados Unidos da América. Evidenciou-se que a tentativa da criação da ALCA marcou o projeto de aprofundamento das relações comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos. Observou-se também que a formação do NAFTA, do

MERCOSUL e outros acordos de integração regional causou uma fragmentação entre o norte e o sul da América Latina, considerando as relações comerciais em bloco.

A adesão de ambos na OMC abriu novas possibilidades de negócios e acordos comerciais. No âmbito das relações multilaterais da OMC, os Estados Unidos concedem aos membros da organização o tratamento da nação mais favorecida, com a redução de tarifas, e também concede a isenção de direitos aduaneiros a alguns produtos de países em desenvolvimento, através do SGP. Entre os 131 países beneficiários, o Brasil usufrui desta vantagem para que produtos brasileiros se mantenham competitivos no mercado norte-americano.

Este estudo apontou também o interesse do Brasil e dos Estados Unidos em buscar uma maior cooperação por meio de um acordo bilateral. Com o principal objetivo de expandir o comércio bilateral e fortalecer as relações econômicas entre as partes, o Brasil e os Estados Unidos assinaram em 2011 o Tratado de Cooperação Econômica e Comercial (ATEC).

Com o objetivo de levantar os indicadores e examinar a evolução do intercâmbio comercial entre Santa Catarina e os Estados Unidos, o presente trabalho analisou o intercambio comercial e identificou a pauta de exportação e importação de Santa Catarina. Evidenciou-se que Santa Catarina desde 2000 a 2012 sempre exportou mais do que importou dos Estados Unidos. Apesar de uma queda nas exportações de 2007 a 2009, devido à crise norte-americana de 2008, as exportações retomaram o crescimento gradativamente a partir de 2010. De igual maneira, as importações cresceram ao longo do período analisado, e consequentemente, o saldo comercial tem reduzido ao longo dos anos.

Em relação à pauta de exportação de Santa Catarina, evidenciou-se que as importações dos Estados Unidos estão cada vez mais diversificadas em termos de variedade de produtos, abrindo uma série de oportunidades para expandir o mercado. Com alíquotas de importação relativamente baixas, exceto o segmento de “fumo e cigarros”, todos os segmentos destaques possuem regulamentos a serem cumpridos para atenderem as normas dos Estados Unidos. Os seguimentos de “máquinas e motores”, “materiais elétricos e eletro-eletronicos” e “instrumentos de precisão” são setores destaques das pautas que possuem produtos beneficiados pelo SGP,



facilitando a entrada destes produtos no mercado norte-americano. Verificou-se também, que apesar do segmento de “carne de aves” ser o primeiro setor das exportações gerais de Santa Catarina, o Brasil não é elegível para exportação de carne de aves, processadas e não processadas, para os Estados Unidos. Neste contexto, depende do sistema brasileiro de inspeção sanitária estar certificado como equivalente ao dos Estados Unidos pelo FSIS. É válido ressaltar também, que o segmento de “carne suína” pode ser mais explorado por Santa Catarina. Apesar do volume exportado para os Estados Unidos ser baixo, Santa Catarina é o maior produtor nacional de carne suína, e, por questões sanitárias, possui a vantagem de ser o único Estado do Brasil elegível para a exportação de carne suína *in natura* para os Estados Unidos.

Em relação à pauta de importação de Santa Catarina, evidenciou-se que o Brasil também aplica medidas estabelecidas de acordo com sua política comercial. Em relação aos setores destaques, foi possível identificar que as alíquotas dos impostos de importação são mais altas em relação às alíquotas aplicadas pelos Estados Unidos. Além disso, o tratamento tributário de importações do Brasil inclui outras alíquotas, como o IPI, PIS, COFINS, ICMS, AFRMM, CIDE-Combustível e Taxa SISCOMEX. Entre os principais segmentos analisados, os segmentos que mais apresentaram aumento das importações de Santa Catarina foram: “Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação”, “Produtos químicos orgânicos” e “Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia e outros”.

Observou-se também que, em relação ao destino final dos produtos importados por Santa Catarina em 2012, metade das empresas pesquisadas importam mercadorias para o consumo próprio e 25% das empresas importam produtos destinados ao consumo de terceiros. Das importações destinados ao consumo de terceiros, 77% das empresas informaram que a maioria dos consumidores finais está localizada em outros Estados brasileiros. Evidenciou-se, ainda, que grande parte das importações são de empresas localizadas em Itajaí, São Francisco do Sul, Florianópolis, Navegantes, Joinville e São José, municípios dos principais portos marítimos e dos polos industriais catarinenses.

Em se tratando do posicionamento de Santa Catarina constatou-se que, devido à concorrência no comércio mundial, surge a necessidade de aplicar estratégias

para crescer e consolidar o posicionamento de Santa Catarina frente ao comércio internacional. Promover a inovação tecnológica, promover o Estado como território das exportações industriais do país, melhorar a logística de transporte para o escoamento nos terminais portuários e implantar empresa para gestão da demanda energética do Estado, são estratégias que podem garantir o equilíbrio e a competitividade do Estado frente às oportunidades e às ameaças dos mercados. Com a predominância das exportações e importações que utilizam o modal marítimo, constatou-se que Santa Catarina está bem posicionado em relação à logística de transporte, contando com cinco portos marítimos ativos, com capacidade para atender a demanda.

Em relação ao posicionamento das empresas exportadoras de Santa Catarina, um terço das empresas têm buscado diversificar a sua produção e a sua comercialização por diversos meios como, por exemplo, com a criação de novos produtos para exportação para alcançar novos mercados. Para melhorar o posicionamento das empresas no mercado internacional, empresas exportadoras de Santa Catarina apontaram as principais estratégias que utilizam: programas de qualidade; contratação de empresa de logística internacional; criação/oferta de novos produtos competitivos e/ou maior valor agregado; participação em feiras internacionais; busca por novos nichos de mercado; e maiores investimentos em inovação, pesquisa, tecnologia e desenvolvimento de produtos. Já no caso das empresas importadoras de Santa Catarina, metade projetam aumento nas importações para 2013, devido a previsão da demanda do maior consumo do mercado interno, do incremento da produção ou de necessidades de investimentos em suas fábricas. Conclui-se também, que as empresas têm enfrentado obstáculos à internacionalização. Barreiras internas e externas têm prejudicado a internacionalização das empresas catarinenses. Para a fomentação da internacionalização, as empresas acreditam que as áreas que o governo deveria priorizar são: desoneração tributária, desburocratização e redução de custos da atividade exportadora, redução dos custos de transportes e portos e melhorias na infraestrutura portuária.

De acordo com os indicadores e o comportamento indicados no estudo, conclui-se que alguns segmentos de exportação apresentam potencial e possibilidade de expansão de negócios de Santa Catarina com os Estados Unidos, como: “máquinas

e motores” por possuir um grande potencial do importador a ser explorado e 11 códigos beneficiados pelo SGP; “materiais elétricos e eletro-eletrônicos” por registrar um aumento constante das exportações e ser o 2º setor destaque da pauta para os Estados Unidos; “madeiras, cortiças e obras de trançaria” e “móveis” pela capacidade exportadora de Santa Catarina, capacidade importadora dos Estados Unidos e por possuir preços competitivos em comparação ao preço médio das importações totais dos Estados Unidos; “carne suína” principalmente, por Santa Catarina possuir vantagem de ser o único Estado do país elegível para importação, por ter preços competitivos e pelo Estados Unidos possuir grande demanda destes produtos; e “preparação de carnes de peixes e crustáceos” por possuir preços competitivos. Diante deste contexto, observou-se a necessidade de executar ações pontuais para contribuir para o aumento das exportações catarinenses destes segmentos. Por fim, cabe destacar o interesse do Estado em atrair investimentos sobretudo para o setor de infraestrutura, principalmente para a ampliação dos portos e rodovias para atender à demanda importadora e exportadora de Santa Catarina.

Esses resultados trazem à consideração a necessidade de se investigar um pouco mais os fatores que influenciam nas relações dos segmentos destaques que apresentam potencial, para identificar minuciosamente as possibilidades de expansão de negócios. Para isso, sugere-se para as futuras pesquisas o estudo de cada segmento para melhor compreender as oportunidades e ameaças a fim de elaborar um planejamento estratégico de cada segmento.

Diante disso, acredita-se que o presente trabalho alcançou os objetivos propostos. Concluiu-se que o comércio internacional catarinense possui uma importante relação comercial com os Estados Unidos da América.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alcides; ABREU, Nelson de. **Santa Catarina reconstrução & desenvolvimento para até 2020**. Florianópolis: [s.n.], 2009. 500 p.

AKERLOF, George A. The market for "lemons": quality uncertainty and the market mechanism. **The Quarterly Journal of Economics**. Oxford University Press, v. 84, n. 3, p. 488-500. ago. 2007.

ALEXEENKO, Galina; VILAN, Diego. International Trade: A Larger Piece of the U.S. Economic Pie. **Econ South**. Federal Reserve Bank of Atlanta, v. 9, n. 2. 2007. Disponível em: <[http://www.frbatlanta.org/pubs/econsouth/econsouth\\_vol\\_9\\_no\\_2\\_international\\_trade\\_a\\_larger\\_piece\\_ofu\\_s\\_economic\\_pie.cfm?redirected=true](http://www.frbatlanta.org/pubs/econsouth/econsouth_vol_9_no_2_international_trade_a_larger_piece_ofu_s_economic_pie.cfm?redirected=true)>. Acesso em: 01 out. 2013.

ASTM. **American Society for Testing and Materials – ASTM**. 2014. Disponível em: <<http://www.astm.org>>. Acesso em: 15 maio 2014.

AURONEN, Lauri. Asymmetric Information: Theory and Applications. In: **Tu-91.167 Seminar in Strategy and International Business**. Helsinki: Helsinki University of Technology, 2003. 35 p. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download;jsessionid=CBE26EC612C1F2BD24F8B775F61D5545?doi=10.1.1.198.9252&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 22 out. 2013.

BADO, Álvaro Labrada *et al.* Das vantagens comparativas à construção das vantagens competitivas: uma resenha das teorias que explicam o comércio internacional. **Revista de Economia e Relações Internacionais**. São Paulo, v. 3, n. 5. jul. 2004. p. 5-20. Disponível em: <[http://www.faap.br/revista\\_faap/rel\\_internacionais/pdf/economia\\_05.pdf](http://www.faap.br/revista_faap/rel_internacionais/pdf/economia_05.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2013.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Geopolítica e política exterior**: Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. 128p. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0578.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

BARROS, Aidil Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia**: um guia para a iniciação científica. São Paulo: Ed. McGraw-Hill, 1986. 132 p.

BRASIL. **Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - APEX-Brasil**. 2014a. Disponível em: <<http://www2.apexbrasil.com.br/sobre>>. Acesso em: 10 maio 2014.

\_\_\_\_\_. **Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - APEX-Brasil.** Mercado Foco: Estados Unidos. 2014b. Disponível em: <<http://mercadofoco.apexbrasil.com.br/estados-unidos/informacoes-estrategicas/macroindicadores/oportunidades/maquinas-e-equipamentos>>. Acesso em: 4 maio 2014.

\_\_\_\_\_. **Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO.** 2014c. Disponível em: <<https://www.inmetro.gov.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. **Secretaria da Receita Federal do Brasil.** Simulador do Tratamento Tributário e Administrativo das Importações. 2014d. Disponível em: <<http://www4.receita.fazenda.gov.br/simulador/BuscaNCM.jsp>>. Acesso em: 10 maio 2014.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.** 2014e. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/index.php?area=5>>. Acesso em: 20 maio 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Portal brasileiro do comércio exterior.** 2014f. Disponível em: <<http://www.comexbrasil.gov.br/>>. Acesso em: 10 maio 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Radar comercial:** Análise de mercados e produtos. Secretaria de Comércio Exterior. 2014g. Disponível em: <<http://www.radarcomercial.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior – AliceWeb.** 2014h. Secretaria de Comércio Exterior. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 10 maio 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Inteligência Comercial. **Dados básicos e principais indicadores econômico-comerciais:** Estados Unidos. Ministério das Relações Exteriores. Brasília: O Ministério, 2013a. 14 p. Disponível em: <<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDEstadosUnidos.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **Estados Unidos da América.** Brasília: O Ministério, 2013b. 13 p. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/america-do-norte/estados-unidos/pdf>>. Acesso em 10 out. 2013.

\_\_\_\_\_. **Ministério das Relações Exteriores.** 2013c. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/desenvolvimento-comercio-internacional-e-financas>>. Acesso em 5 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Inteligência Comercial. **Como Exportar:** Estados Unidos da América. Ministério das Relações Exteriores. Brasília: O Ministério, 2012a. Disponível em: <<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/Publicacoes/ComoExportar/CEXEstadosUnidos.pdf>>. Acesso em 25 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior. Balança comercial brasileira por país. Brasília: **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, 2012b. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3385&refr=576>>. Acesso em: 27 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior. Balança comercial por unidade da federação. Brasília: **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, 2012c. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=4507&refr=1076>>. Acesso em: 27 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - APEX-Brasil. **Estados Unidos:** Perfil e oportunidades comerciais 2011. Brasília: Apex-Brasil, 2011. Disponível em: <[http://www2.apexbrasil.com.br/media/estudo/eua\\_17102012150803.pdf](http://www2.apexbrasil.com.br/media/estudo/eua_17102012150803.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **20 Anos da SECEX e 200 Anos de Comércio Exterior:** a história da SECEX e o comércio exterior brasileiro após a abertura dos portos. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Brasília: MDIC, 2010. 384 p. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3130>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. Embaixada do Brasil em Washington D.C. **Barreiras a produtos e restrições a serviços brasileiros no mercado dos Estados Unidos.** Brasília: FUNCEX, 2007. Disponível em: <[http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl\\_1196772919.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1196772919.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2014.

BRUM, Algemiro J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1996. 317 p.

COUTINHO, Eduardo Senra, *et al.* De Smith a Porter: um ensaio sobre as teorias de comércio exterior. **Revista de Gestão USP:** São Paulo, v. 12, n. 4, p. 101-113, out./dez. 2005.

ESTADOS UNIDOS. **United States Customs and Border Protection.** United States Government. 2014a. Disponível em: <[https://help.cbp.gov/app/answers/detail/a\\_id/54/~/requirements-for-commercial-imports-of-tobacco,-cigarettes,-cigars,-etc](https://help.cbp.gov/app/answers/detail/a_id/54/~/requirements-for-commercial-imports-of-tobacco,-cigarettes,-cigars,-etc)>. Acesso em: 15 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. United States Department of Agriculture – USDA. **Animal and Plant Health Inspection Service - APHIS.** 2014b. Disponível em: <<http://www.aphis.usda.gov/wps/portal/aphis/home/>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. United States Department of Agriculture – USDA. **Food Safety Inspection Service - FSIS.** 2014c. Disponível em: <<http://www.fsis.usda.gov/wps/portal/fsis/home>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. **United States Fish and Wildlife Service.** United States Government. 2014d. Disponível em: <<http://www.fws.gov/le/commercial-wildlife-shipment.html>>. Acesso em: 1 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. **United States International Trade Commission – USITC.** 2014e. Disponível em: <<http://hts.usitc.gov/>>. Acesso em: 15 maio 2014.

\_\_\_\_\_. **United States Trade Representative.** Executive office of the President. 2014f. Disponível em: <<http://www.ustr.gov/>>. Acesso em: 27abr. 2014.

\_\_\_\_\_. United States Department of Commerce. Bureau of Economics Analysis. **International economic accounts.** 2013a. Disponível em: <<http://www.bea.gov/international/index.htm#trade>>. Acesso em: 10 out. 2013.

\_\_\_\_\_. United States International Trade Commission – USITC. The year in trade 2012: operation of the trade agreements program. **U.S. International Trade Commission.** jul. 2013b. Disponível em: <<http://www.usitc.gov/publications/332/pub4416.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2013.

\_\_\_\_\_. United States Government. **The White House.** 2011. Disponível em: <[http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/uploads/Brazil\\_ATEC.pdf](http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/uploads/Brazil_ATEC.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2014.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FIESC. **Análise do comércio internacional catarinense 2013.** Florianópolis: FIESC, 2013a. 88 p. Disponível em: <[http://www3.fiescnet.com.br/images/cin/internacional\\_sc\\_2013.pdf](http://www3.fiescnet.com.br/images/cin/internacional_sc_2013.pdf)>. Acesso em: 21 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Santa Catarina em dados 2013:** unidade de política econômica e industrial. Florianópolis: FIESC, 2013b. 176 p. Disponível em: <<http://www2.fiescnet.com.br/web/recursos/VUVSR016a3pPQT09>>. Acesso em: 30 mar 2014.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 30. ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 2001. 248 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GONÇALVES, Reinaldo. A teoria do comércio internacional: uma resenha. **Economia ensaios**: revista do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 3-20. dez. 1997. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/texto\\_no.\\_3\\_resenha\\_comercio\\_internacional.pdf](http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/texto_no._3_resenha_comercio_internacional.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2013.

\_\_\_\_\_. **Economia política internacional**: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 319 p.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Portos, ferrovias e navegações em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013. 323 p.

GRIFFITH-JONES, Stephany; OCAMPO, José Antonio; STIGLITZ, Joseph E. **Time for a Visible Hand**: Lessons from the 2008 World Financial Crisis. Initiative for Policy Dialogue Series, Oxford: Oxford University Press, 2010. 384 p.

\_\_\_\_\_. **Formação Econômica de Santa Catarina**. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. UFSC, 2007. 473 p.

HIRST, Monica Ellen Seabra. **As relações Brasil – Estados Unidos desde uma perspectiva multidimensional**: evolução contemporânea, complexidades atuais e perspectivas para o século XXI. Porto Alegre, 2011. 201 p. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36743/000817166.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

IRWIN, Douglas A. Historical Aspects of U.S. Trade Policy. The National Bureau of Economic Research. **NBER Reporter**. p. 16-19. 2006. Disponível em: <<http://www.nber.org/reporter/summer06/summer06.pdf>>. Acesso em 20 out. 2013.

ITAPOÁ. **Porto Itapoá**. 2014. Disponível em <[www.portoitapoa.com.br](http://www.portoitapoa.com.br)>. Acesso em: 20 maio 2014.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência da pesquisa. 19 ed. Porto Alegre: Ed. Vozes, 2011. 180 p.

LABATUT, Ênio Neves. **Política de comércio exterior**. São Paulo: Aduaneiras, 1994. 495 p.

LACERDA, Antonio Correa de *et al.* **Economia Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006. 304 p.



LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995. 214 p.

LUCAS JR, Robert E. On the mechanics of economic development. **Journal of Monetary Economics**, North-Holland, n. 22, p. 3-42. fev. 1988. Disponível em: <<http://www.sfu.ca/~kkasa/lucas88.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2013.

MALUF, Sâmia Nagib. **Administrando o Comércio Exterior do Brasil**. São Paulo: Aduaneiras, 2000. 304 p.

PORTER, Michael E. **A Vantagem Competitiva das Nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 286 p.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo; BECKER, Grace Vieira; MELLO, Maria Ivone de. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 3. ed São Paulo: Atlas, 2005. 308 p.

ROMER, Paul M. Increasing returns and long-run growth. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 94, n. 5, p. 1002-1037, out. 1986. Disponível em: <<http://ihome.ust.hk/~dxie/OnlineMacro/romerjpe1986.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed São Paulo: McGraw-Hill, 2006. 583p.

SARQUIS, José Buainain. **Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 248 p. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/com%C3%A9rcio-internacional.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2013.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SILVA, Mozart Foschete. **Relações econômicas internacionais**. São Paulo: Aduaneiras, 2001. 248 p.

SOUSA, Andreia Nádia Lima de. **Rodada de negociações comerciais multilaterais: Rodada do Uruguai**. Caderno de estudos Ciência e Empresa / Faculdade das Atividades Empresariais de Teresina. Ano.6, n.1 (2009) - Teresina: FAETE, 2009. Disponível em: <<http://www.faete.edu.br/revista/Prof.%20Andreia.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2014.

SPENCE, Michael. Job Market Signaling. **The Quarterly Journal of Economics**. The MIT Press, v. 87, n. 3, p. 355-374. ago. 1973.

UNCTAD. United Nations. **United Nations Conference on Trade and Development**. 2013. Disponível em: [http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx?sRF\\_ActivePath=p,15912&sRF\\_Expanded=p,15912](http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx?sRF_ActivePath=p,15912&sRF_Expanded=p,15912)>. Acesso em: 22 ago. 2013.

WTO. **World Trade Organization**: I-TIP Goods: Integrated analysis and retrieval of notified non-tariff measures. 2014a. Disponível em: <http://i-tip.wto.org/goods/Default.aspx>>. Acesso em: 10 maio 2014.

\_\_\_\_\_. **World Trade Organization**: Tariff Analysis Online. 2014b. Disponível em: <http://tariffanalysis.wto.org>>. Acesso em: 10 maio 2014.

\_\_\_\_\_. **World Trade Organization**: Tariff Download Facility. 2014c. Disponível em: <http://tariffdata.wto.org/>>. Acesso em: 10 maio 2014.

## ANEXO

## ANEXO A - Pauta de produtos de Importações Gerais dos Estados Unidos

Relatório de Produtos por Setor (US\$ 1000 - FOB)	2007	2008	2009	2010	2011	2012
AÇÚCAR E ALCOOL	1.989.030	2.586.177	1.893.839	2.461.113	3.883.614	2.974.308
ADUBOS E FERTILIZANTES	5.426.136	8.922.488	4.374.344	7.043.856	9.598.880	9.263.020
ÁGUA MINERAL E REFRIGERANTES	2.218.695	2.072.911	1.761.327	1.945.674	2.208.342	2.616.922
ANIMAIS VIVOS	2.865.056	2.561.140	1.866.558	2.158.216	2.123.530	297.538
ARMAS E MUNIÇÕES	1.143.315	1.184.299	1.272.070	689.733	811.584	795.729
AVIÕES	21.990.600	21.689.117	18.465.618	19.070.150	21.673.761	24.317.302
BEBIDAS DESTILADAS	5.769.046	5.712.749	5.239.133	5.840.680	6.508.357	6.771.956
BORRACHA E SUAS OBRAS	19.833.880	21.518.928	16.255.097	22.947.210	29.230.023	29.861.021
CACAU E PROD. DE CONFEITARIA	4.061.027	4.723.767	4.825.060	5.774.132	6.275.556	5.750.037
CAFÉ	3.909.473	4.556.040	4.204.587	5.096.416	8.305.878	7.260.510
CALÇADOS E SUAS PARTES	20.404.470	20.502.445	18.245.270	21.932.263	23.650.049	24.658.375
CARNE BOVINA	3.081.630	2.877.957	2.566.203	2.787.174	3.053.048	3.654.289
CARNE DE AVES	122.369	142.753	152.721	177.472	172.841	192.751
CARNE SUINA	1.014.686	938.786	883.524	1.094.026	1.200.940	1.200.364
CEREAIS EM GRÃO E ESMAGADOS	2.626.954	4.154.289	3.286.096	3.125.011	3.548.421	3.117.746
CERVEJA	3.928.001	3.941.644	3.563.536	3.748.459	3.795.971	3.917.068
CHÁ,MATE E ESPECIARIAS	968.784	1.107.221	1.010.045	1.241.060	1.531.860	1.067.101
COLAS E ENZIMAS	1.870.831	2.250.469	1.800.380	2.086.633	2.368.520	2.556.159
EMBARCAÇÕES	1.966.495	1.725.297	1.290.209	1.634.659	1.188.166	1.893.851
FARINHAS PARA ANIMAIS	832.492	930.725	968.650	1.089.231	1.326.198	1.507.032
FERRAMENTAS,TALHERES E OUTRAS OBRAS DE METAIS	16.486.633	15.744.427	12.090.529	15.358.828	17.152.403	18.493.652
FRUTAS	8.219.195	8.588.239	8.917.402	10.004.639	10.905.818	8.662.502
FUMO E CIGARROS	1.486.544	1.509.079	1.614.089	1.455.561	1.568.538	1.849.191
GORDURAS E ÓLEOS ANIMAIS E VEGETAL	3.262.141	4.874.634	3.562.505	4.099.245	6.025.005	5.522.832
HIGIENE PESSOAL E COSMÉTICOS	8.457.062	9.030.790	7.907.862	9.013.312	9.974.575	10.650.405
IMPRESSOS	5.485.259	5.331.321	4.133.329	4.498.905	4.382.463	4.450.386
INSTRUMENTOS DE PRECISÃO	60.080.244	63.587.672	54.559.599	64.355.025	72.572.641	75.270.244
LEITE E LATICÍNIOS	1.830.928	1.963.960	1.701.902	1.772.069	2.036.628	2.136.595
MADEIRAS,CORTIÇAS E OBRAS DE TRANÇARIA	20.683.196	15.843.881	11.037.466	12.776.452	12.650.468	14.357.201
MÁQUINAS E MOTORES	255.954.912	255.005.599	207.239.847	255.012.203	293.641.976	314.225.297
MASSAS ALIMENTÍCIAS E PREPARAÇÕES ALIMENTÍCIAS	10.479.127	11.334.438	11.006.849	11.882.971	13.135.490	13.957.357
MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRO-ELETRÔNICOS	253.538.176	256.444.154	217.712.402	262.878.639	283.192.633	293.291.750
MATERIAIS ESPORTIVOS E BRINQUEDOS	32.649.994	33.327.918	28.212.141	30.528.388	28.361.428	22.712.337
METAIS E PEDRAS PRECIOSAS	45.694.313	46.892.645	36.509.938	51.321.521	64.920.662	61.173.410
METAIS NÃO-FERROSOS	43.177.019	39.429.191	23.836.471	31.449.811	37.100.478	33.611.629
MÓVEIS	44.882.684	41.919.409	32.472.699	41.279.536	43.042.919	47.854.476
OBRAS DE ARTE	8.770.618	7.498.465	5.062.701	6.264.349	6.905.797	7.807.159
OBRAS DE PEDRA E SEMELHANTES	7.073.865	6.279.719	4.488.386	5.046.595	5.490.184	5.936.699
OBRAS DIVERSAS	3.762.022	3.604.083	3.138.805	3.661.775	3.882.247	4.052.193
OUTRAS CARNES (exceto bovina, suína e aves)	542.616	531.834	525.385	489.850	628.874	551.347
OUTROS AÇÚCARES	431.038	480.717	534.191	497.903	581.195	641.968
OUTROS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	748.386	758.465	671.615	762.410	811.656	919.590
PAPEL E CELULOSE	23.140.431	23.538.549	18.077.178	20.185.781	20.891.495	19.172.205
PEIXES E CRUSTÁCEOS	10.294.956	10.418.293	9.710.158	10.108.145	11.433.573	1.736.654
PELES,PELETERIA E COURO(S(exceto calçados)	11.907.225	11.814.588	9.272.539	11.336.061	12.591.755	13.632.179
PETRÓLEO E DERIVADOS	372.341.524	501.939.361	279.145.706	347.906.336	449.914.149	386.481.772
PLÁSTICOS E SUAS OBRAS	36.459.258	37.709.391	29.903.803	36.897.539	41.404.431	44.234.211
PÓLVORA	623.172	585.245	559.022	651.815	683.552	697.518
PREPARAÇÕES DE CARNES,PEIXES E CRUSTÁCEOS	2.920.385	3.088.190	2.975.395	2.914.891	3.415.165	2.293.073
PRODUTOS CERÂMICOS	5.934.193	5.417.767	3.962.698	5.068.983	5.653.325	5.705.449
PRODUTOS DE LIMPEZA	1.794.820	1.945.138	1.640.570	1.965.010	2.120.019	2.256.658
PRODUTOS FARMACÊUTICOS	49.205.541	52.905.644	55.901.377	62.072.358	66.025.363	64.386.614
PRODUTOS HORTÍCOLAS E PLANTAS VIVAS	7.265.116	7.549.709	7.121.368	8.493.171	9.303.567	8.808.203
PRODUTOS METÁLURGICOS	60.487.150	73.570.546	38.539.323	50.731.749	63.447.100	70.128.616
PRODUTOS MINERAIS	6.843.776	8.062.527	4.252.009	5.210.261	6.399.541	6.694.936
PRODUTOS PARA FOTOGRAFIA	2.032.136	1.923.638	1.551.627	1.528.291	1.579.063	1.366.670
PRODUTOS QUÍMICOS	67.936.241	80.737.504	64.575.700	66.964.586	80.441.046	76.174.014
SEMENTES OLEAGINOSAS(exceto soja), PLANTAS E EXTR. VEG.	2.148.560	2.751.611	2.255.605	2.425.997	3.695.649	6.229.078
SOJA (grãos,óleo e farelo)	157.058	279.504	287.286	332.440	374.111	165.709
SUCOS	1.847.305	2.121.941	1.543.803	1.564.381	2.103.110	1.697.819
TÊXTEIS	107.642.063	104.146.481	89.850.814	103.583.007	112.311.325	110.530.194
TINTAS	3.273.089	3.207.892	2.512.805	3.214.794	3.562.393	3.881.119
VEÍCULOS AUTOMOTORES E SUAS PARTES	217.305.201	197.667.526	132.050.264	184.538.387	204.629.475	242.234.225
VEÍCULOS E MATERIAIS PARA VIAS FÉRREAS	1.702.277	1.893.533	1.286.241	1.260.323	1.818.773	2.014.352
VIDRO E SUAS OBRAS	6.241.729	5.970.370	4.641.642	5.733.046	6.106.342	6.378.336
VINHOS	4.954.802	4.949.932	4.293.578	4.582.793	5.198.230	5.468.318

Fonte: Brasil (2014g).

## ANEXO B - Pauta de produtos de Exportações Gerais de Santa Catarina

Relatório de Produtos por Setor (US\$ 1000 - FOB)	2007	2008	2009	2010	2011	2012
AÇÚCAR E ALCOOL	-	-	7	90	13	9
ADUBOS E FERTILIZANTES	435	599	2.560	1.247	4.792	4.696
ÁGUA MINERAL E REFRIGERANTES	16	18	25	51	96	80
ANIMAIS VIVOS	576	185	433	187	211	227
ARMAS E MUNIÇÕES	-	43	325	-	-	-
AVIÕES	628	821	618	681	695	659
BEBIDAS DESTILADAS	94	63	80	337	224	201
BORRACHA E SUAS OBRAS	2.863	4.740	4.947	7.365	5.078	9.265
CACAU E PROD. DE CONFEITARIA	6.230	3.460	2.198	1.622	1.509	1.531
CAFÉ	306	116	221	1.549	778	1.967
CALÇADOS E SUAS PARTES	24.794	27.280	21.855	26.426	26.128	23.966
CARNE BOVINA	5.013	11.155	10.889	12.919	10.508	13.960
CARNE DE AVES	1.217.483	1.573.639	1.280.785	1.521.077	1.933.146	1.756.973
CARNE SUINA	322.546	415.093	315.586	318.740	484.454	523.316
CEREAIS EM GRÃO E ESMAGADOS	45.484	39.199	25.486	7.939	46.205	70.077
CERVEJA	114	86	157	56	1	12
CHÁ,MATE E ESPECIARIAS	8.750	14.271	14.077	17.755	16.032	5.710
COLAS E ENZIMAS	30.204	42.896	47.684	48.094	67.902	81.324
EMBARCAÇÕES	6.062	10.701	4.294	2.022	997	322
FARINHAS PARA ANIMAIS	4.100	10.398	3.570	5.254	8.055	6.864
FERRAMENTAS,TALHERES E OUTRAS OBRAS DE METAIS	13.349	12.933	9.289	12.790	13.223	13.068
FRUTAS	52.404	54.363	35.220	37.110	21.049	10.765
FUMO E CIGARROS	534.483	758.663	813.660	873.880	898.886	961.398
GORDURAS E ÓLEOS ANIMAIS E VEGETAL	2.425	4.718	5.089	5.557	14.453	6.917
HIGIENE PESSOAL E COSMÉTICOS	5.214	14.304	5.324	5.808	5.764	5.732
IMPRESSOS	3.689	2.620	1.546	1.258	560	461
INSTRUMENTOS DE PRECISÃO	45.840	46.418	38.775	58.933	53.865	50.645
LEITE E LATICÍNIOS	2.927	5.855	9.021	8.981	8.333	5.246
MADEIRAS,CORTIÇAS E OBRAS DE TRANÇARIA	620.326	507.525	349.385	410.141	390.126	401.149
MÁQUINAS E MOTORES	1.148.376	1.250.591	893.258	1.172.172	1.490.950	1.449.530
MASSAS ALIMENTÍCIAS E PREPARAÇÕES ALIMENTÍCIAS	15.224	18.853	12.821	39.423	12.874	13.037
MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRO-ELETRÔNICOS	658.465	800.809	587.231	658.814	828.469	808.277
MATERIAIS ESPORTIVOS E BRINQUEDOS	19.369	11.580	7.315	5.996	4.612	3.990
METAIS E PEDRAS PRECIOSAS	36	284	42	38	48	76
METAIS NÃO-FERROSOS	18.094	14.762	13.543	15.195	14.955	16.417
MÓVEIS	378.034	331.465	260.467	271.999	214.204	202.413
OBRAS DE ARTE	53	27	9	9	1	143
OBRAS DE PEDRA E SEMELHANTES	15.249	17.539	10.723	10.778	9.359	8.821
OBRAS DIVERSAS	5.978	3.897	3.844	4.615	5.930	6.931
OUTRAS CARNES (exceto bovina, suína e aves)	128.138	203.337	188.373	254.508	263.218	221.126
OUTROS AÇÚCARES	5	4	1	3	8	11
OUTROS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	9.827	12.404	22.154	37.361	46.728	46.732
PAPEL E CELULOSE	202.230	208.075	157.326	184.048	226.515	184.342
PEIXES E CRUSTÁCEOS	27.939	19.451	12.870	8.598	17.732	15.972
PELES,PELETERIA E COURO(S)(exceto calçados)	36.720	26.690	16.844	30.067	52.459	69.328
PETRÓLEO E DERIVADOS	362	22.441	5.070	27.038	15.064	61.409
PLÁSTICOS E SUAS OBRAS	60.075	69.058	54.337	66.795	78.111	74.390
PÓLVORA	1.729	1.460	1.316	1.360	1.795	1.980
PREPARAÇÕES DE CARNES,PEIXES E CRUSTÁCEOS	332.766	440.275	402.338	429.654	459.781	423.748
PRODUTOS CERÂMICOS	203.344	186.162	117.724	124.762	123.784	110.024
PRODUTOS DE LIMPEZA	1.272	1.199	2.188	2.013	1.277	1.073
PRODUTOS FARMACÊUTICOS	1.856	2.721	2.398	3.046	3.809	3.988
PRODUTOS HORTÍCOLAS E PLANTAS VIVAS	1.951	716	929	811	1.332	1.986
PRODUTOS METÁLURGICOS	140.561	195.323	128.073	222.791	261.020	220.290
PRODUTOS MINERAIS	5.340	5.886	4.118	3.988	2.715	3.718
PRODUTOS PARA FOTOGRAFIA	4	4	25	31	9	9
PRODUTOS QUÍMICOS	53.141	50.628	33.299	39.068	81.953	96.727
SEMENTES OLEAGINOSAS(exceto soja), PLANTAS E EXTR. VEG.	2.479	1.890	2.594	2.097	2.467	1.793
SOJA (grãos,óleo e farelo)	365.422	293.648	159.981	229.858	461.994	191.698
SUCOS	23.652	37.507	26.065	33.217	35.484	39.255
TÊXTEIS	313.859	262.933	175.940	190.449	176.628	172.812
TINTAS	16.595	18.496	18.481	21.521	23.627	28.749
VEÍCULOS AUTOMOTORES E SUAS PARTES	217.639	245.752	94.037	81.151	99.063	90.132
VEÍCULOS E MATERIAIS PARA VIAS FÉRREAS	412	258	163	303	661	486
VIDRO E SUAS OBRAS	14.599	6.379	4.266	5.809	4.502	5.932
VINHOS	1.124	1.426	1.176	1.621	1.170	1.183

Fonte: Brasil (2014g).

## ANEXO C - Pauta de produtos de Exportações de Santa Catarina para Estados Unidos

Relatório de Produtos por Setor (US\$ 1000 - FOB)	2007	2008	2009	2010	2011	2012
AÇÚCAR E ALCOOL	-	-	-	-	-	-
ADUBOS E FERTILIZANTES	-	-	-	-	-	-
ÁGUA MINERAL E REFRIGERANTES	-	-	-	-	-	-
ANIMAIS VIVOS	-	2	20	10	8	-
ARMAS E MUNIÇÕES	-	-	-	-	-	-
AVIÕES	54	88	75	60	52	38
BEBIDAS DESTILADAS	34	-	-	-	-	-
BORRACHA E SUAS OBRAS	941	1.095	688	1.321	1.249	1.755
CACAU E PROD. DE CONFEITARIA	1.213	401	681	-	-	-
CAFÉ	-	-	-	-	1	-
CALÇADOS E SUAS PARTES	861	889	861	707	322	162
CARNE BOVINA	-	-	-	-	-	-
CARNE DE AVES	100	-	-	-	61	66
CARNE SUINA	119	111	149	117	60	158
CEREAIS EM GRÃO E ESMAGADOS	475	757	351	485	743	6.321
CERVEJA	41	14	71	-	-	-
CHÁ,MATE E ESPECIARIAS	110	58	43	-	113	-
COLAS E ENZIMAS	8.857	11.780	20.194	20.036	25.335	31.122
EMBARCAÇÕES	53	-	-	3	4	-
FARINHAS PARA ANIMAIS	11	-	-	-	-	-
FERRAMENTAS,TALHERES E OUTRAS OBRAS DE METAIS	1.149	812	614	560	231	230
FRUTAS	492	283	802	479	323	650
FUMO E CIGARROS	43.867	88.571	70.818	47.468	52.677	58.842
GORDURAS E ÓLEOS ANIMAIS E VEGETAL	-	-	-	-	19	4
HIGIENE PESSOAL E COSMÉTICOS	652	629	295	372	524	543
IMPRESSOS	2.193	1.763	637	578	66	8
INSTRUMENTOS DE PRECISÃO	8.434	5.311	4.716	5.486	5.005	4.848
LEITE E LATICÍNIOS	1.939	1.167	3.867	928	57	887
MADEIRAS,CORTIÇAS E OBRAS DE TRANÇARIA	256.872	183.032	124.225	155.524	140.423	170.369
MÁQUINAS E MOTORES	387.863	369.716	234.470	344.775	402.623	348.553
MASSAS ALIMENTÍCIAS E PREPARAÇÕES ALIMENTÍCIAS	779	1.610	1.291	1.301	1.050	958
MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRO-ELETRÔNICOS	159.241	177.521	114.990	155.907	197.362	199.556
MATERIAIS ESPORTIVOS E BRINQUEDOS	8.207	3.585	2.077	1.724	1.372	981
METAIS E PEDRAS PRECIOSAS	4	193	27	8	15	6
METAIS NÃO-FERROSOS	485	752	1.415	255	510	2.187
MÓVEIS	112.702	67.037	49.256	51.880	50.502	57.413
OBRAS DE ARTE	8	27	-	4	-	-
OBRAS DE PEDRA E SEMELHANTES	12.041	13.683	7.735	8.292	6.269	5.590
OBRAS DIVERSAS	2.362	543	423	311	320	362
OUTRAS CARNES (exceto bovina, suína e aves)	-	-	-	-	-	-
OUTROS AÇÚCARES	4	-	-	-	-	-
OUTROS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	5	170	321	64	196	1.751
PAPEL E CELULOSE	2.657	1.068	1.553	3.695	2.835	2.318
PEIXES E CRUSTÁCEOS	674	734	522	609	980	688
PELES,PELETERIA E COUROS(exceto calçados)	8.286	2.732	545	837	833	1.966
PETRÓLEO E DERIVADOS	-	-	-	-	-	5.993
PLÁSTICOS E SUAS OBRAS	6.741	7.680	5.789	6.825	6.502	7.398
PÓLVORA	-	-	-	-	-	-
PREPARAÇÕES DE CARNES,PEIXES E CRUSTÁCEOS	63	-	-	-	-	-
PRODUTOS CERÂMICOS	74.096	55.508	25.469	21.793	15.831	11.857
PRODUTOS DE LIMPEZA	-	-	9	-	36	-
PRODUTOS FARMACÊUTICOS	-	1	-	-	2	-
PRODUTOS HORTÍCOLAS E PLANTAS VIVAS	1.063	88	19	73	16	4
PRODUTOS METÁLURGICOS	16.234	17.545	9.743	10.683	12.037	12.848
PRODUTOS MINERAIS	2.634	2.575	859	926	330	549
PRODUTOS PARA FOTOGRAFIA	-	-	-	-	-	-
PRODUTOS QUÍMICOS	10.027	6.480	1.990	5.027	6.237	10.033
SEMENTES OLEAGINOSAS(exceto soja), PLANTAS E EXTR. VEG.	699	466	1.381	381	230	279
SOJA (grãos,óleo e farelo)	-	-	-	-	12	-
SUCOS	13.732	16.373	12.153	24.962	22.669	30.603
TÊXTEIS	82.998	46.790	31.716	18.595	15.965	17.136
TINTAS	26	39	29	-	52	18
VEÍCULOS AUTOMOTORES E SUAS PARTES	37.289	51.746	11.910	11.474	19.592	19.955
VEÍCULOS E MATERIAIS PARA VIAS FÉRREAS	152	66	83	159	19	222
VIDRO E SUAS OBRAS	1.073	1.185	752	818	511	236
VINHOS	-	3	65	-	-	24

Fonte: Brasil (2014g).

## ANEXO D - Relatório de Produtos Santa Catarina-Estados Unidos entre 2010 a 2012

Setor	Dinamismo	PIE (1)	Perc do	Performanc	Prioridade	DEST (2)
		US\$ 1000	Mercad			US\$ 1000
		FOB	Import.	e		FOB
ANIMAIS VIVOS	Em declínio	1.525.492	99,94%	Decrescente	-	209
AVIÕES	Dinâmico	20.854.562	96,16%	Decrescente	Longo Prazo	678
BORRACHA E SUAS OBRAS	Dinâmico	26.777.465	97,92%	Crescente	Longo Prazo	7.236
CACAU E PROD. DE CONFEITARIA	Em declínio	5.815.698	98,02%	Crescente	-	1.554
CAFÉ	Dinâmico	5.484.675	79,63%	Crescente	Longo Prazo	1.431
CALÇADOS E SUAS PARTES	Estável	23.153.740	98,89%	Decrescente	Médio Prazo	25.507
CARNE DE AVES	Estável	180.555	99,74%	Crescente	-	1.737.065
CARNE SUINA	Estável	1.164.652	99,96%	Decrescente	Curto Prazo	442.170
CEREAIS EM GRÃO E ESMAGADOS	Em declínio	3.171.450	97,17%	Decrescente	-	41.407
CHÁ,MATE E ESPECIARIAS	Em declínio	1.212.835	94,75%	Crescente	-	13.166
COLAS E ENZIMAS	Dinâmico	2.280.541	97,58%	Decrescente	Médio Prazo	65.773
EMBARCAÇÕES	Estável	1.564.333	99,50%	Crescente	Longo Prazo	1.114
FERRAMENTAS,TALHERES E OUTRAS OBRAS DE METAIS	Dinâmico	16.892.335	99,36%	Decrescente	Médio Prazo	13.027
FRUTAS	Em declínio	9.670.811	98,10%	Crescente	-	22.975
FUMO E CIGARROS	Dinâmico	1.328.458	81,78%	Crescente	Curto Prazo	911.388
GORDURAS E ÓLEOS ANIMAIS E VEGETAL	Dinâmico	5.166.382	99,05%	Crescente	Médio Prazo	8.975
HIGIENE PESSOAL E COSMÉTICOS	Estável	9.798.793	99,18%	Crescente	Longo Prazo	5.768
IMPRESSOS	Em declínio	4.438.314	99,87%	Decrescente	-	760
INSTRUMENTOS DE PRECISÃO	Estável	70.587.449	99,79%	Crescente	Médio Prazo	54.481
LEITE E LATICÍNIOS	Dinâmico	1.941.556	97,97%	Decrescente	Médio Prazo	7.520
MADEIRAS,CORTIÇAS E OBRAS DE TRANÇARIA	Estável	12.694.269	95,72%	Crescente	Curto Prazo	400.472
MÁQUINAS E MOTORES	Dinâmico	285.276.004	99,18%	Decrescente	Curto Prazo	1.370.884
MASSAS ALIMENTÍCIAS E PREPARAÇÕES ALIMENTÍCIAS	Estável	12.906.374	99,34%	Crescente	Médio Prazo	21.778
MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRO-ELETRÔNICOS	Estável	278.966.565	99,71%	Crescente	Curto Prazo	765.186
MATERIAIS ESPORTIVOS E BRINQUEDOS	Em declínio	27.197.622	99,99%	Decrescente	-	4.866
METAIS E PEDRAS PRECIOSAS	Dinâmico	58.840.546	99,50%	Decrescente	Longo Prazo	54
METAIS NÃO-FERROSOS	Estável	33.622.905	98,73%	Crescente	Médio Prazo	15.522
MÓVEIS	Estável	43.968.097	99,79%	Crescente	Curto Prazo	229.539
OBRAS DE ARTE	Dinâmico	6.972.602	99,72%	Decrescente	Longo Prazo	51
OBRAS DE PEDRA E SEMELHANTES	Estável	4.895.697	89,16%	Decrescente	Médio Prazo	9.653
OBRAS DIVERSAS	Estável	3.833.636	99,18%	Decrescente	Longo Prazo	5.825
OUTROS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	Dinâmico	798.104	96,02%	Crescente	Médio Prazo	43.607
PAPEL E CELULOSE	Em declínio	18.985.071	94,53%	Decrescente	-	198.302
PEIXES E CRUSTÁCEOS	Em declínio	7.683.289	99,02%	Decrescente	-	14.101
PELES,PELETERIA E COURO(S(exceto calçados)	Dinâmico	12.240.572	97,77%	Decrescente	Médio Prazo	50.618
PETRÓLEO E DERIVADOS	Estável	389.543.330	98,68%	Crescente	Médio Prazo	34.504
PLÁSTICOS E SUAS OBRAS	Dinâmico	40.641.900	99,50%	Decrescente	Médio Prazo	73.099
PRODUTOS CERÂMICOS	Estável	5.419.215	98,96%	Decrescente	Curto Prazo	119.523
PRODUTOS DE LIMPEZA	Estável	2.104.303	99,55%	Crescente	Longo Prazo	1.454
PRODUTOS FARMACÊUTICOS	Estável	64.008.500	99,76%	Crescente	Longo Prazo	3.614
PRODUTOS HORTÍCOLAS E PLANTAS VIVAS	Estável	8.860.435	99,91%	Decrescente	Longo Prazo	1.376
PRODUTOS METÁLURGICOS	Dinâmico	58.378.132	95,02%	Crescente	Curto Prazo	234.700
PRODUTOS MINERAIS	Dinâmico	5.790.815	94,91%	Decrescente	Longo Prazo	3.474
PRODUTOS QUÍMICOS	Estável	73.206.520	98,23%	Decrescente	Médio Prazo	72.583
SEMENTES OLEAGINOSAS(exceto soja), PLANTAS E EXTRATOS VEGET.	Dinâmico	4.094.630	99,46%	Decrescente	Longo Prazo	2.119
SOJA (grãos,óleo e farelo)	Em declínio	290.609	99,95%	Crescente	-	294.517
SUCOS	Estável	1.439.251	80,48%	Decrescente	Médio Prazo	35.985
TÊXTEIS	Estável	108.647.502	99,85%	Decrescente	Curto Prazo	179.963
TINTAS	Dinâmico	3.536.887	99,55%	Crescente	Médio Prazo	24.632
VEÍCULOS AUTOMOTORES E SUAS PARTES	Dinâmico	210.028.941	99,79%	Crescente	Curto Prazo	90.115
VEÍCULOS E MATERIAIS PARA VIAS FÉRREAS	Dinâmico	1.668.174	98,25%	Decrescente	Longo Prazo	483
VIDRO E SUAS OBRAS	Estável	6.056.797	99,74%	Decrescente	Longo Prazo	5.414
VINHOS	Dinâmico	5.081.925	99,98%	Crescente	Longo Prazo	1.325

(1) Potencial Importador a Ser Explorado

(2) Desempenho Exportador do Estado

Fonte: Brasil (2014g).

## ANEXO E – Órgãos anuentes na importações do Brasil

Órgão	Legislação	Indicação da Medida
<b>ANCINE - Agência Nacional do Cinema</b>	Medida Provisória n.º 2228-1, de 6/9/2001	Cumprimento dos requisitos legais, como fornecimento de certificados de registro dos contratos de produção, licenciamento, distribuição, cópias e pagamento da Condecine.
<b>ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica</b>	Decreto n.º 5.688/2006; IN SRF n.º 649/2006; Resolução Normativa ANEEL n.º 225/2006.	Cumprimento das disposições regulamentares previstas na legislação em vigor.
<b>ANP - Agência Nacional de Petróleo</b>	Lei 9.478/97 e Portarias ANP 43/98, 147/98, 203/98, 204/98, 85/99, 126/99, 131/99, 170/99, 171/99, 032/00, 312/01 e 314/01.	Cumprimento dos requisitos previstos nas Portarias especificadas, quanto a registro do produto, do importador e do adquirente final.
<b>ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária</b>	Resolução RDC n.º 350, de 28/12/2005	Cumprimento dos procedimentos vinculados à vigilância sanitária de mercadorias.
<b>CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear</b>	Leis n.º 4.118/1962, 6.189/1974 e 7.781/1989; Decretos n.º 51.726/1963, 2.413/1997 e 5.473/2005.	Proteção do homem e do meio ambiente de possíveis efeitos indevidos causados pela radiação ionizante. Não proliferação nuclear - controle, radioproteção e segurança nuclear.
<b>DECEX - Departamento de Operações de Comércio Exterior</b>	Decreto n.º 5.532/2005; Portaria Secex n.º 25, de 27/11/2008	Exame de operações vinculadas a obtenção de cota tarifária e não tarifária, a similar nacional, a material usado, de drawback, e acompanhamento estatístico de algumas mercadorias sensíveis à indústria doméstica.
<b>DFPC - Exército Brasileiro - Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados</b>	Portaria n.º 9 D Log de 25/06/2004 Decreto 3665 de 20/11/2000	Obtenção de registro para operação com produtos controlados pelo Exército, Autorização prévia de importação junto ao Comando do Exército - certificado internacional de importação (CII), Lançamento da LI.
<b>DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia</b>	Portaria DNPM/SRF n.º 397 de 14/10/2003 Lei n.º 9.055 1/06/95 e 10.743 9/10/2003 Decreto n.º 2350 de 15/10/97 Portarias DNPM n.º 41 1/02/98 e 209/2005	Observância aos requisitos previstos no processo do Sistema de Certificação do Processo Kimberley -SCPK no caso de diamantes brutos e, no caso do amianto, a observância aos requisitos determinados em lei.
<b>DPF - Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça</b>	Lei n.º 10.357, de 27-12-2001; Decreto n.º 4.262, de 10/6/2002, Portaria MJ n.º 1274, de 25.8.2003 e Portaria MJ n.º 113, de 14/1/2004.	Fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica.
<b>ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos</b>	Lei n.º 6.538, de 22/6/78	Cumprimento dos requisitos da Lei Postal.
<b>IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis</b>	Lei n.º 5.197/1967; Lei n.º 9.605/1998; Decreto-Lei n.º 221/1967, art. 34; e Decreto n.º 3.179/1999, art. 23; Portaria IBAMA n.º 93, de 21/6/04; Resolução CONAMA n.º 257/99; Resolução CONAMA n.º 23/96; Res. Conama 18, de 6-5-86; Res. Conama 297, de 26/2/02; Decreto n.º 4.581, de 27/01/2003	Cumprimento da Convenção Internacional sobre o comércio das espécies da flora e da fauna selvagens em perigo de extinção (CITES). Observância do descarte de baterias e impactos negativos ao meio ambiente. Observância do Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de Ozônio. Cumprimento da Convenção da Basiléia.
<b>INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial</b>	Lei 10.295/2001; Decretos n.º 4.059/2001 e 4.508/2002; Portaria Interministerial n.º 132/2006; Portarias INMETRO/MDIC n.º 14/2006, 18/2008, 20/2006, 185/2008, 289/2006 e 119/2007.	Cumprimento dos requisitos relativos a etiquetagem compulsória através do Programa Brasileiro de Etiquetagem.
<b>MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento</b>	Decreto 24114/1934 e Instrução Normativa n.º 40/2007	Atender critérios regulamentares e procedimentos de fiscalização, inspeção, controle de qualidade e sistemas de análise de risco, fixados pelos órgãos competentes do MAPA, observadas as normas de registro no SISCOMEX.
<b>MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia</b>	Lei n.º 9.112/1995; Decretos n.º 4.214/2002 e 2.074/1996; Resolução Cibes n.º 3/2006 e n.º 10/2008; Portarias MCT n.º 804/2001, n.º 275/2002 e 339/2005.	Observância da Convenção sobre a proibição de armas químicas
<b>SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus</b>	Decreto-Lei 288/67 e 356/68; Lei 8387/91 e Resolução 201/2001	Concessão de incentivos fiscais para empresas que estejam alocadas em áreas incentivadas sob controle da SUFRAMA.

Fonte: Brasil (2014e).



## ANEXO F – Todos os produtos beneficiados pelo Sistema Geral de Preferências

Código SH 6	Descrição	Número de linhas com tarifas ad valorem	Média das tarifas ad valorem	Mínima das tarifas ad valorem	Máxima das tarifas ad valorem	Linhas isentas de tarifa (%)	Numero de tarifas não ad valorem	Lista de tarifas não ad valorem
401110	New pneumatic tyres, of rubber, of a kind used for motor cars, incl. station wagons and racing cars	2	0	0	0	100.0	0	
401199	Pneumatic tyres, new, of rubber (excl. having a "herring-bone" or similar tread and pneumatic tyres of a kind used on agricultural or forestry and construction or industrial handling vehicles and machines, on motor cars, station wagons, racing cars, buses, lorries, aircraft, motorcycles, bicycles)	2	0	0	0	100.0	0	
401211	Retreaded pneumatic tyres, of rubber, of a kind used on motor cars "incl. station wagons and racing cars"	2	0	0	0	100.0	0	
401219	Retreaded pneumatic tyres, of rubber (excl. of a kind used on motor cars, station wagons, racing cars, buses, lorries and aircraft)	3	0	0	0	100.0	0	
401310	Inner tubes, of rubber, of a kind used on motor cars, incl. station wagons and racing cars, buses and lorries	1	0	0	0	100.0	0	
401390	Inner tubes, of rubber (excl. those of a kind used on motor cars, incl. station wagons and racing cars, buses, lorries and bicycles)	2	0	0	0	100.0	0	
700711	Toughened "tempered" safety glass, of size and shape suitable for incorporation in motor vehicles, aircraft, spacecraft, vessels and other vehicles	1	0	0	0	100.0	0	
700719	Toughened "tempered" safety glass (excl. glass of size and shape suitable for incorporation in motor vehicles, aircraft, spacecraft, vessels and other vehicles, and lenses for spectacles and goggles, etc., and for clocks and watches)	1	0	0	0	100.0	0	
700721	Laminated safety glass, of size and shape suitable for incorporation in motor vehicles, aircraft, spacecraft, vessels and other vehicles (excl. multiple-walled insulating units of glass)	3	0	0	0	100.0	0	
700729	Laminated safety glass (excl. glass of size and shape suitable for incorporation in motor vehicles, aircraft, spacecraft, vessels or other vehicles, multiple-walled insulating units)	1	0	0	0	100.0	0	
830120	Locks used for motor vehicles, of base metal	1	0.0	0	0	100.0	0	
830140	Locks of base metal (excl. padlocks and locks for motor vehicles or furniture)	2	0.0	0	0	100.0	0	
830230	Base metal mountings, fittings and similar articles suitable for motor vehicles (excl. hinges)	2	1.8	0	3.5	50.0	0	

830249	Base metal mountings, fittings and similar articles (excl. locks with keys, clasps and frames with clasps incorporating locks, hinges, castors and mountings and fittings suitable for buildings, motor vehicles or furniture)	6	0.0	0	0	100.0	0	
841011	Hydraulic turbines and water wheels, of a power <= 1.000 kW (excl. hydraulic power engines and motors of heading 8412)	1	0.0	0	0	100.0	0	
841012	Hydraulic turbines and water wheels, of a power > 1.000 kW but <= 10.000 kW (excl. hydraulic power engines and motors of heading 8412)	1	0.0	0	0	100.0	0	
841013	Hydraulic turbines and water wheels, of a power > 10.000 kW (excl. hydraulic power engines and motors of heading 8412)	1	0.0	0	0	100.0	0	
841451	Table, floor, wall, window, ceiling or roof fans, with a self-contained electric motor of an output <= 125 W	4	0.0	0	0	100.0	0	
841459	Fans (excl. table, floor, wall, window, ceiling or roof fans, with a self-contained electric motor of an output <= 125 W)	5	0.0	0	0	100.0	0	
841520	Air conditioning machines of a kind used for persons, in motor vehicles	1	0.0	0	0	100.0	0	
841581	Air conditioning machines incorporating a refrigerating unit and a valve for reversal of the cooling-heat cycle "reversible heat pumps" (excl. of a kind used for persons in motor vehicles and self-contained or "split-system" window or wall air conditioning machines)	2	0.0	0	0	100.0	0	
841582	Air conditioning machines incorporating a refrigerating unit but without a valve for reversal of the cooling-heat cycle (excl. of a kind used for persons in motor vehicles, and self-contained or "split-system" window or wall air conditioning machines)	2	0.0	0	0	100.0	0	
841583	Air conditioning machines comprising a motor-driven fan, not incorporating a refrigerating unit but incorporating elements for changing the temperature and humidity (excl. of a kind used for persons in motor vehicles, and self-contained or "split-system" window or wall air conditioning machines)	2	0.0	0	0	100.0	0	
841590	Parts of air conditioning machines, comprising a motor-driven fan and elements for changing the temperature and humidity, n.e.s.	4	0.0	0	0	100.0	0	
846721	Drills of all kinds for working in the hand, with self-contained electric motor	1	0.0	0	0	100.0	0	
850110	Motors of an output <= 37,5 W	3	0.0	0	0	100.0	0	
850120	Universal AC-DC motors of an output > 37,5 W	6	0.0	0	0	100.0	0	

850131	DC motors of an output > 37,5 W but <= 750 W and DC generators of an output <= 750 W	8	0.0	0	0	100.0	0	
850132	DC motors and DC generators of an output > 750 W but <= 75 kW	6	0.0	0	0	100.0	0	
850133	DC motors and DC generators of an output > 75 kW but <= 375 kW	6	0.0	0	0	100.0	0	
850134	DC motors and DC generators of an output > 375 kW	3	0.0	0	0	100.0	0	
850140	AC motors, single-phase, of an output > 37,5 W	6	0.0	0	0	100.0	0	
850151	AC motors, multi-phase, of an output > 37,5 W but <= 750 W	6	0.0	0	0	100.0	0	
850152	AC motors, multi-phase, of an output > 750 W but <= 75 kW	3	0.0	0	0	100.0	0	
850153	AC motors, multi-phase, of an output > 75 kW	4	0.0	0	0	100.0	0	
850300	Parts suitable for use solely or principally with electric motors and generators, electric generating sets and rotary converters, n.e.s.	7	0.0	0	0	100.0	0	
850940	Domestic food grinders and mixers and fruit or vegetable juice extractors, with self-contained electric motor	1	0.0	0	0	100.0	0	
850980	Electromechanical domestic appliances, with self-contained electric motor (excl. vacuum cleaners, dry and wet vacuum cleaners, food grinders and mixers, fruit or vegetable juice extractors, and hair-removing appliances)	3	0.0	0	0	100.0	0	
850990	Parts of electromechanical domestic appliances, with self-contained electric motor, n.e.s. (excl. of vacuum cleaners, dry and wet vacuum cleaners)	4	0.0	0	0	100.0	0	
851020	Hair clippers with self-contained electric motor	2	0.0	0	0	100.0	0	
851030	Hair-removing appliances with self-contained electric motor	1	0.0	0	0	100.0	0	
851090	Parts of electric shavers, hair clippers and hair-removing appliances, with self-contained electric motor, n.e.s.	5	0.0	0	0	100.0	0	
851140	Starter motors and dual purpose starter-generators of a kind used for spark-ignition or compression-ignition internal combustion engines	2	0.0	0	0	100.0	0	
851180	Electrical ignition or starting equipment, incl. cut-outs, of a kind used for spark-ignition or compression-ignition internal combustion engines (excl. generators, starter motors, distributors, ignition coils, ignition magnetos, magnetic flywheels and sparking plugs)	5	0.0	0	0	100.0	0	
851220	Electrical lighting or visual signaling equipment for motor vehicles (excl. lamps of heading 8539)	2	0.0	0	0	100.0	0	
851230	Electrical sound signaling equipment for cycles or motor vehicles	1	0.0	0	0	100.0	0	
851240	Electrical windscreen wipers, defrosters and demisters, for	2	0.0	0	0	100.0	0	

	motor vehicles							
851290	Parts of electrical lighting or signaling equipment, windscreen wipers, defrosters and demisters of a kind used for cycles and motor vehicles, n.e.s.	5	0.0	0	0	100.0	0	
852721	Radio-broadcast receivers not capable of operating without an external source of power, of a kind used in motor vehicles, combined with sound recording or reproducing apparatus	2	0.0	0	0	100.0	0	
852729	Radio-broadcast receivers not capable of operating without an external source of power, of a kind used in motor vehicles, not combined with sound recording or reproducing apparatus	2	2.2	0	4.4	50.0	0	
852791	Radio-broadcast receivers, for mains operation only, combined with sound recording or reproducing apparatus (excl. those of a kind used in motor vehicles)	4	1.9	0	4.9	50.0	0	
852792	Radio-broadcast receivers, for mains operation only, not combined with sound recording or reproducing apparatus but combined with a clock (excl. those of a kind used in motor vehicles)	2	0.0	0	0	100.0	0	
852799	Radio-broadcast receivers, for mains operation only, not combined with sound recording or reproducing apparatus and not combined with a clock (excl. those of a kind used in motor vehicles)	5	0.0	0	0	100.0	0	
853180	Electric sound or visual signaling apparatus (excl. indicator panels with liquid crystal devices or light emitting diodes, burglar or fire alarms and similar apparatus and apparatus for cycles, motor vehicles and traffic signaling)	2	0.0	0	0	100.0	0	
870210	Motor vehicles for the transport of >= 10 persons, incl. driver, with compression-ignition internal combustion piston engine "diesel or semi-diesel engine"	2	0.0	0	0	100.0	0	
870290	Motor vehicles for the transport of >= 10 persons, incl. driver, not with compression-ignition internal combustion piston engine "diesel or semi-diesel engine", of a cylinder capacity of > 2.500 cm³, new	2	0.0	0	0	100.0	0	
870600	Chassis fitted with engines, for tractors, motor vehicles for the transport of ten or more persons, motor cars and other motor vehicles principally designed for the transport of persons, motor vehicles for the transport of goods and special purpose motor vehicles of heading 8701 to 8705 (excl. those with engines and cabs)	6	2.0	0	4	33.3	0	

870810	Bumpers and parts thereof for tractors, motor vehicles for the transport of ten or more persons, motor cars and other motor vehicles principally designed for the transport of persons, motor vehicles for the transport of goods and special purpose motor vehicles, n.e.s.	2	0.0	0	0	100.0	0	
870821	Safety seat belts for motor vehicles	1	0.0	0	0	100.0	0	
870829	Parts and accessories of bodies for tractors, motor vehicles for the transport of ten or more persons, motor cars and other motor vehicles principally designed for the transport of persons, motor vehicles for the transport of goods and special purpose motor vehicles (excl. bumpers and parts thereof and safety seat belts)	4	0.0	0	0	100.0	0	
870830	Brakes and servo-brakes and their parts, for tractors, motor vehicles for the transport of ten or more persons, motor cars and other motor vehicles principally designed for the transport of persons, motor vehicles for the transport of goods and special purpose motor vehicles, n.e.s.	2	0.0	0	0	100.0	0	
870840	Gear boxes and parts thereof, for tractors, motor vehicles for the transport of ten or more persons, motor cars and other motor vehicles principally designed for the transport of persons, motor vehicles for the transport of goods and special purpose motor vehicles, n.e.s.	7	0.0	0	0	100.0	0	
870850	Drive-axles with differential, whether or not provided with other transmission components, and non-driving axles, and parts thereof, for tractors, motor vehicles for the transport of ten or more persons, motor cars and other motor vehicles principally designed for the transport of persons, motor vehicles for the transport of goods and special purpose motor vehicles, n.e.s.	15	0.0	0	0	100.0	0	
870870	Road wheels and parts and accessories thereof, for tractors, motor vehicles for the transport of ten or more persons, motor cars and other motor vehicles principally designed for the transport of persons, motor vehicles for the transport of goods and special purpose motor vehicles, n.e.s.	6	0.0	0	0	100.0	0	
870880	Suspension systems and parts thereof, incl. shock-absorbers, for tractors, motor vehicles for the transport of ten or more persons, motor cars and other motor vehicles principally designed for the transport of persons, motor vehicles for the transport of goods and special purpose motor	8	0.0	0	0	100.0	0	

	vehicles, n.e.s.							
870891	Radiators and parts thereof, for tractors, motor vehicles for the transport of ten or more persons, motor cars and other motor vehicles principally designed for the transport of persons, motor vehicles for the transport of goods and special purpose motor vehicles, n.e.s.	6	0.0	0	0	100.0	0	
870892	Silencers "mufflers" and exhaust pipes, and parts thereof, for tractors, motor vehicles for the transport of ten or more persons, motor cars and other motor vehicles principally designed for the transport of persons, motor vehicles for the transport of goods and special purpose motor vehicles, n.e.s.	6	0.4	0	2.5	83.3	0	
870893	Clutches and parts thereof, for tractors, motor vehicles for the transport of ten or more persons, motor cars and other motor vehicles principally designed for the transport of persons, motor vehicles for the transport of goods and special purpose motor vehicles, n.e.s.	4	0.0	0	0	100.0	0	
870894	Steering wheels, steering columns and steering boxes, and parts thereof, for tractors, motor vehicles for the transport of ten or more persons, motor cars and other motor vehicles principally designed for the transport of persons, motor vehicles for the transport of goods and special purpose motor vehicles, n.e.s.	6	0.0	0	0	100.0	0	
870895	Safety airbags with inflator system and parts thereof, for tractors, motor vehicles for the transport of ten or more persons, motor cars and other motor vehicles principally designed for the transport of persons, motor vehicles for the transport of goods and special purpose motor vehicles, n.e.s.	4	0.0	0	0	100.0	0	
870899	Parts and accessories, for tractors, motor vehicles for the transport of ten or more persons, motor cars and other motor vehicles principally designed for the transport of persons, motor vehicles for the transport of goods and special purpose motor vehicles, n.e.s.	13	0.0	0	0	100.0	0	
871140	Motorcycles, incl. mopeds, with reciprocating internal combustion piston engine of a cylinder capacity > 500 cm <sup>3</sup> but ≤ 800 cm <sup>3</sup>	2	0.0	0	0	100.0	0	
871150	Motorcycles, incl. mopeds, with reciprocating internal combustion piston engine of a cylinder capacity > 800 cm <sup>3</sup>	1	0.0	0	0	100.0	0	
871200	Bicycles and other cycles, incl. delivery tricycles, not motorised	6	7.3	0	11	16.7	0	

871491	Frames and forks, and parts thereof, for cycles, n.e.s. (excl. for motorcycles)	4	2.5	0	6	50.0	0	
871492	Wheel rims and spokes, for cycles (excl. for motorcycles)	2	2.5	0	5	50.0	0	
890391	Sailboats and yachts, with or without auxiliary motor, for pleasure or sports	1	0.0	0	0	100.0	0	
890392	Motor boats and motor yachts, for pleasure or sports (other than outboard motor boats)	1	0.0	0	0	100.0	0	
890399	Vessels for pleasure or sports; rowing boats (excl. motor boats and motor yachts powered other than by outboard motors, sailboats and yachts with or without auxiliary motor and inflatable boats)	4	0.0	0	0	100.0	0	
903120	Test benches for motors, generators, pumps, etc.	1	0.0	0	0	100.0	0	
910690	Time of day recording apparatus and apparatus for measuring, recording or otherwise indicating intervals of time, with clock or watch movement or with synchronous motor (excl. clocks of heading 9101 to 9105, time registers and time recorders)	4	1.0	0	3.9	50.0	2	[15 cents each + 2.3% + 0.8 cents/jewel] [36 cents each + 5.6% + 2 cents/jewel]
910700	Time switches with clock or watch movement or with synchronous motor	1	0.0	0	0	50.0	1	[45 cents each + 6.4% + 2.5 cents/jewel]

Fonte: WTO (2014c).

